ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS
DIÁRIO DO LEGISLATIVO
Sexta-feira, 4 de dezembro de 2020

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – PROPOSIÇÕES DE LEI
2 – ATAS
2.1 – 38ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
2.2 – 72ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
2.3 – Comissões
3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO
3.1 – Plenário
3.2 – Comissões
4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
5 – MANIFESTAÇÕES
6 – REQUERIMENTOS APROVADOS
7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
8 – ERRATA

PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.682

Dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a transferi-lo à União.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica desafetado o trecho da Rodovia BR-135 compreendido entre os Municípios de Manga e Itacarambi, passando pelo Município de São João das Missões.

Art. 2º – Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à União o trecho de rodovia de que trata o art. 1º.

Parágrafo único – O trecho de rodovia de que trata o art. 1º integrará a malha rodoviária sob jurisdição federal.

Art. 3º – Com a incorporação do trecho de rodovia de que trata o art. 1º à malha rodoviária sob jurisdição federal, as despesas com sua manutenção, recuperação, conservação, restauração, melhoria e pavimentação passam a ser de responsabilidade da União.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2020.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.683

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itamarandiba o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Itamarandiba o imóvel com área de 12.100m² (doze mil e cem metros quadrados), situado no Distrito de Santo Antônio, naquele município, e registrado sob o nº 2.070, a fls. 146 do Livro 3, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itamarandiba.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* destina-se à implantação de uma unidade de controle populacional de cães e gatos.

Art. 2° – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1°.

Art. 3° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2020.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.684

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bela Vista de Minas o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Bela Vista de Minas imóvel com área de 3.500m² (três mil e quinhentos metros quadrados), situado à Rua Vinte e Um de Abril, s/nº, no Bairro Serrinha, naquele município, registrado sob o nº 992, no Livro 2-D, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Piracicaba.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* destina-se ao funcionamento da Escola Municipal Bento Augusto.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de quatro anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1°.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2020.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.685

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itapecerica o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Itapecerica o imóvel com área de 2.520m² (dois mil quinhentos e vinte metros quadrados), situado no Distrito de Marilândia, naquele município, e registrado sob o nº 26.664, a fls. 270 do Livro 3-K, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itapecerica.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* destina-se ao funcionamento de escola infantil, campo de futebol e espaço de lazer.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2020.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.686

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirapetinga os imóveis que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Pirapetinga os seguintes imóveis, localizados no loteamento denominado Bela Vista, naquele município, e registrados no Livro 2 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Além Paraíba:

I – lote nº 6, com área de 439,81m² (quatrocentos e trinta e nove vírgula oitenta e um metros quadrados), registrado sob o nº 8.592, a fls. 3.492;

II – lote nº 7, com área de 286,58m² (duzentos e oitenta e seis vírgula cinquenta e oito metros quadrados), registrado sob o nº 8.593, a fls. 3.493.

Parágrafo único – Os imóveis a que se refere o *caput* destinam-se à instalação de unidade pública de prestação de serviços especializados da Proteção Social Especial de Média Complexidade, para atendimento de crianças e adolescentes.

Art. 2º – Os imóveis de que trata esta lei reverterão ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhes tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2020.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.687

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Veríssimo o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Veríssimo o imóvel com área de 118.979,00m² (cento e dezoito mil novecentos e setenta e nove metros quadrados), situado na continuação da Avenida Julio Razz, s/nº, naquele município, e registrado sob o nº 53.220, no Livro 2, no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Uberaba.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* destina-se à construção de moradias populares, escola, creche e outros equipamentos institucionais relevantes para a comunidade.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2020.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.688

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ewbank da Câmara o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Ewbank da Câmara imóvel com área de 1.610m² (mil seiscentos e dez metros quadrados), situado naquele município, registrado sob o nº 4.102, a fls. 49 do Livro 3-I, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santos Dumont.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* destina-se ao funcionamento de uma escola municipal.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2020.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.689

Autoriza o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – a doar ao Município de Teófilo Otoni o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – autorizado a doar ao Município de Teófilo Otoni a área de 220,13m² (duzentos e vinte vírgula treze metros quadrados), conforme descrição constante no Anexo desta lei, a ser desmembrada do imóvel com área de 5.539m² (cinco mil quinhentos e trinta e nove metros

quadrados), situado no Bairro São Jacinto, naquele município, e registrado sob o nº 51.475, a fls. 66v/67 do Livro 3-AY, no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Teófilo Otoni.

Parágrafo único – A área de imóvel a que se refere o *caput* destina-se à implantação de via pública.

Art. 2º – A área de imóvel objeto da doação de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do DER-MG se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2020.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

ANEXO

(a que se refere o art. 1º da Lei nº , de de de 2020)

A descrição do perímetro da área a ser desmembrada inicia-se no vértice P1, de coordenadas N(Y)8024288,946 e E(X)236497,131, situado no limite com a Rua Gustavo Leonardt; deste, segue com azimute de 123°36'27" e distância de 5,19m, confrontando nesse trecho com a Rua Gustavo Leonardt, até o vértice P2, de coordenadas N(Y)8024286,071 e E(X)236501,457; deste, segue com azimute de 38°50'36" e distância de 25,44m, confrontando nesse trecho com área pertencente ao DER-MG, até o vértice P3, de coordenadas N(Y)8024305,888 e E(X)236517,415; deste, segue com azimute de 36°25'49" e distância de 17,23m, confrontando nesse trecho com área pertencente ao DER-MG, até o vértice P4, de coordenadas N(Y)8024319,747 e E(X)236527,644; deste, segue com azimute de 260°05'34" e distância de 8m, confrontando nesse trecho com a Travessa Gustavo Leonardt, até o vértice P5, de coordenadas N(Y)8024318,37 e E(X)236519,76; deste, segue com azimute 217°33'46" e distância de 37,12m, confrontando nesse trecho com a Travessa Gustavo Leonardt, até o vértice P1. O perímetro descrito acima está georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, Sistema UTM.

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.690

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaúna o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Itaúna o imóvel com área de 2.242m² (dois mil duzentos e quarenta e dois metros quadrados), situado na Rua da Força, Bairro das Graças, naquele município, e registrado sob o nº 61.804, à fl. 4 do Livro 2-KN, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itaúna.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* destina-se ao funcionamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1°.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2020.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.691

Acrescenta artigo à Lei nº 12.219, de 1º de julho de 1996, que autoriza o Poder Executivo a delegar, por meio de concessão ou de permissão, os serviços públicos que menciona e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado à Lei nº 12.219, de 1º de julho de 1996, o seguinte art. 9º-A:

"Art. 9º-A – Na destinação dos recursos auferidos pelo Estado com a outorga de concessão rodoviária, será adotada como diretriz a priorização da aplicação dos recursos em obras rodoviárias na região onde se situar a rodovia concedida.

§ 1º – Poderá ser realizada audiência pública para a discussão da destinação dos recursos de que trata o *caput*.

§ 2º – A destinação dos recursos de que trata o *caput* para obras rodoviárias na região onde se situar a rodovia concedida, quando houver, será especificada, para cada rodovia concedida, na lei orçamentária do exercício.".

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2020.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.692

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Espinosa o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Espinosa o imóvel com área de 782m² (setecentos e oitenta e dois metros quadrados), situado na Praça do Comércio, Villa Espinosa, atualmente Praça Cel. Heitor Antunes, nº 132, Centro, naquele município, e registrado sob o nº 57, a fls.17 do Livro 3, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Azul.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* destina-se ao funcionamento da Prefeitura Municipal de Espinosa.

Art. 2º – O imóvel objeto da doação de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2020.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.693

Institui o Polo Mineiro de Incentivo à Cultura de Flores e Plantas Ornamentais, denominado Flores para Brumadinho.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Polo Mineiro de Incentivo à Cultura de Flores e Plantas Ornamentais, denominado Flores para Brumadinho.

§ 1º – Integram o polo de que trata o *caput* os Municípios de Betim, Brumadinho, Curvelo, Esmeraldas, Felixlândia, Florestal, Fortuna de Minas, Igarapé, Juatuba, Maravilhas, Mário Campos, Morada Nova de Minas, Papagaios, Pará de Minas, Paraopeba, Pequi, Pompéu, São Joaquim de Bicas e São José da Varginha, sendo Brumadinho o município sede do polo.

§ 2º – O polo de que trata esta lei integra a política estadual de apoio à floricultura, instituída pela Lei nº 17.213, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 2º – São objetivos do polo de que trata esta lei:

I – incentivar a produção, a industrialização, a comercialização e o consumo de flores e plantas ornamentais nos municípios integrantes do polo;

II – promover o desenvolvimento e a divulgação de tecnologias aplicáveis à cultura de flores, em especial os métodos de irrigação e a produção de material genético básico;

III – estimular a melhoria da qualidade dos produtos, tendo em vista o aumento da competitividade do setor;

IV – contribuir para a geração de empregos e para o aumento da renda no meio rural, principalmente mediante ações voltadas para a agricultura familiar, observando-se os princípios do desenvolvimento sustentável.

Art. 3º – As ações governamentais voltadas para a consecução dos objetivos do polo de que trata esta lei observarão as seguintes diretrizes:

I – zoneamento agroambiental fundamentado na potencialidade climática e edáfica, com a identificação, por município, das áreas propícias ao cultivo das diferentes espécies de flores e plantas ornamentais;

II – apoio ao processo de tomada de decisão dos agentes envolvidos no negócio de flores e plantas ornamentais, por meio da implantação de sistema de informação de mercado, interligando órgãos públicos, empresas, cooperativas e associações de produtores;

III – desenvolvimento e divulgação de tecnologias aplicáveis à cultura de flores e plantas ornamentais, especialmente os métodos de irrigação e a produção de material genético básico;

IV – elaboração de normas de classificação e padronização de produtos e embalagens;

V – destinação de recursos específicos para a pesquisa, a inspeção sanitária, a assistência técnica e a extensão rural;

VI – controle fitossanitário dos materiais de propagação das plantas, bem como do uso de agrotóxicos;

VII – oferta de assistência técnica aos produtores, sendo ela gratuita para a agricultura familiar;

VIII – desenvolvimento de ações de capacitação profissional de técnicos, agricultores e trabalhadores, incluindo os aspectos gerenciais e de comercialização;

IX – criação de mecanismos que propiciem tratamento tributário diferenciado para a instalação de agroindústrias de flores e plantas ornamentais nas áreas de concentração de produção;

X – criação de linhas de crédito especiais, em bancos oficiais, para:

a) implantação e custeio de culturas definidas como prioritárias para o desenvolvimento da atividade de cultivo de flores e plantas ornamentais;

b) investimento, custeio e modernização da cultura de flores e plantas ornamentais por associações ou cooperativas de produtores.

Art. 4º – As ações governamentais relacionadas com a implementação do polo de que trata esta lei contarão com a participação de representantes dos produtores e das entidades públicas e privadas ligadas à produção, à comercialização, ao armazenamento, à industrialização e ao consumo de flores e plantas ornamentais e à pesquisa e tecnologia.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2020.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.694

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Albertina o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Albertina o imóvel com área de 9.625m² (nove mil seiscentos e vinte e cinco metros quadrados), situado na Avenida José Silveira Campos, naquele município, e registrado sob o nº 10.225, a fls. 128 do Livro 3-P, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jacutinga.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* destina-se à promoção de atividades esportivas e de lazer.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2020.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.695

Dispõe sobre a política estadual de transporte ferroviário e o Sistema Estadual de Transporte Ferroviário e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – A política estadual de transporte ferroviário e o Sistema Estadual de Transporte Ferroviário, em consonância com a Lei Federal nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, atenderão ao disposto nesta lei.

Art. 2º – A política estadual de transporte ferroviário tem como principal objetivo ampliar a quantidade de passageiros e cargas transportados por meio do modal ferroviário no Estado.

Art. 3º – Na implementação da política estadual de transporte ferroviário, serão observados os seguintes princípios:

I – a integração do transporte ferroviário estadual com o transporte ferroviário sob a jurisdição da União e dos municípios;

II – a integração entre os modais de transporte ferroviário, rodoviário, aquaviário e aéreo;

III – a busca de parcerias com a iniciativa privada e com a sociedade civil organizada;

IV – a preservação do patrimônio ferroviário de relevância histórica, observado o disposto na Lei nº 23.230, de 4 de janeiro de 2019;

V – o incremento do desenvolvimento socioeconômico do Estado;

VI – a melhoria da qualidade de vida da população mineira;

VII – a sustentabilidade ambiental, social e econômica;

VIII – o incremento do transporte ferroviário urbano de passageiros;

IX – o desenvolvimento do turismo ferroviário.

Art. 4º – Na implementação da política de que trata esta lei, será realizado o estímulo ao transporte ferroviário urbano de passageiros tendo como objetivos:

I – a integração com outros modais de transporte público;

II – a redução de acidentes de trânsito, dos congestionamentos de tráfego urbano, bem como o aumento da eficiência energética;

III – a utilização segura de tecnologia e inovação na implantação da política de que trata esta lei;

IV – a priorização do conforto e da melhoria da qualidade de vida dos usuários dos serviços.

Art. 5º – Um dos instrumentos da política estadual de transporte ferroviário será o Plano Estratégico Ferroviário do Estado – PEF –, que conterá um portfólio de projetos planejados para o Sistema Estadual de Transporte Ferroviário, a que se refere o art. 6º.

§ 1º – Os projetos a que se refere o *caput* serão priorizados tendo como base, pelo menos, os seguintes critérios:

I – a eficiência na redução de restrições da infraestrutura logística;

II – a população diretamente beneficiada, no caso dos trens de passageiros;

III – a interconexão com trechos ferroviários em operação;

IV – o grau de complexidade de implantação do projeto;

V – a eficácia na redução da emissão de poluentes e de gases que contribuem para o efeito estufa;

VI – a sustentabilidade econômico-financeira do projeto;

VII – a possibilidade de redução dos impactos ambientais e sociais negativos;

VIII – a existência ou a necessidade de criação de mecanismos institucionais ou de governança para viabilização do projeto;

IX – o menor impacto no orçamento do Estado;

X – a capacidade de dinamização da economia do Estado, em primeiro lugar, dos municípios mineiros, em segundo, e, subsidiariamente, da União;

XI – a relevância histórica e cultural do projeto para o Estado.

§ 2º – A metodologia para a elaboração do PEF e para a priorização dos projetos a que se refere o *caput*, inclusive a ordem hierárquica dos critérios previstos no § 1º, deverá ser validada por meio de mecanismos de participação social que garantam a adequação do projeto aos anseios da população e às necessidades de desenvolvimento do modal ferroviário do Estado.

§ 3º – O PEF terá a vigência de, no mínimo, 15 anos contados da data de publicação desta lei e será revisado, no mínimo, a cada 8 anos.

Art. 6º – O Sistema Estadual de Transporte Ferroviário é composto pelo conjunto da infraestrutura ferroviária planejada ou em operação, bem como daquela que possua relevância histórica, sob a jurisdição do Estado.

Art. 7º – O Estado poderá explorar diretamente ou mediante concessão, permissão ou autorização a infraestrutura ferroviária sob sua jurisdição ou a ele delegada ou cedida por outro ente da federação.

Art. 8º – O Poder Executivo poderá autorizar, por meio de contrato a ser formalizado e que terá prazo determinado, a exploração de ferrovias em regime de direito privado.

Parágrafo único – O prazo a que se refere o *caput* terá duração de, no mínimo, vinte e cinco anos e, no máximo, noventa e nove anos, e poderá ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos.

Art. 9º – A instalação de infraestruturas ferroviárias observará, em zonas urbanas ou de expansão urbana, o disposto no plano diretor municipal e, em regiões metropolitanas, o disposto no plano diretor de desenvolvimento integrado.

Art. 10 – Fica acrescentado à Lei nº 23.230, de 2019, o seguinte art. 3º-A:

"Art. 3º-A – A destruição de materiais considerados inservíveis remanescentes de trechos ou veículos ferroviários, em operação ou não, somente poderá acontecer após esgotadas as possibilidades de sua reutilização, em primeiro lugar, em linhas e ramais ferroviários, ou, em segundo lugar, para outras finalidades, observado laudo técnico assinado por profissional competente.".

Art. 11 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2020.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

ATAS

ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/12/2020

Presidência do Deputado Agostinho Patrus

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – Orientações Gerais sobre a Reunião – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Indicações: Discussão, em turno único, da Indicação nº 12/2020; aprovação – 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do deputado Arlen Santiago; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.089/2020; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 – Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2019; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 – Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2019; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 – Suspensão e Reabertura da Reunião – Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 52/2020; encerramento da discussão; discursos dos deputados Cássio Soares, Ulysses Gomes, Guilherme da Cunha, Duarte Bechir, Professor Cleiton e Bartô; votação nominal da proposta, salvo emenda; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação nominal da Emenda nº 1; rejeição – Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 64/2020; encerramento da discussão; discursos dos deputados Guilherme da Cunha e Hely Tarqüínio; votação nominal da proposta; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2020; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº

4.031/2017; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.362/2017; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.491/2017; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.958/2018; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 521/2019; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Suspensão e Reabertura da Reunião – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 648/2019; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 894/2019; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 905/2019; encerramento da discussão; discurso do deputado Zé Reis; votação nominal do projeto; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.026/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.182/2019; aprovação – Suspensão e Reabertura da Reunião – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.194/2019; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.373/2019; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.699/2020; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.073/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.858/2015; discurso da deputada Laura Serrano; encerramento da discussão; votação nominal do Substitutivo nº 1, salvo emenda; aprovação; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.578/2016; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; encaminhamento da emenda com o projeto à Comissão de Desenvolvimento Econômico – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.028/2017; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.485/2017; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.869/2017; aprovação na forma do Substitutivo nº 1; prejudicialidade da Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.344/2018; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 853/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.142/2020; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarqüínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 10h9min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

1ª Parte

Ata

– O deputado Gustavo Santana, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Orientações Gerais sobre a Reunião

O presidente – A presidência esclarece que esta reunião será realizada nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.755, de 2020, e do Regimento Interno, observando-se as seguintes diretrizes:

1) As deputadas e os deputados devem usar exclusivamente a plataforma Silegis para registro de presença, inclusive para recomposição de quórum;

2) Os parlamentares podem discutir as proposições constantes na pauta pelo prazo de 60 minutos, nos termos do inciso I do art. 246 do Regimento Interno. Para tanto, devem se inscrever exclusivamente pela plataforma Silegis, na aba "Reuniões/Plenário";

3) As inscrições para discussão serão preservadas para as reuniões subsequentes até o encerramento da discussão;

4) Será admitido aparte na discussão. Para fazer aparte, os parlamentares devem se manifestar pelo *chat online*, escrevendo expressamente "aparte", ou, caso estejam no recinto do Plenário, solicitar diretamente ao Presidente;

5) Os parlamentares poderão encaminhar a votação das proposições constantes na pauta pelo prazo de 10 minutos, nos termos do art. 264 do Regimento Interno. Para tanto, devem se inscrever exclusivamente pela plataforma Silegis, na aba "Reuniões/Plenário". Não será admitido aparte no encaminhamento de votação, nos termos do inciso III do § 2º do art. 162 do Regimento Interno;

6) A matéria será submetida a votação pela plataforma Silegis;

7) Os parlamentares poderão fazer uso da palavra para declaração de voto, pelo prazo de 5 minutos, nos termos do art. 254 do Regimento Interno, devendo se inscrever exclusivamente na plataforma Silegis, na aba "Reuniões/Plenário". Será concedida a palavra somente após o término de todas as votações;

8) Será cancelada, nos termos do art. 245 do Regimento Interno, a inscrição do deputado que, chamado, não estiver online no sistema de comunicação remota utilizado pela Assembleia. Nesse caso, o deputado deverá se inscrever novamente se ainda quiser fazer uso da palavra;

9) Havendo problemas técnicos ou perda de conexão, a presidência passará ao próximo parlamentar inscrito e, assim que o deputado voltar a se conectar, ele será chamado para continuar seu pronunciamento pelo tempo que lhe restar, desde que ainda não tenha sido encerrada a respectiva fase.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 1ª Fase da 2ª Parte da reunião, com a apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Discussão e Votação de Indicações

O presidente – Discussão, em turno único, da Indicação nº 12/2020, feita pelo governador do Estado, de Antônio Claret de Oliveira Júnior para o cargo de diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da Plataforma Silegis. Em votação, a indicação.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – André Quintão Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – leitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarqüínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Léo Portela – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 60 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a indicação. Oficie-se ao governador do Estado.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência vai passar à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Arlen Santiago em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 2.089/2020 seja apreciado em primeiro lugar. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da Plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarqüínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Léo Portela – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

– Registra “branco”:

Coronel Sandro.

O presidente – Votaram “sim” 52 deputados. Houve 1 voto em branco. Está aprovado o requerimento.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.089/2020, do deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a transferência para a União de parte da malha rodoviária que especifica, sob jurisdição estadual, e dá outras providências. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram "sim":

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarqüínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Léo Portela – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram "sim" 60 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram "sim":

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarqüínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

O presidente – Votaram "sim" 61 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.089/2020 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2019, do deputado João Leite e outros, que dá nova redação ao inciso IX do art. 10 e acrescenta o § 5º ao art. 231 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da Plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado, e com os arts. 259 e 260 do Regimento Interno. A presidência lembra ao Plenário que a proposta de emenda à Constituição será aprovada se obtiver, no mínimo, 48 votos favoráveis, nos termos do art. 201, *caput*, do Regimento Interno. Em votação, a proposta, salvo emenda.

– Registram "sim":

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarqüínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Léo Portela – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém –

Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 64 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a proposta, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram "sim":

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarqüínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Léo Portela – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 64 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovada, em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2019 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 20 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 52/2020, do deputado Professor Cleiton e outros, que altera a redação do § 2º do art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, a proposta. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cássio Soares.

O deputado Cássio Soares – Muito bom dia, nobres deputados e deputadas; população mineira, especialmente aqueles moradores dos municípios banhados pelo Lago de Furnas e Lago de Peixoto, nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste do nosso Estado de Minas Gerais.

Há algum tempo, estamos percebendo os prejuízos que o nosso Estado de Minas Gerais vem enfrentando com o descaso do governo federal quanto a sua política de geração de energia para o nosso país, aproveitando da condição de Minas Gerais ser conhecida como a caixa d'água do Brasil pelas bacias hidrográficas que cortam o nosso estado e poder utilizar da geração da energia hidrelétrica, em que pese essa geração de energia trazer grandes danos e grandes prejuízos para os municípios banhados pelo Lago de Furnas e pelo Lago de Peixoto. Hoje, temos uma diversidade muito grande da utilização dessas águas, não mais apenas a questão de geração de energia hidrelétrica. Hoje, temos tanto a importância das águas desses lagos quanto a geração de emprego e renda na exploração sustentável do nosso turismo, que já representa uma boa parcela da nossa economia local. Essas águas também servem para irrigar a agricultura, abastecer a pecuária e sobretudo abastecer vidas humanas – municípios são abastecidos com as nossas águas.

Quando da concepção de Furnas Centrais Elétricas e da construção das nossas hidrelétricas, tivemos muitas áreas produtivas inundadas. Ou seja, os prejuízos foram danosos, foram consideráveis. E agora, pela falta da política pública federal de uma ampliação e uma diversidade na matriz energética do nosso país, estamos vendo as nossas águas irem embora. Por isso que Minas Gerais está levantando a sua voz e cobrando o que nos é de direito, especialmente com uma participação muito bem-vinda da comunidade civil organizada. Temos, hoje, os grupos Pró-Furnas 762, Todos por Furnas e Peixoto e Todos por Furnas. Enfim, são pessoas abdicadas, que têm interesse em defender o nosso Estado de Minas Gerais, as nossas riquezas naturais.

Por isso, quando o professor Cleiton fez a proposição da PEC nº 52, da qual também sou signatário, juntamente com boa parcela dos deputados e deputadas... Estamos defendendo o tombamento dos nossos lagos. Tudo isso para mostrar para o governo federal que Minas levanta a sua voz e faz exigir o que nos é de direito.

Deixo claro aqui, nobres colegas deputados e deputadas, que essa PEC por si só não resolverá todo o problema. Caso o governo federal não tenha a responsabilidade e a sensibilidade de perceber que Minas Gerais merece respeito, a ONS, a ANA e o Ministério de Minas e Energia continuarão trabalhando sem respeitar Minas Gerais, assim como estamos percebendo que, nos últimos tempos, estamos com cotas cada vez menores.

Para todos terem conhecimento: na data de ontem, a medição do Lago de Furnas era a cota 754,36m do nível, o que representa um volume de 15,7% da capacidade do nosso lago; e o Lago de Peixoto, uma cota 658,04, que representa 32% da cota. E recentemente, de forma impressionante, incabível, percebemos as comportas da Usina de Mascarenhas de Morais abertas, jorrando água para as bacias, para os lagos seguintes, sem ao menos estar gerando energia. Algo de estranho há nessas condições todas.

Temos aqui alguns representantes dos nossos movimentos, que, de forma muito aguerrida, têm demonstrado a organização da nossa sociedade civil.

Diante disso tudo, meu caro presidente Agostinho, como relator da PEC nº 52 e agradecendo a confiança dos colegas, apresentei parecer favorável à PEC nº 52/2020, para que possamos, através dela, ter mais um mecanismo de pressão junto ao governo federal e aos órgãos que delimitam os limites de utilização das águas, repito, Operador Nacional de Sistema, Agência Nacional das Águas e Ministério das Minas e Energia e, dessa forma, vamos defendendo o nosso Estado de Minas Gerais, assim como nos foi confiado essa responsabilidade por toda a população mineira.

De resto, esclareço que acatei a emenda proposta pelo deputado Guilherme da Cunha por ser uma emenda que não traz nenhum tipo de prejuízo para o objetivo final e maior da nossa PEC nº 52, muito pelo contrário, a emenda assegura a condição de abastecimento de água aos municípios, pois, ao contrário, se não fosse a emenda, correríamos o risco de, quando os lagos estiverem abaixo do nível 762, o de Furnas, e 663, o de Peixoto, os municípios que utilizam das águas desses lagos para o abastecimento da população ficarem impossibilitados, impedidos, por força constitucional, de retirar uma gota d'água dos lagos para abastecimento humano.

Sendo assim, encaminho favoravelmente à PEC a votação dos nobres colegas deputados e deputadas para que façamos cumprir o nosso dever de defensores da população mineira do nosso Estado de Minas Gerais. Meu muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Cássio Soares. Cumprimento V. Exa. pelo brilhante trabalho como relator dessa importante proposta de emenda à Constituição. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes – Bom dia, presidente Agostinho. Espero que V. Exa. esteja bem. Deputados e deputadas, bom dia.

Estou aqui, hoje, presidente, na cidade de Fama, em frente ao Lago de Furnas. Queria compartilhar com todos que acompanham a situação do lago que, há meses, estava com uma medição próxima onde estamos, na divisa, e hoje estamos vendo o quanto o lago baixou. Ali ao lado daquela embarcação já começamos a ver ruínas das casas antigas de Furnas, para ver como baixou o nível. Quando falamos da cota 763, da cota de Peixoto 663, a 752, seja qual cota for, as pessoas que não vivem aqui, não convivem

não têm a dimensão. Fiz questão de poder estar aqui em Fama, hoje, para poder mostrar para aqueles e aquelas que não conhecem a realidade o que significa isso. Quando não há um controle, uma posição do governo, um controle das agências reguladoras e uma legislação que garanta essa cota mínima, a população que vive e depende do Lago de Furnas é muito prejudicada. O que acontece hoje é que o lago está servindo, única e exclusivamente, para a geração de energia na lógica das agências reguladoras e do governo federal.

Estou aqui ao lado do prefeito de Fama, o Cantareli, junto com o atual vice-prefeito eleito, o Alexandre, que estavam compartilhando comigo aqui, presidente, a dificuldade de as pessoas que vivem no entorno do Lago de Furnas, que dependem do turismo, da pesca, da água do Lago de Furnas, sobreviverem hoje com essa situação. Por isso a legislação é muito clara: que a água do lago deve servir para o seu uso múltiplo. O que é o uso múltiplo? É garantir que ele não sirva única e exclusivamente para a geração de energia, mas para a sobrevivência de todos, principalmente daqueles que, há mais de 60 anos, perderam sua casa e que já sofreram ao longo dos anos por essa mudança e se adaptaram e começaram a viver no entorno do lago. E, quando o governo não controla essa cota, acontece isto aqui. Não há como as pessoas sobreviverem. Eu estou aqui em um restaurante em cuja beira existia um lago. Hoje não existe mais. Hoje tem lama. Então, é disso tudo que nós estamos falando, além de tantas outras experiências compartilhadas com outros deputados.

O deputado Cássio compartilhou um pouco da sua luta, do seu relatório brilhante, pelo qual quero aqui parabenizá-lo, assim como a todos os membros da comissão de que tive a oportunidade de fazer parte, os deputados que apresentaram toda essa proposta da PEC.

E eu não poderia deixar de registrar nesta oportunidade, na presença aqui, em Fama, compartilhando juntamente com o prefeito e com o vice-prefeito, mas sobretudo mostrando para todos que nos acompanham nesta manhã, o que nós estamos falando, o que significa a baixa do Lago de Furnas e denunciar o que nós vimos neste final de semana. Mais uma vez, o deputado Cássio registrando – ontem eu tive a oportunidade de fazer isso na Comissão Especial – o que aconteceu este final de semana no Lago de Peixoto: as oito comportas abertas, sem estar gerando energia, jorrando água fora. Então é inadmissível vivenciarmos isso hoje, seja no Lago de Peixoto, seja no Lago de Furnas, sem a gente ter o controle. Então, a proposta apresentada pelo deputado Cleiton, da qual todos nós, a maioria dos deputados da Assembleia, assim como eu, tivemos a oportunidade de ser coautores, apresentando essa emenda e participando da Comissão Especial, é fundamental porque vai garantir, dentro da Constituição Mineira, mais uma – redundantemente falando – garantia, para que todos nós possamos fiscalizar que o Lago de Furnas e o Lago de Peixoto tenham uma cota mínima. Mas vai depender da mobilização – o prefeito está me dizendo aqui –, juntando todos os prefeitos das cidades do entorno do Lago de Furnas e de Peixoto, para irem ao governo federal – iremos marcar uma reunião com o governo federal – pressioná-lo e às agências reguladoras, para que tenham esse controle. E será papel nosso, da Assembleia também, fiscalizar.

Neste momento, é uma conquista a aprovação dessa PEC. Eu encaminho favoravelmente, mas o controle, a fiscalização e a garantia de que o governo federal possa, de fato, manter a cota mínima, para que as pessoas tenham a garantia de sua sobrevivência econômica no turismo, na pecuária, em tudo que depende do Lago de Furnas... Que a gente possa oferecer esse direito a toda a população. Então, encaminho favoravelmente.

Agradeço aqui ao prefeito, ao vice-prefeito e a todo o povo do Lago de Furnas que nos acompanha neste momento e parabenizo toda a sociedade que vem se mobilizando e as deputadas e deputados que já se mostraram favoráveis no 1o turno. Eu tenho certeza de que, dessa forma, votaremos agora favoravelmente aprovando essa PEC, que nos traz mais uma garantia. Obrigado. Parabéns a todos e a todas que se mantêm nesta luta com a certeza de que nós iremos garantir esse direito ao nosso povo do Lago de Furnas. Um abraço, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Ulysses Gomes. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Guilherme da Cunha.

O deputado Guilherme da Cunha – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, colegas. Bom dia também a toda a população que nos acompanha com bastante interesse, um justo interesse pelo debate dessa PEC tão importante para o Estado de Minas Gerais. E faço questão de saudar especialmente os moradores da região, ativistas, com quem tive bastante contato nos últimos dias e que nos acompanham aqui, em Plenário.

Sr. Presidente, colegas, na votação de 1o turno dessa proposta de emenda à constituição, eu fui o único parlamentar a votar contra por razões técnicas e recebi desde então uma chuva de críticas, na verdade, xingamentos vindos, em sua grande maioria, de grupos organizados da própria região dos Lagos de Furnas e de Peixoto; muitas ameaças, eu diria, ou pelo menos barganhas de cunho eleitoral, dizendo que nunca mais votariam em mim, que eu não seria reeleito, que eu perdi o voto deles. E gostaria de dizer que, de todos esses xingamentos, de todas essas barganhas, nada moveu um único milímetro a minha convicção de buscar fazer o que é o certo nesse projeto e em toda a minha atuação como parlamentar.

A política requer coragem da gente; coragem de se tornar impopular; coragem de perder voto; coragem para agente seguir o que as nossas convicções e as informações técnicas nos indicam em cada votação, para cumprir uma missão maior de, de fato, ajudar a resolver problemas da população com as leis que a gente aprova, e, ao mesmo tempo, ter a cautela de não gerar mais problemas para a população com os efeitos imprevisíveis ou indesejáveis das mesmas leis que a gente aprova. Sendo muito franco, vi nessa PEC pouca efetividade no sentido de se resolver de fato o problema da população porque enxergo que ela vai ser descumprida. Essa PEC vai ser descumprida pelo operador das usinas porque o Rio Grande, no qual estão situados os lagos, é um rio federal, por força do art. 20 inciso III da Constituição da República.

Independentemente disso, a gente está aqui buscando soluções e, queira ou não, a aprovação da PEC é uma forma de pressionarmos o governo federal para que ele esteja atento às necessidades da região. Mas vi também, no texto de 1º turno dessa PEC, um risco muito grande de a gente gerar novos problemas com a sua aprovação. Problemas seríssimos, problemas que poderiam colocar em risco o abastecimento de água em mais de 40 cidades mineiras, e por uma simples razão: o texto original da PEC previa apenas que o nível mínimo dos lagos deveria ser de 762 para Furnas e de 663 para Peixoto. A Constituição prevalece sobre qualquer outra norma, é mais forte que qualquer outra norma, e prevalece inclusive sobre a lei federal de recursos hídricos. A Constituição é hierarquicamente superior. Então, na necessidade de se atingir os limites de 762 e 663, qualquer uso que retire água não apenas dos lagos, mas também de toda a Bacia do Rio Grande, desde o início dela, poderia se tornar inconstitucional.

O fato de se permitir verter água das usinas, passando ou não pelas turbinas geradoras, poderia se tornar inconstitucional, e enxerguei, nessa possibilidade, um risco muito grande sobre o qual a gente poderia trabalhar, aqui dentro, para evitarmos que isso aconteça. Em razão disso, mergulhei na matéria e conversei com outros ativistas, outras pessoas engajadas da região, que estiveram junto comigo para buscar soluções, e trocamos argumentos. Os argumentos me ajudam a me mover da posição inicial e me ajudam a formar a minha convicção, e argumentos foram apresentados. A partir dos argumentos, formulei a emenda que agora segue para votação juntamente com a PEC.

O que diz essa emenda? A emenda apenas ressalva que, ainda que o nível dos lagos esteja abaixo do mínimo estabelecido na PEC, a água poderá continuar sendo utilizada para consumo humano, dessedentação animal e agricultura. Basicamente a gente está querendo que, na busca de se elevar o nível dos lagos, as pessoas não passem sede. Isso é muito grave. E a solução que haveria... Bem, não precisa da emenda, já existe na lei federal de recursos hídricos. Esqueçam, a Constituição prevalece sobre a lei. Ela é necessária, e ela é necessária justamente para evitar um problema social muito mais severo e muito mais grave para muitas mais pessoas porque as cidades que fazem a captação da Bacia do Rio Grande se estendem desde Barbacena até Alfenas. Todas elas fazem a captação da Bacia do Rio Grande. Então, para se evitar um problema para toda essa população em Minas Gerais, a emenda é necessária e justa.

Sou muito grato, muito grato mesmo ao deputado Cássio Soares, relator da PEC na comissão especial, em 2º turno, que, mesmo já estando em uma posição vencedora e tendo a certeza de que a PEC seria aprovada, esteve aberto a ouvir os argumentos, da mesma maneira que eu estive quando conversei com os ativistas e com os especialistas em direito constitucional. Então, ouvindo os argumentos e se sensibilizando com eles, ele acatou a emenda, colocou-a para apreciação da comissão, e a emenda foi aplaudida pelo autor da PEC, deputado Professor Cleiton. Foi um momento que me deixou bastante satisfeito por perceber que, mesmo quando há divergência, ainda há espaço para troca de ideias neste Parlamento, e, com a troca de ideias, a gente pode buscar resultados melhores para a população.

Sr. Presidente, caros colegas, eu sigo na minha convicção de que a PEC, em sua essência, é inconstitucional, por tratar de um rio que é federal. Devo votar ainda contrário, em razão dessa convicção, mas, agora, com a certeza de que, com a emenda, pelo menos, ela não vai produzir efeitos negativos justamente para a população a que visa proteger. Nós vamos continuar deixando água seguir para as torneiras; nós vamos continuar deixando água dessedentar os animais e também impulsionar a agricultura.

Eu peço aos colegas que também tenham a sensibilidade que teve o relator, deputado Cássio Soares, e que mesmo já consolidados na posição vencedora – que eu tenho certeza de que se repetirá pela aprovação da PEC –, estejam atentos à importância de protegermos o consumo humano dessa água neste momento, para se evitar a necessidade de uma judicialização futura, para se evitar a necessidade de um descumprimento da norma, para que as pessoas não vivam uma tragédia humana. Isso sem falar, claro, também na tragédia ambiental que seria gerada com o fechamento completo das Represas de Furnas e de Peixoto e com o secamento da calha do Rio Grande, a jusante delas. Se estamos preocupados com o impacto ambiental disso – e devemos estar – é algo a se considerar que o fechamento completo vai provocar o secamento da calha, com a morte de não sei quantos animais e mais outros milhares de elementos da flora brasileira.

Colegas, presidente, eu solicito, então, que votem favoravelmente à Emenda nº 1, que está em apreciação, juntamente com a PEC nº 52, para que nós possamos dar essa segurança e tranquilidade ao povo mineiro de que não faltará água em suas casas, em razão de uma legislação, eventualmente, descuidada que possamos aprovar nesta Casa. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Guilherme da Cunha. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Duarte Bechir.

O deputado Duarte Bechir – Presidente deputado Agostinho Patrus, é muito bom ver V. Exa. bem e, em breve, assim como eu, retornará aos trabalhos. Mesmo daí, V. Exa. está se comprometendo com o compromisso de dirigir os trabalhos. Quero cumprimentar V. Exa. e, na sua pessoa, eu saúdo os demais pares desta Casa. Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a minha história com o Lago de Furnas tem semelhança com alguns membros do Legislativo mineiro. Eu tive a oportunidade de ser prefeito em Campo Belo, de 2001 a 2004, e já tinha sido vereador de 1993 a 1996. Eu quero aqui contar um pouco dessa história para nós chegarmos ao dia de hoje.

À época, o candidato Lula estava fazendo a sua caravana e quando ele foi visitar o Lago de Furnas, eu era da direção. Coube a mim dirigir aquela reunião. Nós falamos para ele do propósito, do sofrimento dos prefeitos de 33 municípios, que precisariam abrir um diálogo com o governo federal para melhor distribuição dos royalties, porque, dos municípios afetados, só dois recebiam um recurso maior em relação à produção, à geração, e os demais tinham pequenas cotas de participação, mas tinham também terras alagadas. A nossa história com Furnas... Eu nasci em Cristais, que também é terra que foi comprometida com o alagamento. A história é muito fácil de vocês entenderem por que estamos aqui discutindo hoje. Para mim, que fui vereador e prefeito, que sou da cidade inundada pelo Lago de Furnas, a minha posição é: claro que tem que ser na defesa dos interesses da manutenção da cota mínima do lago. Tem que ser. Não podia ser diferente.

Quando nós estávamos em Cristais, em 1965, começou a chegar as águas, o desvio do Rio Grande, houve muita gente que perdeu tudo porque, naquela época, nós não tínhamos agricultura em terras que não fossem férteis. Hoje, você vê o Triângulo, você

tem melhoramento da terra, você tem um adubo, você tem o preparo. Hoje, você planta tudo em qualquer lugar e nasce. Onde não se plantava em 1965, hoje, já se planta. Então, houve fazendeiros que tiraram a própria vida porque não viram mais expectativa adiante, depois que a água de Furnas inundou especialmente, unicamente, as terras férteis produtivas.

O ano de 1965 veio, inundou-se, e o nosso Sul de Minas, os municípios banhados começaram a buscar alternativas que o lago poderia propiciar a eles. E aí veio o turismo. Olhe, gente, o turismo vai ser a nossa alternativa. Criaram inúmeros empreendimentos turísticos, clubes ao longo do Lago de Furnas. Investiu-se muito. Eu tinha uma propriedade beirando a Ponte Boa Esperança, nós tínhamos um rancho pequeno – já fui proprietário –, e vira e mexe a água ia embora, nós guardávamos os barcos, a água ia embora, distante. A nossa luta era para que nós tivéssemos a garantia de que a água – um sofrimento – e os empreendimentos da nossa região fossem garantidos prioritariamente a São Paulo, pois a água do lago passava do lado, não turbinava, mas ia abastecer e ajudar o Estado de São Paulo, onde havia navegação e outras hidrelétricas que precisavam da nossa água. Então nós temos a responsabilidade – Furnas – de ajudar outras hidrelétricas, outro estado, jogando a nossa água fora. Ela passa do lado, Doutor Jean, não é turbinada, não é industrializada, deputada Beatriz, e vai ajudar São Paulo. E a nossa briga sempre foi junto ao governo federal. Nós temos a foto no nosso gabinete; está lá o deputado Odair Cunha, no primeiro mandato, recém-chegado à Câmara Federal, o presidente de Furnas, o presidente Lula, o já falecido e saudoso Maurinho, que era prefeito de Varginha, e Zé Rogério, prefeito de Iguapé. Nós éramos uns 15 prefeitos, e o presidente Lula nos recebeu em 2003. Havia um projeto de lei que redefinia os valores, de autoria de um deputado federal: Chico da Princesa. Nós lutamos muito e continuamos a lutar.

Para chegar no dia de hoje, aqui, eu tive que contar essa nossa história. Eu, como município lindeiro do lago, como pessoa interessada, não tenho a mínima condição de votar contra a PEC. Entendendo-me com os colegas deputados aqui, liguei para o Professor Cleiton, o autor: "Olhe, está surgindo uma emenda, Cleiton, que assegura que prioritariamente não será obedecida a cota mínima que nós queremos se faltar água na cidade para o povo beber, se faltar água na agricultura para se ter o trabalho, o alimento, preservando as outorgas já existentes. De quem já tem o direito, você não o tira".

Então, em síntese, a emenda do deputado Guilherme pode, na opinião do Professor Cleiton, parecer inócua, que já está assegurada; a emenda do Guilherme, se ela já tiver segurança em outra instância, nos dará aqui, na Assembleia, a garantia de que nós queremos a cota, mas nós queremos também assegurar a água para a população, a água para a agricultura e as outorgas já existentes que não há como cortar. Então eu quero aqui novamente dizer: eu tenho interesse na aprovação da PEC, faria quantos discursos fossem necessários para que fosse mantida a cota mínima, mas assegurando que, se faltar água para o consumo humano, não há como brigar pela cota, não existe maneira de eu chegar, como deputado, e dizer: Vocês, da cidade tal, vão ficar sem água, porque nós criamos uma lei que não deixa abastecê-los para se manter o nível do lago. Produtores, os senhores não terão água para cuidar das plantações, porque nós fizemos uma lei na Assembleia que garante que a água vai ser só para manter o turismo e, para aqueles que já têm outorga, nós não temos a capacidade e não podemos criar uma lei que retira direitos assegurados – são as outorgas que já existem hoje.

Então, senhoras e senhores, eu quero aqui dizer, com todas as letras, que parabenizo o Professor Cleiton pela iniciativa de trazer esse tema da propositura da PEC nº 52 e que tem todo o meu apoio. Deputado Guilherme, a sua ação pode até parecer inócua, mas temos o conhecimento do seguinte ditado popular: o que abunda não prejudica, ou seja, o que vier para somar não traz nenhum problema. Então, o deputado Duarte Bechir encaminha, senhoras e senhores, favoravelmente à PEC nº 52, de autoria do ilustre deputado Professor Cleiton, da nossa querida Varginha, mas também é favorável à emenda do deputado Guilherme da Cunha, que propõe assegurar direitos, o que é, na nossa visão, um excelente caminho para que a gente defina o que nós queremos do nosso Lago de Furnas. Parabenizo mais uma vez o deputado Professor Cleiton e, da mesma forma, parabenizo o Guilherme da Cunha.

Caminho para o último minuto. Sr. Presidente, eu tratei da minha saúde, como V. Exa. está fazendo, por 10 dias. Retornando, depois de muito tempo, a utilizar a tribuna desta Casa, a gente sente que o Parlamento faz falta na vida daqueles que

gostam de debate. E voltando hoje a participar da reunião desta tribuna e tendo a oportunidade de dirigir-me aos nossos pares e à população mineira, eu me sinto muito forte, especialmente pelo apoio dos colegas, pelas orações, que me deram, naquele momento de desconforto e de tristeza, uma força muito grande. Então quero agradecer carinhosamente as manifestações por mim recebidas e as orações que me deram força para superar e voltar a esta Casa de que tanto gosto e do trabalho do Parlamento. Muito obrigado a todos. Presidente, um abraço! Melhoras para V. Exa. e para os demais colegas que, assim como eu, estão se tratando e em breve estarão de volta. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Duarte Bechir. Tenha a certeza de que para todos nós, seus colegas, também é uma alegria poder vê-lo de volta, com a sua imensa capacidade de discursar, de falar para a população mineira. V. Exa. é um excelente tribuno que nós temos na Casa. Parabéns pelo retorno! Nós todos também estamos muito felizes com a volta de V. Exa. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Professor Cleiton.

O deputado Professor Cleiton – Sr. Presidente, saúdo V. Exa. desejando-lhe melhoras. É a mesma situação em que me encontro neste momento. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós vivemos hoje um dia histórico, um dia em que votamos algumas proposições importantíssimas nesta Casa, mas eu queria fazer uma correção em relação a uma frase do colega que me antecedeu. Não é a política que requer coragem; a política requer humildade. A vida requer coragem, já dizia Guimarães Rosa. Então, na política, a gente precisa de humildade. E de humildade para reconhecer quando a gente erra, como eu errei ontem, na comissão especial, ao acatar a emenda que foi apresentada pelo deputado Guilherme da Cunha, até porque eu não tinha o texto em mãos, Sr. Presidente. Eu entendo que a emenda tem dois problemas. O primeiro é que ela é inócua, sim, deputado Duarte Bechir, pelo seguinte: na própria proposição da PEC, nós trazemos a compreensão, o entendimento da questão do múltiplo uso das águas. E quando nós falamos em múltiplo uso das águas, nós já estamos garantindo a questão do abastecimento.

Ao mesmo tempo, deputado Duarte Bechir, deputados e deputadas, nós devemos destacar que o próprio caput do art. 84, que prevê essa observância do múltiplo uso das águas, também foi construído mediante muitos olhares, estabelecendo ali que o Código Nacional de Águas prevê, no art. 1º, III, que, no caso de escassez, prevalecerá o consumo humano. Vou repetir: no caso de escassez – isso é uma lei federal – sempre irá prevalecer o consumo humano. Portanto a emenda do deputado é inócua. Depois, debruçando-nos sobre o texto, percebemos isso. Também há algo que é perigoso na emenda do deputado e que pode trazer um problema para a nossa PEC nº 52. Isso porque, no art. 2º, o deputado coloca que "fica permitido o escoamento da água neles contidos", ou seja, está assinando para Furnas um cheque em branco na nossa Constituição, dando a essa empresa a possibilidade de continuar tratando Minas Gerais da forma como vem fazendo – Furnas tratando o nosso estado com todo o descaso.

Mas eu não quero ficar aqui me apegando a essas questões, até porque me causa estranheza, pois há uma semana o mesmo deputado disse que o lago era para gerar energia e que essa PEC traria prejuízo ao Estado, uma vez que privilegiaria o Sul de Minas; e, de repente, o deputado começa a se preocupar com a nossa região. Eu não consegui entender isso. De repente, o deputado está preocupado porque vai faltar água para a população ou vai faltar água para os nossos animaizinhos. Ao mesmo tempo, também não consegui entender com quais ativistas o deputado falou, porque eu venho trazer aqui, deputados, deputado Duarte Bechir, que me antecedeu, as vozes do Sul de Minas; e as vozes do Sul de Minas representadas pelos ativistas verdadeiros, citados muito bem pelo deputado Cássio Soares, são todas por Furnas e Peixoto. O Pró-Furnas 762, a Alago, que representa os 34 municípios mineiros do Lago de Furnas, e o nosso querido Pró-Peixoto, que representa os 10 municípios lindeiros de Peixoto, manifestaram-se contrariamente à emenda que foi apresentada. Então, representando as vozes de mais de um milhão de pessoas que não querem essa emenda, eu peço aos deputados que votem no texto e votem contrariamente à emenda.

Nós estamos aqui é para falar da PEC, neste dia 2 de dezembro. No dia 2/12/1720, D. João V nos separava de São Paulo, criando a capitania de Minas Gerais.

Sr. Presidente Agostinho Patrus, o senhor faz história neste dia hoje, quando atende a essas vozes, que, desde 2012, já estão cansadas de ver as nossas águas vertendo das nossas represas para abastecer São Paulo. Eu tenho certeza plena de que a aprovação dessa PEC nº 52 é um passo importante para que, mais uma vez, Minas Gerais venha dizer "não" a esse descaso, dizer "não" àquilo que tem sido feito com as águas do nosso estado, que têm sido utilizadas para o abastecimento da Hidrovia Tietê-Paraná. O senhor pode ter certeza, Sr. Presidente, de que a população do Sul de Minas Gerais não vai se esquecer desse gesto inconfidente, desse gesto de bravura de quem assumiu esse texto e o levou para a frente.

Meu nobre amigo, deputado Cássio Soares, que colocou Peixoto no texto da PEC nº 52, que teve a coragem de incluir o Lago de Peixoto juntamente com o Lago de Furnas, agradeço-lhe também o brilhante relatório que foi feito. E quis a Providência que nós votássemos essa PEC nº 52 exatamente neste dia celebrativo para nós, neste dia de autonomia, neste dia em que nós estamos dizendo para a população de toda Minas Gerais que lutar por Furnas e Peixoto é lutar pela nossa soberania, é lutar pela geração de emprego e renda, é lutar pelo múltiplo uso das águas e é lutar por uma política que deve ser feita não com coragem, mas deve ser feita, acima de tudo, com muita humildade. Essa é a palavra que deve nos nortear. É com humildade que peço: votem no texto e rejeitem a emenda. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Professor Cleiton. Parabéns pelas iniciativas que V. Exa. tem apresentado nesta Casa! Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Bartô.

O deputado Bartô – Presidente, obrigado pela palavra. Caros colegas; ativistas em prol de Furnas e Peixoto.

Acompanhei muito de perto essa questão toda desde o começo. Eu tinha uma posição até contrária a esse projeto no início, por ter uma visão um pouco mais romântica de que as coisas funcionam como deveriam funcionar. A verdade é que, em nosso país, as coisas funcionam de acordo com a vontade de alguns e que lei tem para tudo quanto é lado. Você acha uma para justificar o ponto positivo e acha outra para justificar o ponto negativo. Assim sendo, começamos a perceber inconsistências que demonstravam que as águas estavam sendo utilizadas de maneira irresponsável e prejudicando muito Minas Gerais. Dentre elas, destaco que, realmente, precisamos de um olhar mais atento, de vários estudos, precisamos conversar com as pessoas da região, conversar com técnicos. Mas já há duas questões que falo muito que demonstram haver caroço nesse angu, que é o próprio pessoal da ONS e da ANA não conseguir justificar por que o lago não poderia estar sendo operado acima da margem de 762. Com isso, ficou muito claro que há uma coisa nebulosa por trás disso.

Quando olhamos todos os anos passados, acho que desde 1995, pelo levantamento que fiz, em apenas três anos a diferença entre pico e fundo do lago ultrapassou 50%, ou seja, o lago consegue ser administrado no intervalo de 50% do estoque. E isso é que me deu a tranquilidade de poder ficar a favor do Projeto nº 762 e, com isso, continuo com o meu posicionamento, pedindo até aos colegas aqui também para votarem a favor dessa PEC, que mostra que esse lago é importante para Minas Gerais.

Com a emenda do colega deputado Guilherme da Cunha, apresentada ontem, muitas pessoas ficaram sem saber se aquilo traria risco jurídico para o projeto e se colocaria tudo a perder. Vi vários ativistas da causa com receio, perdendo um pouco da esperança, e por aí vai. Fiz o meu dever de casa, levantei o parecer e vi que a emenda do Guilherme da Cunha não altera em nada em relação a risco no projeto; pelo contrário, é uma emenda boa, uma emenda que zela por mostrar que também tem de haver cuidado com as pessoas da região que utilizam aquelas águas para consumo próprio. E, com isso, respeita e garante que essas pessoas, animais, agricultura ali da região continuem sem problema nenhum, até porque sabemos que a baixa nas águas não ocorre por conta desse consumo e, sim, de "n" teorias, "n" questões ligadas até mesmo a interesses maiores do que os da própria região.

Sendo assim, queria só dar uma palavra aos ativistas tão aguerridos que estão nessa causa: entendam que essa PEC, passando aqui na Assembleia, tem uma validade jurídica muito questionável, mas ela, passando aqui no Parlamento, mostra o posicionamento da Casa, o posicionamento dos deputados que estão a favor disso e que todos nós estamos com olhares atentos ao que está sendo feito nessa região com o Lago de Furnas e Peixoto.

E, assim, o recado fica muito mais forte, a causa ganha mais força, e esperamos ver... E aqui peço a vocês, ativistas, que têm algum receio, que comecem a exigir também da nossa bancada federal mineira que, de fato, resolva a situação onde se deve resolvê-la. Então, gente, resumindo: a PEC nº 52 realmente tem aspectos jurídicos que são questionáveis, mas aqui, antes de tudo, mostra-se o interesse de Minas Gerais, através de sua Assembleia, de exigir respeito à região e à utilização das águas aqui do lago. Agora, essa etapa vencida, passa-se à próxima, que é a briga no âmbito federal junto com a nossa bancada mineira e com os nossos senadores mineiros também. Obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Bartô. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da Plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado, e com os arts. 259 e 260 do Regimento Interno. Em votação, a proposta, salvo emenda.

– Registram "sim":

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarqüínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registra "não":

Guilherme da Cunha.

O presidente – Votaram "sim" 64 deputados. Votou "não" 1 deputado. Está aprovada a proposta, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram "sim":

Arlen Santiago – Bartô – Bosco – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Coronel Sandro – Cássio Soares – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Hely Tarqüínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leonídio Bouças – Léo Portela – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Professor Irineu – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite.

– Registram "não":

Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Carlos Henrique – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Doutor Jean Freire – Fábio Avelar de Oliveira – João Leite – Leninha – Luiz Humberto Carneiro – auro Tramonte – Professor Cleiton – Rosângela Reis – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Zé Reis.

– Registram "branco":

Laura Serrano – Marquinho Lemos.

O presidente – Votaram "sim" 26 deputados. Votaram "não" 24 deputados. Houve 2 votos em branco. Está rejeitada a emenda. Está, portanto, aprovada, em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 52/2020 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 64/2020, do deputado Hely Tarqüínio e outros, que altera o art. 161 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Guilherme da Cunha.

O deputado Guilherme da Cunha – Bom dia, Sr. Presidente; bom dia, colegas. Primeiramente, gostaria de agradecer o apoio daqueles que, sensíveis à segurança hídrica das famílias e das pessoas que dependem da água, em toda a Bacia do Rio Grande, votaram a favor da aprovação da minha emenda. Infelizmente, os resultados nem sempre são aqueles que a gente deseja. Vi vários deputados insensíveis a essa questão, de maneira incompreensível para mim. Insensíveis a uma possível falta de água nas torneiras das casas, no pasto e no campo. É triste, Sr. Presidente, mas é importante que a gente saiba também virar a página e passar a trabalhar as próximas pautas. O Parlamento é uma constante, uma sucessão de projetos que demandam o nosso estudo, a nossa análise.

Agora estamos diante da Proposta de Emenda à Constituição nº 64, que é outra que demanda aprofundada análise. Primeiramente, Sr. Presidente, caros colegas, tenho certeza de que a intenção é excelente. Excelente! Permitir uma maior participação dos representantes do povo na determinação do uso do dinheiro do povo. A intenção é excelente, não tenho dúvida disso. Louvável a apresentação da proposta. Todavia, Sr. Presidente, a gente tem que estar atento não apenas às intenções, mas também aos efeitos concretos daquilo que a gente aprova. Foi a discussão que eu tentei trazer em relação à PEC nº 52 e é uma discussão que tento trazer agora também.

O efeito concreto da Proposta de Emenda à Constituição nº 64 tem que ser observado não apenas na sua ideia, mas também em cada letrinha, em cada número que compõe o projeto. O projeto determina que o Estado estará engessado no uso ágil e flexível de seus recursos até o limite de 1%, no caso de arrecadação que supere a expectativa orçamentária.

Sr. Presidente, 1% é muito pouco; 1% é um engessamento grande demais para um Estado grande demais também como Minas Gerais, muito dinâmico, e durante um período de tempo tão longo, porque, queira ou não, a gente aprova o orçamento em um ano para valer por todo o ano seguinte. Muitas vezes, despesas que só serão efetuadas daqui a 12 meses já estarão engessadas. E neste ano a gente pode perceber como eventos, muitas vezes, incontroláveis viram as prioridades de cabeça para baixo. Na verdade, a gente já tinha percebido isso no ano passado com a tragédia de Brumadinho, que virou nossas prioridades de cabeça para baixo logo no início do ano; e, neste ano, novamente com as enchentes em toda Minas Gerais e depois com o coronavírus. Sr. Presidente, eu entendo que, sim, o Parlamento precisa ser mais presente na formulação e na fiscalização orçamentária. É importante que isso aconteça, mas eu entendo que esse 1% que tentamos até o último momento ampliar para limites minimamente razoáveis e não foram aceitos, que esse 1% é um engessamento que vai além da formulação democrática do orçamento, que vai além da participação do povo na destinação de seus recursos, que vai além da boa fiscalização da aplicação do dinheiro público. Esse 1% engessa um governo que precisa de um pouco mais – nem é muito, mas um pouco mais – de flexibilidade para atender às demandas de uma população que é grande, que é dinâmica e que está espalhada em realidades muito diversas.

Sr. Presidente, com pesar, eu encaminho o voto pelo "não", porque concordo muito com a ideia e adoraria vê-la prosperando no Parlamento, mas não tenho como concordar com o efeito prático da ideia tal qual redigida: o engessamento no 1%. Esse engessamento, Sr. Presidente, será suficiente para que eu faça, neste momento, um pedido a todos os colegas: que a gente vote "não" agora e que a gente, com a mesma presteza que tivemos para tramitar, apreciar em comissões e colocar em Plenário essa PEC, coloque outra com limites melhores que não engesse o governo e que permita que ele trabalhe pelo bem da mesma população que a gente representa; que a gente faça portanto a correta aplicação da ideia bonita para que ela produza também resultados bonitos.

Sr. Presidente, sem me alongar indevidamente, não faço uso de todo o meu tempo – cerca de metade dele –, mas acredito que a mensagem já está transmitida. Que a gente prospere nessa ideia com números mais adequados. Sr. Presidente, neste momento, encaminho pelo "não" e já faço a sugestão de um novo projeto com limites melhores.

O presidente – Muito obrigado, deputado Guilherme da Cunha. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Hely Tarqüínio.

O deputado Hely Tarqüínio – Sr. Presidente, obrigado. Eu quero ser breve, mas como sempre eu tenho uma forma filosófica de falar e não falo especificamente das coisas. Nós somos 77 deputados. São 77 pares de olhos, órgão do sentido integrado à nossa capacidade de cognição e também de raciocinar sobre o bem de todo o povo de Minas Gerais. E o representante, o mediador de todas as necessidades existenciais no contexto das leis, para que sejam cumpridas... Eu acho que o presidencialismo já é muito forte. Como ele é muito forte no Brasil, principalmente agora, nós precisamos, sim, aumentar os nossos mecanismos de fiscalização, até porque o Parlamento tem aberto mãos, às vezes; não na nossa Assembleia, mas a gente percebe que muitas vezes nós abrimos mão das nossas prerrogativas. E eu não vejo que uma ideia específica e às vezes até partidária, com essa voz romântica e ao mesmo tempo inteligente do nosso Guilherme da Cunha... Eu não concordo com o seu posicionamento. A gente tem que ver o mundo sob todas as formas. A diversidade que existe no Parlamento é exatamente para fazer uma síntese do todo.

Então, é muito importante esse posicionamento dessa PEC porque ela fortalece cada dia mais o Poder Legislativo para que o povo possa perceber que existe fiscalização dos seus bens, para que todos possam ter também – eu vou voltar sempre naquilo em que eu bato – justiça social. Por isso peço a todos os colegas, com a experiência que nós já temos do Parlamento – nós temos aumentado as nossas forças para fiscalizar sem discriminar ninguém –, que os Poderes possam viver com mais independência, não digo harmônicos, mas bem compreendidos entre si. Eu apresentei essa PEC porque eu acho que é mais importante a nossa fiscalização, e daí, sim, saem as legislações que vão ser compatíveis com a necessidade do povo em geral, sem perceber estratos sociais, sem privilegiar nenhum Poder. Os Poderes são isonômicos, então nós queremos essa isonomia sempre fortalecendo cada Poder. Muito obrigado. Peço o apoio de todos os deputados se possível, de acordo com a sua compreensão.

O presidente – Muito obrigado, deputado Hely Tarqüínio, cumprimentando a V. Exa. e os demais deputados pela apresentação de importante proposta de emenda à Constituição. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da Plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado, e com os arts. 259 e 260 do Regimento Interno. Em votação, a proposta.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Braulio Braz – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Gustavo Santana – Hely Tarqüínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Zé Reis.

– Registram “não”:

Bosco – Guilherme da Cunha.

– Registram “branco”:

Bartô – Laura Serrano.

O presidente – Votaram “sim” 56 deputados. Votaram “não” 2 deputados. Houve 2 votos em branco Está aprovada a proposta. Está, portanto, aprovada, em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 64/2020 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2020, do deputado Doorgal Andrada e outros, que acrescenta a alínea "l" ao inciso I do art. 106 e o § 10 ao art. 118, ambos da Constituição do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da Plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado, e com os arts. 259 e 260 do Regimento Interno. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram "sim":

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Carlos Henrique – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarqüínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 62 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovada, em 1º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2020 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão Especial.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.031/2017, do deputado Doutor Jean Freire, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itamarandiba o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. Em votação, o projeto.

– Registram "sim":

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarqüínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Virgílio Guimarães – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 61 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.031/2017 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.362/2017, do deputado Gustavo Santana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bela Vista de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência

vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. Em votação, o projeto.

– Registram "sim":

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarqüínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 60 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.362/2017 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.491/2017, do deputado Fábio Avelar de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itapecerica o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. Em votação, o projeto.

– Registram "sim":

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 60 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.491/2017 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.958/2018, do deputado Carlos Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirapetinga os imóveis que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. Em votação, o projeto.

– Registram "sim":

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio

Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Inácio Franco – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém –Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 58 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.958/2018 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 521/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Albertina o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. Em votação, o projeto.

– Registram "sim":

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Inácio Franco – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 57 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 521/2019 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 1 minuto para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 648/2019, do deputado Coronel Henrique, que institui o Polo Mineiro de Incentivo à Cultura de Flores e Plantas Ornamentais, denominado Flores para Brumadinho, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. Em votação, o projeto.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo

Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Inácio Franco – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Virgílio Guimarães – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 57 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 648/2019 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 894/2019, do deputado Virgílio Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Espinosa o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. Em votação, o projeto.

– Registram "sim":

Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Henrique – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Inácio Franco – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 55 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 894/2019 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 905/2019, do deputado Zé Reis, que estabelece diretrizes para investimento em infraestrutura em regiões afetadas pelas concessões públicas para exploração de rodovias no Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Zé Reis.

O deputado Zé Reis – Sr. Presidente, demais colegas. Quero cumprimentar especialmente V. Exa., que, assim como eu, foi diagnosticado com Covid e está em casa, trabalhando. Parabéns! Desejo melhoras ao senhor, aos demais colegas e a todos da nossa sociedade de Minas Gerais que, neste momento, passam por esse diagnóstico.

Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 905 traz um marco para as concessões no Estado de Minas Gerais, especialmente no Norte de Minas, no meu sertão, de onde venho. Estamos sofrendo com os impactos da concessão da BR-135, principalmente em razão da quantidade de pedágios entre Curvelo e a nossa capital do Norte de Minas, Montes Claros. E lá só temos os impactos. Para o senhor ter uma ideia, uma carreta carregada na cidade de Montalvânia, que vem para a Ceasa, aqui, em Belo Horizonte, percorre 763km. E, trazendo uma BR que vai até o Maranhão, até o porto do Maranhão.. Isto o deputado João Leite já colocou muito bem: para quem quer exportar pelo Maranhão, é possível economizar aí 10 dias de frete de navio. Ou seja, é muito mais barato para fazer chegar os produtos e um pouco mais caro para vender os nossos produtos. Mas, por causa de 30km de estrada de chão para ir da cidade de Itacarambi a São João das Missões, a Manga, simplesmente, no Norte Minas, não se trafega por esse trecho. Ou seja, ficamos com o

ônus do pedágio, embora sejamos favoráveis a ele, mas com um preço exequível, com um preço compatível com a região. Aí ficamos com o ônus do pedágio, e não ficamos sequer com uma bonificação desse benefício, desse investimento, dessa concessão ocorrida na região do Norte de Minas. Ou seja, uma carreta que vem duas vezes por semana paga praticamente R$8.000,00 só de pedágio.

Então é uma região que já não tem seus índices de evolução financeira, e isso, na verdade, a torna ainda mais fraca. É muito mais complicado. E essa lei vem dinamizar, ela vem equalizar, ela vem criar um marco social para que esse recurso… Minas receberá R$4.200.000.000,00, R$4.200.000.000,00 dessa concessão. Embora esse recurso seja parcelado, ele vem para o caixa único. E, quando cai no caixa único, é aquela velha história que já conhecemos desde quando o Estado é estado, desde quando o poder público é poder público: há mil e uma prioridades, e o dinheiro se esvai. Muitas vezes vai para o custeio de outras regiões. E a região que sofreu a concessão, que sofreu essa interferência acaba ficando para depois, ou seja, Montes Claros, que merece grandes investimentos, especialmente na região Norte, não tem sequer um anel rodoviário para interligar a 135. Uma carreta com 50.000kg tem que entrar dentro da cidade, destruindo as vias vicinais, provocando atropelamentos, acidentes, sem o acesso de uma rodovia – a 251 para 135.

Então, quero aqui encaminhar e pedir um voto a cada um dos nossos deputados, na pessoa do nosso querido secretário, deputado Tadeuzinho, que, eu sei, está junto com todos nós, deputados votados no Norte de Minas; ou do Virgílio, que, inclusive, tem uma emenda semelhante em um projeto importantíssimo; enfim, de todos os demais deputados do nosso grande estado, pois isso não atenderá somente ao Norte de Minas, prova disso são as novas concessões que estão chegando, com investimentos de mais de R$7.000.000.000,00, mais de R$7.000.000.000,00. Isso vai permitir que a concessão do nosso Sul de Minas, que o recurso do nosso Sul de Minas de R$1.200.000.000,00, das vias de Pouso Alegre e Itajubá, seja aplicado no Sul de Minas – e não necessariamente esse recurso vá para o Leste ou o Centro-Oeste, da mesma forma para o Triângulo; enfim, que essas sete novas concessões sejam aplicadas em suas respectivas regiões, cada uma em seu devido lugar, cada região sofrendo as intervenções e devolvendo dignidade para a gente daquela região que sofreu a concessão.

Portanto, presidente, quero aqui mais uma vez parabenizá-lo pela coragem de trazer esse tema importantíssimo para a pauta, para a votação de 2º turno, torcendo para que o nosso governador Zema, com sua sensibilidade, possa de fato sancionar a lei e o recurso possa retornar para a sociedade, para a região que sofreu a interferência dos pedágios, que sofreu a interferência da concessão.

No mais, conto com o voto de cada um dos nossos deputados, dos nossos companheiros de todo este Parlamento aqui presentes, para que possamos fazer as coisas acontecerem por meio de nossa lei, de nossa votação, interferindo de forma direta na melhora de renda do cidadão que está a 500, 600, 800km da nossa capital mineira, Belo Horizonte. Parabéns e muito obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Zé Reis, parabenizando a V. Exa. pelos projetos de lei de qualidade que apresenta nesta Casa. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Inácio Franco – João Leite – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 54 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 905/2019 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.026/2019, do deputado Gustavo Mitre, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaúna o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Inácio Franco – João Leite – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Raul Belém – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 50 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.026/2019 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.182/2019, do deputado Neilando Pimenta, que autoriza o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais a doar ao Município de Teófilo Otôni o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. Em votação, o projeto.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 57 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 10 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.194/2019, da deputada Delegada Sheila, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ewbank da Câmara o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. Em votação, o projeto.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – João Leite – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 47 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.194/2019 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.373/2019, do deputado Raul Belém, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Veríssimo o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. Em votação, o projeto.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 49 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.373/2019 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.699/2020, do deputado João Leite, que institui a Política de Transporte sobre Trilhos no Estado e dá outras providências. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila –

Delegado Heli Grilo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 52 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Osvaldo Lopes – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 49 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.699/2020 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.073/2015, do deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta artigos à Lei nº 13.772, de 11/12/2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Inácio Franco – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 51 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.073/2015 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Segurança Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.858/2015, do deputado Elismar Prado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/1975, substituindo o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI – como índice oficial de atualização da Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais – Ufemg – pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina

pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, a deputada Laura Serrano.

A deputada Laura Serrano – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, colegas parlamentares. Eu queria hoje apresentar aqui a grande relevância desse projeto. É um projeto original que tramitava na Casa e que foi anexado ao projeto do governador do Estado que está relacionado à indexação, ao índice que vai ser utilizado para a compensação inflacionária, para a correção inflacionária da Ufemg.

Então, para poder mostrar um pouco melhor como isso afeta a vida das pessoas, queria explicar inicialmente o que é a Ufemg. A Ufemg é um valor de referência utilizado no Estado, inclusive é utilizado como valor de referência para inúmeras taxas estaduais. Quando a gente fala em taxas estaduais, a gente está falando aqui de tributos. A Ufemg, esse valor de referência que se atrela a várias taxas estaduais – e, para dar um exemplo prático muito claro, a própria Taxa de Licenciamento Anual de Veículos é referenciada na Ufemg –, tem uma correção inflacionária. Então todos os anos esse valor da Ufemg vai ser corrigido pela inflação, e é utilizado um índice oficial de inflação para que essa correção seja feita. Normalmente o que estava previsto é que o índice utilizado para essa correção inflacionária era o IGP-DI, o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, que é um índice que avalia a variação dos preços da construção civil e, por estar atrelado também à questão das commodities, é um índice bastante volátil e que é extremamente influenciado pelo câmbio.

Normalmente essa variação do IGP-DI ou do índice que vai corrigir a Ufemg é uma avaliação da variação anual. Pega-se o período de novembro a outubro para, então, corrigir-se o valor da Ufemg, ou seja, corrigir-se também todas essas taxas estaduais para o ano seguinte.

Nos últimos 12 meses, a gente teve um valor do IGP-DI de cerca de 22%. Ou seja, caso não houvesse essa proposição, caso não houvesse esse projeto de autoria do governador do Estado, as taxas estaduais teriam uma variação de cerca de 22% em 2021, incluídas aí a taxa de licenciamento de veículos, as taxas ambientais e diversos tributos hoje pagos pelos mineiros.

O projeto estabelece, então, que essa correção da Ufemg, essa correção desse valor de referência das taxas estaduais possa ser corrigido pelo IGP-DI ou pelo IPCA, o índice que tiver a menor variação positiva no período. O IPCA, inclusive, sendo um índice de preços ao consumidor amplo, é o índice hoje utilizado oficialmente pelo Banco Central para correção inflacionária em todo o País – ele é o medidor de inflação oficial do Banco Central hoje no Brasil; e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA – mede a variação do custo médio de vida das famílias que tem renda de 1 a 40 salários mínimos. Portanto, também é um índice bastante utilizado em termos de medição de inflação, de correção monetária.

O IPCA, nos últimos 12 meses, teve uma variação de 3,92%, ou seja, menos de 4%. Ao aprovarmos esse projeto, o que vamos colocar é que, ao invés das taxas estaduais, no próximo ano, terem uma variação de mais de 22%, elas terão uma variação de menos de 4%, uma correção inflacionária de menos de 4%. Isso é muito importante, porque, como eu disse, é a correção da Ufemg, que é o valor de referência para as nossas taxas estaduais e que afeta diretamente o bolso do cidadão mineiro, que paga a sua taxa de licenciamento anual de veículos, que precisa pagar outras taxas estaduais. Caso o projeto não seja aprovado, nós teremos uma correção inflacionária de mais de 22%, mais de 1/5 dos valores desses tributos. Com a aprovação do projeto de autoria do governador do Estado, a gente vai possibilitar que sempre a Ufemg, e consequentemente as taxas estaduais, sejam corrigidas conforme o índice que tiver a menor variação positiva, ou seja, conforme o índice que for mais benéfico para o contribuinte mineiro, mais benéfico para o cidadão e para a população de Minas. Isso considerando-se o IGP-DI e o IPCA, que agora pode ser introduzido como o índice geral de correção das taxas estaduais.

O meu objetivo então hoje era justamente demonstrar como essa inclusão da possibilidade do IPCA como índice de correção da Ufemg afeta diretamente a vida das pessoas, afeta diretamente o bolso dos mineiros e como os trabalhos desta Casa são relevantes e importantes para que a gente tome providências e decisões que vão melhorar a qualidade de vida das pessoas, que vão

melhorar a possibilidade, inclusive, de poder de compra. À medida que a gente não contém esse aumento, que poderia ser um aumento muito exagerado de cerca de 22% nas taxas estaduais, a gente permite que as pessoas tenham maior poder de compra para sustento da família e para outras coisas.

Enfim, o meu ponto aqui é que é muito importante que o Estado mineiro sirva ao cidadão mineiro, e não se sirva do cidadão mineiro. Então, o nosso ponto aqui é justamente demonstrar que a correção inflacionária, mesmo que necessária, deve seguir o indicador oficial, um índice justo, pesando menos no bolso dos mineiros. Muito obrigada.

O presidente – Obrigado, deputada Laura Serrano. Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 50 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Ione Pinheiro – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 46 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.858/2015 na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.578/2016, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a política estadual de estímulo, incentivo e promoção ao desenvolvimento local de *startups*. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Educação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Educação. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa a Emenda nº 1, cujo teor foi publicado na edição do dia 3/12/2020.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada uma emenda do deputado André Quintão, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha a emenda com o projeto à Comissão de Desenvolvimento Econômico, para parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.028/2017, do deputado Cássio Soares, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Esmeraldas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 48 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.028/2017 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.485/2017, do deputado Antônio Jorge, que dispõe sobre a política de atendimento ao portador de doença de Parkinson no Estado e estabelece diretrizes para atenção a ele. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Mário Henrique Caixa – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 47 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.485/2017 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.869/2017, do deputado Cristiano Silveira, que confere ao Município de São Tiago o título de "Capital Estadual do Café com Biscoito" e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o

projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marquinho Lemos – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Zé Reis.

– Registram "branco":

Bartô – Guilherme da Cunha – Laura Serrano.

O presidente – Votaram "sim" 43 deputados. Houve 3 votos em branco. Está aprovado o substitutivo, salvo emenda. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.869/2017 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.344/2018, do deputado João Vítor Xavier, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Santa Vitória o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Ione Pinheiro – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 51 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 5.344/2018 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 853/2019, do deputado Tito Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itabira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 51 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 853/2019 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.142/2020, do Tribunal de Justiça, que unifica os quadros de pessoal dos servidores da Justiça Militar de Primeira e Segunda Instâncias do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública, de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Cássio Soares – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Ione Pinheiro – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Mauro Tramonte – Mário Henrique Caixa – Osvaldo Lopes – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 51 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.142/2020 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial também de hoje, às 17 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/12/2020

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Proposta de Emenda à Constituição nº 65/2020; Projeto de Lei Complementar nº 50/2020; Projeto de Lei nº 2.278/2020; Requerimentos nºs 6.970, 6.971, 7.034 a 7.040, 7.043 e 7.044/2020 – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase:

Abertura de Inscrições – 2ª Fase: Palavras do Presidente – Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final das Propostas de Emenda à Constituição nºs 43/2019, 52 e 64/2020 e dos Projetos de Lei nºs 4.031, 4.362 e 4.491/2017, 4.958/2018, 521, 648, 894, 905, 1.026, 1.182, 1.194 e 1.373/2019 e 1.699 e 2.089/2020; aprovação – Declarações de Voto – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Tadeu Martins Leite – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Leonídio Bouças – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h6min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado João Leite, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Coronel Henrique, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Alexandre Victor de Carvalho, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, comunicando a formalização do Convênio nº 30/2020, firmado entre esse tribunal e o Estado, por intermédio da Polícia Militar de Minas Gerais. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Camila Pereira de Oliveira Ribeiro, diretora da Fapemig, encaminhando documentos referentes à prestação de contas do terceiro trimestre de 2020 dessa fundação. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Daniel Diniz Nepomuceno, secretário executivo do Ministério do Turismo, comunicando o repasse de recurso ao Estado referente à Lei nº 14.017, de 29/6/2020 – Lei Aldir Blanc –, auxílio emergencial da Cultura. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Mateus Von Rondon Martins, secretário executivo substituto do Ministério do Turismo, comunicando o repasse de recurso ao Estado referente à Lei nº 14.017, de 29/6/2020 – Lei Aldir Blanc –, auxílio emergencial da Cultura. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Paulo Sérgio Lacerda Beirão, presidente interino da Fapemig, encaminhando a prestação de contas dessa fundação referente ao terceiro trimestre de 2020. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Robson Sávio Reis Souza, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, encaminhando parecer sobre a atual situação da polícia penal em Minas Gerais. (– Anexe-se à Proposta de Emenda à Constituição nº 53/2020.)

Do Sr. Rodrigo Flores Gorski, gerente de filial da CEF, informando a extinção do Contrato de Repasse n° 793902/2013, Operação 1010516-35, por solicitação do contratado. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Rodrigo Flores Gorski, gerente de filial da CEF, informando a extinção do Contrato de Repasse n° 793899/2013, Operação 1010513-69, por solicitação do contratado. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Sandro Abel Sousa Barradas, diretor de Políticas Penitenciárias do Ministério da Justiça e Segurança Pública, comunicando a celebração do Convênio nº 904609/2020, Plataforma +Brasil, entre esse ministério e o Estado, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Wesley Marcos Lucas de Mendonça, presidente da Câmara Municipal de Araguari, encaminhando moção de repúdio aprovada por essa casa legislativa ao fechamento da Escola Estadual Rainha da Paz, nesse município. (– À Comissão de Educação.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 1.350/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.204/2020, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.238/2020, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Paulo Sérgio Gornati, prefeito municipal de Monte Santo de Minas, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 811/2019, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva, secretário de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.142/2020, do deputado Cristiano Silveira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.457/2020, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Elias Brito Júnior, assessor técnico do Ministério da Infraestrutura, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.982/2020, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.284/2020, do deputado Professor Cleiton. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Ana Cláudia Oliveira Perry, superintendente de Investigação e Polícia Judiciária da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.775/2020, do deputado Douglas Melo. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Wagner Pinto de Souza, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.606/2020, do deputado Sargento Rodrigues. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fabrício Torres Sampaio, diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.845/2020, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fernando Scharlack Marcato, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.857/2020, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Letícia Fonseca Cunha, assessora da Defensoria Pública-Geral, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.482/2020, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Wagner Pinto de Souza, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.472/2020, da Comissão dos Direitos da Mulher. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Julio Henrique Cereguin Reis, advogado da Bytedance Brasil Tecnologia Ltda., prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.313/2020, do deputado Noraldino Júnior. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Wagner Pinto de Souza, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.512/2020, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do General Mario Lucio Alves de Araujo, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.495/2020, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do General Mario Lucio Alves de Araujo, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.494/2020, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do General Mario Lucio Alves de Araujo, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.493/2020, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do General Mario Lucio Alves de Araujo, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.492/2020, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.134/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.380/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.390/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.136/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Marcelo da Fonseca, diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.385/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Antônio Augusto de Melo Malard, diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.388/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.391/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Ricardo Medeiros de Andrade, diretor-presidente substituto da Agência Nacional de Águas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.934/2020, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.110/2019, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Antônio Augusto de Melo Malard, diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.112/2019, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.118/2019, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.112/2019, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.111/2019, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Marcelo da Fonseca, diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.111/2019, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.546/2020, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Wagner Pinto de Souza, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.548/2020, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Wagner Pinto de Souza, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.550/2020, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Wagner Pinto de Souza, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.551/2020, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.616/2020, da Comissão de Assuntos Municipais. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Carlos Eduardo Tavares de Castro, diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.486/2020, do deputado Mauro Tramonte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. PM Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.298/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fabrício Torres Sampaio, diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.573/2020, da deputada Delegada Sheila. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. PM Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.918/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fabrício Torres Sampaio, diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.437/2020, do deputado Coronel Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Thales Almeida Pereira Fernandes, diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.673/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Thales Almeida Pereira Fernandes, diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.353/2020, do deputado Carlos Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Thales Almeida Pereira Fernandes, diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.066/2020, do deputado Carlos Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Thales Almeida Pereira Fernandes, diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.262/2020, do deputado Carlos Henrique. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. PM Rodrigo Sousa Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.676/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Mateus Simões de Almeida, secretário-geral do Governo do Estado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.374/2020, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 6.164/2019, das deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Leonardo Batista Silva, chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.838/2020, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Brig.-Ar Paulo Ricardo da Silva Mendes, comandante da Guarnição de Aeronáutica de Barbacena do Ministério da Defesa, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.343/2020, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Thales Almeida Pereira Fernandes, diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.470/2020, da Comissão de Agropecuária. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Tereza Cristina Correa da Costa Dias, ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.470/2020, da Comissão de Agropecuária. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Fernando Leme Godoy dos Santos, chefe de gabinete da Presidência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.750/2020, da deputada Leninha. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Elizabeth Jucá e Melo Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.496/2020, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.512/2020, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.513/2020, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Oliveira Alencar, presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.567/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bruno Oliveira Alencar, presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.568/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. BM Edgard Estevo da Silva, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.595/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. BM Edgard Estevo da Silva, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.612/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. BM Edgard Estevo da Silva, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.918/2020, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65/2020

Altera o § 1º do Art. 203 da Constituição do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – O § 1º do Art. 203 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para ensino fundamental e médio, na forma da lei".

Art. 2º – Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de novembro de 2020.

Laura Serrano (Novo) – Alencar da Silveira Jr. (PDT) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Bartô (Novo) – Bruno Engler (PRTB) – Carlos Henrique (Republicanos) – Carlos Pimenta (PDT) – Cássio Soares (PSD) – Celise Laviola (MDB) – Charles Santos (Republicanos) – Coronel Henrique (PSL) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Gil Pereira (PSD) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Gustavo Valadares (PSDB) – João Leite (PSDB) – João Magalhães (MDB) – Noraldino Júnior (PSC) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Raul Belém (PSC) – Roberto Andrade (Avante) – Sargento Rodrigues (PTB) – Tadeu Martins Leite (MDB) – Tito Torres (PSDB) – Zé Guilherme (PP).

Justificação: Esta Proposta de Emenda à Constituição Estadual visa permitir ao Estado de Minas Gerais a estruturação de programas de bolsa de estudos, de forma complementar à prestação de serviços educacionais públicos para as crianças e adolescentes mineiros.

Deste modo, em lei posterior, será possível permitir aos governos implementar políticas públicas inovadoras, para atender de forma prática, moderna e econômica ao dever estatal de garantir o acesso à educação universal, especialmente do ensino básico, visto o Estado não possuir condições para custear rede pública universalizada e com a devida abrangência de vagas.

Desta forma, em prol da melhoria da educação e da inovação das políticas públicas do Estado, contamos com o apoio dos colegas na aprovação da presente proposta.

– Publicada, vai a proposta à Comissão de Justiça e à Comissão Especial para parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 50/2020

Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Vale do Aço, nos termos das Leis Complementares nº 88 e nº 90, de 12 de janeiro de 2006.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Fica instituído o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI – da Região Metropolitana do Vale do Aço – RMVA –, previsto pelo inciso IV do art. 46 da Constituição do Estado, pelas Leis Complementares n° 88 e 90, ambas de 12 de janeiro de 2006, e pela Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da Metrópole, conforme as disposições desta lei complementar.

Parágrafo único – Para fins desta lei, o PDDI, previsto no inciso IV do art. 46 da Constituição do Estado, equipara-se ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado a que se refere a Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015.

Art. 2º – O PDDI é um instrumento de planejamento, composto por princípios, diretrizes, políticas, programas e instrumentos para o desenvolvimento urbano e regional sustentável, constituído por dimensões estruturantes e eixos integradores que estabelece para a RMVA:

I – as diretrizes para as funções públicas de interesse comum;

II – o macrozoneamento territorial;

III – as diretrizes e parâmetros quanto ao parcelamento, uso e ocupação no solo urbano;

IV – as diretrizes quanto à articulação intersetorial das políticas públicas;

V – a delimitação das áreas com restrições à urbanização, visando à proteção do patrimônio ambiental ou cultural, e daquelas sujeitas a controle especial pelo risco de desastres naturais;

VI – as diretrizes para implementação da Política Metropolitana de Habitação;

VII – o sistema de acompanhamento e controle de suas disposições, em consonância com a governança da RMVA, estabelecida no ordenamento jurídico estadual.

CAPÍTULO II

DOS EIXOS TEMÁTICOS, POLÍTICAS E DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO

Art. 3º – O PDDI da RMVA é composto por políticas e programas agrupados em eixos temáticos:

I – Eixo de Desenvolvimento Institucional;

II – Eixo de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;

III – Eixo de Desenvolvimento Social e Econômico.

Parágrafo único – O Anexo I, Documento de Propostas, consolida o detalhamento das políticas e programas.

Seção I

Do Eixo Temático de Desenvolvimento Institucional

Art. 4º – O eixo temático de Desenvolvimento Institucional estrutura-se por políticas orientadas por diretrizes específicas:

I – Política de Estruturação Institucional da RMVA: visa superar a fragmentação institucional da RMVA e do Colar Metropolitano – CM – promovendo o trato integrado das Funções Públicas de Interesse Comum – FPIC, a partir das seguintes diretrizes:

a) promover a revisão da abrangência geográfica dos órgãos que compõem o Governo de Minas Gerais e a União Federal para adequação da sua atuação no território da RMVA e no CM;

b) promover revisão territorial da RMVA, acompanhando as dinâmicas do processo de metropolização;

c) promover diálogo e cooperação entre os municípios da RMVA, e do CM, junto a órgãos estaduais e/ou federais.

II – Política Metropolitana de Planejamento Urbanístico e Setorial: promover a atualização das leis urbanísticas e setoriais a partir das seguintes diretrizes:

a) revisar, atualizar e implementar instrumentos de apoio e acompanhamento da legislação urbanística e setorial existente, tanto nos municípios da RMVA, quanto do CM;

b) promover atividades de formação e capacitação do corpo técnico dos municípios para a devida aplicação da legislação urbanística e setorial;

c) promover o diálogo entre sociedade e órgãos públicos executivos e legislativos da RMVA;

d) ampliar a participação popular.

Seção II

Do Eixo Temático de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Art. 5º – O eixo temático de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente estrutura-se a partir das seguintes políticas orientadas por diretrizes específicas:

I – Política Metropolitana de Regulação Territorial: objetiva consolidar o marco regulatório para o parcelamento, ocupação e uso do solo e para a qualidade urbanística de toda a região, a partir das seguintes diretrizes:

a) permitir o ordenamento territorial equilibrado da RMVA e do CM;

b) integrar os municípios da RMVA e do CM às ações de interesse comum, relativas ao uso e ocupação do solo;

c) garantir o uso do solo metropolitano, sem conflitos e sem prejuízo à proteção do meio ambiente.

II – Política Metropolitana para o Desenvolvimento das Centralidades: visa desenvolver e fortalecer a rede metropolitana de centralidades, melhorar a distribuição de atividades econômicas, promover a articulação microrregional e reduzir as desigualdades na distribuição de equipamentos de uso público e de serviços na RMVA, a partir das seguintes diretrizes:

a) reduzir as desigualdades socioespaciais e garantir áreas impregnadas de urbanidade, em diversas escalas;

b) reforçar a polinuclearidade da RMVA;

c) fortalecer, consolidar e qualificar os diferentes núcleos intrarregionais de acordo com suas necessidades específicas;

d) promover a distribuição equilibrada de equipamentos e serviços públicos em todo o território metropolitano;

e) reduzir os deslocamentos intrarregionais da população.

III – Política Metropolitana de Habitação: visa promover a integração dos municípios da RMVA e enfrentar as necessidades habitacionais, a partir das seguintes diretrizes:

a) diminuir o déficit habitacional;

b) melhorar a qualidade das moradias e seu entorno, em especial as áreas ocupadas pela população de menor renda;

c) diminuir a inadequação habitacional e a precariedade urbana;

d) ampliar a oferta de terra urbanizada e de unidades habitacionais, principalmente para a população de menor renda;

e) intensificar o uso e a ocupação espaços urbanos, explorando o estoque existente de áreas, terrenos e edificações subutilizadas ou não utilizadas, providos de boa infraestrutura, contendo expansões e adensamentos construtivos desnecessários da malha urbana;

f) estimular o uso de edificações, privadas ou públicas, e de lotes urbanizados que não estejam preenchendo sua função social para uso em projetos habitacionais e para outros usos de interesse social;

g) promover a produção de novas unidades habitacionais de interesse social em áreas centrais ou próximas às centralidades;

h) ampliar o acesso à assistência técnica para autoconstrução;

i) promover a regularização fundiária em escala metropolitana.

IV – Política Metropolitana de Mobilidade Urbana: visa a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e da mobilidade de pessoas e cargas, a partir das seguintes diretrizes:

a) implantar um sistema integrado de transporte público na RMVA, objetivando a eficiência do modelo regulatório, operacional e tarifária;

b) estimular a ampliação do uso de veículos não motorizados;

c) reorganizar, estruturar e implantar sistema cicloviário na RMVA;

d) articular o território metropolitano por meio de rede viária eficiente;

e) otimizar o transporte de cargas dentro da RMVA.

V – Política de Integração da Defesa Contra Sinistros: visa combater vulnerabilidades regionais, minimizando ou eliminando a ocorrência de sinistros, bem como seus potenciais de danos humanos, econômicos e/ou ambientais, por meio da integração institucional e de informações, a partir das seguintes diretrizes:

a) elaborar um Plano integrado de Prevenção, Preparação e Respostas Rápidas a Desastres;

b) integrar instituições e informações em sistema para atender a previsão e o controle de eventos adversos;

c) abordar sistematicamente ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação a sinistros;

d) promover integração das ações de proteção e defesa civil.

VI – Política de Fomento, Ampliação e Integração dos Serviços de Saneamento Básico: busca implantar uma gestão integrada que promova serviços adequados de saneamento na RMVA e seu CM, a partir de soluções compartilhadas que possibilitam segurança e redução de custos ao sistema de saneamento, a partir das seguintes diretrizes:

a) integrar os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

b) ampliar a coleta seletiva de resíduos sólidos, em consonância com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;

c) implantar a gestão integrada para resíduos sólidos da construção civil e industriais;

d) garantir a disposição final adequada dos resíduos sólidos;

e) recuperar ambientalmente as áreas já degradadas pela disposição inadequada de resíduos sólidos;

f) adequar o sistema de drenagem existente na RMVA e no CM;

g) eliminar pontos de inundação e transbordamento em áreas da RMVA e no CM;

h) eliminar as ligações clandestinas de esgotamento sanitário na rede de drenagem pluvial.

VII – Política Integrada de Conservação do Patrimônio Ambiental: objetiva apoiar as unidades de conservação e garantir que elas realizem seus objetivos, recuperar a qualidade ambiental dos recursos hídricos regionais e estabelecer medidas que garantam a qualidade do ar, a partir das seguintes diretrizes:

a) conservar, proteger e ampliar as unidades de conservação existentes;

b) conservar e proteger os recursos hídricos;

c) viabilizar a regularização das unidades de conservação existentes, quanto aos instrumentos de gestão;

d) preservar fragmentos de vegetação nativa, bem como áreas de preservação permanente e mananciais hídricos;

e) monitorar e controlar emissões de poluentes atmosféricos.

Subseção I

Da Regulação Territorial Metropolitana

Art. 6º – O Macrozoneamento é instrumento da Política Metropolitana de Regulação Territorial, constante do art. 6º, inciso I, compreende a delimitação e regulamentação das Áreas de Interesse Metropolitano (AIMs) cujo mapeamento, diretrizes e parâmetros estão apresentados nos Anexos II e III desta lei.

§ 1º – A aplicação das diretrizes e parâmetros contidos nesta Lei Complementar vincula as autoridades municipais e a Agência de Desenvolvimento da RMVA aos processos de análise e autorização de parcelamento, uso e ocupação do solo.

§ 2º – Em caso de conflito de parâmetros metropolitanos e municipais, prevalecerá o mais restritivo.

§ 3º – As diretrizes e parâmetros previstos para as AIMs incluídas em território de municípios componentes do CM terão vigência mediante a aprovação de lei municipal que reconheça a aplicação do macrozoneamento metropolitano no território municipal.

Art. 7º – Às AIMs correspondem margens para o estabelecimento de diretrizes e parâmetros urbanísticos de parcelamento, ocupação e uso do solo constantes do Anexo III, considerando a articulação do território, o controle da expansão urbana e o equilíbrio no desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Parágrafo único – As AIMs estruturam-se a partir dos seguintes objetivos:

I – AIM Vetores de expansão urbana (AIM VEU): ordenar a urbanização em áreas diagnosticadas com acelerado processo de ocupação e forte tendência de conurbação e prevenir a expansão urbana desordenada;

II – AIM Corredores com Diretrizes Especiais 1 (AIM CDE1): destinar áreas para a instalação futura de vias de integração estratégica do território metropolitano e minimizar os impactos negativos às unidades de conservação de suas imediações;

III – AIM Corredores com Diretrizes Especiais 2 (AIM CDE2): destinar áreas para a instalação futura de via de integração estratégica do território metropolitano e conter as tendências de adensamento existentes na área e seus efeitos negativos na mobilidade, na hidrologia e na qualidade urbanística.

IV – AIM Corredores com Diretrizes Especiais 3 (AIM CDE3): destinar áreas para a instalação futura de via de integração estratégica do território metropolitano e implantação de empreendimentos e consolidar um eixo logístico propício ao desenvolvimento econômico a partir da integração de rodovias federais, estaduais, ferrovia e aeroporto;

V – AIM Conservação Ambiental (AIM CA): minimizar os riscos geológicos; garantir qualidade e segurança para o abastecimento hídrico regional e viabilizar o desenvolvimento de corredores ecológicos para fauna e flora;

VI – AIM Desenvolvimento Econômico (AIM DE): destinar áreas para a implantação de empreendimentos de caráter metropolitano que promovam o desenvolvimento da RMVA; ampliar fontes de geração de receitas, emprego e renda; fortalecer as atividades produtivas existentes e a diversificação da matriz produtiva local;

VII – AIM Centralidades Metropolitanas (AIM CM): delimitar áreas polarizadoras ou concentradoras de serviços, equipamentos, moradia e atividades econômicas de relevância regional e desenvolver uma rede urbana polinucleada.

Art. 8º – A Agência de Desenvolvimento da RMVA promoverá estudos específicos para o desenvolvimento das Centralidades Metropolitanas, podendo reconhecer novas centralidades, com vistas a complementar o Macrozoneamento com diretrizes e parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, como também outros instrumentos com fins a fomentar seu desenvolvimento.

Parágrafo único – Os estudos previstos pelo caput deverão ser realizados em até três anos da vigência desta Lei, e deverão ser aprovados pelo Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, antes do envio à Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Art. 9º – O parcelamento do solo localizado em área limítrofe de município do CM, ou que pertença a mais de um município, está sujeito ao exame e à anuência prévia à aprovação do projeto de parcelamento do solo, suas modificações e alterações, pela Agência de Desenvolvimento da RMVA.

§ 1º – Consideram-se localizados em áreas limítrofes, para efeito de aplicação desta lei, os parcelamentos do solo que estiverem, no todo ou em parte, na divisa municipal, ou divisas municipais, ou que destas últimas distem menos de 1.000m (mil metros).

§ 2º – O Anexo IV desta Lei contém o mapeamento das áreas sujeitas à aplicação deste artigo.

Art. 10 – As áreas de restrição à urbanizações previstas no Estatuto da Metrópole, Lei Federal n.º 13.089, compõem o Anexo V desta Lei.

Art. 11 – Decreto estadual regulamentará a aplicação das normas urbanísticas criadas por esta Lei Complementar, em até doze meses de sua aprovação, incluindo:

I – O exame de anuência prévia para parcelamento do solo;

II – O exercício do poder de polícia pela Agência de Desenvolvimento da RMVA no núcleo metropolitano e no colar.

Parágrafo único – A minuta do decreto previsto no caput deverá ser aprovada pelo Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano.

Seção III

Do Eixo Temático de Desenvolvimento Econômico e Social

Art. 12 – O eixo de Desenvolvimento Econômico e Social estrutura-se a partir das seguintes políticas orientadas por diretrizes específicas:

I – Política de Desenvolvimento Econômico: busca promover a ampliação da atividade econômica, fortalecer as atividades produtivas existentes, diversificar a matriz produtiva local e fomentar o empreendedorismo e o uso e o desenvolvimento de tecnologias, a partir das seguintes diretrizes:

a) promover a atração coordenada e integrada de investimentos públicos e privados para a RMVA;

b) fortalecer as atividades econômicas da região;

c) promover o acesso de seus produtos e/ou insumos a mercados novos ou já existentes;

d) diversificar a economia local com inclusão de novos segmentos econômicos;

e) promover a inclusão econômica;

f) reduzir a economia informal;

g) estimular o desenvolvimento da educação, da inovação e da tecnologia como vocações regionais a serem exploradas;

h) contribuir para a geração de trabalho e de emprego qualificado nos municípios da RMVA;

i) garantir a igualdade de oportunidades para os diversos segmentos da população.

II – Política Metropolitana para a Expansão do Acesso e Qualificação dos Serviços de Saúde: busca enfrentar os vazios assistenciais de atendimento e a desarticulação da rede de serviços e assegurar o cumprimento dos princípios da universalidade, equidade e integralidade previstos no SUS, a partir das seguintes diretrizes:

a) reduzir e eliminar os vazios assistenciais em todos os níveis de atendimento;

b) promover a articulação da rede de serviços, de modo a assegurar o cumprimento dos princípios da universalidade, equidade e integralidade previstos no SUS;

c) expandir e aprimorar a rede de atenção primária em saúde, qualificando a prestação de serviços neste nível de atendimento;

d) articular a atenção secundária com outros níveis de atenção à saúde;

e) expandir o acesso e a qualificação de serviços;

f) promover o enfrentamento da carência de leitos de internação hospitalar;

g) articular a rede assistencial de atenção terciária, em termos de definição de vocações e fluxos de atendimento.

III – Política Metropolitana para a Expansão do Acesso aos Serviços de Saúde por Grupos Vulneráveis e atendimento às Necessidades de Saúde Específicas da População da RMVA: busca tratar as necessidades específicas da população em geral e de grupos vulneráveis no tratante da saúde regional, a partir das seguintes diretrizes:

a) estimular a cooperação regional e intermunicipal da rede de atendimento à saúde da RMVA;

b) fortalecer, aumentar e qualificar a Rede de Urgência e Emergência RMVA;

c) aumentar o número de leitos hospitalares para atendimento de urgência e emergência, aumentar o número de vagas de pronto atendimento e realizar iniciativas de prevenção a morbimortalidade por causas externas;

d) fortalecer e integrar programas e equipamentos públicos destinados à assistência à gestante e à criança; com prioridade na implantação de serviços de atendimento a gestante de alto risco;

e) articular em rede, ampliar a cobertura e aprimorar os serviços de atenção integral e integrada à saúde da pessoa idosa e de grupos vulneráveis na RMVA – portadores de sofrimento mental, usuários de álcool e outras drogas e pessoas vítimas de violência;

f) eliminar os vazios assistenciais em termos de serviços destinados ao idoso e a grupos vulneráveis, à atenção materno-infantil, à saúde mental e às doenças crônicas.

IV – Política Metropolitana para a Democratização do Acesso à Educação na RMVA: busca expandir o acesso à educação por meio da ampliação da oferta de ensino em tempo integral, da permanência e qualificação do ensino médio; mitigar a evasão escolar e a disparidade idade-série; ampliar a oferta à educação pública técnico-profissionalizante, superior e pós-graduação e alinhar a sistematização as políticas de inclusão social, a partir das seguintes diretrizes:

a) ampliar as oportunidades educativas;

b) expandir o acesso à educação infantil, sobretudo em vista de uma educação integral e em tempo integral;

c) ampliar a oferta de ensino em tempo integral na educação básica;

d) ampliar o acesso, a permanência e a qualificação da oferta de ensino médio, mitigando a evasão escolar e a disparidade idade-série;

e) ampliar a oferta à educação pública técnico-profissionalizante, superior e pós-graduação;

f) ampliar e sistematizar as políticas de inclusão social, atendendo alunos com necessidades especiais.

V – Política Metropolitana de Segurança Pública: busca promover a integração de órgãos, programas e ações de segurança pública; a prevenção e coerção da criminalidade, a redução dos índices de criminalidade violenta, em especial os homicídios, nos municípios da RMVA e do CM, a partir das seguintes diretrizes:

a) enfrentar a criminalidade violenta por meio de ações repressivas e preventivas, com ênfase nas áreas social e territorialmente vulneráveis e na população jovem;

b) promover a integração das polícias militar e civil e demais órgãos que integram o sistema de defesa social;

c) racionalizar fluxos e tempos necessários para os procedimentos de policiamento ostensivo, investigação criminal e julgamento dos delitos, respeitando as atribuições constitucionais de cada órgão;

d) promover a integração de políticas públicas, de modo a tornar efetiva a prevenção à violência, em face à multidimensionalidade de seus fatores determinantes;

e) ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal;

f) promover a ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania;

g) promover e articular ações continuadas de prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas;

h) informar e desestimular o uso inicial de drogas, incentivar a diminuição do consumo e diminuir os riscos e danos associados ao seu uso indevido;

i) fortalecer o Sistema Metropolitano de Informações e Indicadores de Segurança Pública como instrumento para o planejamento, a gestão, o monitoramento e a avaliação da política de segurança pública.

VI – Política Metropolitana de Democratização do Acesso aos Bens Culturais: busca promover a produção e a disseminação sistemática de conhecimento acerca do patrimônio cultural da região e contribuir para o fortalecimento do sentimento de pertencimento, da identidade coletiva e da participação cívica da população em ações de interesse comum, a partir das seguintes diretrizes:

a) promover a identificação de patrimônios e potencialidades históricas, artísticas e culturais passíveis de serem inventariadas e tombadas como patrimônio e de serem explorados, sustentavelmente, por meio de políticas de desenvolvimento econômico;

b) promover a criação de uma agenda de eventos e atividades culturais que integre os municípios da RMVA e do CM;

c) estimular e apoiar os municípios na implementação de políticas de incentivo à economia criativa no campo da cultura.

VII – Política Metropolitana de Democratização do Acesso ao Esporte e ao Lazer: visa a universalização do acesso às práticas de esporte e lazer, estimular o desenvolvimento de ações municipais e regionais e contemplar as dimensões da educação, da participação e do rendimento, a partir das seguintes diretrizes:

a) enfrentar as desigualdades entre os municípios da RMVA em termos do acesso da população ao conhecimento e às práticas de esporte e lazer;

b) ampliar e fortalecer os mecanismos de incentivo à prática de esporte e ao lazer (esporte/educação; esporte/participação e esporte/rendimento);

c) contribuir para a ocupação cidadã dos espaços públicos;

d) captar, ampliar e consolidar programas federais e estaduais de incentivo e fomento do Esporte e do Lazer para os municípios da RMVA.

VIII – Política Metropolitana de Desenvolvimento Social e Enfrentamento da Pobreza e Desigualdades Sociais: busca enfrentar as desigualdades sociais intramunicipais, observando-se as necessidades de grupos vulneráveis, como jovens, idosos e mulheres jovens responsáveis pelo domicílio.

a) promover o acesso aos direitos sociais e à emancipação de grupos vulneráveis, por meio da ampliação do acesso aos bens e serviços sócio-assistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;

b) provisionar serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social, em todos os níveis de proteção, para famílias, indivíduos ou grupos que deles necessitam;

c) contribuir para o fortalecimento e a integração das políticas sociais destinadas ao enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais na RMVA e no CM;

d) desenvolver intervenções integradas em assentamentos precários e aglomerados subnormais, tendo em vista a inclusão social das suas populações;

e) gerar trabalho, emprego e renda;

f) garantir o acesso aos direitos e serviços sociais a toda a população necessitada, com ênfase nos grupos vulneráveis;

g) implantar equipamentos de gestão compartilhada para a provisão de serviços de assistência social de alta complexidade a crianças e adolescentes, mulheres vítima de violência e idosos.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 – O Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano regulamentará a priorização de políticas, programas, ações e projetos previstos nesta Lei Complementar.

Art. 14 – O Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano definirá o sistema de monitoramento, controle e indicadores das políticas, programas e projetos contidos no PDDI.

Art. 15 – O PDDI deverá ser revisto a cada dez anos.

§ 1º – Neste intervalo, por provocação do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano do Vale do Aço, poderão ser realizadas modificações e revisões, de forma transparente, articulada e compartilhada com os municípios integrantes da RMVA, os representantes da sociedade civil e instituições de relevante interesse regional, conjugando esforços para o planejamento integrado e a execução de Funções Públicas de Interesse Comum – FPICs.

§ 2º – Será assegurada a ampla participação dos municípios que compõem a RMVA e da sociedade civil na aprovação de lei de modificações e revisões do PDDI previstas no caput, incluindo:

I – a promoção de audiências públicas;

II – a promoção de debates com a participação de representantes da sociedade civil e da população nos municípios integrantes da unidade territorial metropolitana;

III – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

IV – o acompanhamento pelo Ministério Público.

§ 3º – Os estudos, diagnósticos e propostas que subsidiarem modificações e revisões do PDDI ficarão permanentemente disponíveis em sítio eletrônico da Agência de Desenvolvimento da RMVA, para orientação das deliberações do Conselho Deliberativo.

Art. 16 – Os municípios compatibilizarão seus planos diretores e a legislação urbanística com o PDDI, no prazo de até três anos da aprovação desta Lei.

Parágrafo único – Ficam dispensados de observar o caput os municípios cujos planos diretores já estiverem compatíveis com as disposições desta Lei Complementar.

Art. 17 – Casos omissos nesta Lei deverão ser apreciados pela Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço, que decidirá de forma motivada e fundamentada, conforme critérios técnicos e considerando as diretrizes gerais do entorno de cada área.

Parágrafo único – Das decisões da Agência de Desenvolvimento da RMVA, a que se refere o caput, caberá recurso ao Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, exaurindo a instância administrativa.

Art. 18 – Os instrumentos urbanísticos previstos do Estatuto das Cidades, Lei Federal n.º 10.257, de 2001, deverão ser regulamentados pelos municípios da RMVA em até 5 (cinco) anos.

Art. 19 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de novembro de 2020.

Celinho Sintrocel, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB).

Justificação: Anexos:

Anexo I – Documento de Propostas;

Anexo II – Macrozoneamento Metropolitano;

Anexo III – Tabelas de Diretrizes e Parâmetros;

Anexo IV – Áreas Limítrofes de Municípios do CM;

Anexo V – Áreas de Restrição à Urbanização.

– O conteúdo dos anexos listados na justificação está disponível no *link* a seguir:

https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/541/500/1541500.pdf

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Justiça, de Assuntos Municipais e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 192, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.278/2020

Dispõe sobre a obrigatoriedade das indústrias do ramo de laticínios informarem, nos rótulos de seus produtos, sobre a origem do leite utilizado na produção, quando este tiver origem fora do país.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam as indústrias do ramo alimentício de laticínios do Estado de Minas Gerais obrigadas a destacarem, nos rótulos de seus produtos, a origem do leite utilizado na produção, quando se tratar de leite de origem fora do Brasil.

§ 1º – Para os fins desta Lei, consideram-se indústrias do ramo alimentício de laticínios as empresas produtoras de laticínios e de produtos derivados do leite.

§ 2º – A informação dar-se-á mediante a previsão, destacadamente, no rótulo e em qualquer forma de publicidade, da expressão "ESTE PRODUTO UTILIZA LEITE IMPORTADO".

§ 3º – Aplica-se o disposto no § 2° também nos casos em que o rótulo estiver em meio eletrônico e em que a publicidade for veiculada também nesse meio.

Art. 2º – As indústrias infratoras ficam sujeitas às seguintes penalidades administrativas:

I – advertência, na primeira ocorrência;

II – multa, em caso de reincidência;

III – suspensão temporária da atividade, a partir da terceira reincidência.

§ 1º – As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas após regular procedimento administrativo, garantida a ampla defesa.

§ 2º – As multas aplicadas devem ser destinadas ao Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – FEPDC, instituído pela Lei Complementar n° 66, de 22 de janeiro de 2003.

Art. 3º – Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir a sua execução.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de novembro de 2020.

Coronel Henrique (PSL)

Justificação: A matéria tratada neste Projeto de Lei versa sobre produção e consumo e se insere, constitucionalmente, no âmbito da competência legislativa concorrente, nos termos do art. 24, VI, da Constituição da República. No âmbito da legislação concorrente, cabe à União estabelecer normas gerais e aos Estados, normas suplementares; ainda, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados estarão legitimados a exercer competência legislativa plena sobre a matéria, para atender a suas peculiaridades, até a superveniência de lei federal, consoante estabelecem os parágrafos do artigo 24.

Nesse contexto, verifica-se que a União editou a Lei n° 8.078/1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor – CDC, o qual prevê, a título de normas gerais e no que pertinente à matéria, as seguintes disposições referentes à saúde, à segurança e à informação do consumidor, dentre outras: "Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) II – a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações; III – a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;"

De fato o Código de Defesa do Consumidor tem como princípio basilar a proteção dos interesses econômicos, o respeito à saúde e à segurança do consumidor, bem como a transparência nas relações de consumo. A matéria tratada nesse Projeto de Lei tem como objetivo garantir na prática o que foi proposto no CDC, ao assegurar que o consumidor tenha, de maneira clara, a informação da origem do leite utilizado na fabricação dos produtos que estão postos à venda, para assim, segundo suas preferências, escolher qual o produto irá consumir.

Ademais, com a abertura do mercado para a entrada de leites produzidos fora do país, e o elevado aumento do volume de importação dessas mercadorias, o produtor mineiro vem sofrendo diversas consequências, como a diminuição da competitividade, assim como a redução dos lucros, o aumento do desemprego e a desestabilidade no investimento nesse setor, que é de tamanha importância para Minas Gerais. Em previsão realizada pelo portal Milkpoint, especialista em informações do agronegócio, foi estimado que, em 2020, ocorreria a maior importação em volume de leite para o Brasil, dos últimos anos. Esse aumento observado na entrada de leite no país é responsável por diminuir a venda do produto nacional e, consequentemente, o valor pago por ele, com elevado recuo no mercado e diversas consequências na economia e na vida dos produtores.

De forma histórica Minas Gerais se destaca como o estado de maior produção de leite do país, sendo responsável por quase 30% da produção de produtos lácteos do Brasil. Esse setor gera, de maneira direta e indireta, uma significativa quantidade de empregos, assim como contribui para a geração de renda de diversas famílias mineiras, sobretudo aos pecuaristas familiares e aos pequenos produtores, desenvolvendo um importante papel, tanto social quanto econômico, no estado.

A regulamentação proposta por meio da obrigatoriedade da informação da origem do leite utilizado nas indústrias, além de atuar como forma de anteparo e de estímulo ao mercado leiteiro interno de Minas Gerais, visa à proteção dos consumidores mineiros, uma vez que, munidos de adequada informação, podem decidir pela compra de produtos que utilizam leite nacional, haja vista que esses produtos tendem a conter menores quantidades de conservantes, por exigir menor tempo para o deslocamento entre o local de produção e o de consumo, fazendo com que os leites se tornem mais frescos e saudáveis. Diante dessas razões, esse Projeto de Lei é, além de uma conquista para os produtores de leite do Estado, uma forma de proteção ao consumidor mineiro.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Defesa do Consumidor para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 6.970/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que atuaram na ocorrência realizada em 24/11/2020, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de 70 barras de maconha e na prisão de duas mulheres que tentavam viajar com a droga. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.971/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da operação realizada em 25/11/2020, em Esmeraldas, que resultou na apreensão de 101 barras de maconha e na prisão de um indivíduo. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.034/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências com vistas ao pagamento integral do décimo terceiro salário dos servidores públicos estaduais até dezembro do corrente ano. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 7.035/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências com vistas a suspender o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de agente de segurança penitenciário temporário – Agepen – 2018. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.036/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em cópia do estudo técnico elaborado pela gerente da Unidade de Serviços de Informações e Estudos Econômicos, Elisângela Martins de Oliveira, sobre a possibilidade de pagamento de dividendos extraordinários e de emissão de debêntures de acordo com a política de dividendos e de endividamento da Copasa e seus impactos na empresa e no dia a dia dos trabalhadores. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.037/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações sobre a razão do envio, em prazo exíguo, das informações que serviriam de base para análise dos conselheiros e votação relativa aos dividendos extraordinários de R$820 milhões e emissão de debêntures de R$500 milhões. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.038/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações complementares, necessárias e destacadas na reunião conjunta do conselho de administração e conselho fiscal, em 29/10/2020, que possam balizar e dar maior segurança ao estudo apresentado pela Gerência da Unidade de Serviços de Informações e Estudos Econômicos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.039/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que atuaram na ocorrência, em 28/11/2020, quando, através da apuração de uma denúncia de desmanche de carros, apreenderam uma tonelada de maconha em um sítio localizado em Santa Luzia e efetuaram a prisão de um homem. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.040/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que atuaram na ocorrência, em 27/11/2020, no Município de Santa Luzia, em especial ao cabo Willian, que pulou dentro do Rio das Velhas e salvou uma mulher que tentava se matar. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.043/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que seja assegurada a regulamentação da Lei nº 23.449, de 24/10/2019, que assegura às mulheres com alto risco de desenvolvimento de câncer de mama e de ovário a realização gratuita de exame genético, para pesquisa de mutação em

genes relacionados a essas doenças, nas unidades públicas ou conveniadas integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS – e dá outras providências. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 7.044/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as medidas adotadas pela pasta para a regulamentação da Lei nº 23.449, de 24/10/2019, que assegura às mulheres com alto risco de desenvolvimento de câncer de mama e de ovário a realização gratuita de exame genético, para pesquisa de mutação em genes relacionados a essas doenças, nas unidades públicas ou conveniadas integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS – e dá outras providências. (– À Mesa da Assembleia.)

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

2ª Fase

O presidente – Não havendo matéria a ser apreciada na 1ª Fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião a matéria apreciada na extraordinária realizada hoje, pela manhã, e o Projeto de Lei nº 3.578/2016, que foi encaminhado à Comissão de Desenvolvimento Econômico para parecer sobre emenda recebida na mesma reunião.

Discussão e Votação de Pareceres

O presidente – Parecer de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 43/2019, do deputado João Leite e outros, que dá nova redação ao inciso IX do art. 10 e acrescenta o § 5º ao art. 231 da Constituição do Estado. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Delegada Sheila – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Ione Pinheiro – João Leite – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 33 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o parecer, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. À promulgação.

Parecer de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 52/2020, do deputado Professor Cleiton e outros, que altera a redação do § 2º do art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Delegada Sheila – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Gil Pereira – Gustavo Santana – João Leite – Leninha – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 34 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o parecer, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. À promulgação.

Parecer de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 64/2020, do deputado Hely Tarqüínio e outros, que altera o art. 161 da Constituição do Estado. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Beatriz CerqueirA – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Ione Pinheiro – João Leite – Leninha – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes– Virgílio Guimarães – Zé Reis.

– Registra "branco":

Celise Laviola.

O presidente – Votaram "sim" 33 deputados. Houve 1 voto em branco. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o parecer, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. À promulgação.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.031/2017, do deputado Doutor Jean Freire, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itamarandiba o imóvel que específica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Ione Pinheiro – João Leite – Leninha – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Virgílio Guimarães – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 33 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o parecer, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.362/2017, do deputado Gustavo Santana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bela Vista de Minas o imóvel que especifica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo

Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Ione Pinheiro – João Leite – Leninha – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 35 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o parecer, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.491/2017, do deputado Fábio Avelar de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itapecerica o imóvel que especifica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Leninha – Leonídio Bouças – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 34 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o parecer, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.958/2018, do deputado Carlos Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirapetinga os imóveis que especifica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – Leninha – Leonídio Bouças – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 38 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o parecer, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 521/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Albertina o imóvel que específica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Inácio Franco – João Leite – Leninha – Leonídio Bouças – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 34 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o parecer, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 648/2019, do deputado Coronel Henrique, que institui o Polo de Incentivo à Cultura de Flores e Plantas Ornamentais, denominado Flores para Brumadinho, e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Não há oradores escritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – Leninha – Leonídio Bouças – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 34 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o parecer, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. À sanção. Parabéns, deputado Coronel Henrique, pela bela iniciativa.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 894/2019, do deputado Virgílio Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Espinosa o imóvel que especifica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Coronel Sandro – Delegada Sheila – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Inácio Franco – Leninha – Leonídio Bouças – Marquinho Lemos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 30 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o parecer, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 905/2019, do deputado Zé Reis, que estabelece diretrizes para investimento em infraestrutura em regiões afetadas pelas concessões públicas para a exploração de rodovias no Estado. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, através da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cleitinho Azevedo – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Inácio Franco – Leninha – Leonídio Bouças – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 30 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o parecer, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.026/2019, do deputado Gustavo Mitre, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaúna o imóvel que especifica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Gil Pereira – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Inácio Franco – Leninha – Leonídio Bouças – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 29 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o parecer, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.182/2019, do deputado Neilando Pimenta, que autoriza o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais a doar ao Município de Teófilo Otôni o imóvel que especifica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Inácio Franco – Leninha – Leonídio Bouças – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Zé Reis.

O presidente – Votaram "sim" 29 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o parecer, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.194/2019, da deputada Delegada Sheila, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ewbank da Câmara o imóvel que especifica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Inácio Franco – Leninha – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Zé Reis.

– Registra "não":

Delegada Sheila.

O presidente – Votaram "sim" 26 deputados. Votou "não" 1 deputada. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o parecer, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.373/2019, do deputado Raul Belém, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Veríssimo o imóvel que específica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Betão – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Inácio Franco – Leninha – Leonídio Bouças – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 32 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o parecer, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.699/2020, do deputado João Leite, que institui a Política de Transporte sobre Trilhos no Estado e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Betão – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Guilherme da Cunha – Inácio Franco – Leninha – Marquinho Lemos – Professor Cleiton – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 24 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o parecer, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.089/2020, do deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a transferência para a União de parte da malha rodoviária, que especifica, sob jurisdição estadual, e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Não há oradores escritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o parecer.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Betão – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Elismar Prado – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Inácio Franco – Leninha – Marquinho Lemos – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota.

O presidente – Votaram “sim” 27 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o parecer, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. À sanção.

Declarações de Voto

O deputado Bosco – Boa tarde, presidente Antônio Carlos Arantes. Quero, através de V. Exa., cumprimentar todos os colegas parlamentares, todos os deputados e deputadas, todos os nossos consultores da Casa e manifestar aqui a nossa alegria e a nossa satisfação de termos participado dessas duas reuniões extensas – uma extraordinária e uma ordinária –, totalizando já mais de 5 horas de reuniões e, sobretudo, com aprovação de projetos importantes, projetos de autoria do nosso governador Romeu Zema, projetos também de autoria de vários deputados e deputadas desta Casa. Mas quero aqui, presidente, nesta oportunidade, destacar, de uma forma muito especial, a data do dia de hoje, em que Minas Gerais completa 300 anos de existência. É uma data que estava sendo muito aguardada por todos nós da Assembleia Legislativa, pelo governo do Estado, pela Secretaria de Cultura e Turismo. Nós teríamos aí, se não fosse a pandemia, festividades em todas as partes do Estado de Minas Gerais, em especial aí na capital, de uma forma conjunta entre a Assembleia, o governo do Estado e a Secretaria de Cultura e Turismo, mas, lamentavelmente, em virtude desta

pandemia que assola não só Minas Gerais e o Brasil, mas todo o mundo, esta data teve que ser adiada, ou seja, as comemorações foram adiadas. Mas nós não poderíamos deixar de fazer aqui uma menção a essa data, por esses 300 anos de Minas Gerais, 300 anos de muita história, de uma construção extraordinária por muitos mineiros e mineiras que passaram por Minas e que cumpriram a sua missão. Eles já não estão mais entre nós, mas contribuíram sobremaneira para a construção da história de Minas Gerais. Então, fica aqui esse nosso registro, rendendo a todos os mineiros e a todas as mineiras esta nossa homenagem. Faço questão de ler aqui um pequeno texto que nós escrevemos para registrar a importância deste dia. (– Lê:) "Hoje o nosso estado comemora 300 anos. É momento de exaltar a nossa história, a nossa cultura, as nossas cidades, o sotaque, as nossas montanhas e os nossos rios e, acima de tudo, o nosso povo, os nossos mineiros e mineiras. Vamos celebrar esta data refletindo a história que os nossos antepassados escreveram, mas sempre de olho no que está por vir e no que podemos fazer para a nossa e as futuras gerações. Como cidadão e parlamentar, parabenizo, de todo o coração, o melhor lugar do mundo para se viver: nossas Minas Gerais, que são muitas, como já dizia o nosso saudoso escritor Guimarães Rosa. Eu amo o nosso estado com toda a sua arte e liberdade, a sua hospitalidade e carinho que encontramos em cada canto. Aqui nasci, cresci e criei a minha família. Viva a nossa mineirice! Viva Minas Gerais e os seus três séculos de existência!". Portanto, presidente Antonio Carlos Arantes, que ora conduz os trabalhos dessa nossa Casa, ficam aí os nossos registros e os nossos parabéns. Se Deus quiser – e ele assim vai querer e permitir –, nós, a Assembleia, o governo do Estado e toda Minas Gerais, estaremos comemorando os 300 anos mais 1 a partir do ano que vem. Então, fica aí o nosso abraço, o nosso afetuoso abraço também ao nosso presidente Agostinho Patrus, desejando melhoras a ele e a todos os amigos que estão passando por esse momento de recuperação da Covid-19. Um grande abraço a todos. Viva Minas Gerais!".

O deputado Arlen Santiago – Bom, eu gostaria muito de falar sobre a aprovação do projeto que dá a oportunidade, a possibilidade de o governo do Estado repassar a BR-135, estrada que foi estadualizada no final de 2018, de Itacarambi até Manga, passando por São João das Missões... Então, passa o Estado a poder deixá-la, de novo, com o governo federal. Estive com o Pinheirinho, com o senador Carlos Viana e com o ministro Tarcísio, que falou que o Bolsonaro irá asfaltar essa entrada. Agora eles publicaram o decreto. Faltava esse projeto. Nós estivemos, na semana passada, com o Fernando Marcato, secretário de Infraestrutura; e o Fabrício, do DER, que me ajudou a terminar esse projeto. Infelizmente, na Comissão de Constituição e Justiça, um deputado aí da região, que não sabe o que está acontecendo, tentou atrapalhar o projeto. Fingimos que estava tudo bem. Aí, depois, os deputados da Comissão de Transporte corrigiram o que esse deputado da região tentou fazer para atrapalhar no nosso projeto. Infelizmente houve isso. Mas agora falaremos de coisa boa. Nós vamos conversar com o governador Zema para sancionar a matéria o mais rápido possível. Aliás, na semana que vem, talvez em videoconferência, porque o ministro Tarcísio está com Covid. O Pinheirinho, o senador Carlos Viana e também a deputada Greyce têm nos ajudado – ela que é muito próxima ao ministro –, então vamos aprovar a sanção com o Zema e, logo em seguida, marcar para o ministro Tarcísio poder ir até a região. Quem sabe, não é? Já que o Bolsonaro está sendo convidado pela Greyce, pelo Pinheirinho, pelo senador Carlos Viana, que é vice-líder, para vir até Minas dar a ordem de serviço da 367, ele também poderia ir com o ministro até Manga junto com o prefeito Quinquinha, que sempre foi um ardoroso defensor desta rodovia, como o Arlen Santiago tem sido, junto com a prefeita Nívea, junto com o prefeito Zé Nunes... Quem sabe, então, nós possamos ver ainda neste ano a autorização da licitação para que seja tudo englobado: projeto, licenças ambientais e obra. Essa é uma luta de muitos anos; é uma luta que o governo do PT não quis fazer – nem o projeto – nos 16 anos em que eles mandaram no País e nos 4 anos que mandaram em Minas Gerais. Mas, com calma, com persistência, a gente, para resolver o problema, sem estardalhaço, agora conseguimos votar essa lei, de minha autoria, que autoriza o governo do Estado; e aí parece ser o último ponto de entrave para que o ministro Tarcísio junto com o Bolsonaro possam dar essa ordem de serviço. Muito obrigado, meu amigo senador Carlos Viana; muito obrigado, prefeito Quinquinha; muito obrigado, Doutora Nívea; muito obrigado, Marcelo Pereira; muito obrigado, Zé Nunes; muito obrigado, Pinheirinho – você que trabalhou tanto – e também deputada Greyce, que tem sido de grande valia junto ao ministro. O povo da região pode ter certeza de que tem um deputado que trabalha e que não descansa, não desiste, enquanto não vir essa área da BR-135 feita pelo governo federal. E quero explicar para algum deputado desavisado que não adianta pedir ao Zema para asfaltar,

pois ele não tem dinheiro. Quem vai asfaltar é o Bolsonaro, e dependíamos desse projeto que, às vezes, ele tentou atrapalhar. Um grande abraço de Arlen Santiago.

O deputado Coronel Henrique – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, população mineira que nos assiste pela TV Assembleia, eu venho a esta tribuna justamente para agradecer a aprovação do Projeto nº 648/2019, de minha autoria, que institui o Polo Mineiro de Incentivo à Cultura de Flores e Plantas Ornamentais, denominado Flores para Brumadinho. Esse projeto, Sr. Presidente, foi apresentado no ano passado, logo após a tragédia de Brumadinho, e inclui 19 municípios que fazem parte da Bacia do Paraopeba nesse polo, com o objetivo muito claro de incentivarmos mais uma prática do nosso agronegócio. A floricultura também é agro. Em qualquer tragédia que nós vivemos no passado, como foi Brumadinho, e agora nesta pandemia, o nosso agro é a expectativa e é a realidade da geração de emprego e renda para a nossa população. Esse projeto Flores para Brumadinho tem a parceria e o empenho todo especial da nossa secretária de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sra. Ana Maria Valentini, para quem mando um abraço e a quem agradeço a parceria, juntamente com a Emater e a Epamig. Está tudo muito bem planejado e muito bem concatenado para, com recursos da Vale, esse projeto levar para aquela população a expectativa de uma nova vertente produtiva, aproveitando todo potencial turístico do nosso Museu de Inhotim, a característica das plantas e da vegetação que ali prevalece. Tenho a certeza de que esse projeto irá trazer um diferencial para aquela cidade e para toda a região que, às vezes, ficou muito dependente de uma atividade econômica, somente com a mineração. A floricultura abre uma perspectiva de novas tecnologias. A nossa Epamig tem tecnologia suficiente e um centro de pesquisa muito importante na Fazenda Risoleta Neves, lá no campus experimental, localizado em São João del-Rei. Tenho certeza de que, com a qualidade dos técnicos que nós produzimos, pesquisa em Minas Gerais, através da Epamig, servirá de suporte para essa nova ferramenta produtiva para o nosso estado. Nos momentos de crise é necessária a criatividade. Nos momentos de crise é necessária a inovação. Na nossa agropecuária, a visão empreendedora para o nosso produtor deverá ser conduzida por políticas públicas bem formatadas nesta Casa, em parceria com o Executivo. Com inovação, com criatividade e com empreendedorismo, certamente a nossa gente, que hoje, numa data toda especial, completa 300 anos – a nossa querida Minas Gerais –, oferecemos ao povo mineiro essa nova perspectiva, essa data marcante de três séculos, no longínquo 2 de dezembro de 1720, quando a Coroa Portuguesa decidiu que iríamos nos separar da capitania de São Paulo, criando o Estado de Minas Gerais, com autonomia administrativa e com autonomia militar. Certamente Minas Gerais depende muito das ações inovadoras desta Casa para que vislumbre um futuro promissor e legue para os nossos descendentes um futuro grandioso. Aquilo que recebemos dos nossos antepassados deveremos entregar, com qualidade, com ética e com respeito para com a coisa pública. Muito obrigado, Sr. Presidente, por essa oportunidade. Vida longa a Minas Gerais. Vida longa ao povo mineiro, com desenvolvimento, inovação, tecnologia e empreendedorismo para o nosso agronegócio. Muito obrigado.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, caros colegas deputados e deputadas, muito boa tarde. Quero parabenizar a todos pela reunião de hoje, por projetos tão importantes votados aqui. Eu não poderia deixar de, nessa data, falar uma pequena mensagem, uma pequena reflexão, quando Minas Gerais, e não simplesmente Minas, completa 300 anos. Este estado importantíssimo de um povo alegre, de um povo acolhedor, batalhador, mas que traz diferenças regionais comparadas às diferenças regionais que vive o nosso país, que sempre viveu o nosso país. Em um mesmo Estado, nós temos regiões comparadas a São Paulo, ao Sul de Minas, no aspecto desenvolvimento humano, no aspecto econômico. Neste mesmo Estado, nós temos regiões comparadas às regiões mais pobres, do ponto de vista econômico, nas questões de Índice de Desenvolvimento Humano, nas questões de mortalidade infantil, nas questões de renda per capita mais baixas. Então, caro colega presidente, deputados e deputadas, nós temos de lutar para acabar com essas diferenças regionais. É isso que nós temos de fazer no nosso dia a dia. Quero destacar a importância histórica do Nordeste de Minas e do Norte de Minas para o desenvolvimento deste estado e destacar a importância do Vale do Jequitinhonha, que serviu para que os bandeirantes adentrassem pelo Rio Jequitinhonha à procura de ouro e diamantes. É a região que tanto produziu riquezas para este estado e que ainda é a que menos se desenvolve neste estado. Presidente bom, governador bom é aquele que vai junto aos anseios do povo sem esperar o povo reivindicar, sem esperar o povo sofrer. Todas as lutas e conquistas que acontecerem nessas regiões e em

tantas outras serão conquistas do povo e não conquistas nem fruto da bondade das autoridades; serão conquistas do povo, seja no aspecto da conquista do acesso à água, seja no aspecto do melhoramento de estradas e rodovias dessa região que tanto sofre ainda. Temos muito o que comemorar em Minas Gerais, mas queremos avançar mais e ver as nossas autoridades governando de frente para os Gerais, para os geraizeiros, para essa região de Minas que tanto sofre e que ainda hoje temos que lembrar da tribuna, nas reuniões desta Assembleia, e lembrar em vários cantos deste país. Por isso, presidente, quero deixar aqui mais uma vez a voz dos povos do Jequitinhonha, do Mucuri, do Norte de Minas Gerais e do Nordeste de Minas Gerais. É preciso avançarmos mais ainda, é preciso diminuirmos as diferenças regionais. Tenho dito que ainda creio no dia em que chegaremos à igualdade. Contudo, no momento, precisamos de equidade, precisamos dar mais a quem tem menos. Parabéns, Minas Gerais; parabéns a esse povo aguerrido, a esse povo maravilhoso deste estado.

O deputado Carlos Pimenta – Boa tarde, meu caro presidente Antonio Carlos. Estou aqui no aeroporto de Belo Horizonte esperando o avião para Montes Claros, depois de participar ativamente, no dia de hoje, das votações importantes que tivemos de vários projetos, e quero destacar um deles. Quero cumprimentar o deputado Doutor Jean Freire e fazer coro com suas palavras neste dia tão importante para nós mineiros. Estamos comemorando os 300 anos de Minas Gerais, e, há pouco tempo, essa comemoração se dividia em duas partes: a comemoração em Mariana, na belíssima cidade de Mariana, histórica cidade de Mariana, que representa as Minas do Sul, as minas ricas; e a comemoração na cidade de Matias Cardoso, no Norte de Minas, que representa os Gerais. Não estou falando isso a troco de nada. Trata-se de um projeto de lei que foi votado na Casa, uma proposta de emenda à Constituição estabelecendo as duas cidades como sendo as capitais históricas do nosso estado: a cidade de Mariana representando as minas, e a cidade de Matias Cardoso representando os Gerais. A cidade de Matias Cardoso tem um papel histórico na consolidação do nosso estado. É uma cidade que tem hoje uma das mais lindas igrejas seculares, com vários séculos de existência. Então ali se fazia uma festa lindíssima, e essa festa não se faz nem se repete há mais de três anos – porém, neste ano, provavelmente foi devido à Covid. No ano que vem, se Deus quiser, queremos retomar as comemorações dos Gerais na cidade de Matias Cardoso. Quero terminar, meu presidente, comemorando as votações que tivemos aí. De uma maneira muito especial, comemoramos os projetos e a PEC nº 52, da qual fui presidente, que estabelece normas para que o transporte ferroviário, o grande legado ferroviário que nós temos aqui no nosso estado, possa também ter uma nova denominação, uma nova destinação a partir dessa proposta de emenda à Constituição. Em Montes Claros, um grupo empresarial da cidade está construindo o maior distrito rodoferroviário de Minas Gerais, uma área vastíssima que vai abrigar várias empresas de várias áreas. Esse empreendimento vai gerar em torno de 900 empregos diretos, investimento de quase R$1.000.000.000,00. Eu fico muito feliz em termos aprovado a PEC nº 52, idealizada pelo deputado João Leite, porque durante alguns meses nós estivemos à frente dessa PEC que foi votada hoje. Então a partir de hoje Minas passa a ter o domínio, o controle da sua malha ferroviária, desse legado que nós temos, para que a gente possa, num futuro muito próximo, voltar novamente a ocupar essa malha ferroviária com comboios modernos, fazendo voltar novamente o transporte ferroviário em Minas Gerais. Quero cumprimentar o deputado Agostinho Patrus, o nosso presidente; assim como V. Exa., Antonio Carlos, que tem feito um trabalho fantástico; o deputado João Leite, por propor essa emenda à Constituição e os outros projetos que nós votamos aqui hoje, todos eles de autoria do deputado João Leite. Eu espero que num futuro bem próximo Minas saia à frente, Minas avance e possa mostrar a todos os estados brasileiros, nessa data de 300 anos, que Minas é um país que ousa, é um país que vê a frente, é um Estado – desculpem – de oportunidade e de futuro para todos nós. Parabéns à Assembleia de Minas pela votação. Parabéns ao nosso estado pelos 300 anos. A gente vê uma perspectiva muito melhor, se Deus quiser, a partir de 2021. Muito obrigado, Antonio Carlos Arantes, meu caríssimo amigo.

O deputado Zé Reis – Sr. Presidente, é uma satisfação, na sua pessoa, cumprimentar os demais deputados. Volto a usar essa tribuna para parabenizar e agradecer pela votação expressiva ao nosso projeto de lei, embora já era para ter sido votado desde ano de 2019, (– Falha na transmissão do áudio.), que cria as diretrizes para investimento do calção, o resultado das concessões que o Estado de Minas Gerais recebe por ceder essas rodovias. O Norte de Minas, através da concessão da BR-135, gera para o Estado quase

R$100.000.000,00 por ano, um volume de R$4.200.000.000,00. No ano passado ainda, juntamente com o deputado Virgílio Guimarães conseguimos permitir que o Estado possa antecipar o recebimento desse recurso, ou seja, o Estado de Minas Gerais hoje pode receber R$200.000.000,00, R$300.000.000,00 de antecipação desses R$4.200.000.000,00. É um grande avanço não só para o Norte de Minas, mas para as novas concessões que vão acontecer. Distribuídas em todo o Estado de Minas Gerais somam a cifra de R$4.000.000.000,00, perdão, R$7.000.000.000,00. Ou seja, cada região deve aplicar o seu recurso na sua região. Portanto, a Assembleia de Minas, apesar de muitos terem jogado contra, infelizmente ... Eu ouvi um deputado anteriormente falando da 135, uma deputada do Norte, que é contra a federalização. Ou esse deputado está muito mal assessorado, mal informado ou falando pelos cotovelos. Eu falo por mim; com certeza, o Carlos Pimenta, que falou anteriormente, não é; o Virgílio, da mesma forma; a Leninha, muito menos; o Gil Pereira, muito menos; o Tadeuzinho, da mesma forma. Assim, se o Bolsonaro quisesse assumir para si, e o ministro Tarcísio, todas as rodovias do Estado de Minas Gerais, que seria (– Falha na transmissão do áudio.). Agora, não dá para fechar os olhos para o Norte de Minas Gerais. Daqui a pouco outras sete regiões do Estado terão que pagar o preço do pedágio, que hoje é o mais caro do Brasil. E nós não temos sequer um meio-fio pintado. Não podemos concordar e não podemos fechar os olhos. Como o governo do Estado não tem condições de fazer? Por que está fazendo e por que esse recurso existe? Então deixo aqui os meus parabéns aos nobres colegas. Da mesma forma, queria comemorar este dia com todos nós, os mineiros: os nossos 300 anos, o Estado que se desenvolve, que cresce, em que as coisas acontecem, muito embora haja o Dia dos Gerais, comemorado no dia 8 de dezembro, como o Carlos Pimenta colocou, uma medida votada por esta Casa. Nós temos, lá na minha cidade de Januária, a minha igreja Nossa Senhora do Rosário, datada do ano de 1688, ou seja, ela tem 332 anos. Nós temos, lá em Matias Cardosos, a Nossa Senhora da Conceição, igreja já com registro de 1612, ou seja, há mais de 400 anos o Norte de Minas Gerais tem contribuído para esse grande Estado (– Falha na transmissão de áudio.) Infelizmente não vai ser comemorado, como não foi no ano passado. Quero aqui dar esse presente a todos os norte-mineiros, a todos do sertão, a toda nossa gente: esse projeto de lei, o Projeto nº 905, que será transformado em realidade, seja com a Rodovia 135, interligando Rancharia a São João das Missões; seja com a concessão para o governo federal do trecho de São João das Missões a Manga; seja com a construção das pontes – tão sonhadas pontes do Rio São Francisco, já que nós temos mais de 600km com uma única ponte basicamente; seja a nossa MGC 479; seja a nossa sonhada ponte no Rio São Francisco; seja o nosso trecho em (– Inaudível.) Urucuia com esse recurso da concessão (– Falha na transmissão de áudio.). Esse projeto de nossa autoria, o Projeto nº 905, votado neste dia especial, nós teremos condições de tirar do papel. E, por último, Sr. Presidente, eu queria aqui parabenizar o novo procurador-geral Jarbas Soares Júnior, que é mais um presente para o sertão; o novo procurador-geral do Ministério Público foi, na data de ontem, empossado pelo nosso governador, e ele é norte-mineiro. Nós, juntamente com a Associação de Municípios da Área Mineira da Sudene, estaremos, no dia 10, recepcionando os novos prefeitos, nesse novo mandato que eles têm para os próximos quatro anos. Portanto, Dr. Jarbas, seja muito bem-vindo. Você – e eu já fui procurador-geral – terá um árduo trabalho frente a essa instituição séria, o fiscal da lei, que é o nosso Ministério Público. Parabéns, Dr. Jarbas Soares, e parabéns por mais um presente para o norte-mineiro, nesses 300 anos, nesses 330 anos, nesses 400 anos, nesse dia de comemoração do Estado de Minas e do Estado dos Gerais. Parabéns a todos nós do sertão. Parabéns a todos os mineiros. Parabéns a todos nós e viva Minas Gerais.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 17 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária de amanhã, dia 3, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/9/2020

Às 9h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bartô, e, remotamente, os deputados Douglas Melo e Elismar Prado, membros da supracitada comissão. Está presente remotamente, também, o deputado Hely Tarqüínio. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bartô, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o aumento do preço do arroz, levando-se em consideração fatores macroeconômicos, cadeia produtiva e impacto da pandemia de covid-19 no setor. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Antônio Claret de Oliveira Júnior, diretor-geral da Arsae-MG (20/5/2020 e 8/8/2020), prestando informações relativas à Consulta Pública referente à 2ª Revisão Tarifária Periódica da Copasa-MG e à 3ª Revisão Tarifária da Copanor pela Arsae-MG. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Danielle Vignoli Guzella Leite, promotora de justiça do Ministério Público de Minas Gerais (28/5/2020); e dos Srs. Bilac Pinto, secretário de Estado de Governo (12/3/2020); Paulo Emílio Coimbra do Nascimento, diretor da secretaria das promotorias de Juiz de Fora do Ministério Público de Minas Gerais (12/3/2020); e Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo (4/6/2020 e dois em 21/8/2020). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação nominal, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.498, 5.534, 5.591, 5.696 e 5.741/2020. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 7.255/2020, do deputado Bartô, em que requer seja realizada audiência pública para debater o aumento do preço do arroz, levando-se em consideração fatores macroeconômicos, cadeia produtiva e impacto da pandemia do covid-19 no setor. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença remota da Sra. Kátya Alves Duarte, Relações Institucionais da Associação Mineira de Supermercados – Amis –, representando o presidente; e os Srs. Elton Doeler, diretor-presidente da Associação Brasileira da Indústria do Arroz – Abiarroz; Jorge Tadeu Araújo Meirelles, presidente do Sindicato da Indústria de Arroz do Estado de Minas Gerais; Lucílio Rogério Aparecido Alves, professor da Escola Superior de Agricultura – Esalq/USP – e coordenador do Cepea, representando Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros, coordenador Científico do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" Cepea/Esalq; Eduardo Schroder, presidente do Fórum dos Procons Mineiros; e Daniel Batista Mendes, promotor de justiça de Defesa do Consumidor de Belo Horizonte. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro 2020.

Bartô, presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES – § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/10/2020

Às 9h5min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Laura Serrano e os deputados Hely Tarqüínio, Virgílio Guimarães, Braulio Braz, Doorgal Andrada, Fernando Pacheco e João Magalhães, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; e a deputada Laura Serrano e os deputados Braulio Braz, Doorgal Andrada, Fernando Pacheco, Hely Tarqüínio, João Magalhães, Raul Belém, Sargento Rodrigues e Virgílio Guimarães, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes – § 1º do Art. 204 do Regimento Interno. Estão presentes, também, os deputados Gil Pereira, Arlen Santiago e Raul Belém. Havendo

número regimental, o presidente, deputado Hely Tarqüínio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.141/2020, em turno único, e avoca para si a relatoria da matéria. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer: pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.120/2020 (relator: deputado Hely Tarqüínio). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Glaycon Franco, presidente.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 19/11/2020

Às 9h10min, comparecem à reunião os deputados João Leite, Gustavo Mitre e Coronel Henrique, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação atual das negociações do Estado com a Vale S.A., relativas à implantação de ramal ferroviário entre Belo Horizonte e Brumadinho como parte das indenizações e reparações devidas pela referida mineradora pelo rompimento da Barragem do Córrego do Feijão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Paula Sulmonetti, assessora do Instituto Cultural Inhotim; e os Srs. Benny Cohen, morador do Bairro Belvedere; Antonio Carlos Grassi, diretor-executivo do Instituto Cultural Inhotim; César Mori Júnior, presidente do Circuito Ferroviário Vale Verde; Otávio Paravizo Bregalda, supervisor de qualidade e líder de Inovação da Porto Seco de Varginha; Luis Otávio Milagres de Assis, secretário adjunto de Planejamento e Gestão; Igor Cândido de Oliveira, assessor de Relações Institucionais do Porto Seco Sul de Minas; Antônio Augusto Moreira de Faria, coordenador da Minas Trilhos; André Louis Tenuta Azevedo, diretor da ONG Trem; Jershon Ayres de Morais, secretário do Circuito Turístico Serras de Minas; e Sérgio Motta de Mello, diretor-presidente da Oscip Apito. A presidência, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.708/2020, dos deputados João Leite e Gustavo Mitre, em que requerem seja realizada audiência pública no Município de Formiga, para debater os transtornos causados pelo tráfego de trens da Ferrovia Centro-Atlântica na área urbana do município e as medidas necessárias para a mitigação dos problemas;

nº 7.719/2020, dos deputados Coronel Henrique, João Leite e Gustavo Mitre, em que requerem seja realizada audiência pública para debater com a comunidade da região dos Municípios de Ponte Nova e Dona Euzébia a retomada das operações da estrada de ferro da Linha Mineira.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

João Leite, presidente.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/11/2020

Às 14h37min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Laura Serrano (substituindo o deputado Roberto Andrade, por indicação da liderança do BSMG) e os deputados João Magalhães, Osvaldo Lopes, Leonídio Bouças e Raul Belém, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Mauro Tramonte e Zé Reis. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Gilson Soares Lemes, presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; e Mateus Simões, secretário-geral de Governo, ambos publicados no *Diário do Legislativo* em 12/11/2020. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 2.150/2020 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado João Magalhães); e 3.658/2016 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 3 (relator designado: deputado João Magalhães), ambos no 1º turno; 4.491/2017, 5.159/2018 e 521/2019, no 2º turno, todos na forma do Vencido no 1º turno (relator designado: deputado João Magalhães). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.559/2020. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.703/2020, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as consequências da privatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG –, os seus impactos para a população das localidades atendidas por essa companhia bem como a situação dos seus trabalhadores;

nº 7.721/2020, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a respeito dos critérios e das prioridades para distribuição dos dividendos da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2020.

João Magalhães, presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/11/2020

Às 15h6min, comparecem à reunião a deputada Laura Serrano (substituindo o deputado Raul Belém, por indicação da liderança do BSMG) e os deputados Noraldino Júnior, Carlos Pimenta e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Leninha e os deputados Sávio Souza Cruz, Virgílio Guimarães, Gil Pereira, André Quintão, Betinho Pinto Coelho, Mauro Tramonte, Fernando Pacheco, Professor Irineu e Coronel Henrique. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber e votar proposições da comissão e obter informações, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, sobre a gestão da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras. Passa-se à parte da reunião que compreende audiência de convidados referente ao Assembleia Fiscaliza. A presidência

convida a tomar assento à mesa a Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad. A presidência concede a palavra à secretária e aos deputados inscritos para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.773/2020, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o planejamento do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema –, com vistas à redução do passivo de processos de fiscalização e regularização ambiental suspensos durante a pandemia;

nº 7.781/2020, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a programação das ações do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – para recuperação e preservação de nascentes em 2021;

nº 7.820/2020, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para garantir a celeridade das análises de processos de licenciamento de empreendimentos geradores de energia renovável, em especial a solar fotovoltaica.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Noraldino Júnior, presidente.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/11/2020

Às 9 horas, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Betão, Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Estão presentes também as deputadas Celise Laviola e Ana Paula Siqueira e os deputados Gustavo Valadares, Professor Wendel Mesquita, Gustavo Santana, Zé Guilherme, Mauro Tramonte, Raul Belém e Zé Reis. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e obter informações, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras. A presidência registra a presença da Sra. Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna, secretária de Estado de Educação. A presidenta faz as considerações iniciais e, em seguida, passa a palavra à convidada para que faça sua exposição. Logo após, concede a palavra aos deputados inscritos para que façam seus questionamentos. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação nominal, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.850/2020, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o planejamento da secretaria para incluir os estudantes com deficiência em um eventual retorno às aulas no formato híbrido, enquanto durar a pandemia;

nº 7.859/2020, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Professor Cleiton e Bartô, em que requerem seja encaminhado ao reitor da Universidade Estadual de Montes Claros pedido de informações sobre o planejamento da universidade para a manutenção da oferta regular de cursos e programas no próximo ano, incluindo-se as ações de assistência estudantil;

nº 7.860/2020, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Professor Cleiton e Bartô, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o cronograma para a nomeação dos profissionais de educação aprovados nos concursos com prazo de validade em andamento, bem como para a realização de novos concursos;

nº 7.861/2020, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Professor Cleiton e Bartô, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o planejamento dessa secretaria para a implementação da Base Nacional Comum Curricular e do Currículo Referência de Minas Gerais enquanto durar a pandemia, considerando-se a metodologia de ensino e o material didático-pedagógico;

nº 7.862/2020, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Professor Cleiton e Bartô, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre como foram investidos os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae –, entre março e novembro de 2020, considerando-se a aquisição de produtos da agricultura familiar, e se essa secretaria pretende incentivar a ampliação de aquisição desses produtos no futuro;

nº 7.863/2020, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Professor Cleiton e Bartô, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para garantir a continuidade do direito de todos os estudantes da rede pública à alimentação escolar até que as atividades presenciais sejam retomadas;

nº 7.864/2020, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Professor Cleiton e Bartô, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o processo de municipalização do ensino fundamental em curso no Estado, em relação aos procedimentos adotados por essa secretaria quanto à consulta às comunidades escolares envolvidas, à análise das condições de infraestrutura das escolas e para os profissionais de educação e outras questões cuja consideração se mostra necessária ao êxito dos processos de municipalização;

nº 7.865/2020, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Professor Cleiton e Bartô, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a implementação da Lei nº 13.935, de 11/12/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica;

nº 7.866/2020, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Professor Cleiton e Bartô, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a avaliação do órgão acerca do cumprimento e aproveitamento efetivo da carga horária escolar do ano letivo de 2020 na rede estadual de ensino, considerando-se a flexibilização das normas de frequência e a oferta de estudo não presencial;

nº 7.867/2020, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Professor Cleiton e Bartô, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam adotados os critérios para a designação na função pública por meio da Lei nº 10.254, de 1990, para todas as carreiras da educação no ano letivo de 2021 até que as vagas venham a ser preenchidas por meio de concurso público de provas e títulos;

nº 7.868/2020, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Professor Cleiton e Bartô, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que essa pasta dê publicidade ao levantamento feito nas escolas estaduais para a averiguação da estrutura necessária que garanta retorno seguro dos profissionais e estudantes dentro do exigido pela atual decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG;

nº 7.869/2020, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Professor Cleiton e Bartô, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre se existe plano específico para a vacinação contra covid-19 de todos os profissionais da educação;

nº 7.870/2020, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Bartô e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o planejamento da universidade para a manutenção da oferta regular de cursos e programas em 2021, incluindo-se as ações de assistência estudantil.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/12/2020

Às 9h40min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo, João Leite e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, receber do Secretário de Governo o cronograma de ações relacionadas à convocação dos excedentes dos concursos e processos seletivos da área da segurança pública. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 7.894/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e aos membros efetivos do Cofin pedido de providências para que seja suspenso, nos termos do art. 4º-A da Lei nº 23.631, de 2020, o prazo de validade dos concursos públicos ainda vigentes no âmbito da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, de modo a que seja assegurado maior prazo para novos estudos e análises quanto à possibilidade de convocação de candidatos excedentes nos citados certames. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Daniela Martins Muritiba, representante da Comissão de Aprovados do Concurso para Delegados de Polícia Civil; Aline Risi dos Santos, diretora de Comunicação da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis – Cobrapol; e Jessica Patricia de Oliveira, representante da Comissão de Excedentes do Concurso de Escrivão – Polícia Civil de Minas Gerais; o 2º-Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, vice-presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra-PM/BM, representando o presidente; e os Srs. Hugo Leonardo Braga Ferreira, representante da Comissão dos Excedentes do Concurso para o Corpo de Bombeiros Militares de Minas Gerais; Luiz Otávio Rodrigues da Silveira, integrante da Comissão dos Excedentes Concurso da Polícia Militar de Minas Gerais; Bruno Tasca Cabral, diretor social do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado Minas Gerais – Sindepominas, representando a presidente; Guilherme da Costa Oliveira, assessor especial da Presidência da Associação dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais – Adepol, representando o presidente; Alex Batista Gomes, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais – Sindsisemg; Bruno Figueiredo Viegas, presidente do Sindicato dos Escrivães de Polícia do Estado de Minas Gerais – Sindep-MG; José Maria de Paula, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais – Sindpol-MG; e Mateus Henrique Silva Costa, Rodrigo Alisson Martins e Elmo da Silva Junior, representantes da Comissão de Excedentes do Concurso da Polícia Militar. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra ao deputado João Leite, também autor, e aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.895/2020, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater os contantes roubos de gado ocorridos na região Sul de Minas.

nº 7.897/2020, dos deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao Comitê de Orçamento e Finanças de Minas Gerais – Cofin – pedido de providências com vistas à economicidade da realização de um chamamento único dos excedentes aprovados nos concursos da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, escrivães de polícia e delegados de polícia, considerando-se que a convocação em duas etapas exige a realização de duas turmas de formação e que, entre os excedentes, existem candidatos que não tomarão posse, porque já estão em exercício em outros cargos públicos.

nº 7.898/2020, dos deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo e João Leite, em que requerem seja realizada audiência pública para debater, com a presença dos membros do Comitê de Orçamento e Finanças de Minas Gerais – Cofin –, o pagamento das férias-prêmio dos servidores das forças de segurança pública do Estado, suspenso nos últimos cinco anos, conforme demanda apresentada a esta comissão pelos sindicatos dos servidores públicos civis e pelas associações de servidores militares do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 14 horas do dia 4 de dezembro de 2020, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2019, do deputado João Vítor Xavier e outros, que acrescenta dispositivos ao art. 195 da Constituição do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 20/2015, do deputado Fred Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cajuri o imóvel que especifica; 369/2015, do deputado Fred Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cajuri o imóvel que especifica; 1.073/2015, do deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta artigos à Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado; 1.658/2015, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Duarte Bechir, que dispõe sobre a alteração dos limites da área do Parque Estadual da Serra do Papagaio, localizado nos Municípios de Aiuruoca, Alagoa, Baependi, Itamonte e Pouso Alto; 1.858/2015, do deputado Elismar Prado, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, substituindo o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI – como índice oficial de atualização da Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais – Ufemg – pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA; 3.578/2016, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a política estadual de estímulo, incentivo e promoção ao desenvolvimento local de *startups*; 3.658/2016, do deputado Braulio Braz, que dispõe sobre desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Manhuaçu o trecho rodoviário que especifica; 4.054/2017, do deputado Gil Pereira, que acrescenta o art. 8º-C à Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, e dá outras providências; 4.783/2017, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Inconfidentes o imóvel que especifica; 4.868/2017, do deputado Cristiano Silveira, que confere ao Município de Resende Costa o título de Capital Estadual do Tear e dá outras providências; 5.159/2018, do deputado Fábio Avelar de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Leandro Ferreira o imóvel que especifica; 5.475/2018, da Comissão de Direitos Humanos, que altera o art. 2° da Lei n° 18.315, de 6 de agosto de 2009, que estabelece diretrizes para a formulação da Política Estadual Habitacional

de Interesse Social – Pehis; 5.496/2018, do deputado Roberto Andrade, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cajuri o imóvel que especifica; 146/2019, do deputado João Leite, que altera a Lei nº 17.785, de 23 de setembro de 2008, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso de pessoas com deficiência ou com dificuldade de locomoção aos espaços de uso público no Estado; 150/2019, da deputada Leninha, que institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária no Estado e dá outras providências; 386/2019, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado; 516/2019, do deputado Coronel Henrique, que institui o Polo Moveleiro de Ubá e região; 612/2019, do deputado João Magalhães, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Manhuaçu o imóvel que especifica; 739/2019, do deputado Gustavo Santana, que dispõe sobre a criação do Selo Verde Vida na forma que menciona; 770/2019, do deputado Coronel Sandro, que autoriza o Poder Executivo a estimular a criação de conselhos de idosos nos municípios e dá outras providências; 873/2019, do governador do Estado, que altera a Lei nº 17.688, de 30 de julho de 2008, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica; 919/2019, do deputado Zé Guilherme, que cria escolas bilíngues em Libras e Português na rede pública estadual de educação; 1.006/2019, do governador do Estado, que autoriza a Universidade do Estado de Minas Gerais a doar ao Município de Belo Horizonte o imóvel que especifica; 1.042/2019, dos deputados Coronel Henrique e Doutor Paulo, que dispõe sobre a proteção integral aos direitos do estudante atleta; 1.214/2019, do deputado Charles Santos, que dispõe sobre a política estadual de valorização da vida nas escolas de Minas Gerais; 1.401/2020, do deputado Gustavo Valadares, que regulamenta, no âmbito do Estado, o § 1º do art. 22 da Lei Federal nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor; 2.142/2020, do Tribunal de Justiça, que unifica os quadros de pessoal dos servidores da Justiça Militar de Primeira e Segunda Instâncias do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 2.180/2020, da deputada Andréia de Jesus e outros, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica; 2.201/2020, do governador do Estado, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 – para o exercício de 2021; 2.202/2020, do governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021; e 2.256/2020, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio – os imóveis que especifica; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 3 de dezembro de 2020.

Agostinho Patrus, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 18 horas do dia 4 de dezembro de 2020, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2019, do deputado João Vítor Xavier e outros, que acrescenta dispositivos ao art. 195 da Constituição do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 20/2015, do deputado Fred Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cajuri o imóvel que especifica; 369/2015, do deputado Fred Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cajuri o imóvel que especifica; 1.073/2015, do deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta artigos à Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado; 1.658/2015, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Duarte Bechir, que dispõe sobre a alteração dos limites da área do Parque Estadual da Serra do Papagaio, localizado nos Municípios de Aiuruoca, Alagoa, Baependi, Itamonte e Pouso Alto; 1.858/2015, do deputado Elismar Prado, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, substituindo o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI – como índice oficial de atualização da Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais – Ufemg – pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA; 3.578/2016, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Dalmo Ribeiro Silva, que

dispõe sobre a política estadual de estímulo, incentivo e promoção ao desenvolvimento local de *startups*; 3.658/2016, do deputado Braulio Braz, que dispõe sobre desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Manhuaçu o trecho rodoviário que especifica; 4.054/2017, do deputado Gil Pereira, que acrescenta o art. 8º-C à Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, e dá outras providências; 4.783/2017, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Inconfidentes o imóvel que especifica; 4.868/2017, do deputado Cristiano Silveira, que confere ao Município de Resende Costa o título de Capital Estadual do Tear e dá outras providências; 5.159/2018, do deputado Fábio Avelar de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Leandro Ferreira o imóvel que especifica; 5.475/2018, da Comissão de Direitos Humanos, que altera o art. 2° da Lei n° 18.315, de 6 de agosto de 2009, que estabelece diretrizes para a formulação da Política Estadual Habitacional de Interesse Social – Pehis; 5.496/2018, do deputado Roberto Andrade, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cajuri o imóvel que especifica; 146/2019, do deputado João Leite, que altera a Lei nº 17.785, de 23 de setembro de 2008, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso de pessoas com deficiência ou com dificuldade de locomoção aos espaços de uso público no Estado; 150/2019, da deputada Leninha, que institui a Política Estadual de Turismo de Base Comunitária no Estado e dá outras providências; 386/2019, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado; 516/2019, do deputado Coronel Henrique, que institui o Polo Moveleiro de Ubá e região; 612/2019, do deputado João Magalhães, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Manhuaçu o imóvel que especifica; 739/2019, do deputado Gustavo Santana, que dispõe sobre a criação do Selo Verde Vida na forma que menciona; 770/2019, do deputado Coronel Sandro, que autoriza o Poder Executivo a estimular a criação de conselhos de idosos nos municípios e dá outras providências; 873/2019, do governador do Estado, que altera a Lei nº 17.688, de 30 de julho de 2008, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica; 919/2019, do deputado Zé Guilherme, que cria escolas bilíngues em Libras e Português na rede pública estadual de educação; 1.006/2019, do governador do Estado, que autoriza a Universidade do Estado de Minas Gerais a doar ao Município de Belo Horizonte o imóvel que especifica; 1.042/2019, dos deputados Coronel Henrique e Doutor Paulo, que dispõe sobre a proteção integral aos direitos do estudante atleta; 1.214/2019, do deputado Charles Santos, que dispõe sobre a política estadual de valorização da vida nas escolas de Minas Gerais; 1.401/2020, do deputado Gustavo Valadares, que regulamenta, no âmbito do Estado, o § 1º do art. 22 da Lei Federal nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor; 2.142/2020, do Tribunal de Justiça, que unifica os quadros de pessoal dos servidores da Justiça Militar de Primeira e Segunda Instâncias do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 2.180/2020, da deputada Andréia de Jesus e outros, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica; 2.201/2020, do governador do Estado, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 – para o exercício de 2021; 2.202/2020, do governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021; e 2.256/2020, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio – os imóveis que especifica; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 3 de dezembro de 2020.

Agostinho Patrus, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados André Quintão, Gustavo Valadares e Mário Henrique Caixa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 4/12/2020, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 4.880/2017, da deputada Marília Campos; de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 86/2019, da deputada Ana Paula Siqueira; e 325/2019, do deputado Celinho Sintrocel; de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 851/2019, do deputado Raul Belém;

1.095/2019, do deputado João Vítor Xavier, e 1.649/2020, do deputado Tadeu Martins Leite; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Celinho Sintrocel, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doorgal Andrada, Dalmo Ribeiro Silva, Sávio Souza Cruz e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 4/12/2020, às 14 e às 18 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de discutir e votar pareceres de redação final.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Duarte Bechir, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Econômico

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Glaycon Franco, Fábio Avelar de Oliveira e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 4/12/2020, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 3.578/2016, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Dalmo Ribeiro Silva, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Thiago Cota, presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

RECEBIMENTO DE PROPOSIÇÕES

– Foram recebidos, na 73ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 2/12/2020, os seguintes requerimentos:

REQUERIMENTOS

Nº 7.042/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que atuaram na ocorrência, em 30/11/2020, na chamada Mata da Baleia, próximo ao Aglomerado da Serra, na Vila Fazendinha, que resultou na apreensão de seis armas de fogo e grande quantidade de drogas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.045/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comitê de Orçamento e Finanças de Minas Gerais – Cofin – pedido de providências com vistas à economicidade da realização de um chamamento único dos excedentes aprovados nos concursos da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, escrivães de polícia e delegados de polícia, considerando-se que a convocação em duas etapas exige a realização de duas turmas de formação e que, entre os excedentes, existem candidatos que não tomarão posse, porque já estão em exercício em outros cargos públicos.

Nº 7.046/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e aos membros efetivos do Cofin pedido de providências para que seja suspenso, nos termos do art. 4º-A da Lei nº 23.631, de 2020, o prazo

de validade dos concursos públicos ainda vigentes no âmbito da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, de modo a que seja assegurado maior prazo para novos estudos e análises quanto à possibilidade de convocação de candidatos excedentes nos citados certames.

Nº 7.052/2020, do deputado Professor Irineu, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Fabiano Rubinger de Queiroz, desembargador, pela condecoração com o Colar do Mérito Judicial. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 7.053/2020, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que sejam realizadas urgentemente obras de restauração na MG-496. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 7.054/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as razões do encerramento das atividades da Escola Estadual Professora Amélia de Castro, em 2021, bem como sobre as providências que serão adotadas por essa secretaria em relação aos servidores da escola. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.055/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que atuaram na ocorrência, em 16/9/2020, no Município de Uberlândia, que resultou na prisão de um indivíduo e na apreensão de 830 barras de maconha, dinheiro em espécie, celulares, balanças, um caderno de contabilidade do tráfico e um veículo. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.056/2020, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que sejam restabelecidos os convênios para construção do Hospital do Câncer de Poços de Caldas, diante de sua relevância para os pacientes de oncologia desse município e de toda a região.

Nº 7.057/2020, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o montante de recursos referentes às emendas parlamentares que foram pagos na área da saúde até a presente data, especificando-se em quais municípios tais recursos foram alocados, tendo em vista que em reunião realizada na Assembleia Legislativa, em 2/4/2020, a SES informou que aguardava definição da Secretaria de Estado de Fazenda sobre a previsão do pagamento das emendas parlamentares de 2019 para que pudesse fazer as alocações na área da saúde. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.059/2020, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a fiscalização da utilização dos recursos transferidos pelo Estado aos hospitais para o atendimento dos casos de covid-19. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.060/2020, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a análise jurídica feita pela Advocacia-Geral do Estado sobre as medidas que poderiam ser tomadas para ampliar os recursos humanos em saúde, se houve a ampliação desses recursos e sobre a revalidação de diplomas em âmbito estadual. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.061/2020, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a abertura de processo de habilitação de laboratórios para a realização de exames de diagnóstico para covid-19 em todas as macrorregiões, bem como sobre quantos laboratórios foram habilitados e em quais regiões. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.062/2020, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as ações desenvolvidas por essa secretaria para o enfrentamento de uma possível segunda onda de disseminação da covid-19 no Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.063/2020, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os valores gastos para a implantação e manutenção do hospital de campanha montado no Expominas, em Belo Horizonte. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.064/2020, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a elaboração, pela Fhemig, de projeto de acolhida e atendimento humanizado aos pacientes do Hospital Galba Veloso, compromisso assumido por essa secretaria em 24/6/2020, em reunião realizada nesta Casa. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.065/2020, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências com vistas à destinação de recursos financeiros aos laboratórios de biologia molecular das unidades de Diamantina e de Teófilo Otôni, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM –, para serem utilizados na compra de insumos, e ao credenciamento, no SUS, do laboratório da unidade de Teófilo Otoni.

Nº 7.068/2020, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as ações elaboradas pela pasta para garantir a segurança alimentar dos alunos da rede pública estadual diante da previsão de encerramento do Bolsa Merenda e Renda Minas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.070/2020, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a regularização dos problemas ocorridos no início do ano de 2020 em relação à matrícula *on-line* na rede estadual. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.078/2020, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre como se dará a oferta de ensino da língua espanhola dentro do Currículo Referência do Ensino Médio na rede estadual, a previsão do número de escolas que serão atendidas e o número de educadores existentes no quadro de pessoal dessa secretaria aptos a lecionar essa disciplina. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela deputada Ana Paula Siqueira. Anexe-se ao Requerimento nº 4.351/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 7.079/2020, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as medidas adotadas pelo Estado para assegurar o quadro de pessoal necessário para a devida prestação dos serviços na rede estadual de educação em 2021, tendo em vista a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.267-MG, na qual foi declarada a inconstitucionalidade do art. 10 da Lei nº 10.254, de 1990, e do § 1º do art. 7º da Lei nº 9.726, de 1988, por não atendimento aos pressupostos constitucionais para a contratação temporária no serviço público. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão de Educação. Anexe-se ao Requerimento nº 6.340/2020, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 7.080/2020, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações detalhadas sobre as atividades desenvolvidas com as crianças e os adolescentes matriculados no ensino público estadual, desde o início da pandemia de covid-19, em que sejam explicitados os materiais de ensino e as atividades escolares, os meios de transmissão e comunicação, os materiais impressos e digitais utilizados, com os respectivos quantitativos, e os dados dos alunos envolvidos. (– À Mesa da Assembleia.)

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.201/2020

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

O governador do Estado encaminhou a esta Casa, por meio da Mensagem nº 96/2020, o projeto de lei em epígrafe, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2020-2023 – para o exercício 2021.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 16/10/2020, foi a proposição distribuída para análise desta comissão, em conformidade com o art. 160 da Constituição do Estado e com o art. 204, *caput*, do Regimento Interno.

Em obediência ao rito regimental previsto no § 2° do mesmo art. 204, foi concedido prazo de 20 dias para a apresentação de emendas à proposição, o qual foi prorrogado por acordo do Colégio de Líderes. Foram apresentadas, nesse período, 99 emendas.

Nos termos do § 5º do art. 204 do mencionado regimento, esta comissão passa a analisar o projeto e as emendas apresentadas.

Fundamentação

A Constituição Estadual determina, em seus artigos nº 153 e 154, a elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – por meio de lei de iniciativa do Poder Executivo, que deve ser submetida à apreciação da Assembleia Legislativa. O PPAG é elaborado e aprovado no primeiro ano de mandato do governante, tem vigência de quatro anos e vigora até o primeiro ano do mandato seguinte. É organizado em programas que, por sua vez, contêm as ações governamentais.

Na Mensagem nº 96/2020, do governador do Estado, que acompanha o Projeto de Lei nº 2.201/2020, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2021, há destaque para a revisão e o aperfeiçoamento do plano, bem como para a participação da população no processo de tramitação dos projetos de lei do ciclo orçamentário.

A revisão do PPAG possibilita aos gestores públicos alterações em programas e ações para assegurar que o plano tenha aderência às demais peças orçamentárias e também à realidade socioeconômica do Estado. Esse momento é fundamental para o planejamento público, pois a Constituição da República e a Constituição Estadual, por simetria, preveem que nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual ou sem lei que autorize a sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Nesse contexto, a participação da sociedade civil no momento de revisão do PPAG para o ano seguinte também assegura a transparência e o controle social das políticas públicas. O alinhamento entre as peças de planejamento e orçamento público, a transparência e o controle social são fundamentais para a efetividade da administração pública.

Quanto à estrutura do PPAG, observa-se que o programa é o instrumento de organização da ação governamental que estabelece quais as ações devem ser implementadas e os resultados a serem alcançados com elas. Nele está contido um conjunto de ações, que são as unidades básicas de gestão, e são definidas metas do PPAG a partir das quais são detalhadas as despesas orçamentárias. Assim, os programas do PPAG 2020-2023 estão organizados em 14 áreas temáticas, 9 finalísticas e 5 de apoio e suporte, que estão em consonância com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – para o período 2019 a 2030. As nove áreas temáticas finalísticas são: Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Cultura e Turismo; Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Social; Educação; Infraestrutura e Mobilidade; Meio Ambiente; Saúde; Segurança Pública; e as 5 áreas temáticas de apoio e suporte são: Advocacia-Geral; Transparência, Combate à Corrupção, Integridade e Ouvidoria; Fazenda; Governo e Gabinete Militar; Planejamento e Gestão.

Com relação à previsão de recursos, verifica-se que o valor total para o PPAG 2020-2023 no ano de 2021 é coincidente com o valor previsto no Projeto de Lei nº 2.202/2020, projeto da Lei Orçamentária Anual – LOA – para 2021, o que assegura o alinhamento dessas peças de planejamento e orçamento. Assim como a LOA, os programas e as ações do PPAG consideram o tipo de orçamento existente: o orçamento fiscal, que abrange as despesas correntes e de capital dos três Poderes, administração direta e indireta; e o orçamento de investimento das empresas controladas pelo Estado.

Na revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2021, foram apresentados 154 programas, que estabelecem 857 ações, das quais 59 compõem a carteira de projetos estratégicos do governo de Minas Gerais e terão monitoramento diferenciado. No quadro seguinte pode-se verificar os valores alocados em cada área temática do PPAG e nos demais programas dos outros Poderes:

MINAS GERAIS – Recursos por Área Temática
PPAG 2020-2023 – Revisão 2021

em R$ mil

Área Temática	2021	2022	2023
Advocacia-Geral	228.604	232.931	239.043
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	540.260	518.576	526.239
Cultura e Turismo	131.424	132.428	134.345
Desenvolvimento Econômico	2.831.045	2.503.678	2.230.938
Desenvolvimento Social	200.962	204.416	207.658
Educação	12.805.300	12.926.725	13.277.573
Fazenda	1.389.386	1.386.698	1.410.735
Governo e Gabinete Militar	263.032	266.932	271.361
Infraestrutura e Mobilidade	1.383.559	722.108	687.053
Meio Ambiente	1.700.516	1.701.531	1.699.948
Outros Poderes	10.368.657	10.637.221	10.782.393
Planejamento e Gestão	71.431.334	72.129.356	73.350.442
Saúde	11.438.293	11.627.752	11.817.845
Segurança Pública	10.977.965	10.946.764	11.192.700
Transparência, Combate à Corrupção, Integridade e Ouvidoria	53.172	54.020	55.002
Total	125.743.509	125.991.135	127.883.276

Obs: O valor relativo ao total por ano corresponde à soma dos orçamentos fiscal e de investimento para cada exercício, incluídas as despesas intraorçamentárias.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Fonte primária: ZEMA NETO, Romeu. (governador.) Projeto de Lei nº 2.201/2020, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2021.

Constata-se que, para 2021, a maior alocação de recursos se dá na área de Planejamento e Gestão, que, em termos percentuais, perfaz 56,81% do valor total programado para o ano que vem. Nessa área temática, há programas e ações voltados à execução de serviços de gerenciamento e suporte da área meio de órgãos e entidades, ao planejamento, à formulação de políticas setoriais, à coordenação, à avaliação e controle dos programas finalísticos, à gestão logística e patrimonial, à gestão de pessoas, ao pagamento de precatórios e sentenças judiciárias, aos proventos de inativos e pensionistas e à destinação de recursos como, por exemplo, pagamento de pessoal, nos casos em que não foi possível alocar diretamente nas ações finalísticas. Em relação à alocação de recursos nessas áreas, percebe-se que as áreas finalísticas de Educação e Saúde detêm o maior valor agregado de recursos, seguidas pela área de Segurança Pública.

Em relação à regionalização da alocação de recursos, tem-se o seguinte quadro:

MINAS GERAIS – Recursos por Região Intermediária
PPAG 2020-2023 – Revisão 2021

em R$ mil

Região Geográfica Intermediária	2021	2022	2023
Estadual	58.803.238	59.360.160	60.244.064
Região Intermediária de Barbacena	2.044.580	2.048.824	2.076.421
Região Intermediária de Belo Horizonte	33.910.678	33.968.251	34.518.709
Região Intermediária de Divinópolis	3.005.967	2.990.660	2.990.099
Região Intermediária de Governador Valadares	1.923.898	1.919.452	1.959.442
Região Intermediária de Ipatinga	1.872.155	1.892.504	1.927.422
Região Intermediária de Juiz de Fora	5.684.719	5.680.730	5.760.615
Região Intermediária de Montes Claros	3.812.790	3.631.609	3.691.807

Região Intermediária de Patos de Minas	1.933.189	1.882.199	1.916.974
Região Intermediária de Pouso Alegre	2.508.721	2.517.264	2.534.203
Região Intermediária de Teófilo Otoni	2.643.964	2.560.685	2.597.328
Região Intermediária de Uberaba	1.682.031	1.663.439	1.694.812
Região Intermediária de Uberlândia	2.374.279	2.355.550	2.389.564
Região Intermediária de Varginha	3.543.302	3.519.809	3.581.817
Total	125.743.509	125.991.135	127.883.276

Obs: O valor relativo ao total por ano corresponde à soma dos orçamentos fiscal e de investimento para cada exercício, incluídas as despesas intraorçamentárias.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Fonte primária: ZEMA NETO, Romeu. (governador.) Projeto de Lei nº 2.201/2020, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 para o exercício 2021.

Vê-se que, em 2021, o maior volume de recursos encontra-se na região estadual. Geralmente, quando a alocação de recursos é genérica, ela tem destinação "estadual", o que possibilita a alocação, no momento da execução, em qualquer região intermediária. Outro dado que chama atenção é a elevada alocação e, com isso, o maior percentual de recursos na Região Intermediária de Belo Horizonte. Isso se deve ao fato de que a contabilização das despesas de custeio de vários órgãos e entidades é feito nessa região.

Na revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2021 houve exclusão e inclusão de programas e ações. Entre os programas, foram excluídos:

– o Programa 100 – Modernização da gestão fiscal, cuja unidade responsável era a Secretaria de Estado de Fazenda, porque receberia recursos externos e não foi possível contratar a linha de crédito para tal. Continha quatro ações.

– o Programa 140 – Esporte e cultura para todos, de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação, inviabilizado pela pandemia da Covid-19;

– o Programa 163 – Apoio à aquisição direta de produtos para alimentação escolar, também de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação, que continha três ações.

Finalmente, para atender às determinações da Lei nº 23.685, de 7/8/2020, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO –, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2021, foi excluído um programa cuja unidade responsável era a Cemig e que continha três ações. Com essa mesma unidade responsável, houve a inclusão de um novo programa, o Programa 035 – Investimentos Cemig Holding.

Quanto às ações, foram excluídas 56, das quais 11 por estarem contidas em programas totalmente excluídos. E foram incluídas 39 ações, três delas em um programa novo e as demais em programas mantidos nas áreas temáticas. Para cada ação excluída ou criada há uma justificativa que embasa a decisão. De maneira geral, as justificativas para a exclusão das ações estão relacionadas à alteração de ações para outros programas e unidades orçamentárias; ao atendimento à legislação, como LDO, leis ordinárias e instruções normativas; à finalização de contratos e entrega de produtos no ano de 2020, com a consequente finalização da ação; à fusão de ações existentes em 2020 que darão origem a novas ações em 2021 ou serão absorvidas em ações já existentes. Já as justificativas para a inclusão de ações estão relacionadas à realização de novos projetos; à necessidade de se dar mais transparência às atividades e permitir o seu monitoramento; ao atendimento à legislação, como LDO, leis ordinárias e instruções normativas; e à criação de ações devido à fusão de outras existentes em 2020.

Processo Legislativo

O processo de tramitação do PPAG na Assembleia Legislativa de Minas Gerais foi aberto à participação da sociedade civil por meio da Comissão de Participação Popular em conjunto com esta comissão. Em 2020, após o recebimento e a publicação dos projetos de lei de revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2021 e da Lei Orçamentária Anual para 2021, essas comissões realizaram a discussão participativa em novo formato, devido a pandemia da Covid-19. Foram realizados dois encontros *on-line*

organizados em 10 áreas temáticas, além de consulta pública, que ficou disponível no Portal da Assembleia entre os dias 19 a 30 de outubro de 2020.

As sugestões populares de alteração do plano vieram de representantes da sociedade civil nos encontros *on-line*: 139 no primeiro e 97 no segundo, e de mais 115 participantes na consulta pública. Foram, então, apresentadas 229 sugestões por meio da consulta pública e 130 resultantes dos encontros *on-line*, totalizando 259 sugestões.

Na sequência, todas foram analisadas e aglutinadas por programa do PPAG, gerando 59 Propostas de Ação Legislativa – PLEs. Apreciadas pela Comissão de Participação Popular, receberam parecer por sua aprovação na forma de emendas ao projeto de lei revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2021; ou ao projeto de Lei Orçamentária Anual 2021; e/ou de requerimentos com pedidos de informações ou de providências a órgão ou entidade governamental.

A apreciação das PLEs deu origem a 56 emendas ao projeto de lei de revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2021, 37 emendas ao projeto de Lei Orçamentária para 2021 e 180 requerimentos com pedidos de providências ou solicitações de informações ao governo do Estado relativos à execução das políticas públicas estaduais ou à realização de atividades das comissões da Assembleia, como audiências públicas ou visitas técnicas. Uma das PLEs foi rejeitada.

Do total das 99 emendas apresentadas, 56 foram provenientes da Comissão de Participação Popular, 32 de parlamentares, 10 da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras e uma do Bloco Sou Minas Demais. Sob outra perspectiva, pode-se ressaltar que uma emenda foi apresentada com vistas à alteração de programa, 74 visando à alteração de ação, 23 para a inclusão de ações no plano e uma foi direcionada ao texto do Projeto de Lei 2.201/2020.

Vale salientar que emendas que alocaram valores nas ações além daquele previsto pelo art. 160 da Carta mineira – emendas impositivas – foram consideradas inadequadas por violarem o referido comando constitucional. Além disso, emitimos parecer pela rejeição de emendas consideradas tecnicamente equivocadas, que propunham a redução de abrangência das ações previstas ou que contrariavam dispositivos constitucionais ou legais.

Destaque-se, também, que foram apresentadas emendas para corrigir erros materiais, permitir maior adequação dos produtos às finalidades das ações e regionalizar suas metas física e financeira. Foram propostas, ainda, alterações em algumas ações do PPAG com o intuito de garantir a articulação, a interdependência e a compatibilidade entre as leis do ciclo orçamentário, bem como de adequá-las à nova distribuição de recursos decorrente da aprovação de emendas de autoria parlamentar ao orçamento.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.201/2020, em turno único, com as Emendas nos 12, 14, 16 e 17 apresentadas por parlamentares, na forma das respectivas Subemendas no 1; com as Emendas nos 6 e 9, apresentadas pela Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras; com as Emendas nos 1 e 7 apresentadas pela Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, na forma das respectivas Subemendas no 1; com a Emenda no 11 apresentada pelo Bloco Sou Minas Gerais, na forma da Subemenda no 1; com as Emendas nos 45, 46, 47, 49, 50, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 91, 92, 93, 94, 96, 97 e 98 apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com as Emendas nos 44, 48, 51, 52, 54, 57, 61, 65, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 95 e 99 apresentadas pela Comissão de Participação Popular, na forma das respectivas Subemendas no 1; e com as Emendas nos 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188 e 189 apresentadas ao final deste parecer, e pela rejeição das Emendas nos 15, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42 e 43.

As mencionadas subemendas estão apresentadas ao final do parecer.

Com a aprovação da Subemenda no 1 à Emenda no 1, ficam prejudicadas as Emendas nos 2, 3, 4, 5 e 10.

Com a aprovação da Subemenda no 1 às Emendas no 7 e 54, ficam prejudicadas respectivamente as Emendas nos 8 e 13.

Com a aprovação das Emendas nos 92 e 93, ficam prejudicadas respectivamente as Emendas nos 19 e 20.

Vale destacar que as Subemendas nos 1 às Emendas nos 1, 11, 12, 14, 16, 17, 44, 48, 51, 52, 54, 57, 61, 65, 84, 85, 88, 89, 90, 95 e 99 e as Emendas nos 100, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188 e 189 foram criadas com o objetivo de compatibilizar o orçamento com o PPAG.

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 1

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 162 – FERROVIAS MINEIRAS –

Ação: 4523 – INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA

Mudança de finalidade para: AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA MALHA FERROVIÁRIA, incluindo a construção de novas linhas, recuperação e ampliação de linhas existentes, a construção e reforma de estações, pátios e oficinas, bem como apoio financeiro às operações ferroviárias.

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	1	1.501.000,00	1	0,00	1	0,00

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 7

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 162 – FERROVIAS MINEIRAS

Ação: .... – Aquisição e reforma de material rodante ferroviário

Unidade Orçamentária: 1301 – SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Finalidade: Adquirir e reformar material rodante (vagões, locomotivas, autos de linha, etc...) a serem utilizados em trechos ferroviários sob gestão estadual

Produto: Material rodante reformado

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Demais Projetos e Atividades

Projeto Estratégico:

público-alvo: Operadores ferroviários ou turísticos

Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R$): 1.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 11

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 024 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, À CAPTAÇÃO E À COORDENAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS –

Ação: 2090 – TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS

Mudança de IAG:

Para: 1 – Projetos estratégicos

Mudança de projeto estratégico para: TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS AOS MUNICÍPIOS MINEIROS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	1	161.000.779,00	1	1.000,00	1	1.000,00

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 12

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 034 – POLICIA OSTENSIVA –

Ação: 4048 – POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL

Mudança de IAG:

Para: 1 – Projetos estratégicos

Mudança de projeto estratégico para: Modernização dos Órgãos de Segurança Pública e de Defesa Social

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	900.777	3.766.340.001,00	900.777	3.756.810.025,00	900.777	3.823.416.727,00
Região Intermediária de Ipatinga	2	2.551.471,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	1	812.173,00	0	0,00	0	0,00

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 14

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 064 – CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO – DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL –

Ação: 4184 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO NORTE E NORDESTE

Mudança de IAG:

Para: 1 – Projetos estratégicos

Mudança de projeto estratégico para: ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA NO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	2	15.124.158,00	2	522.650,00	2	531.325,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	2	514.158,00	2	522.650,00	2	531.325,00
Região Intermediária de Governador Valadares	1	607.079,00	1	261.325,00	1	265.662,00
Região Intermediária de Montes Claros	4	1.378.317,00	4	1.045.300,00	4	1.062.649,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	2	514.158,00	2	522.650,00	2	531.325,00

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 16

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 119 – MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL –

Ação: 4522 – MANEJO ÉTICO-POPULACIONAL DE CÃES E GATOS, EDUCAÇÃO HUMANITÁRIA E CASTRAÇÃO DE ANIMAIS

Mudança de finalidade para: Implementar políticas públicas relativas aos animais domésticos no âmbito estadual, conforme a lei estadual 23.304/2019 (art. 42), mediante a feitura de um diagnóstico das realidades por eles vivenciadas, no que concerne a (in)existência de controle populacional, proteção e identificação dos animais que vivem no ambiente urbano. Implementar um centro de referência para acolhimento prévio de animais abandonados ou apreendidos. Subsidiar, orientar e fomentar a realização de campanhas de castração, vacinações, educação humanitária e ambiental e de conscientização para a guarda responsável, mediante apoio financeiro e material às entidades e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e municípios.

Mudança de produto para: ENTIDADE/MUNICÍPIO APOIADO

Mudança de unidade de medida para: ENTIDADE/MUNICÍPIO

Mudança de público-alvo:

Para: ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS E MUNICÍPIOS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	425	801.000,00	428	1.000,00	853	1.000,00

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 17

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 119 – MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL –

Ação: 4221 – APOIO À PROMOÇÃO DE AÇÕES DE PROTEÇÃO ANIMAL

Mudança de finalidade para: Promover ações protetivas aos animais por meio do apoio financeiro e material as entidades e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos ou municípios por meio de ações de promoção a tutela responsável, educação humanitária, ambiental, vacinações e ao manejo e controle populacional ético de cães e gatos por meio de castrações.

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	135	4.080.162,00	135	1.000,00	135	1.000,00

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 44

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 005 – INVESTIGAÇÃO –

Ação: 4025 – GESTÃO DAS UNIDADES POLICIAIS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	5.000	31.993.981,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Barbacena	19.176	89.290.566,00	19.176	89.243.937,00	19.176	90.899.750,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	79.276	440.311.791,00	79.276	440.084.875,00	79.276	448.250.123,00
Região Intermediária de Divinópolis	31.549	146.901.834,00	31.549	146.825.118,00	31.549	149.549.279,00

Região Intermediária de Governador Valadares	10.077	46.919.742,00	10.077	46.895.239,00	10.077	47.765.324,00
Região Intermediária de Ipatinga	21.903	101.983.617,00	21.903	101.930.359,00	21.903	103.821.553,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	39.493	183.889.246,00	39.493	183.793.215,00	39.493	187.203.275,00
Região Intermediária de Montes Claros	14.893	69.350.615,00	14.893	69.314.398,00	14.893	70.600.441,00
Região Intermediária de Patos de Minas	13.662	63.615.839,00	13.662	63.582.617,00	13.662	64.762.315,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	33.464	155.805.167,00	33.464	155.723.802,00	33.464	158.613.069,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	11.084	51.619.242,00	11.084	51.592.283,00	11.084	52.549.515,00
Região Intermediária de Uberaba	15.322	71.345.865,00	15.322	71.308.606,00	15.322	72.631.651,00
Região Intermediária de Uberlândia	26.231	122.136.894,00	26.231	122.073.111,00	26.231	124.338.029,00
Região Intermediária de Varginha	33.580	156.363.580,00	33.580	156.281.922,00	33.580	159.181.542,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R$): 1.000.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 48

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 056 – FOMENTO, DEMOCRATIZAÇÃO E ACESSO À CULTURA E AO TURISMO –

Ação: 4322 – APOIO A PROJETOS CULTURAIS E TURÍSTICOS EXECUTADOS POR MEIO DE PARCERIAS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	3	9.856.529,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Barbacena	1	140.000,00	1	140.000,00	1	140.000,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	4	670.000,00	2	342.225,00	2	354.649,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	1	140.000,00	1	140.000,00	1	140.000,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	14	1.670.000,00	1	140.000,00	1	140.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R$): 2.470.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 51

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 155 – PROMOÇÃO DE DEFESA CIVIL –

Ação: 4479 – EXPANSÃO DO CBMMG ATRAVÉS DA CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES PREDIAIS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	1	3.479.744,00	0	1.000,00	0	1.000,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	2	1.500.000,00	0	0,00	0	0,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R$): 1.500.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 52

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 127 – INFRAESTRUTURA RURAL E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL –

Ação: 4512 – RECUPERAÇÃO INTEGRADA DA CAPACIDADE PRODUTIVA DAS BACIAS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	20	10.116.073,00	20	521.823,00	20	530.745,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	3	2.000.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberaba	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Varginha	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R$): 2.000.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 54

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 049 – DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS –

Ação: 4094 – PROMOÇÃO DO ACESSO À INFRAESTRUTURA BÁSICA DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS

Mudança de IAG:

Para: 1 – Projetos estratégicos

Mudança de projeto estratégico para: ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA NO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	11.349.885,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	35	2.896.581,00	35	2.946.369,00	35	2.996.157,00
Região Intermediária de Montes Claros	22	1.821.336,00	22	1.852.001,00	22	1.883.245,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	2	50.000,00	2	50.000,00	2	50.000,00

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 57

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 046 – POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS –

Ação: 4116 – PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E REPARAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	6	2.435.050,00	1	570.000,00	1	570.000,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Região Intermediária de Belo Horizonte	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberaba	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Varginha	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R$): 750.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 61

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 106 – ENSINO FUNDAMENTAL –

Ação: 4297 – DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Mudança de finalidade para: ASSEGURAR A OFERTA DE ENSINO FUNDAMENTAL público e gratuito NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE MINAS GERAIS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES, ATRAVÉS DO PROVIMENTO DE PROFISSIONAIS DE APOIO, DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE FORMAÇÃAO CONTINUADA DOS profissionais de educação básica, DA IMPLEMENTAÇÃO DO CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MINAS GERAIS, CUSTEIO E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	1.090.000,00	0	10.000.000,00	0	6.684.000,00
Região Intermediária de Barbacena	32.324	54.573.255,00	32.324	55.094.317,00	32.324	55.624.755,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	227.616	384.296.461,00	227.616	387.965.992,00	227.616	391.692.996,00
Região Intermediária de Divinópolis	64.307	108.570.797,00	64.307	109.607.429,00	64.307	110.662.706,00
Região Intermediária de Governador Valadares	47.368	79.972.339,00	47.368	80.735.915,00	47.368	81.513.224,00
Região Intermediária de Ipatinga	51.332	86.664.836,00	51.332	87.492.309,00	51.332	88.334.670,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	107.365	181.266.476,00	107.365	182.997.198,00	107.365	184.764.533,00
Região Intermediária de Montes Claros	120.497	203.437.491,00	120.497	205.379.906,00	120.497	207.357.268,00
Região Intermediária de Patos de Minas	48.791	82.374.822,00	48.791	83.161.333,00	48.791	83.961.994,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	46.131	77.883.891,00	46.131	78.627.524,00	46.131	79.384.533,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	92.133	155.549.990,00	92.133	157.035.174,00	92.133	158.547.075,00
Região Intermediária de Uberaba	34.263	57.846.908,00	34.263	58.399.229,00	34.263	58.961.485,00
Região Intermediária de Uberlândia	52.702	88.977.842,00	52.702	89.827.397,00	52.702	90.692.235,00
Região Intermediária de Varginha	77.409	130.691.165,00	77.409	131.938.998,00	77.409	133.209.280,00

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 65

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 107 – ENSINO MÉDIO –

Ação: 4304 – DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO

Mudança de finalidade para: ASSEGURAR A OFERTA DE ENSINO MÉDIO público e gratuito NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE MINAS GERAIS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES, ATRAVÉS DO PROVIMENTO DE PROFISSIONAIS DE APOIO, DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE FORMAÇÃAO CONTINUADA DOS profissionais de educação básica, DA IMPLEMENTAÇÃO DO CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MINAS GERAIS, CUSTEIO E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES.

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	944.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Barbacena	20.183	11.076.633,00	20.183	11.611.888,00	20.183	12.156.624,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	172.520	94.685.710,00	172.520	99.259.681,00	172.520	103.915.970,00
Região Intermediária de Divinópolis	38.607	21.187.908,00	38.607	22.211.765,00	38.607	23.253.768,00
Região Intermediária de Governador Valadares	24.530	13.462.308,00	24.530	14.112.846,00	24.530	14.774.910,00
Região Intermediária de Ipatinga	28.738	15.771.701,00	28.738	16.533.832,00	28.738	17.309.473,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	58.513	32.112.524,00	58.513	33.664.284,00	58.513	35.243.550,00
Região Intermediária de Montes Claros	60.369	33.131.111,00	60.369	34.732.097,00	60.369	36.361.459,00
Região Intermediária de Patos de Minas	25.577	14.036.914,00	25.577	14.715.216,00	25.577	15.405.537,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	34.265	18.804.977,00	34.265	19.713.680,00	34.265	20.638.492,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	45.347	24.886.884,00	45.347	26.089.495,00	45.347	27.313.403,00
Região Intermediária de Uberaba	22.707	12.461.830,00	22.707	13.064.018,00	22.707	13.676.883,00
Região Intermediária de Uberlândia	32.432	17.799.007,00	32.432	18.659.102,00	32.432	19.534.443,00
Região Intermediária de Varginha	45.477	24.958.233,00	45.477	26.164.284,00	45.477	27.391.709,00

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 84

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 088 – MINAS SEM FOME –

Ação: 1011 – FOMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

Mudança de público-alvo:

Para: Agricultores familiares, associações ou cooperativas de agricultores familiares, Escolas Família Agrícolas – EFAs

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	52	1.797.000,00	10	15.000,00	10	15.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R$): 1.008.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 85

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 120 – GESTÃO AMBIENTAL E SANEAMENTO –

Ação: 4354 – BOLSA RECICLAGEM

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	50.000	4.064.000,00	50.000	3.464.000,00	50.000	3.464.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R$): 464.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 87

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 044 – SEGURANÇA DE ALIMENTOS –

Ação: 4536 – EDUCAÇÃO SANITÁRIA

Mudança de finalidade para: DESENVOLVER E EXECUTAR AÇÕES DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA NO ÂMBITO DA SANIDADE ANIMAL E VEGETAL, INSPEÇÃO, AGROINDÚSTRIA, uso correto de defensivos agrícolas e CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL, proteção ao MEIO AMBIENTE e aos recursos hídricos.

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	75.000	4.698.506,00	75.000	4.698.506,00	75.000	4.698.506,00

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 88

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 087 – ASSISTÊNCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS –

Ação: 4210 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Mudança de finalidade para: PROPORCIONAR AOS PRODUTORES RURAIS E DEMAIS CLIENTES INFORMAÇÕES TÉCNICAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE ALIMENTOS, AGREGAÇÃO DE VALOR À PRODUÇÃO, acesso ao crédito rural e seguro agrícola, ACESSO AOS MERCADOS, PRESERVANDO E/OU RECUPERANDO OS RECURSOS NATURAIS EXISTENTES.

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	620.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Barbacena	12.758	10.824.650,00	12.758	11.169.900,00	12.758	11.223.736,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	18.206	27.524.881,00	18.206	24.180.541,00	18.206	27.189.145,00
Região Intermediária de Divinópolis	9.798	8.313.093,00	9.798	8.578.237,00	9.798	8.619.582,00
Região Intermediária de Governador Valadares	15.630	13.261.774,00	15.630	13.684.755,00	15.630	13.750.712,00
Região Intermediária de Ipatinga	7.252	6.153.167,00	7.252	6.349.420,00	7.252	6.380.023,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	58.359	48.800.018,00	58.359	50.758.217,00	58.359	52.012.821,00
Região Intermediária de Montes Claros	96.443	76.743.317,00	96.443	79.120.041,00	96.443	79.554.184,00
Região Intermediária de Patos de Minas	19.955	16.947.838,00	19.955	17.488.383,00	19.955	17.572.673,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	11.101	9.418.709,00	11.101	9.719.116,00	11.101	9.765.959,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	46.957	39.831.716,00	46.957	41.145.127,00	46.957	41.300.226,00
Região Intermediária de Uberaba	7.094	6.019.042,00	7.094	6.211.018,00	7.094	6.240.953,00
Região Intermediária de Uberlândia	7.047	5.978.805,00	7.047	6.169.497,00	7.047	6.199.233,00
Região Intermediária de Varginha	39.400	33.417.574,00	39.400	34.483.417,00	39.400	34.649.605,00

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 89

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 164 – PROGRAMA ESTADUAL DE COOPERATIVISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR –

Ação: 4517 – COOPERATIVISMO E AGROINDÚSTRIA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	80	2.890.000,00	80	2.000.000,00	80	2.000.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R$): 1.263.551,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 90

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 164 – PROGRAMA ESTADUAL DE COOPERATIVISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR –

Ação: 4538 – MERCADOS INSTITUCIONAIS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	5.000	601.000,00	5.000	501.000,00	5.000	501.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R$): 500.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 95

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 039 – POLÍTICAS DE TRABALHO E EMPREGO –

Ação: 4088 – FOMENTO AOS EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

Mudança de finalidade para: FOMENTAR OS EMPREENDIMENTOS DE NEGÓCIOS SOCIAIS E ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO ESTADO, proporcionar melhorias nos processos de produção, por meio da provisão de apoio técnico, equipamentos e insumos, apoiar seu financiamento, utilizando as metodologias das finanças solidárias, e implantar e estruturar espaços para comercialização de seus produtos, VISANDO PROPORCIONAR A MELHORIA DA ORGANIZAÇÃO DOS SEUS NEGÓCIOS.

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	70	801.000,00	0	0,00	0	0,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R$): 500.000,00 – Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 99

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 145 – INFRAESTRUTURA DO SISTEMA PRISIONAL –

Ação: 1058 – MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA PRISIONAL

Mudança de finalidade para: SUPRIR AS UNIDADES PRISIONAIS DE TECNOLOGIAS, EQUIPAMENTOS e espaços QUE OTIMIZEM A CUSTÓDIA, OS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA, incluindo a revista invertida, E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS SERVIDORES DAS UNIDADES PRISIONAIS E AMPLIAR O NÚMERO DE VAGAS DO SISTEMA PRISIONAL, DE FORMA A REDUZIR O DÉFICIT EXISTENTE E GARANTIR ASSIM MELHORES CONDIÇÕES DE CUSTÓDIA E RESSOCIALIZAÇÃO DO INDIVÍDUO PRIVADO DE LIBERDADE.

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	1	5.129.816,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberaba	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Varginha	0	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 100

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 151 – SUPORTE AO SISTEMA EDUCACIONAL MINEIRO –

Ação: 2074 – APOIO AO SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Mudança de produto para: AÇÃO DESENVOLVIDA

Mudança de unidade de medida para: AÇÃO

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	100.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	1	645.944.703,00	1	628.000.781,00	1	641.000.781,00

EMENDA Nº 101

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 044 – SEGURANÇA DE ALIMENTOS –

Ação: 4102 – INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Região Intermediária de Belo Horizonte	970	4.113.922,00	970	4.114.922,00	970	4.114.922,00
Região Intermediária de Divinópolis	887	3.456.535,00	887	3.456.535,00	887	3.456.535,00
Região Intermediária de Governador Valadares	480	1.481.373,00	480	1.481.373,00	480	1.481.373,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	330	1.185.098,00	330	1.185.098,00	330	1.185.098,00
Região Intermediária de Montes Claros	180	724.227,00	180	724.227,00	180	724.227,00
Região Intermediária de Patos de Minas	445	1.613.049,00	445	1.613.049,00	445	1.613.049,00

Região Intermediária de Pouso Alegre	238	1.316.776,00	238	1.316.776,00	238	1.316.776,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	47	9.984.449,00	47	9.984.449,00	47	9.984.449,00
Região Intermediária de Uberaba	112	427.952,00	112	427.952,00	112	427.952,00
Região Intermediária de Uberlândia	203	477.331,00	203	477.331,00	203	477.331,00
Região Intermediária de Varginha	156	329.194,00	156	329.194,00	156	329.194,00

EMENDA Nº 102

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 099 – EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA E AUTÔNOMA DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Ação: .... – DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE NO ÂMBITO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Unidade Orçamentária: 4291 – FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Finalidade: PROPORCIONAR AO CBMMG CONDIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE SAÚDE PROGRAMADAS NOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS (PLANO ESTADUAL DE SAÚDE E PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE) DEVIDAMENTE APROVADOS PELO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE.

Produto: ENTIDADE BENEFICIADA

Unidade de medida: ENTIDADE

IAG: Demais Projetos e Atividades

Projeto Estratégico:

público-alvo: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Região Intermediária de Belo Horizonte	1	799.870,00				

Cancelamento Compensatório:

Valor (R$): 799.870,00 – Programa: 158 – ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA À SAÚDE – Ação: 4452 – REGULAÇÃO DO ACESSO

EMENDA Nº 103

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 099 – EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA E AUTÔNOMA DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Ação: .... – DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Unidade Orçamentária: 4291 – FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Finalidade: PROPORCIONAR À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL CONDIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE SAÚDE PROGRAMADAS NOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS (PLANO ESTADUAL DE SAÚDE E PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE) DEVIDAMENTE APROVADOS PELO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE.

Produto: ENTIDADE BENEFICIADA

Unidade de medida: ENTIDADE

IAG: Demais Projetos e Atividades

Projeto Estratégico:

público-alvo: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Região Intermediária de Belo Horizonte	1	1.000,00				

Cancelamento Compensatório:

Valor (R$): 1.000,00 – Programa: 158 – ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA À SAÚDE – Ação: 4452 – REGULAÇÃO DO ACESSO

EMENDA Nº 104

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Texto da emenda: Substitua-se, no inciso IV do caput do art. 2º, a expressão "Anexos I a III" por "Anexos I e II".

EMENDA Nº 105

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 026 – ENFRENTAMENTO DOS EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 –

Ação: 1008 – ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	151.000,00	0	1.015,00	0	1.033,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	9	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberaba	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	2	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 106

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 089 – REDE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL –

Ação: 1012 – QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	650	1.306.622,00	650	606.622,00	650	606.622,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	0	1.145.851,00	0	1.164.702,00	0	1.183.895,00

EMENDA Nº 107

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 064 – CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO – DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL –

Ação: 1018 – FOMENTO AOS NEGÓCIOS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	646.082,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	50	1.288.920,00	50	1.288.920,00	50	1.288.920,00
Região Intermediária de Divinópolis	50	0,00	50	0,00	50	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	50	0,00	50	0,00	50	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	50	0,00	50	0,00	50	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	50	0,00	50	0,00	50	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	50	0,00	50	0,00	50	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	50	0,00	50	0,00	50	0,00
Região Intermediária de Uberaba	50	0,00	50	0,00	50	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	50	0,00	50	0,00	50	0,00
Região Intermediária de Varginha	50	0,00	50	0,00	50	0,00

EMENDA Nº 108

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 064 – CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO – DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL –

Ação: 1019 – MINAS LIVRE PARA CRESCER

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	76.800,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	45	493.818,00	45	308.818,00	45	308.818,00

EMENDA Nº 109

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 064 – CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO – DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL –

Ação: 1020 – PROGRAMA MINEIRO DE REGULARIZAÇÃO TERRITORIAL – MINAS REURB

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	211.600,00	0	37.500,00	0	38.051,00
Região Intermediária de Barbacena	173	302.250,00	176	307.157,00	178	312.158,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	268	1.262.666,00	273	1.355.293,00	277	1.363.066,00
Região Intermediária de Divinópolis	173	302.250,00	176	307.157,00	178	312.158,00
Região Intermediária de Governador Valadares	2.669	1.170.340,00	2.680	1.189.341,00	691	1.208.706,00
Região Intermediária de Ipatinga	260	454.547,00	264	461.926,00	268	469.447,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	216	378.398,00	220	384.542,00	223	390.803,00
Região Intermediária de Montes Claros	921	1.612.000,00	936	1.638.171,00	951	1.664.844,00
Região Intermediária de Patos de Minas	208	363.169,00	211	369.065,00	214	375.074,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	173	302.250,00	176	307.157,00	178	312.158,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	912	1.596.770,00	927	1.622.695,00	942	1.649.115,00
Região Intermediária de Uberaba	173	302.250,00	176	307.157,00	178	312.158,00
Região Intermediária de Uberlândia	173	302.250,00	176	307.157,00	178	312.158,00
Região Intermediária de Varginha	173	302.250,00	176	307.157,00	178	312.158,00

EMENDA Nº 110

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 063 – MINAS + GERAIS – DIVERSIFICAÇÃO E FORTALECIMENTO DA ECONOMIA –

Ação: 1038 – FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA E GÁS NATURAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	4	128.457,00	4	21.376,00	4	21.376,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	0	355.997,00	0	355.997,00	0	355.997,00

EMENDA Nº 111

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 065 – APRIMORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –

Ação: 1059 – APROXIMAÇÃO SUAS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	50.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	1	2.770,00	1	2.770,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	0	0,00	2	5.538,00	2	5.538,00
Região Intermediária de Governador Valadares	4	6.128,00	10	16.614,00	10	16.614,00
Região Intermediária de Ipatinga	0	0,00	2	5.539,00	2	5.539,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	0	0,00	5	13.846,00	5	13.846,00
Região Intermediária de Montes Claros	20	30.636,00	20	0,00	20	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	23	35.236,00	33	27.693,00	33	27.693,00

EMENDA Nº 112

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 005 – INVESTIGAÇÃO –

Ação: 1067 – PROJETO DELEGACIA RURAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	5	351.000,00	5	1.000,00	5	1.000,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberaba	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Varginha	0	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 113

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 005 – INVESTIGAÇÃO –

Ação: 1068 – IMPLANTAÇÃO DO PLANTÃO DIGITAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	50	371.450,00	85	1.017,00	1	1.033,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberaba	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Varginha	0	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 114

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 024 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, À CAPTAÇÃO E À COORDENAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS –

Ação: 2007 – EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – PADEM

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	700	56.626.925,00	500	7.913.922,00	700	8.051.405,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberaba	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Varginha	0	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 115

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 024 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, À CAPTAÇÃO E À COORDENAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS –

Ação: 2011 – APOIO À GESTÃO MUNICIPAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	15	1.001.000,00	20	1.000,00	20	1.000,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberaba	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Varginha	0	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 116

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 034 – POLICIA OSTENSIVA –

Ação: 2032 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	112.312,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	36.000	166.557.689,00	20.000	169.508.750,00	23.243	172.512.118,00

EMENDA Nº 117

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 067 – POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL –

Ação: 2035 – APOIO À POLÍTICA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	6	1.011.426,00	6	773.879,00	6	784.794,00
Região Intermediária de Barbacena	1	1.926,00	1	1.926,00	1	1.926,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	1	1.926,00	1	1.926,00	1	1.926,00
Região Intermediária de Divinópolis	3	4.092,00	3	4.092,00	3	4.092,00
Região Intermediária de Governador Valadares	2	2.166,00	2	2.166,00	2	2.166,00
Região Intermediária de Ipatinga	2	2.166,00	1	2.166,00	1	2.166,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	4	6.018,00	4	6.018,00	4	6.018,00
Região Intermediária de Montes Claros	2	2.166,00	2	2.166,00	2	2.166,00
Região Intermediária de Patos de Minas	2	2.166,00	2	2.166,00	2	2.166,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	3	4.092,00	3	4.092,00	3	4.092,00
Região Intermediária de Uberaba	2	2.166,00	2	2.166,00	2	2.166,00
Região Intermediária de Uberlândia	2	2.166,00	2	2.166,00	2	2.166,00
Região Intermediária de Varginha	3	4.092,00	3	4.092,00	3	4.092,00

EMENDA Nº 118

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 081 – INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA –

Ação: 2039 – RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	1.300.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Barbacena	644	10.644.790,00	644	0,00	644	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	1.997	33.008.765,00	1.997	0,00	1.997	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	1.979	26.111.298,00	1.979	0,00	1.979	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	900	14.876.259,00	900	0,00	900	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	235	3.884.356,00	235	0,00	235	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	1.709	21.248.362,00	1.709	0,00	1.709	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	3.355	48.456.644,00	3.355	0,00	3.355	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	2.373	37.023.735,00	2.373	0,00	2.373	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	682	11.268.899,00	682	0,00	682	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	3.250	53.689.823,00	3.250	0,00	3.250	0,00
Região Intermediária de Uberaba	883	14.595.263,00	883	0,00	883	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	1.509	19.942.528,00	1.509	0,00	1.509	0,00
Região Intermediária de Varginha	1.038	17.157.286,00	1.038	0,00	1.038	0,00

EMENDA Nº 119

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 155 – PROMOÇÃO DE DEFESA CIVIL –

Ação: 2083 – REFORMA E MANUTENÇÃO DE UNIDADES PREDIAIS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	300.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	0	0,00	1	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	9	541.180,00	12	541.180,00	12	541.180,00
Região Intermediária de Divinópolis	1	50.000,00	0	50.000,00	0	50.000,00
Região Intermediária de Governador Valadares	2	62.000,00	0	62.000,00	1	62.000,00
Região Intermediária de Ipatinga	1	20.000,00	0	20.000,00	0	20.000,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	2	32.000,00	0	32.000,00	1	32.000,00
Região Intermediária de Montes Claros	2	62.000,00	1	62.000,00	2	62.000,00
Região Intermediária de Patos de Minas	1	50.000,00	0	50.000,00	0	50.000,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	1	42.000,00	0	42.000,00	0	42.000,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	0,00	1	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Varginha	0	0,00	0	0,00	1	0,00

EMENDA Nº 120

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 705 – APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS –

Ação: 2500 – ASSESSORAMENTO E GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

UO: 1081 – ADVOCACIA GERAL DO ESTADO

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Região Intermediária de Belo Horizonte	1	112.400.259,00	1	112.252.555,00	1	112.252.555,00

EMENDA Nº 121

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 001 – PESQUISA CIENTÍFICA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO –

Ação: 4009 – FOMENTO À PESQUISA CIENTÍFICA MULTISETORIAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	1.000	35.555.729,00	1.000	34.922.729,00	1.000	34.922.729,00

EMENDA Nº 122

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 001 – PESQUISA CIENTÍFICA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO –

Ação: 4010 – INDUÇÃO À PESQUISA NOS SETORES ESTRATÉGICOS DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	600	52.304.165,00	600	40.975.538,00	600	43.013.597,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberaba	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Varginha	0	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 123

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 067 – POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL –

Ação: 4011 – APOIO, ARTICULAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	1	901.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

EMENDA Nº 124

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 001 – PESQUISA CIENTÍFICA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO –

Ação: 4013 – FORTALECIMENTO DA PESQUISA EM SAÚDE

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	1	201.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

EMENDA Nº 125

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 005 – INVESTIGAÇÃO –

Ação: 4022 – PERÍCIAS TÉCNICO-CIENTÍFICAS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	1.601.815,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Barbacena	16.849	13.921.528,00	16.849	14.168.985,00	16.849	14.433.289,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	166.527	137.593.354,00	166.527	140.039.109,00	166.527	142.651.412,00
Região Intermediária de Divinópolis	24.024	19.849.887,00	24.024	20.202.720,00	24.024	20.579.575,00
Região Intermediária de Governador Valadares	9.873	8.157.590,00	9.873	8.302.590,00	9.873	8.457.464,00
Região Intermediária de Ipatinga	18.864	15.586.427,00	18.864	15.863.479,00	18.864	16.159.390,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	34.693	28.665.170,00	34.693	29.174.695,00	34.693	29.718.912,00
Região Intermediária de Montes Claros	24.335	20.106.852,00	24.335	20.464.252,00	24.335	20.845.986,00
Região Intermediária de Patos de Minas	21.211	17.525.640,00	21.211	17.837.160,00	21.211	18.169.889,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	20.962	17.319.902,00	20.962	17.627.763,00	20.962	17.956.585,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	15.621	12.906.885,00	15.621	13.136.303,00	15.621	13.381.344,00
Região Intermediária de Uberaba	16.451	13.592.677,00	16.451	13.834.288,00	16.451	14.092.348,00
Região Intermediária de Uberlândia	21.398	17.680.150,00	21.398	17.994.417,00	21.398	18.330.079,00
Região Intermediária de Varginha	29.192	24.120.017,00	29.192	24.548.811,00	29.192	25.006.674,00

EMENDA Nº 126

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 034 – POLICIA OSTENSIVA –

Ação: 4062 – PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS (PROERD) E POLICIAMENTO ESCOLAR

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	200.000	394.000,00	200.000	146.347,00	200.000	148.733,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberaba	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Região Intermediária de Varginha	0	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 127

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 045 – ATENÇÃO HOSPITALAR ESPECIALIZADA –

Ação: 4063 – ATENÇÃO INTEGRAL NO COMPLEXO DE BARBACENA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	150.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Barbacena	32.368	122.688.871,00	33.015	120.237.237,00	33.675	122.317.864,00

EMENDA Nº 128

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 021 – DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA UEMG –

Ação: 4065 – ATIVIDADE DE ENSINO DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL E A DISTÂNCIA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	150.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Barbacena	2	4.423.190,00	2	4.253.389,00	2	4.316.928,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	22	43.655.096,00	22	43.677.288,00	22	43.486.213,00
Região Intermediária de Divinópolis	24	47.088.281,00	24	45.919.691,00	24	46.812.141,00
Região Intermediária de Ipatinga	4	8.846.380,00	4	8.486.779,00	4	8.633.857,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	14	30.962.330,00	14	30.703.727,00	14	31.218.504,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	1	2.211.595,00	1	2.121.694,00	1	2.158.464,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	1	2.211.595,00	1	2.121.694,00	1	2.158.464,00
Região Intermediária de Uberaba	8	17.692.760,00	8	17.973.559,00	8	17.267.714,00
Região Intermediária de Uberlândia	13	28.750.735,00	13	27.582.034,00	13	27.070.035,00
Região Intermediária de Varginha	30	66.347.852,00	30	58.650.848,00	30	62.743.926,00

EMENDA Nº 129

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 021 – DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA UEMG –

Ação: 4069 – ATIVIDADE DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	210.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Barbacena	7	67.459,00	7	67.459,00	7	67.459,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	94	1.383.012,00	94	1.383.012,00	94	1.383.012,00
Região Intermediária de Divinópolis	75	776.254,00	75	776.254,00	75	776.254,00
Região Intermediária de Ipatinga	18	186.225,00	18	186.225,00	18	186.225,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	27	277.247,00	27	277.247,00	27	277.247,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	4	38.575,00	4	38.575,00	4	38.575,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	10	100.523,00	10	100.523,00	10	100.523,00
Região Intermediária de Uberaba	21	215.489,00	21	215.489,00	21	215.489,00
Região Intermediária de Uberlândia	45	459.672,00	45	459.672,00	45	459.672,00
Região Intermediária de Varginha	89	915.544,00	89	915.544,00	89	915.544,00

EMENDA Nº 130

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 039 – POLÍTICAS DE TRABALHO E EMPREGO –

Ação: 4074 – ASSESSORAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	5.343.473,00	0	5.250.699,00	0	5.307.942,00
Região Intermediária de Barbacena	6	0,00	6	0,00	6	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	36	0,00	36	0,00	36	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	16	0,00	16	0,00	16	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	2	0,00	2	0,00	2	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	6	0,00	6	0,00	6	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	8	0,00	8	0,00	8	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	15	0,00	15	0,00	15	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	6	0,00	6	0,00	6	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	4	0,00	4	0,00	4	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	8	0,00	8	0,00	8	0,00
Região Intermediária de Uberaba	6	0,00	6	0,00	6	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	6	0,00	6	0,00	6	0,00
Região Intermediária de Varginha	14	0,00	14	0,00	14	0,00

EMENDA Nº 131

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 043 – FOMENTO AO ESPORTE, À ATIVIDADE FÍSICA E AO LAZER –

Ação: 4086 – APOIO À REALIZAÇÃO DE AÇÕES ESPORTIVAS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	21	19.871.912,00	22	2.579.384,00	24	2.708.353,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	0	1.175.878,00	0	1.195.847,00	0	1.216.177,00

EMENDA Nº 132

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 011 – SERVIÇOS PRESTADOS PELO IPSEMG NA REDE PRÓPRIA –

Ação: 4087 – ATENÇÃO À SAÚDE MÉDICA HOSPITALAR NA CAPITAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	140.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	63.863	344.384.725,00	63.983	348.421.975,00	64.103	354.316.549,00

EMENDA Nº 133

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 043 – FOMENTO AO ESPORTE, À ATIVIDADE FÍSICA E AO LAZER –

Ação: 4092 – PROMOÇÃO DO ESPORTE E DO LAZER COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	6.200	7.222.401,00	6.200	4.584.379,00	6.200	4.587.778,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	0	124.489,00	0	126.569,00	0	128.686,00
Região Intermediária de Divinópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberaba	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Varginha	0	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 134

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 061 – PROTEÇÃO E SALVAGUARDA DE ACERVOS CULTURAIS –

Ação: 4123 – CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL PROTEGIDO

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	1	300.000,00	7	0,00	1	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	4	2.032.698,00	0	2.273.604,00	0	2.317.005,00
Região Intermediária de Divinópolis	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	1	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 135

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 061 – PROTEÇÃO E SALVAGUARDA DE ACERVOS CULTURAIS –

Ação: 4125 – PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	425.000,00	4	0,00	2	0,00
Região Intermediária de Barbacena	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	1	2.210.395,00	0	2.107.938,00	0	2.145.824,00
Região Intermediária de Montes Claros	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	1	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 136

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 070 – POLÍTICAS SOBRE DROGAS –

Ação: 4151 – DESCENTRALIZAÇÃO DA POLÍTICA SOBRE DROGAS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas	Financeiras 2021	Físicas	Financeiras 2022	Físicas	Financeiras 2023

	2021		2022		2023	
Estadual	0	184.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Barbacena	49	3.675,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	74	2.455.539,00	16	2.422.005,00	16	2.463.515,00
Região Intermediária de Divinópolis	61	4.575,00	6	0,00	6	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	58	4.350,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	44	3.300,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	146	10.950,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	86	6.450,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	34	2.550,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	80	6.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	86	6.450,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberaba	29	2.175,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	24	1.800,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Varginha	82	6.150,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 137

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 071 – DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL, MUNICIPAL E REGIONAL –

Ação: 4154 – FOMENTO À INFRAESTRUTURA PÚBLICA MUNICIPAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	150	9.952.286,00	1	61.043,00	1	61.043,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	0	2.828.796,00	0	2.828.796,00	0	2.828.796,00
Região Intermediária de Divinópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberaba	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Varginha	0	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 138

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 048 – ENSINO SUPERIOR – UNIMONTES –

Ação: 4171 – ATIVIDADES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	100.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	8.620	194.826.039,00	8.620	191.530.212,00	8.720	193.533.882,00
Região Intermediária de Patos de Minas	300	2.640.720,00	300	6.665.784,00	300	6.658.275,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	180	2.960.972,00	180	3.999.471,00	180	3.994.965,00

EMENDA Nº 139

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 048 – ENSINO SUPERIOR – UNIMONTES –

Ação: 4172 – ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	100.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	2	2.209,00	2	2.163,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	4.350	4.805.015,00	4.543	4.852.800,00	4.779	4.905.609,00
Região Intermediária de Patos de Minas	22	24.301,00	22	23.500,00	25	25.662,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	16	17.674,00	18	19.228,00	15	15.397,00

EMENDA Nº 140

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 045 – ATENÇÃO HOSPITALAR ESPECIALIZADA –

Ação: 4174 – ATENÇÃO INTEGRAL NO COMPLEXO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	800.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	168.132	528.523.393,00	171.494	540.560.313,00	174.924	549.981.536,00
Região Intermediária de Divinópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberaba	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Varginha	0	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 141

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 045 – ATENÇÃO HOSPITALAR ESPECIALIZADA –

Ação: 4177 – ATENÇÃO INTEGRAL NO COMPLEXO DE HOSPITAIS DE REFERÊNCIA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	1.384.214,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	54.833	204.603.252,00	55.929	203.372.284,00	57.048	206.906.767,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	46.635	156.235.321,00	47.568	155.162.802,00	48.519	157.876.745,00
Região Intermediária de Patos de Minas	44.795	108.411.128,00	45.691	107.208.377,00	46.605	109.068.995,00

EMENDA Nº 142

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 034 – POLICIA OSTENSIVA –

Ação: 4214 – POLICIAMENTO ESPECIALIZADO

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	160.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	14.593	175.091.556,00	14.593	175.448.684,00	14.593	178.566.245,00

EMENDA Nº 143

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 006 – IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL –

Ação: 4222 – IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	43.144	1.902.426,00	43.144	840.555,00	43.144	855.432,00
Região Intermediária de Barbacena	40.370	761.003,00	40.370	786.505,00	40.370	800.426,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	720.680	13.585.436,00	720.680	13.523.361,00	720.680	13.783.090,00
Região Intermediária de Divinópolis	76.948	1.450.680,00	76.948	1.499.133,00	76.948	1.525.665,00
Região Intermediária de Governador Valadares	66.708	1.257.497,00	66.708	1.299.635,00	66.708	1.322.636,00
Região Intermediária de Ipatinga	78.335	1.476.676,00	78.335	1.526.157,00	78.335	1.553.169,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	129.029	2.432.287,00	129.029	2.513.795,00	129.029	2.558.286,00
Região Intermediária de Montes Claros	95.768	1.805.301,00	95.768	1.865.794,00	95.768	1.898.820,00
Região Intermediária de Patos de Minas	59.008	1.112.346,00	59.008	1.149.622,00	59.008	1.169.968,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	67.201	1.266.788,00	67.201	1.309.237,00	67.201	1.332.409,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	89.202	1.681.524,00	89.202	1.737.868,00	89.202	1.768.628,00
Região Intermediária de Uberaba	66.034	1.244.791,00	66.034	1.286.503,00	66.034	1.309.274,00
Região Intermediária de Uberlândia	97.282	1.833.847,00	97.282	1.895.299,00	97.282	1.928.840,00
Região Intermediária de Varginha	92.291	1.739.753,00	92.291	1.798.049,00	92.291	1.829.878,00

EMENDA Nº 144

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 065 – APRIMORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –

Ação: 4226 – APOIO FINANCEIRO E MATERIAL AOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	1	36.094.599,00	1	1.000,00	1	1.000,00

EMENDA Nº 145

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 081 – INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA –

Ação: 4227 – CONSTRUÇÃO E ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	6	21.468.691,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	13	22.594.575,00	0	0,00	0	0,00

Região Intermediária de Governador Valadares	5	6.035.212,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	18	10.702.520,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 146

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 054 – EQUIPAMENTOS CULTURAIS, CORPOS ARTÍSTICOS E ÓRGÃOS COLEGIADOS –

Ação: 4257 – GESTÃO DE ÓRGÃOS COLEGIADOS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	114.000,00	0	14.000,00	0	14.000,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	8	16.000,00	8	16.489,00	8	16.986,00

EMENDA Nº 147

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 064 – CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO – DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL –

Ação: 4268 – PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA RMVA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	250.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	2.000	509.595,00	2.000	518.241,00	2.000	527.035,00

EMENDA Nº 148

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 104 – PROTEÇÃO DAS ÁREAS AMBIENTALMENTE CONSERVADAS, A FAUNA E A BIODIVERSIDADE FLORESTAL –

Ação: 4276 – RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Região Intermediária de Barbacena	50	3.803.262,00	50	3.803.262,00	50	3.803.262,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	170	12.467.023,00	170	13.578.805,00	170	13.620.221,00
Região Intermediária de Divinópolis	125	435.090,00	125	435.090,00	125	435.090,00
Região Intermediária de Governador Valadares	130	2.073.681,00	130	2.073.681,00	130	2.073.681,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	125	3.757.351,00	125	3.757.351,00	125	3.757.351,00
Região Intermediária de Montes Claros	280	914.056,00	280	914.056,00	280	914.056,00
Região Intermediária de Patos de Minas	300	1.765.090,00	300	1.765.090,00	300	1.765.090,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	175	1.432.570,00	175	1.232.570,00	175	1.232.570,00
Região Intermediária de Uberlândia	125	666.003,00	125	666.003,00	125	666.003,00
Região Intermediária de Varginha	20	357.856,00	20	357.856,00	20	357.856,00

EMENDA Nº 149

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 106 – ENSINO FUNDAMENTAL –

Ação: 4302 – MÃOS À OBRA – ENSINO FUNDAMENTAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	2.230	742.690.266,00	2.270	773.711.830,00	2.270	773.711.830,00
Região Intermediária de Barbacena	1	2.560.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	19	9.675.941,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	1	2.639.586,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	1	1.497.284,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	1	1.002.893,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	5	6.049.863,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	1	1.200.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	3	1.899.903,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	1	250.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	2	454.993,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	2	1.795.104,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Varginha	3	1.795.030,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 150

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 106 – ENSINO FUNDAMENTAL –

Ação: 4303 – ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS MINEIROS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	77.258	592.109.561,00	77.258	589.178.561,00	77.258	589.178.561,00

EMENDA Nº 151

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 107 – ENSINO MÉDIO –

Ação: 4309 – MÃOS À OBRA – ENSINO MÉDIO

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	1.932	227.081.479,00	1.936	222.922.766,00	1.936	222.922.766,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	2	1.306.699,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	1	65.948,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	1	96.911,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 152

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 119 – MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL –

Ação: 4317 – FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	8.219.292,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	1.800	1.993.116,00	1.818	1.999.926,00	1.841	1.832.627,00
Região Intermediária de Divinópolis	1.795	1.993.110,00	1.813	1.999.926,00	1.838	1.833.627,00

Região Intermediária de Governador Valadares	1.795	1.993.110,00	1.813	1.999.926,00	1.838	1.833.627,00
Região Intermediária de Ipatinga	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	1.795	1.993.110,00	1.813	1.999.926,00	1.838	1.833.627,00
Região Intermediária de Montes Claros	1.795	1.993.110,00	1.813	1.999.926,00	1.838	1.833.627,00
Região Intermediária de Patos de Minas	3.590	3.986.220,00	3.626	3.999.852,00	3.676	3.667.254,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	1.795	1.993.110,00	1.813	1.999.926,00	1.838	1.833.627,00
Região Intermediária de Uberaba	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	1.795	1.993.110,00	1.813	1.999.926,00	1.838	1.833.627,00
Região Intermediária de Varginha	3.590	3.986.220,00	3.626	3.999.862,00	3.676	3.667.255,00

EMENDA Nº 153

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 120 – GESTÃO AMBIENTAL E SANEAMENTO –

Ação: 4321 – PROMOÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	470	12.638.208,00	500	10.587.093,00	550	10.334.012,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberaba	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Varginha	0	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 154

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 122 – REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL –

Ação: 4340 – LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	80	30.663.271,00	100	30.538.271,00	100	29.258.271,00

EMENDA Nº 155

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 123 – ASSISTÊNCIA EM HEMATOLOGIA, HEMOTERAPIA, CÉLULAS E TECIDOS BIOLÓGICOS –

Ação: 4341 – ADEQUAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023

Estadual	0	1.000.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Barbacena	1	493.785,00	1	235.660,00	1	239.501,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	4	11.836.595,00	4	5.304.545,00	4	5.396.696,00
Região Intermediária de Divinópolis	1	93.785,00	1	235.660,00	1	239.501,00
Região Intermediária de Governador Valadares	1	49.785,00	1	235.660,00	1	239.501,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	4	3.220.640,00	4	942.640,00	4	958.004,00
Região Intermediária de Montes Claros	1	943.785,00	1	235.660,00	1	239.501,00
Região Intermediária de Patos de Minas	1	83.785,00	1	235.660,00	1	239.501,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	2	399.570,00	2	471.320,00	2	479.002,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	1	973.785,00	1	235.660,00	1	239.501,00
Região Intermediária de Uberaba	2	552.570,00	2	471.320,00	2	479.002,00
Região Intermediária de Uberlândia	2	1.547.570,00	2	471.320,00	2	479.002,00
Região Intermediária de Varginha	1	73.785,00	1	235.660,00	1	239.501,00

EMENDA Nº 156

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 120 – GESTÃO AMBIENTAL E SANEAMENTO –

Ação: 4348 – GESTÃO AMBIENTAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	575.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	39	2.949.271,00	47	2.949.271,00	57	2.949.271,00
Região Intermediária de Divinópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberaba	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Varginha	0	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 157

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 127 – INFRAESTRUTURA RURAL E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL –

Ação: 4350 – IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BARRAGENS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	1	5.714.119,00	1	5.268.432,00	1	5.358.503,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Região Intermediária de Pouso Alegre	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberaba	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Varginha	0	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 158

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 108 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL –

Ação: 4365 – AÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	250.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	150	450.575,00	150	455.050,00	150	463.029,00
Região Intermediária de Montes Claros	820	1.802.300,00	820	1.820.202,00	820	1.852.115,00
Região Intermediária de Patos de Minas	150	450.575,00	150	455.050,00	150	463.029,00

EMENDA Nº 159

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 039 – POLÍTICAS DE TRABALHO E EMPREGO –

Ação: 4373 – AÇÕES PARA INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	130.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	40	153.500,00	40	152.799,00	40	155.388,00
Região Intermediária de Montes Claros	920	614.429,00	920	611.197,00	920	621.552,00
Região Intermediária de Patos de Minas	40	153.500,00	40	152.799,00	40	155.388,00

EMENDA Nº 160

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 139 – GESTÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA –

Ação: 4415 – RECRUTAMENTO, SELEÇÃO, FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	104	700.000,00	104	508.900,00	104	517.958,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Região Intermediária de Uberaba	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Varginha	0	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 161

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 144 – PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE –

Ação: 4417 – PREVENÇÃO SOCIAL ÀS VIOLÊNCIAS E CRIMINALIDADES

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	704.007,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	149.914	24.669.943,00	156.397	24.706.026,00	164.255	25.145.796,00
Região Intermediária de Divinópolis	2.172	351.702,00	2.281	357.963,00	2.395	364.334,00
Região Intermediária de Governador Valadares	13.666	2.212.878,00	14.349	2.252.267,00	15.067	2.292.357,00
Região Intermediária de Ipatinga	5.679	919.576,00	5.963	935.945,00	6.261	952.604,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	10.550	1.708.317,00	11.078	1.738.725,00	11.631	1.769.674,00
Região Intermediária de Montes Claros	8.379	1.356.776,00	8.798	1.380.927,00	9.238	1.405.507,00
Região Intermediária de Patos de Minas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberaba	3.508	568.035,00	3.683	578.146,00	3.868	588.437,00
Região Intermediária de Uberlândia	10.132	1.640.632,00	10.639	1.669.835,00	11.171	1.699.558,00
Região Intermediária de Varginha	0	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 162

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 143 – ROMPIMENTO DA TRAJETÓRIA INFRACIONAL DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA –

Ação: 4419 – ATENDIMENTO AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	363.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	594	62.128.344,00	594	75.447.828,00	594	76.790.801,00
Região Intermediária de Divinópolis	48	5.608.351,00	48	6.725.980,00	48	6.845.702,00
Região Intermediária de Governador Valadares	48	5.608.351,00	48	6.725.980,00	48	6.845.702,00
Região Intermediária de Ipatinga	40	4.506.959,00	40	5.604.983,00	40	5.704.752,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	56	6.709.743,00	56	7.846.976,00	56	7.986.652,00
Região Intermediária de Montes Claros	110	16.144.137,00	110	15.413.703,00	110	15.688.067,00
Região Intermediária de Patos de Minas	106	12.923.442,00	106	14.853.205,00	106	15.117.592,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	32	4.405.567,00	32	4.483.986,00	32	4.563.801,00
Região Intermediária de Uberaba	42	5.782.307,00	42	5.885.232,00	42	5.989.989,00
Região Intermediária de Uberlândia	80	9.013.918,00	80	11.209.966,00	80	11.409.503,00
Região Intermediária de Varginha	0	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 163

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 143 – ROMPIMENTO DA TRAJETÓRIA INFRACIONAL DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA –

Ação: 4421 – MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	1.188.739,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	13	25.964.029,00	13	25.140.641,00	13	25.588.144,00
Região Intermediária de Divinópolis	1	1.919.536,00	1	1.953.704,00	1	1.988.480,00
Região Intermediária de Governador Valadares	1	1.919.536,00	1	1.953.704,00	1	1.988.480,00
Região Intermediária de Ipatinga	1	1.919.536,00	1	1.953.704,00	1	1.988.480,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	1	1.919.536,00	1	1.953.704,00	1	1.988.480,00
Região Intermediária de Montes Claros	2	3.839.072,00	2	3.907.408,00	2	3.976.960,00
Região Intermediária de Patos de Minas	2	3.839.072,00	2	3.907.408,00	2	3.976.960,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	1	1.919.536,00	1	1.953.704,00	1	1.988.480,00
Região Intermediária de Uberaba	1	1.919.536,00	1	1.953.704,00	1	1.988.480,00
Região Intermediária de Uberlândia	1	1.919.536,00	1	1.953.704,00	1	1.988.480,00
Região Intermediária de Varginha	0	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 164

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 150 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE –

Ação: 4431 – REDE DE GERENCIAMENTO DE RISCO E PROTEÇÃO À SAÚDE HUMANA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	10	99.969.291,00	10	88.127.609,00	10	89.644.648,00

EMENDA Nº 165

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 034 – POLICIA OSTENSIVA –

Ação: 4432 – PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	13.000	701.000,00	13.000	1.000,00	13.000	1.000,00

EMENDA Nº 166

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 158 – ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA À SAÚDE –

Ação: 4451 – APOIO E FORTALECIMENTO DA REDE DE CUIDADO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023

Estadual	0	22.900.899,00	12	36.662.379,00	12	37.273.439,00
Região Intermediária de Barbacena	6	720.180,00	6	0,00	6	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	16	1.920.480,00	16	0,00	16	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	8	960.240,00	8	0,00	8	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	4	480.120,00	4	0,00	4	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	7	840.210,00	7	0,00	7	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	26	3.120.780,00	26	0,00	26	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	10	1.200.300,00	10	0,00	10	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	10	1.200.300,00	10	0,00	10	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	25	3.000.750,00	25	0,00	25	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	12	2.048.580,00	12	0,00	12	0,00
Região Intermediária de Uberaba	6	720.180,00	6	0,00	6	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	11	1.320.330,00	11	0,00	11	0,00
Região Intermediária de Varginha	29	3.480.870,00	29	0,00	29	0,00

EMENDA Nº 167

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 158 – ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA À SAÚDE –

Ação: 4452 – REGULAÇÃO DO ACESSO

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	1.064.198.472,00	0	1.040.236.623,00	0	1.058.315.681,00
Região Intermediária de Barbacena	31.160	0,00	31.224	0,00	31.285	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	287.505	0,00	288.077	0,00	288.653	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	48.731	0,00	48.823	0,00	48.924	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	42.144	0,00	42.225	0,00	42.311	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	40.395	0,00	40.477	0,00	40.556	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	124.814	0,00	125.064	0,00	125.316	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	87.854	0,00	85.961	0,00	86.129	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	33.756	0,00	33.823	0,00	33.894	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	61.226	0,00	61.349	0,00	61.468	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	67.327	0,00	67.460	0,00	67.593	0,00
Região Intermediária de Uberaba	25.817	0,00	25.868	0,00	25.919	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	67.425	0,00	67.562	0,00	67.697	0,00
Região Intermediária de Varginha	96.159	0,00	96.355	0,00	96.544	0,00

EMENDA Nº 168

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 157 – POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR –

Ação: 4453 – IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO HOSPITALAR – HOSPITAIS PLATAFORMA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	100	95.809.641,00	100	82.064.844,00	100	83.376.078,00

EMENDA Nº 169

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 157 – POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR –

Ação: 4454 – IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO HOSPITALAR – NOVOS PRESTADORES, NOVOS VÍNCULOS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	33.420	96.750.000,00	33.420	121.956.000,00	33.420	123.948.000,00

EMENDA Nº 170

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 158 – ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA À SAÚDE –

Ação: 4456 – APOIO E FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	100.153.004,00	0	111.736.719,00	0	113.573.674,00
Região Intermediária de Barbacena	46	0,00	48	0,00	52	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	132	0,00	132	0,00	132	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	29	0,00	30	0,00	30	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	19	0,00	19	0,00	19	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	23	0,00	23	0,00	23	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	97	0,00	97	0,00	97	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	42	0,00	43	0,00	43	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	15	0,00	15	0,00	16	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	32	0,00	32	0,00	32	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	44	0,00	45	0,00	45	0,00
Região Intermediária de Uberaba	17	0,00	17	0,00	17	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	16	0,00	16	0,00	16	0,00
Região Intermediária de Varginha	48	0,00	48	0,00	48	0,00

EMENDA Nº 171

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 157 – POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR –

Ação: 4457 – IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO HOSPITALAR – VALOR EM SAÚDE

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	152	492.126.396,00	152	508.443.229,00	152	516.748.019,00

EMENDA Nº 172

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 157 – POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR –

Ação: 4459 – IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SAMU REGIONAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	6.265.927,00	0	146.459.674,00	0	148.851.911,00
Região Intermediária de Barbacena	1	7.447.616,00	1	0,00	1	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	0	0,00	1	0,00	1	0,00

Região Intermediária de Divinópolis	1	10.733.882,00	1	0,00	1	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	1	15.400.000,00	1	0,00	1	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	1	0,00	1	0,00	1	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	2	11.357.940,00	2	0,00	2	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	1	19.297.737,00	1	0,00	1	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	1	26.200.000,00	1	0,00	1	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	2	8.901.283,00	2	0,00	2	0,00
Região Intermediária de Uberaba	0	0,00	1	0,00	1	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	1	9.191.668,00	1	0,00	1	0,00
Região Intermediária de Varginha	1	10.106.020,00	1	0,00	1	0,00

EMENDA Nº 173

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 159 – ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE –

Ação: 4460 – ESTRUTURAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (ORGANIZAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE)

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	639.991.343,00	0	433.112.996,00	0	440.202.529,00
Região Intermediária de Barbacena	49	0,00	49	0,00	49	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	74	0,00	74	0,00	74	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	61	0,00	61	0,00	61	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	58	0,00	58	0,00	58	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	44	0,00	44	0,00	44	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	146	0,00	146	0,00	146	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	86	0,00	86	0,00	86	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	34	0,00	34	0,00	34	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	80	0,00	80	0,00	80	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	86	0,00	86	0,00	86	0,00
Região Intermediária de Uberaba	29	0,00	29	0,00	29	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	24	0,00	24	0,00	24	0,00
Região Intermediária de Varginha	82	0,00	82	0,00	82	0,00

EMENDA Nº 174

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 157 – POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR –

Ação: 4461 – IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	248	333.247.698,00	253	361.611.817,00	258	367.532.675,00

EMENDA Nº 175

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 159 – ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE –

Ação: 4462 – PROMOÇÃO DA EQUIDADE E ATENÇÃO À SAÚDE DOS GRUPOS E INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE INIQUIDADE NO ACESSO E NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	22.297.741,00	0	21.730.033,00	0	22.095.818,00
Região Intermediária de Barbacena	49	0,00	49	0,00	49	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	74	0,00	74	0,00	74	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	61	0,00	61	0,00	61	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	58	0,00	58	0,00	58	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	44	0,00	44	0,00	44	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	146	0,00	146	0,00	146	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	86	0,00	86	0,00	86	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	34	0,00	34	0,00	34	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	80	0,00	80	0,00	80	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	86	0,00	86	0,00	86	0,00
Região Intermediária de Uberaba	29	0,00	29	0,00	29	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	24	0,00	24	0,00	24	0,00
Região Intermediária de Varginha	82	0,00	82	0,00	82	0,00

EMENDA Nº 176

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 158 – ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA À SAÚDE –

Ação: 4463 – APOIO E FORTALECIMENTO À ATENÇÃO ESPECIALIZADA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	1	83.299.632,00	65	157.608.331,00	67	160.198.473,00
Região Intermediária de Barbacena	3	1.202.947,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	7	13.826.818,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	6	4.223.378,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	2	1.939.214,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	3	407.149,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	9	17.354.394,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	10	16.296.640,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	2	5.977.367,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	2	1.452.129,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	6	12.773.139,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberaba	3	1.262.250,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	1	761.893,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Varginha	8	3.403.840,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 177

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 158 – ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA À SAÚDE –

Ação: 4465 – APOIO E FORTALECIMENTO A REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE DAS MULHERES E CRIANÇAS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	38.354.370,00	66	82.170.467,00	70	83.525.174,00
Região Intermediária de Barbacena	2	1.357.800,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	12	17.053.920,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	2	880.380,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	1	131.400,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	2	1.057.770,00	0	0,00	0	0,00

Região Intermediária de Juíz de Fora	11	5.171.880,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	6	3.275.340,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	3	1.746.525,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	6	2.781.690,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	4	1.844.175,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberaba	2	904.470,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	3	3.105.420,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Varginha	8	3.924.870,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 178

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 156 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA –

Ação: 4466 – ABASTECIMENTO DE MEDICAMENTOS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	2.799.147	221.801.506,00	3.080.000	295.397.442,00	3.388.000	300.325.527,00
Região Intermediária de Barbacena	49	2.632.367,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	74	21.192.816,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	61	4.415.168,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	58	2.653.418,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	44	3.497.587,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	146	7.964.159,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	86	5.720.363,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	34	2.786.133,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	80	4.381.065,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	86	4.226.155,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberaba	29	2.713.233,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	24	3.931.819,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Varginha	82	5.543.827,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 179

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 156 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA –

Ação: 4467 – ESTRUTURAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	35	37.624.198,00	0	34.680.407,00	0	35.261.314,00

EMENDA Nº 180

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 155 – PROMOÇÃO DE DEFESA CIVIL –

Ação: 4469 – AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO E TECONOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	60.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Barbacena	3	30.492,00	3	30.492,00	3	30.492,00

Região Intermediária de Belo Horizonte	9	282.453,00	9	282.453,00	9	282.453,00
Região Intermediária de Divinópolis	6	60.984,00	6	60.984,00	6	60.984,00
Região Intermediária de Governador Valadares	1	428.310,00	1	428.310,00	1	428.310,00
Região Intermediária de Ipatinga	2	20.328,00	2	20.328,00	2	20.328,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	5	468.966,00	5	468.966,00	5	468.966,00
Região Intermediária de Montes Claros	3	448.638,00	3	448.638,00	3	448.638,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	2	20.328,00	2	20.328,00	2	20.328,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	3	30.492,00	3	30.492,00	3	30.492,00
Região Intermediária de Uberaba	3	30.492,00	3	30.492,00	3	30.492,00
Região Intermediária de Uberlândia	2	20.328,00	2	20.328,00	2	20.328,00
Região Intermediária de Varginha	4	40.656,00	4	40.656,00	4	40.656,00

EMENDA Nº 181

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 155 – PROMOÇÃO DE DEFESA CIVIL –

Ação: 4472 – GESTÃO DA RESPOSTA A DESASTRES

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	2.194.540,00	0	17.020.571,00	0	38.785.886,00
Região Intermediária de Barbacena	0	18.440.520,00	0	18.440.520,00	0	18.440.520,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	3.403	148.597.954,00	3.403	148.597.954,00	3.403	148.597.954,00
Região Intermediária de Divinópolis	0	32.161.145,00	0	32.161.145,00	0	32.161.145,00
Região Intermediária de Governador Valadares	1.357	18.803.603,00	1.357	18.803.603,00	1.357	18.803.603,00
Região Intermediária de Ipatinga	0	16.684.280,00	0	16.684.280,00	0	16.684.280,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	1.336	43.433.476,00	1.336	43.433.476,00	1.336	43.433.476,00
Região Intermediária de Montes Claros	1.336	39.176.840,00	1.336	39.176.840,00	1.336	39.176.840,00
Região Intermediária de Patos de Minas	0	18.220.990,00	0	18.220.990,00	0	18.220.990,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	1.910	23.526.563,00	2.015	23.526.563,00	2.015	23.526.563,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	18.550.285,00	0	18.550.285,00	0	18.550.285,00
Região Intermediária de Uberaba	0	29.731.785,00	0	29.731.785,00	0	29.731.785,00
Região Intermediária de Uberlândia	0	38.222.325,00	0	38.222.325,00	0	38.222.325,00
Região Intermediária de Varginha	0	36.881.040,00	0	36.881.040,00	0	36.881.040,00

EMENDA Nº 182

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 160 – ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR

Ação: 4483 – SUPORTE BÁSICO E AVANÇADO DE VIDA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	5.014.071,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Barbacena	2.790	0,00	2.728	0,00	2.666	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	16.787	563.322,00	16.400	563.322,00	16.021	563.322,00
Região Intermediária de Divinópolis	9.860	0,00	9.627	0,00	9.403	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	3.208	90.979,00	3.136	90.979,00	3.062	90.979,00
Região Intermediária de Ipatinga	5.079	0,00	4.962	0,00	4.847	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	8.547	19.377,00	8.352	19.377,00	8.158	19.377,00
Região Intermediária de Montes Claros	5.857	19.727,00	5.723	19.727,00	5.592	19.727,00
Região Intermediária de Patos de Minas	5.585	0,00	5.455	0,00	5.330	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	4.957	72.188,00	4.841	72.188,00	4.732	72.188,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	4.591	0,00	4.486	0,00	4.382	0,00

Região Intermediária de Uberaba	7.220	0,00	7.054	0,00	6.890	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	15.728	194.353,00	15.364	194.353,00	15.010	194.353,00
Região Intermediária de Varginha	9.494	0,00	9.275	0,00	9.061	0,00

EMENDA Nº 183

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 155 – PROMOÇÃO DE DEFESA CIVIL –

Ação: 4484 – RECRUTAMENTO, TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE BOMBEIROS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	79.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	3.654	41.593.204,00	3.654	41.593.204,00	3.654	41.593.204,00
Região Intermediária de Governador Valadares	28	26.022,00	28	26.022,00	28	26.022,00
Região Intermediária de Montes Claros	28	26.022,00	28	26.022,00	28	26.022,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	28	26.022,00	28	26.022,00	28	26.022,00
Região Intermediária de Uberlândia	28	26.022,00	28	26.022,00	28	26.022,00

EMENDA Nº 184

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 145 – INFRAESTRUTURA DO SISTEMA PRISIONAL –

Ação: 4505 – CASA DE CUSTÓDIA DA PCMG

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	25.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	60	7.385.101,00	60	7.510.388,00	60	7.640.812,00

EMENDA Nº 185

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 034 – POLICIA OSTENSIVA –

Ação: 4507 – SEGURANÇA RURAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	36	11.368.641,00	36	1.000,00	36	1.000,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberaba	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Varginha	0	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 186

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 147 – MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS –

Ação: 4516 – APOIO AS CADEIAS PRODUTIVAS DA AGROPECUÁRIA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	2	22.777.795,00	2	487.075,00	2	495.402,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberaba	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Varginha	0	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 187

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 147 – MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS –

Ação: 4518 – ACESSO A MERCADOS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	4.450	1.421.996,00	4.700	200.968,00	5.000	204.404,00
Região Intermediária de Barbacena	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Divinópolis	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Governador Valadares	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Ipatinga	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Montes Claros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Patos de Minas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberaba	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Uberlândia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Varginha	0	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 188

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 123 – ASSISTÊNCIA EM HEMATOLOGIA, HEMOTERAPIA, CÉLULAS E TECIDOS BIOLÓGICOS –

Ação: 4540 – DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE SANGUE E HEMODERIVADOS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	0	800.000,00	0	0,00	0	0,00
Região Intermediária de Barbacena	18.500	3.905.953,00	18.500	3.971.813,00	18.500	4.038.787,00
Região Intermediária de Belo Horizonte	297.800	120.139.533,00	297.800	122.209.419,00	297.800	124.315.027,00
Região Intermediária de Divinópolis	45.000	9.737.415,00	45.000	9.901.786,00	45.000	10.068.938,00
Região Intermediária de Governador Valadares	27.000	13.609.863,00	27.000	13.845.443,00	27.000	14.085.107,00
Região Intermediária de Juíz de Fora	131.100	38.359.792,00	131.100	39.014.836,00	131.100	39.681.084,00
Região Intermediária de Montes Claros	53.500	20.193.495,00	53.500	20.540.848,00	53.500	20.894.186,00
Região Intermediária de Patos de Minas	19.000	4.617.915,00	19.000	4.696.248,00	19.000	4.775.913,00
Região Intermediária de Pouso Alegre	80.500	14.537.925,00	80.500	14.781.165,00	80.500	15.028.481,00
Região Intermediária de Teófilo Otoni	9.000	3.443.655,00	9.000	3.502.909,00	9.000	3.563.186,00
Região Intermediária de Uberaba	38.600	13.563.180,00	38.600	13.796.048,00	38.600	14.032.924,00
Região Intermediária de Uberlândia	68.000	17.599.071,00	68.000	17.898.320,00	68.000	18.202.666,00
Região Intermediária de Varginha	27.000	4.384.774,00	27.000	4.457.694,00	27.000	4.531.830,00

EMENDA Nº 189

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Programa: 999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA –

Ação: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

UO: 1991 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Mudança de regionalização para: Metas por região (R$1,00)

Região	Físicas 2021	Financeiras 2021	Físicas 2022	Financeiras 2022	Físicas 2023	Financeiras 2023
Estadual	1.035.928	684.410.163,00	1.052.814	1.052.814.234,00	1.069.975	1.069.975.106,00

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Glaycon Franco, presidente – Hely Taquínio, relator – Virgílio Guimarães – Doorgal Andada – Laura Serrano – Cássio Soares.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.202/2020

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

Em atendimento ao disposto no art. 68, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Mineira, o governador do Estado encaminhou a esta Casa, por meio da Mensagem n° 97/2020, o projeto de lei em epígrafe, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimentos das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021.

Publicado em 16/10/2020, foi o projeto distribuído a esta comissão para dela receber parecer, em conformidade com o art. 160 da Constituição do Estado e com o art. 204 do Regimento Interno.

Em obediência ao rito regimental previsto no § 2° do mesmo art. 204, foi concedido prazo de 20 dias para a apresentação de emendas à proposição, o qual foi prorrogado por acordo do Colégio de Líderes. Foram recebidas, nesse período, 844 emendas, das quais 3 foram retiradas pelos autores.

O governador do Estado, por meio da Mensagem nº 103/2020, publicada em 21/11/2020, encaminhou uma emenda a esta Casa, que recebeu o nº 844.

Fundamentação

O Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA – para 2021 estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimentos das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021.

Grandes Números

Pelo projeto, para 2021 as receitas são estimadas em R$86,68 bilhões e as despesas fixadas em R$102,87 bilhões, resultando em déficit fiscal de R$16,19 bilhões, conforme a Tabela 1. Ressaltamos que desses valores estão excluídas as receitas e as despesas intraorçamentárias. Na comparação com o Substitutivo nº 1 ao PLOA 2020 (documento aprovado por esta Casa), é previsto um crescimento de 3,79% para as receitas, de 6,26% para as despesas, e de 21,83% para o déficit fiscal.

Tabela 1 – Comparativo dos Resultados Fiscais Previstos nos Projetos de Lei Orçamentária do Estado de Minas Gerais para 2020 e 2021

R$ mil

Descrição	Subs. PLOA 2020	PLOA 2021	Variação (%)
Receita	83.518.629	86.680.017	3,79%
Receita Intraorçamentária	13.662.968	19.050.762	39,43%
Receita Fiscal	**97.181.597**	**105.730.779**	**8,80%**
Despesa	96.810.820	102.873.306	6,26%
Despesa Intraorçamentária	13.662.968	19.050.762	39,43%
Despesa Fiscal	**110.473.789**	**121.924.067**	**10,36%**
Resultado Fiscal	**-13.292.191**	**-16.193.289**	**21,83%**

Fontes: (1) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 2.202/2020. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021.
(2) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 1.167/2019. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2020.
Nota: valores correntes.

Com relação às empresas controladas pelo Estado, o PLOA para 2021 fixa seus investimentos em R$3,82 bilhões, valor 32,70% inferior ao estabelecido para 2020. A análise detalhada por empresa será feita na Tabela 17.

Tabela 2 – Comparativo do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas do Estado de Minas Gerais para 2019 e 2020

R$ mil

Descrição	Subs. PLOA 2020	PLOA 2021	Variação (%)
Orçamento de Investimento das Empresas Controladas	5.675.600	3.819.442	-32,70%

Fontes: (1) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 2.202/2020. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021.
(2) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 1.167/2019. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2020.
Nota: valores correntes.

Parâmetros Macroeconômicos

Conforme a exposição de motivos que acompanha o projeto, a estimativa de receita e despesa para 2021 teve como base os parâmetros previstos nas Metas Fiscais constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – para 2021, os quais estão em conformidade com os parâmetros macroeconômicos utilizados pela União em seu Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. A Tabela 3 apresenta os principais parâmetros empregados nessa previsão.

Tabela 3 – Projeções das Variáveis Macroeconômicas

Parâmetro	2021	2022	2023
Crescimento real do PIB % a.a.	3.3	2.4	2.5
IPCA % a.a. acumulado	3.65	3.5	3.5
Taxa Over Selic (% a.a.) – acumulada	4.33	5.55	6.03

Fonte: MINAS GERAIS. Lei nº 23.685, de 07 de agosto de 2020. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2021. Anexo I. (pg. 7, 11, 12).

Meta de Resultado Primário

A programação orçamentária, de acordo com o art. 5º, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF –, deve ser compatível com a meta de resultado primário definida no Anexo de Metas Fiscais da LDO.

Assim, na LDO para 2021, a meta de resultado primário do Estado de Minas Gerais foi definida em R$663.621 milhões negativos, valor usado como parâmetro para a fixação das despesas de custeio e de investimento ao longo da execução orçamentária para 2021.

A Tabela 4 mostra as metas de resultado primário para o período de 2017 a 2023. Note-se que a previsão de resultado primário para todo o período é de déficit, com exceção de 2019 e de 2020. Trata-se de uma fase de mais otimismo, confirmado pelos resultados obtidos em 2018 e 2019. Contudo, a pandemia trouxe novas incertezas e aprofundou a crise econômica.

Tabela 4 – Metas de Resultado Primário

R$ bilhão

Ano de Referência	Meta de Resultado Primário	Resultado Primário Obtido
2017	-2,89	-6,12
2018	-0,68	1,42
2019	1,18	4,73
2020	7,16	-
2021	-0,66	-
2022	-0,69	-
2023	-0,71	-

Fonte: MINAS GERAIS. **Lei nº 23.685, de 07 de agosto de 2020.** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2021. Anexo I.

Nota: valores correntes.

Receita Prevista

As receitas previstas no orçamento fiscal são discriminadas em Receitas Correntes, Receitas de Capital, Receita Intraorçamentária e Deduções da Receita Corrente.

Como se observa na Tabela 5, as Receitas Correntes, com estimativa de arrecadação de R$95,64 bilhões para 2021, têm preponderância no total de receitas previstas e um crescimento estimado de 2,93% em relação ao projeto anterior.

Já para as Receitas de Capital é previsto crescimento de 36,88% – de R$471 milhões em 2020 para R$645 milhões em 2021. O aumento é explicado pela previsão de transferências da União para investimentos em transportes e obras públicas e para segurança pública.

Estima-se ainda um aumento de receita intraorçamentária de R$5,39 bilhões, ou seja, 39,43% a mais em relação ao projetado no substitutivo da PLOA do ano anterior. Deste valor, R$4,0 bilhões se referem ao aumento do aporte para cobertura do

déficit previdenciário. Isso ocorreu porque, em 2020, os inativos da educação foram pagos com recursos ordinários do tesouro, o que fez com que o aporte previdenciário se reduzisse de forma expressiva. Além disso, prevê-se um aumento de R$927 milhões referentes a contribuição patronal, em decorrência do aumento das alíquotas previdenciárias advindo da Reforma da Previdência dos servidores públicos estaduais, aprovada este ano. Calcula-se ainda o aumento de R$485 milhões em repasses do Fundo Estadual de Saúde.

Tabela 5 – Receita Fiscal

R$ mil

Descrição da Receita	Subs. PLOA 2020	PLOA 2021	Variação Anual (%)	Participação (%)
Receitas Correntes	92.916.040	95.642.967	2,93%	90,46%
Receitas de Capital	471.095	644.838	36,88%	0,61%
Receita Intraorçamentária	13.662.968	19.050.762	39,43%	18,02%
Deduções da Receita Corrente	-9.868.506	-9.607.788	-2,64%	-9,09%
Total	**97.181.597**	**105.730.779**	**8,80%**	**100,00%**

Fontes: (1) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 2.202/2020. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçaçmento de Investimentos das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021.

(2) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 1.167/2019. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçaçmento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o execício financeiro de 2020.

Nota: valores correntes.

Receitas Correntes

A Receitas Correntes terão um crescimento estimado de 2,93% em relação do projeto anterior. Tal situação decorre especialmente do aumento da receita de contribuições, das transferências correntes e da receita patrimonial, como veremos a seguir.

Dentre as Receitas Correntes, aquela de maior expressão é a Receita Tributária, que representa 71,14% do montante total previsto para 2021. Antevê-se, porém, a sua redução em 2,49% para 2021 em relação à estimada para 2020. O principal componente dessa categoria é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS –, que corresponde a 53,87% da Receita Corrente. A previsão é que a arrecadação do ICMS caia 4,23% em relação ao valor estimado para 2020, atingindo R$51,52 bilhões em 2021. A arrecadação do Imposto sobre Veículos Automotores – IPVA –, segue estável, 0,14% maior em comparação com aquela prevista para 2020.

A Receita de Contribuições aumentará 35,40% em comparação à projetada no ano anterior. Isso se explica pela reforma previdenciária, que elevou as alíquotas de contribuição do funcionalismo ativo e dos inativos e reduziu o valor a partir do qual os inativos contribuem para o Fundo Financeiro de Previdência do Estado de Minas Gerais – FFP – ou para o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg.

Por sua vez, as Transferências Correntes aumentarão 7,87% em virtude do crescimento estimado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb – e para o Fundo de Participação dos Estados – FPE –, como será detalhado adiante.

Já o acréscimo na Receita Patrimonial se deve à previsão de venda da folha de pagamento do Executivo, estimada em R$1,3 bilhão.

Tabela 6 – Detalhamento da Receita Corrente

R$ mil

Descrição da Receita	Subs. PLOA 2020	PLOA 2021	Variação Anual (%)	Participação 2021 (%)

Receita Tributária	69.779.607	68.043.648	-2,49%	71,14%
– ICMS	53.797.860	51.521.727	-4,23%	53,87%
– IPVA	6.430.718	6.439.977	0,14%	6,73%
– IR Retido na Fonte	5.264.384	5.667.946	7,67%	5,93%
– Taxas	3.473.833	3.519.543	1,32%	3,68%
– ITCD	812.812	894.455	10,04%	0,94%
Transferências Correntes	16.223.017	17.499.112	7,87%	18,30%
Receita de Contribuições	3.527.559	4.776.426	35,40%	4,99%
Receita Patrimonial	1.071.467	2.624.191	144,92%	2,74%
Outra Receitas Correntes	870.449	1.018.908	17,06%	1,07%
Receitas de Serviços	793.592	870.107	9,64%	0,91%
Receita Industrial	643.984	804.481	24,92%	0,84%
Receita Agropecuária	6.366	6.093	-4,28%	0,01%
Receitas Correntes	**92.916.040**	**95.642.967**	**2,93%**	**100,00%**

Fontes: (1) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 2.202/2020. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021.

(2) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 1.167/2019. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2020.

Nota: valores correntes.

Os recursos recebidos pelo Estado por meio de Transferências Correntes perfazem 16,55% do total da receita prevista e 18,30% das Receitas Correntes. Conforme supracitado, a estimativa é de aumento de 7,87% nos recursos a serem recebidos em 2021. As Transferências Correntes (Tabela 7) são constituídas, em sua maioria, pelos repasses constitucionais da União relativos ao FPE (28,27%) e pelo Fundeb (51,92%), que crescerão respectivamente 6,83% e 8,39%.

Tabela 7 – Detalhamento das Transferências Correntes

R$ mil

Descrição	Subs. PLOA 2020	PLOA 2021	Variação Anual (%)	Participação 2021 (%)
Transferências da União	**7.687.703**	**8.155.269**	**6,08%**	**46,60%**
Fundo de Participação dos Estados – FPE	4.630.581	4.946.993	6,83%	28,27%
Fundo exportação – IPI	652.398	620.146	-4,94%	3,54%
QESE – Salário Educação	600.000	650.000	8,33%	3,71%
Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir)	197.052	210.883	7,02%	1,21%
Transferências SUS	711.704	800.600	12,49%	4,58%
Cota-parte da CIDE	90.069	80.133	-11,03%	0,46%
Cota-parte da comp. Financeira – recursos hídricos	77.485	82.924	7,02%	0,47%
Cota-parte da comp. Financeira – recursos minerais	267.810	286.607	7,02%	1,64%

Cota-parte da comp. Financeira – produção de petróleo	17.607	18.843	7,02%	0,11%
Outras transferências da União	442.996	458.141	3,42%	2,62%
Transferências Multigovernamentais	**8.381.781**	**9.084.879**	**8,39%**	**51,92%**
Fundeb	8.381.781	9.084.879	8,39%	51,92%
Outras transferências correntes	**153.533**	**249.519**	**62,52%**	**1,43%**
Transferências Correntes	**16.223.017**	**17.499.112**	**7,87%**	**100,00%**

Fontes: (1) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 2.202/2020. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021.

(2) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 1.167/2019. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2020.

Nota: valores correntes.

O Fundeb, por envolver recursos das três esferas de governo – União, estados e municípios –, tem sua receita classificada como Transferências Multigovernamentais. No caso de Minas Gerais, na composição desse fundo estão, entre outros, recursos de impostos estaduais e da União partilhados com o Estado.

Receitas de Capital

As Receitas de Capital, por seu turno, somam R$0,64 bilhão e representam 0,61% do total da Receita Fiscal. Para 2021 é estimada maior expressividade da receita de Transferências de Capital, com participação de 76,70% nas Receitas de Capital, o que corresponde a um aumento de 315,56% se comparado ao previsto para 2020. O crescimento decorre de transferências da União para transportes e obras públicas e para segurança pública.

Tabela 8 – Detalhamento das Receitas de Capital

R$ mil

Descrição da Receita	Subs. PLOA 2020	PLOA 2021	Variação Anual (%)	Participação 2021 (%)
Operações de Crédito	155.373	47.571	-69,38%	7,38%
Transferências de Capital	119.014	494.579	315,56%	76,70%
Amortização de Empréstimos	77.944	56.027	-28,12%	8,69%
Outras Receitas de Capital	37.000	37.000	0,00%	5,74%
Alienação de Bens	81.763	9.660	-88,19%	1,50%
Receitas de Capital	**471.095**	**644.838**	**36,88%**	**100,00%**

Fontes: (1) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 2.202/2020. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021.

(2) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 1.167/2019. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2020.

Nota: valores correntes.

A Tabela 9 evidencia o detalhamento da receita de Operações de Crédito previstas para recebimento em 2021.

Tabela 9 – Receitas de Operações de Crédito

R$ mil

Detalhamento das Operações de Crédito Internas	2021
PAC – Prevenção de Áreas de Risco – Contagem	32.549
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – Proinveste	7.662
Total (1)	40.210
Detalhamento das Operações de Crédito Externas	**2021**
Banco Mundial – Programa Progestão	7.361
Total (2)	7.361
Total (1 + 2)	**47.571**

Fonte: ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 2.202/2020. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021.

Vinculação de Receitas

Finalmente, no tocante à análise da estrutura geral das receitas, observa-se, na Tabela 10, que, dos R$105,73 bilhões previstos nessa categoria para 2021, apenas 47,97% (R$50,72 bilhões) são recursos ordinários livres do Estado. Não obstante, em um contexto de déficit fiscal, a análise de vinculação de receitas e a margem discricionária de alocação resta prejudicada, uma vez que elas, vinculadas ou não, são insuficientes para a cobertura das despesas.

Tabela 10 – Vinculação de Receitas

R$ mil

Receita Orçamentária	Ordinária	Vinculada	Total
Receitas Correntes	47.813.921	47.829.046	95.642.967
Receitas de Capital	771	644.067	644.838
Deduções da Receita Corrente	-27.335	-9.580.452	-9.607.788
Receita Intraorçamentária	2.934.072	16.116.689	19.050.762
Total	**50.721.428**	**55.009.350**	**105.730.779**
% do Total	**47,97%**	**52,03%**	**100,00%**

Fonte: ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 2.202/2020. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021.

Benefícios Fiscais

Os benefícios fiscais do grupo de Benefícios Heterônomos, isto é, aqueles aprovados nacionalmente, independentemente da decisão do Estado – como o Simples Nacional e a Lei Kandir –, são antevistos em R$8,08 bilhões e correspondem, conforme o PLOA 2021, a 11,88% da Receita Tributária. Eles terão aumento de 0,15% em relação à proposta orçamentária para o ano de 2020.

Com relação aos Novos Benefícios, há previsão de R$9,09 milhões para 2021 destinados à indústria de transformação, distribuídos nas modalidades redução de base de cálculo em Belo Horizonte e crédito presumido em Patos de Minas, Pouso Alegre, Uberaba, Uberlândia e Varginha.

Por fim, os Benefícios Pré-existentes, aqueles concedidos pelo Estado em caráter geral e não geral já consolidados anteriormente ao exercício de 2020, têm impacto previsto para 2021 de R$8,67 bilhões, o que corresponde a um aumento de 21,37% comparativamente ao ano anterior.

Tabela 11 – Benefícios Fiscais

R$ mil

Benefício	Subs. PLOA 2020	PLOA 2021	Variação Anual %
Heterônomos	8.070.969	8.082.810	0,15%
Novos Benefícios	0	9.094	-
Pré-existentes	7.143.932	8.670.524	21,37%

Fontes: (1) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 2.202/2020. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021.

(2) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 1.167/2019. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2020.

Nota: valores correntes.

Despesa Fiscal

A despesa total prevista para 2021 é de R$121,92 bilhões, incluindo as intraorçamentárias – aplicações diretas decorrentes de operações entre os órgãos, os fundos e as entidades integrantes do orçamento fiscal –, estimadas em R$19,05 bilhões na proposta da LOA 2021. Na Tabela 12, estão explicitados os valores programados por categoria econômica para 2021 e sua comparação com o projetado em 2020.

Tabela 12 – Despesa Fiscal por Categoria Econômica

R$ mil

Categoria Econômica	Subs. PLOA 2020	PLOA 2021	Variação Anual %	Participação 2021 (%)
Despesas Correntes	88.207.128	94.409.592	7,03%	77,43%
Despesas de Capital	7.597.799	7.427.785	-2,24%	6,09%
Reserva de Contingência	1.005.893	1.035.929	2,99%	0,85%
Subtotal da Despesa (I)	**96.810.820**	**102.873.306**	**6,26%**	**84,37%**
Despesa Intraorçamentária (II)	13.662.968	19.050.762	39,43%	15,63%
Total da Despesa (I+II)	**110.473.789**	**121.924.067**	**10,36%**	**100,00%**

Fontes: (1) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 2.202/2020. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021.

(2) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 1.167/2019. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2020.

Notas:

1 – Valores correntes.

2 – A participação se refere à participação na despesa total, incluindo a despesa intraorçamentária do projeto de lei original.

3 – Os dados da PLOA 2020 se referem ao Substitutivo nº 1.

As Despesas Correntes, excluídas as intraorçamentárias, representam 77,43% das despesas totais e tiveram crescimento de 7,03% tomando como base o orçamento de 2020. Já as Despesas de Capital correspondem a 6,09% do total orçado, apresentado redução de 2,24% em relação ao ano de 2020.

Tabela 13 – Detalhamento da Despesa Fiscal

R$ mil

Descrição	Subs. PLOA 2020	PLOA 2021	Variação Anual (%)	Participação 2021 (%)
Despesas Correntes	**88.207.128**	**94.409.592**	**7,03%**	**77,43%**
Pessoal e Encargos Sociais	49.659.882	53.925.719	8,59%	44,23%
Juros e Encargos da Dívida	4.678.292	7.689.890	64,37%	6,31%
Outras Despesas Correntes	33.868.954	32.793.983	-3,17%	26,90%
Custeio	17.183.996	16.677.313	-2,95%	13,68%
Transferências Constitucionais aos Municípios	16.684.959	16.116.670	-3,41%	13,22%
Despesas de Capital	**7.597.799**	**7.427.785**	**-2,24%**	**6,09%**
Investimentos	3.737.037	2.861.985	-23,42%	2,35%
Inversões Financeiras	267.170	314.062	17,55%	0,26%
Amortização da Dívida	3.593.592	4.251.739	18,31%	3,49%
Reserva de Contingência	**1.005.893**	**1.035.929**	**2,99%**	**0,85%**
Subtotal da Despesa (I)	**96.810.820**	**102.873.306**	**6,26%**	**84,37%**
Despesa Intraorçamentária (II)	13.662.968	19.050.762	39,43%	15,63%
Total da Despesa (I+II)	110.473.789	121.924.067	10,36%	100,00%

Fontes: (1) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 2.202/2020. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021.

(2) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 1.167/2019. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2020.

Notas:

1 – Valores correntes.

2 – A participação se refere à participação na despesa total, incluindo a despesa intraorçamentária do projeto de lei original.

3 – As "Transferências Constitucionais aos Municípios" (ação 7844 – Transferências Constitucionais a Municípios) foram separadas do grupo "Outras Despesas Correntes" somente para efeito didático. A diferença da equação foi designada "custeio".

4 – Os dados da PLOA 2020 se referem ao Substitutivo nº 1.

O grupo de despesa Pessoal e Encargos Sociais é o mais expressivo e corresponde a 44,23% da despesa fiscal. A proposta traz um aumento do gasto com pessoal em relação àquela colocada para 2020 de 8,59%, o que analisaremos mais à frente.

Evidencia-se o crescimento dos gastos com Juros e Encargos da Dívida, que será de 64,37%. Este aumento se deve, principalmente, ao fato de que, em decorrência de liminares judicias, o Estado não está pagando os encargos da dívida com a União, de modo que seu saldo devedor tem crescido de forma significativa. Cabe mencionar que o não pagamento das parcelas da dívida enseja ônus de inadimplência.

O grupo Outras Despesas Correntes, o segundo mais significativo, equivale a 26,90% da despesa fiscal total e apresenta queda de 3,17% relativamente a 2020. Para uma análise mais apurada, o grupo foi separado didaticamente em custeio e transferências constitucionais aos municípios. Estas, decorrentes de determinação constitucional, são constituídas de parcelas do ICMS, do IPVA, do IPI, da Cide e da Dívida Ativa e das Multas e dos Juros de Mora do ICMS e do IPVA. Nesse subgrupo, responsável por 13,22% do

gasto total, verifica-se uma queda de 3,41% em comparação a 2020, dada a expectativa de redução da receita de impostos explicitada na análise das receitas descrita anteriormente.

O subgrupo Custeio, que exprime o custo operacional da implementação das políticas públicas pela administração pública estadual, é responsável por 13,68% da despesa total. Nele verifica-se uma queda de 2,95% em relação ao programado no ano anterior, provavelmente em função de esforço para minimizar os impactos da crise.

Com relação às despesas de capital orçadas para 2021 é prevista uma redução de 2,24%, em função da diminuição de 23,42% dos investimentos. Contudo, espera-se um aumento expressivo da amortização da dívida, de 18,31%, principalmente devido ao aumento da despesa com amortização dos financiamentos externos.

O aumento das Despesas Intraorçamentárias, de 39,43%, reflete a estimativa de elevação do aporte previdenciário. Isso, porém, não significa o aumento de despesa com pagamento de inativos em relação a 2020, mas o retorno da contabilização do pagamento de inativos da educação nesta fonte (R$6,33 bilhões), que havia sido feito com recursos ordinários no ano anterior.

Despesas Correntes – Pessoal e Encargos Sociais

A Tabela 14 traz o detalhamento da despesa do grupo Pessoal e Encargos Sociais, com organização por Poder e discriminação em gastos com pessoal ativo e inativo. O Executivo absorve 81,37% dos gastos com Pessoal e Encargos Sociais, dos quais 39,57% se referem ao pessoal ativo e 41,80% ao inativo. Para aquele Poder, foram apresentadas as áreas que concentram a maior parte dos gastos, a saber, a Secretaria de Estado de Educação – SEE –, a Polícia Militar e seu instituto de previdência.

A Defensoria Pública, órgão com autonomia funcional, administrativa e iniciativa própria de proposta orçamentária, segundo o § 2º do art. 134 da Constituição Federal, concentra 0,83% do orçamento de pessoal. O Poder Judiciário é responsável por 10,62%; o Legislativo – incluindo o Tribunal de Contas do Estado –, por 3,54%; e o Ministério Público, por 3,63% da despesa total prevista com Pessoal e Encargos Sociais.

Tabela 14 – Despesa do Grupo Pessoal e Encargos Sociais por Poder

R$ mil

Descrição	Subs. PLOA 2020	PLOA 2021	Evolução (%)	Participação 2021 (%)
Poder Executivo	**43.918.510**	**48.510.066**	**10,45%**	**81,37%**
Ativos	**20.261.655**	**23.589.503**	**16,42%**	**39,57%**
SEE	8.047.279	9.000.472	11,84%	15,10%
PMMG	4.563.873	4.518.518	-0,99%	7,58%
Demais	7.650.502	10.070.513	31,63%	16,89%
Inativos	**23.656.855**	**24.920.563**	**5,34%**	**41,80%**
SEE	7.408.635	7.675.459	3,60%	12,88%
PMMG	8.163.688	8.387.364	2,74%	14,07%
Demais	8.084.532	8.857.740	9,56%	14,86%
Defensoria Pública	**468.006**	**493.678**	**5,49%**	**0,83%**
Ativos	358.006	378.678	5,77%	0,64%
Inativos	110.000	115.000	4,55%	0,19%
Poder Judiciário	**6.025.879**	**6.332.323**	**5,09%**	**10,62%**
Tribunal de Justiça	5.970.705	6.272.208	5,05%	10,52%

Ativos	4.148.575	4.085.081	-1,53%	6,85%
Inativos	1.822.130	2.187.127	20,03%	3,67%
Tribunal de Justiça Militar	55.174	60.115	8,96%	0,10%
Ativos	41.784	43.544	4,21%	0,07%
Inativos	13.390	16.571	23,76%	0,03%
Ministério Público	**1.978.725**	**2.166.331**	**9,48%**	**3,63%**
Ativos	1.494.242	1.646.396	10,18%	2,76%
Inativos	484.482	519.934	7,32%	0,87%
Poder Legislativo	**2.014.400**	**2.110.647**	**4,78%**	**3,54%**
Assembleia Legislativa	1.268.988	1.303.176	2,69%	2,19%
Ativos	863.217	876.942	1,59%	1,47%
Inativos	405.771	426.234	5,04%	0,72%
Tribunal de Contas	745.412	807.471	8,33%	1,35%
Ativos	475.711	505.281	6,22%	0,85%
Inativos	269.700	302.190	12,05%	0,51%
Despesa de Pessoal	**54.405.519**	**59.613.044**	**9,57%**	**100,00%**

Fontes: (1) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 2.202/2020. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021.

(2) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 1.167/2019. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2020.

Notas:

1 – Valores correntes.

2 – Inclui despesas intraorçamentárias.

Ao compararmos o PLOA 2021 com o PLOA 2020, verificamos um aumento de 9,57% das despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que se traduz em crescimento de 10,45% no Poder Executivo, de 5,49% na Defensoria Pública, 5,09% no Poder Judiciário, 9,48% no Ministério Público e de 4,78% no Poder Legislativo.

Destacam-se as despesas com pessoal ativo do Poder Executivo, cuja estimativa de crescimento é de 10,45%. Os aumentos se concentram nos seguintes órgãos: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG –, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, Advocacia-Geral do Estado – AGE – e Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig. Há que se lembrar que o impacto do aumento concedido aos servidores da área de segurança pública em meados de 2020 repercute em 2021, uma vez terá efeito nos 12 meses do ano. No caso da AGE, o aumento das despesas com pessoal se deve ao crescimento dos valores orçados para pagamento de precatórios a favor de servidores públicos, decorrentes de ações transitadas em julgado.

A análise dos dados da Tabela 14 revela ainda que o gasto com pessoal ativo de todos os Poderes corresponde a 52,21% do total. Já o gasto com pessoal inativo – somados os pensionistas – equivale 47,79% das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

Despesas de Capital – Investimentos e Inversões Financeiras

A Tabela 15 expõe o detalhamento da despesa de Investimentos e Inversões Financeiras organizado por fonte de recursos para seu financiamento. Os Recursos Ordinários representam 41,56% do montante previsto para o financiamento dos investimentos, seguidos pelos Convênios, Acordos e Ajustes Provenientes da União e suas Entidades, com participação de 13,01% e dos Recursos Diretamente Arrecadados, com 12,779%.

Estima-se para 2021 uma redução de 20,62% nos investimentos e nas inversões financeiras, cenário no qual a diminuição do volume de Recursos Ordinários destinados a esta finalidade será de 44,28%, sobretudo em razão do decréscimo de investimentos na área da educação. É esperada ainda queda de 3,09% dos Recursos Diretamente Arrecadados.

Há, porém, crescimento de 462,08%, em relação a 2020, no financiamento desse grupo de despesas pelos Convênios, Acordos e Ajustes Provenientes da União e suas Entidades, devido aos investimentos que serão realizados pela Seinfra, PMMG e PCMG. Por fim, espera-se aumento de 219,17% dos investimentos realizados com recursos da Cota Estadual do Salário Educação – QESE,

Tabela 15 – Investimentos e Inversões Financeiras por Fonte de Recursos

R$ mil

Valores por Fonte	Subs. PLOA 2020	PLOA 2021	Variação Anual	Participação 2021
Recursos Ordinários	2.377.977	1.324.998	-44,28%	41,56%
Convênios, Acordos e Ajustes Provenientes da União e suas Entidades	73.795	414.788	462,08%	13,01%
Recursos Diretamente Arrecadados	420.110	407.135	-3,09%	12,77%
Receitas de Fiscalização, Taxas e Custas Judiciais	252.621	328.199	29,92%	10,29%
Cota Estadual do Salário Educação – QESE	71.300	227.571	219,17%	7,14%
Demais Fontes	820.357	485.309	-40,84%	15,22%
Total	**4.016.160**	**3.187.999**	**-20,62%**	**100,00%**

Fontes: (1) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 2.202/2020. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021.

(2) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 1.167/2019. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2020.

Notas:

1 – Valores correntes.

2 – Inclui despesas intraorçamentárias.

3 – Os dados da PLOA 2020 se referem ao Substitutivo nº 1.

Orçamento de Investimento das Empresas Controladas

No Orçamento de Investimento das Empresas Controladas para 2021, estão previstos R$3,82 bilhões, que correspondem a uma queda de 32,70% em relação ao programado no ano anterior. A Cemig Distribuição S.A., a Cemig Geração e Transmissão S.A. e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – mantêm a posição de empresas com maior mobilização de recursos. Juntas, elas totalizam o equivalente a 87,70% do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas, conforme a Tabela 16.

Destacam-se as reduções da Cemig Distribuição S.A., da Cemig Geração e Transmissão S.A. e da Companhia Energética de Minas Gerais/Cemig Holding correspondentes a 23,09%, 81,02% e 92,16%, respectivamente. Em contrapartida, os investimentos da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – e da Companhia de Gás De Minas Gerais – Gasmig – aumentarão 51,71% e 72,88%, respectivamente.

Tabela 16 – Investimentos das Empresas Controladas

R$ mil

Empresa	Subs. PLOA 2020	PLOA 2021	Variação Anual	Participação nos Investimentos Totais (2021)
Cemig Distribuição S.A.	2.323.704	1.787.055	-23,09%	46,79%

Cemig Geração e Transmissão S.A.	1.359.896	258.113	-81,02%	6,76%
Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa	859.984	1.304.663	51,71%	34,16%
Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig Holding	742.942	58.276	-92,16%	1,53%
Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge	141.810	131.003	-7,62%	3,43%
Companhia de Gás De Minas Gerais – Gasmig	100.000	172.877	72,88%	4,53%
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG	62.258	13.471	-78,36%	0,35%
Copasa – Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A – Copanor	42.000	42.000	0,00%	1,10%
Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge	34.271	43.775	27,73%	1,15%
Minas Gerais Administração e Serviços S.A. – MGS	7.501	7.101	-5,33%	0,19%
Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – Indi	1.010	861	-14,75%	0,02%
Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab	133	120	-9,43%	0,00%
Minas Gerais Participações S.A. – MGI	89	124	39,33%	0,00%
Companhia De Desenvolvimento Econômico De Minas Gerais – Codemig	1	1	0,00%	0,00%
Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A. – Trem Metropolitano	1	1	0,00%	0,00%
Total	**5.675.600**	**3.819.442**	**-32,70%**	**100,00%**

Fontes: (1) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 2.202/2020. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021.

(2) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 1.167/2019. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2020.

Nota: valores correntes.

Limites Constitucionais e Legais

A obrigatoriedade de aplicação de recursos em áreas consideradas relevantes e a restrição do gasto em áreas sensíveis para o equilíbrio fiscal são determinadas por dispositivos constitucionais e legais. Tais normas devem ser observadas na programação e na execução da lei orçamentária. O PLOA 2021 traz os demonstrativos de cumprimento dos limites na programação, analisados a seguir.

Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE

De acordo com o art. 212 da Constituição Federal, devem ser aplicados, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino – MDE. O total previsto para essas despesas na proposta orçamentária é de R$13,84 bilhões, o que representa 25,52% da receita resultante de impostos considerada para esse cálculo.

Comparando-se o PLOA 2021 com a proposta para 2020, o percentual de aplicação de recursos teve expressiva redução, uma vez que naquele ano o índice atingiu 36,54% – o maior da série histórica, em virtude do efeito decorrente da contabilização do gasto com pessoal inativo na Fonte 10 (recursos ordinários do Estado).

Tabela 17 – Aplicação de Recursos na Manutenção e no Desenvolvimento do Ensino

R$ mil

Ano	Receita Resultante de Impostos (A)	Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (B)	Percentual de Aplicação da Receita Resultante de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (C=B/A)
2009	21.809.473	6.147.778	28,19%
2010	26.138.716	7.178.786	27,46%
2011	28.678.724	8.964.979	31,26%
2012	31.422.885	10.241.494	32,59%
2013	34.953.604	11.207.852	32,06%
2014	38.055.932	9.561.198	25,12%
2015	39.098.330	9.903.318	25,33%
2016	43.307.602	10.979.116	25,35%
2017	47.208.211	11.852.557	25,11%
2018	50.100.336	11.015.792	21,99%
2019	52.694.470	13.395.568	25,42%
2020	55.123.453	20.143.550	36,54%
2021	54.205.491	13.835.865	25,52%

Fontes: (1) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 2.202/2020. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021.

(2) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 1.167/2019. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2020.

(3) MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Fazenda. Demonstrativo da Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino à Conta de Recursos Ordinários e dos Vinculados ao Fundo Educação – MDE. Anos 2009 a 2019.

Notas:

1 – Valores de 2020 e 2021 são os programados. Para os demais anos, executados.

2 – Valores correntes.

3 – Os dados da PLOA 2020 se referem ao Substitutivo nº 1.

Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS

De acordo com o art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT –, devem ser aplicados, no mínimo, 12% do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos municípios, nas ações e nos serviços públicos de saúde – ASPS. O total previsto para essas despesas na proposta para 2021 é de R$6,62 bilhões, o que corresponde a 12,21% da receita de impostos considerada para esse cálculo.

Tabela 18 – Aplicação de Recursos em ASPS

R$ mil

Ano	Receita de Impostos e Transferências (A)	Despesas com Saúde (B)	Percentual de Aplicação de Recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (C=B/A)
2009	21.809.473	3.361.272	15,41%
2010	26.138.716	3.476.629	13,30%
2011	28.678.721	3.803.730	13,26%
2012	31.422.885	3.826.926	12,18%
2013	34.953.590	4.294.403	12,29%
2014	38.055.930	4.623.892	12,15%
2015	39.098.329	4.807.712	12,30%

2016	43.307.598	5.360.685	12,38%
2017	47.208.210	5.708.687	12,09%
2018	50.100.336	5.119.077	10,22%
2019	52.694.469	6.717.689	12,75%
2020	55.123.452	6.626.643	12,02%
2021	54.205.490	6.620.380	12,21%

Fontes: (1) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 2.202/2020. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021.

(2) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 1.167/2019. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2020.

(3) MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Fazenda. Demonstrativo da Aplicação de Recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS. Anos 2009 a 2019.

Notas:

1 – Valores de 2020 e 2021 são os programados. Para os demais anos, executados.

2 – Valores correntes.

3 – Os dados da PLOA 2020 se referem ao Substitutivo nº 1.

Limites legais para as Despesas com Pessoal

A despesa total com pessoal prevista na proposta orçamentária é de R$38,33 bilhões, o que equivale a 58,15% da Receita Corrente Líquida – RCL – para o exercício e ultrapassa o limite prudencial estabelecido na LRF, de 57%. A Tabela 19 demonstra a despesa com pessoal para os Poderes do Estado, assim como o limite máximo estabelecido para cada um deles. Cabe mencionar que a LRF define vedações para o caso de um Poder ou órgão ultrapassar 95% do limite máximo para despesa com pessoal – limite prudencial. Ademais, determina que as providências previstas nos parágrafos 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal sejam tomadas quando a despesa com pessoal ultrapassar o limite máximo da RCL.

Tabela 19 – Participação da Despesa de Pessoal na RCL – PLOA 2021

R$ mil

Poderes	Previsto (Valores)	Participação na RCL Prevista (%)	Participação na RCL	
			Limite LRF (%)	Limite Prudencial (%)
Legislativo (inclusive Tribunal de Contas)	1.304.302	1,98%	3,00%	2,85%
Judiciário	3.688.635	5,60%	6,00%	5,70%
Ministério Público	1.384.785	2,10%	2,00%	1,90%
Executivo	31.949.021	48,47%	49,00%	46,55%
Total – Todos os Poderes	38.326.744	58,15%	60,00%	57,00%
Receita Corrente Líquida		**65.913.391**		

Fonte: ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 2.202/2020. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021.

A partir da análise da Tabela 19, verifica-se que, com a execução do orçamento para 2021, o Poder Executivo ultrapassará o limite prudencial e estará sujeito às seguintes vedações:

– concessão de vantagem, aumento ou reajuste, ressalvada a revisão geral anual;

– criação de cargo, emprego ou função;

– alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

– provimento de cargo público, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

– contratação de hora extra, com algumas ressalvas.

Constata-se também que o Ministério Público ultrapassará o limite máximo de suas despesas e deverá envidar esforços para reduzi-las.

A Tabela 20 dispõe sobre a evolução da despesa com pessoal em relação à RCL de 2016 a 2021. É importante mencionar que, em 2010, foi editada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN – e pela Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF – a Portaria Conjunta nº 2, que objetivou demonstrar a situação previdenciária dos entes da Federação a partir de uma reclassificação da receita e da despesa orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Nesse contexto, registre-se que desde 2011 o Estado vem se utilizando dessa nova classificação para excluir do montante da despesa com pessoal os recursos recebidos pelo RPPS decorrentes de aportes do Tesouro para a amortização de déficit atuarial desse regime. Tal alteração implicou redução substancial no valor apurado a título de despesa de pessoal para efeito do cumprimento do limite imposto pela LRF (com exceção do Poder Executivo em 2018, que incluiu os aportes naquele ano, levando ao aumento substancial do índice apurado).

Em 2019, decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG – determinou que as despesas representativas do déficit atuarial ou financeiro custeadas pela fonte 58 (Recursos para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS – Regime Próprio de Previdência Social) – que haviam sido objeto de nova instrução normativa do órgão para sua inclusão no cômputo da despesa total com pessoal –, deveriam continuar a figurar no rol das deduções a que se refere a alínea "c" do inciso VI do § 1º do art. 19 da LRF.

Assim, na Tabela 20, em 2019, conforme o Relatório de Gestão Fiscal dos Poderes do Estado referente ao 3º quadrimestre de 2019, no "Ministério Público, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça Militar foram incluídos em 'Despesas não Computadas` os gastos com inativos e pensionistas executados com a fonte 58, conforme Decisão constante no Assunto Administrativo – Pleno TCEMG nº 1.072.447 de 11/09/2019".

Tabela 21 – Participação da Despesa de Pessoal na RCL – Histórico

Poderes	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Limite LRF
Legislativo (inclusive Tribunal de Contas)	2,52%	2,57%	2,61%	2,26%	1,96%	1,98%	3,00%
Judiciário	5,27%	5,40%	5,28%	4,99%	5,69%	5,60%	6,00%
Ministério Público	1,86%	1,87%	1,88%	1,79%	1,98%	2,10%	2,00%
Executivo	49,29%	49,99%	66,65%	58,42%	53,66%	48,47%	49,00%
Total – Todos os Poderes	**58,94%**	**59,83%**	**76,42%**	**67,45%**	**63,30%**	**58,15%**	**60,00%**

Fontes: (1) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 2.202/2020. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021.

(2) ZEMA, Romeu. Projeto de Lei nº 1.167/2019. Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2020.

(3) MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça Militar, Ministério Público e Secretaria de Estado da Fazenda. Relatório de Gestão Fiscal. Anos 2016 a 2019.

(4) Em 2019, o demonstrativo do Poder Judiciário deduzidas as despesas com inativos e pensionistas executadas com a fonte 58, conforme Ofício nº 18158/2019 do TCE/MG – Assunto Administrativo – Pleno nº 1072447/2019.

Notas:

1 – Valores de 2020 e 2021 são os programados. Para os demais anos, executados.

2 – Os dados da PLOA 2020 se referem ao Substitutivo nº 1.

Emendas Impositivas

O projeto em análise foi elaborado em consonância com os dispositivos constitucionais aplicáveis, bem como com a LRF e a Lei federal n° 4.320, de 17 de março 1964, que disciplinam a matéria.

Vale ressaltar que em 2018 foi promulgada a Emenda à Constituição nº 96, que alterou os arts. 159 e 160 da Carta mineira e tornou obrigatória a execução de programações orçamentárias originadas de emendas parlamentares individuais constantes da lei do orçamento anual. Dessa forma, está disposto que as emendas individuais apresentadas ao PLOA serão aprovadas no limite de 1,0% da RCL prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo. Desse percentual, no mínimo metade será destinada a ações e serviços públicos de saúde. Porém, há uma regra de transição, que estabelece, para 2020, o limite de 0,90% da RCL para a aprovação das mencionadas emendas.

Além disso, a Emenda à Constituição nº 100, de 2019, modificou a Constituição Estadual de forma a também tornar obrigatória a execução das programações inseridas no orçamento anual por meio de emendas parlamentares de blocos e bancadas.

Nesse cenário, o valor total destinado à execução dessas emendas será calculado pela multiplicação de 0,0041% da RCL realizada no exercício anterior pelo número de deputados integrantes de cada bloco ou bancada. Desse montante, no mínimo 50% serão destinados a ações e serviços públicos de saúde ou à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, e o restante será destinado a projetos e atividades identificados no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – como de atuação estratégica, ou seja, aqueles classificados com o Identificador de Ação Governamental 1 – Projetos Estratégicos.

Contudo, assim como no caso das emendas individuais, há uma regra de transição, que diz respeito ao percentual da RCL, que para 2020 será de 0,0033% por deputado integrante do bloco ou da bancada. Dessa forma, a aprovação das emendas parlamentares individuais, de bloco e bancada e aquelas subscritas por mais de um parlamentar levou tais regras em consideração.

Processo legislativo

As Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Participação Popular promoveram audiências públicas com o objetivo de discutir com a sociedade o projeto de lei de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, para 2021, bem como de colher sugestões para o seu aprimoramento. Esse processo resultou na apresentação, pela Comissão de Participação Popular, de 37 emendas ao PLOA.

Outras 788 emendas ao projeto foram apresentadas pelos parlamentares, das quais 3 foram retiradas pelos autores. Por sua vez, os blocos parlamentares apresentaram 18 emendas.

O governador do Estado, por meio da Mensagem nº 103/2020, publicada em 21/11/2020, encaminhou uma emenda a esta Casa, que recebeu o nº 844. A referida emenda propõe a alteração do Demonstrativo da aplicação de recursos nas ações e serviços públicos de saúde, que está na página 147 do "Anexo I – Orçamento Fiscal e Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado". Tal medida visa incluir ações do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG no referido demonstrativo.

Foi elaborada 1 subemenda a emenda de parlamentar com o objetivo de atender à solicitação feita pelo autor.

E, ainda, 8 emendas foram propostas para garantir a compatibilidade da lei orçamentária com a criação de ações no âmbito do projeto de lei do PPAG 2020-2023 – Revisão 2021.

Apresentamos, também as Emendas nºs 853 e 867 a 872 para adequar alterações sugeridas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag.

Finalmente, propomos a Emenda nºs 845, para a recomposição do limite mínimo fixado pela LDO para a dotação Reserva de Contingência, de 1% da RCL, uma vez que, para facilitar o processo de apresentação das emendas pelos parlamentares, adotamos o procedimento de indicar essa dotação como fonte para dedução.

Cabe salientar que as dotações decorrentes de emendas parlamentares aprovadas serão identificadas, na modalidade de aplicação, com o código 99, de utilização exclusiva do Poder Legislativo, e, no identificador de procedência e uso, com o código 8; e as emendas aprovadas oriundas da Comissão de Participação Popular, serão identificadas com o código 4.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.202/2020, em turno único, com as Emendas nºs 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 276, 277, 284, 285, 286, 287, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804 e 805 apresentadas por parlamentares; com a Emenda nº 272, proposta por parlamentar na forma da respectiva Subemenda nº 1; com as Emendas nºs 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842 e 843 da Comissão de Participação Popular; com as Emendas nºs 464 e 465 apresentadas pelo Bloco Democracia e Luta; com as Emendas nºs 71, 72, 73, 74, 75 e 76 apresentadas pelo Bloco Minas tem História; com as Emendas nºs 278, 279, 280, 281, 282 e 283 apresentadas pelo Bloco Liberdade e Progresso; com as Emendas nºs 288, 289, 290 e 291 apresentadas pelo Bloco Sou Minas Gerais; com a Emenda nºs 844 apresentada pelo governador do Estado; com as Emendas nºs 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871 e 872 apresentadas ao final deste parecer; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16, 17, 40, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 487, 488, 489, 543, 544, 545, 546, 547, 559, 560, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774 e 806.

A mencionada subemenda está redigida ao final deste parecer.

As Emendas nºs 334, 407 e 408 foram retiradas pelos autores.

É necessário destacar que as emendas nºs 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867 e 868 visam adequar o Orçamento às inclusões de ação propostas no PPAG.

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 272

Autor: Deputado Ulysses Gomes

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Estruturação da Atenção Primária à Saúde (Organização da Atenção Primária à Saúde) (despesas de capital)

Valor: R$ 3.852.081,00

Dedução: Fundo Estadual de Saúde – 2087 – Reserva para Atendimento das Emendas Parlamentares Individuais Vinculadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 845

Unidade Orçamentária Beneficiada: Reserva de Contingência

Objeto do Gasto: Reserva de Contingência (despesas correntes)

Valor: R$ 280.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – 4423 – Custódia e Ressocialização de Presos (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 846

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Promoção do Acesso à Infraestrutura Básica do Norte e Nordeste de Minas Gerais (despesas correntes)

Valor: R$ 10.789.885,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 847

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Apoio ao Desenvolvimento Econômico do Norte e Nordeste (despesas de capital)

Valor: R$ 11.335.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 848

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Apoio ao Desenvolvimento Econômico do Norte e Nordeste (despesas correntes)

Valor: R$ 725.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 849

Unidade Orçamentária Beneficiada: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Expansão do Cbmmg Através da Criação e Ampliação de Unidades Prediais – Construção de Espaço para Centro de Treinamento para o Quarto Comando Operacional em Montes Claros. (despesas de capital)

Valor: R$ 3.462.744,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 850

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Gestão das Unidades Policiais (despesas de capital)

Valor: R$ 25.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 851

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Indução à Pesquisa nos Setores Estratégicos da Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento do Estado (despesas de capital)

Valor: R$ 10.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 852

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Objeto do Gasto: Fiscalização Ambiental Integrada – Recursos Destinados à Implantação de Duas Suprams nas Cidades de Patos de Minas e Passos, Conforme a Lei Nº 23.364, de 2019. (despesas correntes)

Valor: R$ 7.294.292,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 853

Altere-se a função da Ação 4101 – FORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO PARA A INSERÇÃO O DO TRABALHADOR NO MERCADO DE TRABALHO – da Unidade Orçamentária 4701 – FUNDO ESTADUAL DO TRABALHO DE MINAS GERAIS –, de 11 – TRABALHO – para 12 – EDUCAÇÃO.

EMENDA Nº 854

Acrescente-se ao §1º do art. 10 o seguinte inciso IV:

"Art. 10 – (...)

§ 1º – (...)

IV ... o excesso de arrecadação da receita de contribuição patronal e do servidor da Assembleia Legislativa para o Fundo Financeiro de Previdência do Estado de Minas Gerais – FFP-MG.".

EMENDA Nº 855

Suprima-se o art. 11.

EMENDA Nº 856

Suprima-se o art. 18.

EMENDA Nº 857

Dê-se ao art. 9º a seguinte redação:

"Art. 9º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao seu orçamento fiscal até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa fixada no art. 2º.§ 1º – Caso a Receita Corrente Líquida realizada no exercício financeiro de 2020 seja superior à prevista nesta lei, fica o Poder Executivo autorizado a suplementar as programações a que se refere o § 6º do art. 160 da Constituição do Estado, com vistas ao cumprimento do que estabelece o referido dispositivo.

§ 2º – Não oneram o limite estabelecido no caput as suplementações e os remanejamentos das programações incluídas nesta lei pelas emendas parlamentares a que se refere o § 6º do art. 160 da Constituição do Estado.

§ 3º – Nas suplementações e nos remanejamentos a que se refere os §§ 1º e 2º, constarão a identificação da emenda e a do respectivo autor.".

EMENDA Nº 858

Acrescente-se onde convier:

"Art. ... – As receitas estimadas e as despesas fixadas por esta lei não consideram eventuais valores a serem recebidos pelo Estado, a qualquer título, em decorrência de acordos para fins de solução de litígios relativos ao rompimento da barragem em Brumadinho.

§ 1º – A utilização de recursos provenientes dos acordos a que se refere o caput exigirá autorização por meio de lei de abertura de crédito adicional, não estando a referida autorização abrangida pelo disposto no art. 9º.

§ 2º – A despesa realizada com recurso proveniente do acordo a que se refere o caput sem a prévia autorização legal a que se refere o § 1º configura gasto não autorizado.".

EMENDA Nº 859

Acrescente-se onde convier:

"Art. ... – As despesas do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM – serão custeadas com as seguintes fontes:

I – Contribuição Patronal do Estado aos Institutos de Previdência;

II – Contribuição do Servidor do Estado aos Institutos de Previdência;

III – Recursos Diretamente Arrecadados.

§ 1º – O déficit nas despesas com saúde ou nas previdenciárias será coberto com Recursos Ordinários.

§ 2º – A Contribuição Patronal do Estado aos Institutos de Previdência prevista na Lei 10.366, de 28 de dezembro de 1990, deverá ser repassada ao IPSM.".

EMENDA Nº 860

Substitua-se na página 2 do anexo IV a expressão "DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS INVESTIMENTOS" pela expressão "DISTRIBUIÇÃO REGIONALIZADA DOS INVESTIMENTOS".

EMENDA Nº 861

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade

Objeto do Gasto: – Escolas Ferroviárias (despesas correntes)

Valor: R$ 1.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 862

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade

Objeto do Gasto: – Aquisição e Reforma de Material Rodante Ferroviário (despesas de capital)

Valor: R$ 1.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 863

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade

Objeto do Gasto: – Apoio a Operações Ferroviárias (despesas correntes)

Valor: R$ 1.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 864

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa

Objeto do Gasto: – Mulheres Empreendedoras Rurais (despesas correntes)

Valor: R$ 120.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 865

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa

Objeto do Gasto: – Atividades Didáticas em Escolas Famílias Agrícolas – Efas (despesas correntes)

Valor: R$ 330.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 866

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa

Objeto do Gasto: – Agricultura Urbana (despesas correntes)

Valor: R$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 867

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: – Desenvolvimento das Ações de Saúde no Âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais (despesas correntes)

Valor: R$ 799.870,00

Dedução: Fundo Estadual de Saúde – 4452 – Regulação do Acesso (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 868

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: – Desenvolvimento das Ações de Saúde no Âmbito da Administração Pública Estadual (despesas correntes)

Valor: R$ 1.000,00

Dedução: Fundo Estadual de Saúde – 4452 – Regulação do Acesso (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 869

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal – Padem (despesas de capital)

Valor: R$ 60.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 870

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Assistência Social

Objeto do Gasto: Aproximação Suas (despesas de capital)

Valor: R$ 20.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 871

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Implantação da Política de Atenção Hospitalar – Valor em Saúde (despesas correntes)

Valor: R$ 130.000.000,00

Dedução: Fundo Estadual de Saúde – 4457 – Implantação da Política de Atenção Hospitalar – Valor em Saúde (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 872

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros (despesas de capital)

Valor: R$ 90.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Educação – 4303 – Atendimento aos Municípios Mineiros (outras despesas correntes)

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Glaycon Franco, presidente – Hely Taquínio, relator - Virgílio Guimarães – Doorgal Andada – Laura Serrano – Cássio Soares – João Leite.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.327/2015

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Relatório

De autoria do deputado Gustavo Valadares, o projeto de lei em epígrafe "dispõe sobre as empresas prestadoras de serviços e de venda de produtos que operam através de telefonia – telemarketing – e dá outras providências".

Publicada no *Diário do Legislativo* de 8/5/2015, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Desenvolvimento Econômico.

Conforme determinado pela Presidência, nos termos do §2º do art. 173 do Regimento Interno, por guardarem semelhança entre si, houve anexação a esta proposição do Projeto de Lei nº 1.329/2015, de mesma autoria.

A Comissão de Constituição e Justiça, à qual a proposição foi remetida para análise preliminar, concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1 que apresentou. Agora, vem o projeto a este órgão colegiado para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, IV, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em tela pretende dispor sobre normas aplicáveis às empresas prestadoras de serviços e de venda de produtos que operam através de telefonia – *telemarketing*. Objetiva que as referidas empresas prestem serviços com agilidade e em observância dos direitos dos consumidores como, por exemplo, sem gerar uma espera excessiva do cliente na linha.

O projeto de lei anexado dispõe sobre matéria similar.

A Comissão de Constituição e Justiça, a fim de corrigir vícios de natureza jurídico-constitucional, bem como para aperfeiçoar a técnica legislativa, apresentou o Substitutivo nº 1 que visa: à especificação da abrangência e do objetivo do SAC, em função da competência federal; à supressão ou ao aperfeiçoamento de dispositivos, excluindo detalhamentos impróprios para o texto legal ou unificando dispositivos, bem como para incorporar ao texto o teor do projeto anexado.

Quanto ao mérito do projeto, cumpre informar que a proposição guarda relação direta com a Política Nacional das Relações de Consumo, nos termos do art. 4º do Código de Defesa do Consumidor – CDC –, Lei nº 8.078, de 1990. Além dos princípios que devem reger essa política, são de relevância os instrumentos para sua execução, tratados de forma consistente no corpo do projeto.

De fato, a proposição procura proteger o elo mais fraco da economia, ou seja, o consumidor, conferindo-lhe meios de defesa adequados e configurando-se efetivamente em instrumento de tutela de seus interesses.

Adicionalmente, o projeto atende determinação do CDC, ao instituir ação governamental concreta que visa proteger o consumidor. É ônus do Estado a ação efetiva no mercado, com o intuito de regulá-lo, e o projeto elimina distorções, tratando com zelo, qualidade e segurança o atendimento ao consumidor, resolvendo a questão relativa a queixas, tentativas de resolução, orientação e devida apreciação dos casos concretos, bem como prevendo a adoção de medidas cabíveis, se for o caso. Ressaltamos que a contratação de serviços por via telefônica, embora confortável para as partes envolvidas, gera uma espécie de despersonalização do fornecedor, razão pela qual a ação estatal se impõe, a fim de garantir o equilíbrio nas relações de consumo.

Ademais, o projeto aponta para a busca de harmonia, nas relações de consumo, entre os interesses dos consumidores e fornecedores, harmonia não apenas fundada no tratamento das partes envolvidas, como também na adoção de parâmetros de ordem prática, no que diz respeito aos SACs. Tais parâmetros, como o limite de 60 segundos estabelecido como tempo máximo para o efetivo contato com o atendente, bem como a manutenção de gravações das ligações para o SAC, criam condições de acessibilidade à informação e melhoria da qualidade do atendimento, além de viabilizar o acompanhamento de demandas, e também a resolução e o cancelamento destas.

Finalmente, sabendo-se que hodiernamente o conceito de qualidade não diz respeito apenas à adequação às normas que regem a fabricação de determinado produto ou a prestação de um determinado serviço, mas principalmente à satisfação dos consumidores, cabe às próprias empresas o zelo pela qualidade, até para assegurar seu crescimento.

Assim sendo, o projeto, na forma do Substitutivo nº 1 apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, suplementa a proteção emanada do CDC. Esta comissão entende que as medidas nele sugeridas têm relevante significado social, razão pela qual considera que a matéria deve prosperar nesta Casa.

Sugerimos apenas três aprimoramentos. O primeiro deles é que sejam estabelecidas as penalidades cabíveis em caso de descumprimento da lei. O segundo, com o intuito de igualar as disposições da norma estadual àquelas previstas na norma federal, é a alteraração da redação do §3º do art. 3º do Substitutivo nº 1 apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, de modo a prever que o fornecedor mantenha gravação das chamadas efetuadas pelo consumidor ao SAC pelo prazo mínimo de 90 dias, e não seis meses. Isso facilitará o cumprimento da norma pelas empresas que já seguem a legislação federal. O terceiro aprimoramento é a previsão, tal qual no art. 17 do Decreto Federal nº 6.523, de 31 de julho de 2008, de que as informações solicitadas pelo consumidor sejam prestadas imediatamente, e suas reclamações, resolvidas no prazo máximo de cinco dias úteis a contar do registro.

Assim, apresentamos a seguir o Substitutivo nº 2, o qual reproduz integralmente o Substitutivo nº 1, salvo quanto à mencionada alteração no prazo de manutenção da gravação das chamadas efetuadas ao SAC, além de incluir um artigo para tratar das penalidades e outro para assegurar prazo para prestação de informações e resolução de reclamações.

Finalmente, ressaltamos que a análise de eventuais custos e da viabilidade da implantação do SAC poderá ser mais detidamente analisada pela comissão de mérito subsequente.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei no 1.327/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 2

Regulamenta os Serviços de Atendimento ao Consumidor – SAC – no Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – O Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC – prestado por telefone pelas empresas fornecedoras de produtos ou prestadoras de serviços com atividade no Estado e por concessionárias de serviço público estadual rege-se pelo disposto nesta lei.

Parágrafo único – O SAC tem por objetivo garantir ao consumidor acesso a informações e atendimento de reclamações, pedido de cancelamento de contrato e suspensão ou cancelamento de serviços;

Art. 2° – O SAC, sempre que oferecer *menu* eletrônico, incluirá, entre as primeiras alternativas, as opções de reclamações, cancelamento de serviços e contato direto com o atendente.

§ 1º – É vedada a veiculação de mensagens publicitárias durante o tempo de espera para o atendimento, salvo prévio consentimento do consumidor.

§ 2º – O tempo máximo para o efetivo contato com o atendente, quando esta opção for selecionada pelo consumidor, será de 60 (sessenta) segundos.

Art. 3º – O fornecedor deverá viabilizar o acompanhamento de todas as demandas por meio de número de protocolo de atendimento, a ser informado ao consumidor no início do contato telefônico, independentemente do que o consumidor irá solicitar, seja pedido de informação, reclamação, rescisão de contrato ou qualquer outra manifestação.

§1° – O fornecedor deverá utilizar sequência numérica única, adotada para qualquer pedido de informação, reclamação, cancelamento, solicitação e suspensão de serviço.

§2° – O número do protocolo, a data, a hora e o objeto da demanda devem ser informados ao consumidor e, caso este o solicite, tais dados serão a ele enviados, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, pelo meio indicado por este, dentre outros, mensagem eletrônica ou correspondência por escrito.

§3° – O fornecedor deve manter gravação das chamadas efetuadas pelo consumidor ao Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC – pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias.

§4° – O fornecedor deve manter os registros das reclamações, pedidos de cancelamento e solicitações, suspensões ou cancelamentos de serviço por um período de 2 (dois) anos após a solução destes e, sempre que houver solicitação de órgão fiscalizador ou do consumidor, tornar disponível o acesso de seu registro, sem ônus para o interessado.

Art. 4º – O consumidor tem direito de acesso ao conteúdo do histórico de suas demandas, que lhe será enviado, quando solicitado, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, pelo meio indicado por este, dentre outros, por mensagem eletrônica ou por correspondência.

Art. 5° – As informações solicitadas pelo consumidor serão prestadas imediatamente e suas reclamações, resolvidas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do registro.

Art. 6º – Os pedidos de informação, reclamação e cancelamento de serviços serão assegurados ao consumidor por todos os meios disponíveis para a contratação do serviço.

Art. 7º – As empresas que não cumprirem as normas estabelecidas nesta lei ficarão sujeitas às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, sem prejuízo das constantes nos regulamentos específicos dos órgãos e entidades reguladoras.

Art. 8° – As empresas fornecedoras de produtos ou prestadoras de serviços a que se refere o art. 1º terão o prazo de 120 (cento e vinte dias) contados da data de publicação desta lei para se adequarem às normas nela estabelecidas.

Art. 9º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Bartô, presidente (voto contrário) – Elismar Prado, relator – Cleitinho Azevedo – Inácio Franco.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.353/2015

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do deputado Alencar da Silveira Jr., o projeto de lei em análise, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 490/2011, institui o Programa Jovem Universitário – Educação com Trabalho e dá outras providências.

Publicado no *Diário do Legislativo* em 11/4/2015, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Ciência e Tecnologia, de Desenvolvimento Econômico e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1.

Vem agora a proposição a esta comissão para, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VI, "a", do Regimento Interno, receber parecer quanto ao mérito.

Fundamentação

O projeto de lei em estudo tem por escopo a criação do Programa Jovem Universitário – Educação com Trabalho, cujo objetivo consiste em incentivar o acesso e a permanência nos níveis superiores de ensino, por meio da oferta de estágio em empresas públicas ou privadas a jovens concluintes do ensino médio que tenham sido aprovados em processo seletivo para ingresso em instituição de ensino superior. Nos termos da proposição, as empresas que aderirem ao programa e oferecerem as vagas de estágio se comprometem a financiar os estudos em nível superior de seus estagiários.

A proposição já tramitou na Casa em legislaturas anteriores com os números 2.216/2008 e 490/2011. Com teor idêntico ao projeto em análise e também de origem parlamentar, vigora, no Estado de São Paulo, a Lei nº 10.959, de 2001. No entanto, tal norma nunca foi regulamentada. A opção de mediação do governo de São Paulo em ações de incentivo à iniciação de jovens no trabalho concretiza-se no Programa Novotec Estágios, uma nova versão do Programa Jovem Cidadão – Meu Primeiro Trabalho, em vigor desde 2000. O programa, atualmente regulamentado pelo Decreto nº 64.696, de 2019, tem por finalidade estimular a permanência na escola dos estudantes do ensino médio regular e da modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Ele se sustenta por meio de incentivos fiscais concedidos a empresas para que criem vagas de estágios para os alunos matriculados nas redes públicas de ensino. Note-se, dessa forma, que a mencionada lei de São Paulo, mesmo vigente, manteve-se isolada até o momento em relação às medidas adotadas por aquele Estado em sua política educacional.

No caso do projeto em estudo, como se trata de iniciativa parlamentar, há um óbice de origem que poderia comprometer a sua efetividade, que é o seu caráter programático. A elaboração e a execução de programas são atividades eminentemente administrativas e, portanto, de competência do Poder Executivo, que detém os mecanismos governamentais e técnicos adequados à criação de programas e à concretização de suas respectivas ações. A inadequação da instituição de programa em projeto de iniciativa parlamentar já foi devidamente apontada pela Comissão de Constituição e Justiça, em análise preliminar.

Mesmo ratificando a relevância do propósito da iniciativa em comento, há aspectos cruciais a serem considerados na análise do mérito. O primeiro deles diz respeito à preservação da necessária consonância com as normas constitucionais e legais em matéria educacional. Não obstante a interveniência do poder público em ações para incrementar as taxas de ingresso e conclusão no ensino superior possa ser estratégica, é preciso salientar que tal iniciativa se situa preponderantemente no campo de competências da União. Além da rede de instituições federais, a União mantém programas que já contribuem para democratizar o ingresso e permanência no ensino superior em instituições privadas com e sem fins lucrativos, como é o caso do Programa Universidade para Todos – Prouni – e do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies. No âmbito do Estado, entendemos que a prioridade de investimentos no ensino superior deve concentrar-se na manutenção das universidades estaduais, Uemg e Unimontes.

Note-se ainda que, na forma original, o projeto visa estabelecer que os concluintes do ensino médio já ingressem no ensino superior com estágio garantido. Contudo, a contratação de estagiários, além de obedecer às disposições da Lei Federal nº 11.788, de 2008, deve adequar-se às determinações contidas nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, em que se estabelece a partir de qual período ou ano o aluno deve cumprir o estágio curricular. Geralmente as diretrizes determinam que o aluno já deva ter completado pelo menos 40% dos créditos para se habilitar como estagiário. Portanto, ainda que o estágio a que se refere o projeto fosse não curricular, dificilmente ele seria concedido a um aluno ingressante, visto que o desenvolvimento de habilidades

profissionais requer um período prévio de vivência acadêmica e imersão nos conteúdos curriculares. Só depois de cumprida essa etapa, o estágio pode, de fato, contribuir para a formação do aluno e também para o trabalho desenvolvido na instituição empresarial.

Além disso, a Lei nº 11.788 estabelece, em seu art. 3º, que o estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, não obstante ser obrigatório, em alguns casos, o dispêndio com encargos de bolsa ou outra forma de contraprestação, transporte, alimentação, saúde e seguro. Para que o programa que se pretende criar por meio do projeto em análise fosse efetivo, ele deveria trazer algum benefício para as empresas que investirem na formação do aluno por meio do estágio. Entretanto. na realidade, a criação de incentivos de natureza fiscal para empresas está condicionada a uma série de exigências, conforme dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 2000. Numa análise preliminar, não haveria vantagem adicional para uma empresa em investir na formação do aluno, contraindo as obrigações estabelecidas na proposição. Propõe-se "incentivar a participação da iniciativa privada na qualificação do profissional para o ingresso no mercado de trabalho, de forma a melhorar as condições para o desenvolvimento do Estado" (art. 4º, II), mas não se menciona como e nem que espécie de incentivos as empresas receberiam.

A comissão precedente houve por bem apresentar o Substitutivo nº 1, que acrescenta à Lei nº 18.136, de 2009, que institui a Política Estadual de Juventude, "o conteúdo essencial do projeto, cabendo à comissão de mérito aperfeiçoá-lo". Para tanto, propôs acrescentar os incisos VIII a X no art. 5º da mencionada norma. A respeito de tais alterações, salienta-se primeiramente que o inciso VIII já havia sido acrescentado pela Lei nº 23.370, de 9/8/2019, conforme transcrito a seguir:

Art. 3º – Fica acrescentado ao art. 5º da Lei nº 18.136, de 2009, o seguinte inciso VIII:

"Art. 5º – (…)

VIII – viabilizar, por meio da articulação entre vários órgãos, a concessão de incentivos de natureza fiscal às empresas instaladas no Estado que promovam a inclusão de jovens no mercado de trabalho."

Com essa alteração, tornar-se-ia incoerente acrescentar o inciso IX ao mesmo artigo, conforme proposto pelo Substitutivo nº 1 ("estimular a iniciativa privada a participar da qualificação profissional dos jovens"). O inciso VIII, por sua vez – "criar oportunidades de acesso ao ensino superior e de trabalho à população juvenil" – também é redundante em relação ao que a Lei nº 18.136, de 2009, já estabelece nos seguintes dispositivos:

Art. 4º São prioridades da Política Estadual de Juventude nos dez anos subsequentes à sua implementação:

(...)

VI – auxiliar na promoção da participação juvenil no mercado de trabalho;

(...)

XIII – elevar a oferta de vagas nas universidades estaduais, promovendo a interiorização e estabelecendo mecanismos para democratizar o acesso e facilitar a permanência do aluno na instituição.

Por fim, o conteúdo no inciso X ("criar mecanismos de incentivo ao desempenho escolar dos jovens") está associado a diversas diretrizes já relacionadas na lei que institui a política de juventude, pois há estreita sintonia entre medidas como as de democratização do acesso e da permanência no ensino médio, de promoção da participação no mercado de trabalho, de ampliação das oportunidades na educação profissional, de incentivo ao empreendedorismo, entre outras, com a melhoria do desempenho escolar do jovem. A inclusão de um novo dispositivo com esse conteúdo, como propõe o Substitutivo nº 1, traria matéria excessivamente genérica e não traria inovação substancial ao texto legal.

Por essas razões, propomos o atendimento do objetivo essencial da proposição na forma do Substitutivo nº 2, que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 18.136, de 2009, com o propósito de complementar o alcance do inciso VIII, acrescentado pela Lei nº 23.370, de 2019, que não incorreria no vício de iniciativa apontado pela Comissão de Constituição e Justiça e traria maior concretude ao conteúdo que se pretende acrescentar à Política Estadual de Juventude. Dessa forma, na concessão de incentivos de

natureza fiscal às empresas que promovam a inclusão de jovens no mercado de trabalho, podem ser destacados incentivos específicos à ampliação da oferta de estágio aos estudantes de ensino médio e superior, com contraprestação da instituição concedente do estágio, observando-se o disposto na Lei Federal nº 11.788, de 25/9/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.353/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, apresentado a seguir.

SUBSTITUTIVO Nº 2

Altera a Lei nº 18.136, de 14 de maio de 2009, que institui a Política Estadual de Juventude e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado ao art. 5º da Lei nº 18.136, de 14 de maio de 2009, o seguinte § 2º, passando o seu parágrafo único a vigorar como § 1º:

"Art. 5º – (…)

(...)

§ 2º – Na consecução do disposto no inciso VIII deste artigo, poderão ser criados incentivos específicos para possibilitar a ampliação da oferta de estágio a estudantes do ensino médio e superior, priorizando-se aqueles de baixa renda, com contraprestação da instituição concedente, observada a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.".

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Professor Cleiton, relator – Beatriz Cerqueira, presidenta – Betão – Bartô.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.830/2015

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatório

De autoria da deputada Marília Campos, a proposição em epígrafe "obriga as empresas que prestam serviço de remoção e transporte de lixo a equipar com rastreador os veículos utilizados nessa remoção e transporte e dá outras providências".

Em análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe, agora, a esta comissão analisar o mérito do projeto, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VIII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em tela pretende que as empresas que prestam serviço de remoção e transporte de lixo sejam obrigadas a instalar rastreadores nos veículos utilizados na sua atividade-fim, com o objetivo de que o contratante do serviço possa acompanhar o despejo correto do resíduo no local determinado. A obrigatoriedade inclui as empresas responsáveis pela coleta de lixo doméstico, hospitalar, industrial e de limpeza de fossas e caixas de passagem.

Nos termos do art. 3°, os contratantes do serviço de remoção e transporte de resíduos ou de limpeza de caixa de passagem terão direito a uma senha de acesso temporária de rastreamento para acompanhar o despejo do resíduo no local determinado. O

parágrafo único desse artigo prevê, por sua vez, que se o contratante for a administração pública direta, autárquica ou fundacional, as empresas contratadas devem disponibilizar senha de acesso ao rastreador, além de apresentar mensalmente extrato da rota utilizada pelos veículos e onde foram dispensados os resíduos.

A proposição dispensa às empresas destinatárias das obrigações a que se refere um prazo de 180 dias para se adequarem às disposições e prevê, no caso de seu descumprimento, aplicação das penalidades previstas na Lei nº 7.772, de 1980, que trata da proteção, conservação e melhoria do meio ambiente.

Em sua análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou empecilhos quanto à competência legislativa para a tramitação da matéria. Porém, propôs a Emenda nº 1, que ressalva da incidência da futura lei os contratos de concessão atualmente em vigor, como forma de respeito ao princípio do ato jurídico perfeito.

Com relação ao mérito, cumpre esclarecer que a temática da disposição final de resíduos sólidos é objeto da Lei Federal nº 12.305, de 2010, e da Lei Estadual nº 18.031, de 2009, que dispõem sobre as políticas nacional e estadual de resíduos sólidos, respectivamente. Nos termos dessas políticas, mas principalmente na lei estadual, resíduos sólidos domiciliares são os provenientes de residências, edifícios públicos e coletivos, e os de comércio, serviços e indústrias, desde que apresentem as mesmas características dos provenientes de residências. Os industriais são os gerados pelas atividades de pesquisas, de transformação de matérias-primas em novos produtos, de extração mineral, de montagem e manipulação de produtos acabados, inclusive aqueles gerados em áreas de utilidade, apoio, depósito ou administração das referidas indústrias ou similares. E o de serviços de saúde são os originários de atividades exercidas na área de saúde, que, por suas características, necessitam de processos diferenciados de manejo, exigindo ou não tratamento prévio a sua disposição final. Esta, para qualquer tipo de resíduo, deve ocorrer de acordo com suas características e natureza e de forma compatível com a saúde pública e a proteção do meio ambiente.

Nesse contexto, o Poder Executivo estadual editou, em 2009, o Decreto nº 45.181, cujo art. 9º determina que a Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – manterá banco de dados com as informações previstas na lei relativas a resíduos sólidos gerados, incluídos o da indústria de transformação e extrativista.

Mais recentemente, o Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam – regulamentou a matéria por meio da Deliberação Normativa nº 232, de 27/2/2019, que institui o Sistema Estadual de Manifesto de Transporte de Resíduos – Sistema MTR-MG – e estabeleceu procedimentos para o controle de movimentação e destinação de resíduos sólidos e rejeitos em Minas Gerais. Entretanto, apesar de instituir um sistema complexo e bem detalhado, ela não prevê o rastreamento em tempo real do transporte de resíduos no Estado.

Entendemos que a proposição em análise pode contribuir com o propósito do sistema mencionado, por meio da ampliação da transparência e do controle da disposição adequada de resíduos – ainda que haja possibilidade de introdução de novos custos na prestação dos serviços. Com suas medidas, o projeto é capaz também de ajudar na redução dos chamados "bota-foras", muitas vezes criados por prestadores de serviços de destinação de resíduos que os consumidores sequer sabem que são irregulares. Cumpre destacar que, dependendo do tipo de resíduo, a atividade clandestina ou irregular tem o potencial de trazer danos irreparáveis ao meio ambiente, em especial aos recursos hídricos, dos quais depende o equilíbrio dos ecossistemas, o abastecimento público de água e a produção agrícola e industrial.

Há que se considerar que, com o acelerado desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação, vêm se popularizando a cada dia as opções de equipamentos de geolocalização e de sistemas e meios eletrônicos voltados para o acompanhamento de deslocamentos e para o controle de jornadas de trabalho – a exemplo dos utilizados pelas transportadoras de cargas, pelos serviços postais, pelas empresas de fornecimento de alimentação ou de entrega de documentos e produtos do *e-commerce* –, o que pode facilitar sensivelmente a implantação das medidas propostas pelo projeto em análise. Pode-se vislumbrar, inclusive, a automatização da autuação dos prestadores de serviço que dispuserem os resíduos em local diferente do contratado.

Avaliamos, portanto, que o monitoramento remoto da disposição de resíduos sólidos deve otimizar a fiscalização dos prestadores de serviço, e que a possibilidade de se aplicarem aos infratores as penalidades previstas na Lei nº 7.772, de 1980, poderá incentivar o cumprimento da lei.

Dessa forma, consideramos que a matéria merece prosperar nesta Casa.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei n° 1.830/2015, no 1ª turno, com a Emenda nº 1 apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Noraldino Júnior, relator e presidente – Gustavo Santana – Raul Belém.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.258/2017

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatório

De autoria do deputado Antonio Lerin, o projeto de lei em epígrafe "dispõe sobre alteração na Lei nº 22.231, de 20 de junho de 2016, que trata da definição de maus-tratos contra animais no Estado".

O projeto foi distribuído para análise das Comissões de Constituição e Justiça e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Em seu exame preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição na forma apresentada.

Cabe agora a esta comissão analisar o mérito do projeto, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VIII, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em exame visa dar nova redação ao inciso III e acrescentar incisos ao art. 1º da Lei nº 22.231, de 2016, que dispõe sobre a definição de maus-tratos contra animais no Estado e dá outras providências. Em sua justificação, o autor defende a necessidade de se ampliarem as medidas de preservação da vida e de promoção do bem-estar dos animais em Minas Gerais.

O projeto de lei busca modificar o conteúdo da norma, com o objetivo de limitar condutas potencialmente danosas aos animais e sujeitar os infratores às sanções previstas na lei. Em seu parecer, a Comissão de Constituição e Justiça não vislumbrou óbice à iniciativa parlamentar sobre o tema e entendeu que foram preenchidos os requisitos constitucionais para a tramitação da matéria.

Esta comissão passa agora a analisar cada uma das alterações pretendidas quanto ao mérito. Inicialmente, devemos esclarecer que a Constituição da República e a Constituição Estadual vedam práticas que submetam os animais a crueldade. A norma constitucional federal dispõe, no entanto, que não são consideradas cruéis as atividades desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro.

Na esteira de tais disposições constitucionais, a Lei Federal nº 9.605, de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, define como crime a prática de ato de maus-tratos contra animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, e prevê para os infratores pena de detenção de três meses a um ano, além de multa.

Na mesma linha, em âmbito estadual, o *caput* do art. 1º da Lei 22.231, de 2016, define como maus-tratos as ações ou omissões que atentem contra a saúde ou a integridade física ou mental de animal, enquanto seus incisos exemplificam tais condutas. Entre as ações listadas como maus-tratos está o abandono de animal, citado no inciso III do dispositivo.

O projeto de lei em análise propõe conferir nova redação a este inciso, substituindo a expressão "abandonar o animal" por "abandonar animal sujeito a sua guarda ou deixá-lo a sua mercê em qualquer recinto, público ou privado, artificial ou natural, com a finalidade de se eximir das responsabilidades inerentes ao dever de guarda". Além da nova redação, o autor também propõe acrescentar novo inciso ao art. 1º, com a seguinte redação: "abandonar animal domesticado ou criado em cativeiro, ainda que em sua posse precária, quando despreparado para se alimentar de maneira adequada".

Aqui entendemos que ambos os dispositivos buscam abranger o mesmo objeto de maus-tratos, já previsto no referido inciso III. Por avaliarmos que os detalhamentos propostos pelo autor não ampliam ou modificam significativamente a expressão vigente, sugerimos que seja mantida a redação atual.

A proposta também busca acrescentar inciso ao *caput* do art. 1º que prevê: "treinar animal para desenvolver comportamento agressivo contra sua própria espécie ou outra".

Verificamos, no entanto, que o inciso VI do citado art. 1º já prevê como maus- –tratos "utilizar animal em confronto ou luta, entre animais da mesma espécie ou de diferentes espécies". Portanto, a sugestão já está parcialmente contemplada na Lei nº 22.231, de 2016. Assim, propomos apenas nova redação ao inciso VI para que contemple também o treinamento do animal para lutar, com exceção dos animais utilizados na área de segurança pública.

A proposição ainda demanda o acréscimo do seguinte inciso ao art. 1º da norma: "forçar de qualquer maneira a alimentação do animal, exceto em benefício de sua própria saúde, ou ministrar-lhe alimentação inadequada ou com substâncias impróprias".

Sobre esse aspecto, temos como exemplo as práticas de alimentação forçada de patos e gansos – que envolvem a introdução de alimentos líquidos no estômago do animal, através de um tubo inserido em seu nariz ou boca, até oito vezes por dia, entre 12 e 15 dias antes de seu abate. Essas práticas visam provocar a hipertrofia lipídica dos fígados desses animais, com vistas a produzir o *foie gras*, iguaria muito apreciada da culinária francesa. Nesses processos, as aves são submetidas a situações elevadas de estresse e sofrimento – motivo pelo qual consideramos pertinente incluí-lo no rol dos casos de maus-tratos estabelecido pela legislação estadual.

Nessa situação, como não há outro dispositivo no art. 1º que contemple essa hipótese específica de maus-tratos, entendemos que deve ser acrescentado como novo inciso, cuja proposta de redação será apresentada ao final deste parecer.

Além disso, o parlamentar pretende incluir inciso no art. 1º com a seguinte redação: "utilizar dispositivo para aplicação de descargas elétricas para impedir seus movimentos ou forçá-lo a se movimentar, causando dor, sofrimento ou dano". Apesar de relevante a consideração trazida pela proposta, entendemos que a hipótese pretendida pelo projeto de lei em análise, já está contemplada no inciso II, do art. 1º, da Lei nº 22.231, de 2016, que considera maus-tratos lesar ou agredir animal, causando-lhe sofrimento, dano físico ou morte, ressalvadas as situações admitidas pela legislação vigente.

Por fim, tendo em vista a oportunidade de revisão da lei estadual que busca coibir os maus-tratos contra os animais, entendemos pertinente a inclusão de inciso que proíba a utilização de cães para fins de vigilância, segurança e guarda patrimonial no Estado. Ressalte-se que essa temática é, inclusive, objeto de projetos de lei em tramitação nesta Casa (Projetos de Lei nºs 428/2019 e 2.085/2020).

Nesse cenário, tendo em vista a relevância do tema, consideramos que a proposição em tela amplia em parte as proibições de maus-tratos contra animais, razão pela qual merece prosperar nesta Casa, com alguns aprimoramentos.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.258/2017, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera a Lei nº 22.231, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre a definição de maus-tratos contra animais no Estado e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O inciso VI, do art. 1º da Lei nº 22.231, de 20 de julho de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º – (…)

(…)

VI – treinar ou utilizar animal em confronto ou luta, entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes, salvo para utilização em segurança pública;"

Art. 2º – Ficam acrescentados ao art. 1º da Lei nº 22.231, de 2016, os seguintes incisos XI e XII, renumerando-se o seguinte:

"Art. 1º – (...)

(…)

XI – forçar artificialmente a alimentação do animal, exceto em benefício de sua própria saúde, ou ministrar-lhe alimentação inadequada ou com substâncias impróprias;

XII – utilizar comercialmente cães para fins de vigilância, guarda e segurança patrimonial".

Art. 3º – Os incisos I, II e III do § 1º do art. 2º da Lei nº 22.231, de 2016, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º – (...)

§ 1º – (...)

I – 850 Ufemgs (oitocentas e cinquenta Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais) em caso de maus-tratos que não acarretem lesão ao animal;

II – 1.400 (mil e quatrocentas) Ufemgs em caso de maus-tratos que acarretem lesão ao animal;

III – 2.800 (duas mil e oitocentas) Ufemgs em caso de maus-tratos que acarretem óbito do animal.".

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Noraldino Júnior, relator e presidente – Gustavo Santana – Raul Belém.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 5.052/2018

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do deputado Doutor Jean Freire, a proposição em epígrafe institui no âmbito do Estado a Política de Diagnóstico e Tratamento do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH – e dá outras providências.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça; de Educação, Ciência e Tecnologia; de Saúde e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. A Comissão de Constituição e Justiça concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, por semelhança de objeto, foram anexados à proposição em análise o Projeto de Lei nº 118/2019, de autoria do deputado Noraldino Júnior, e o Projeto de Lei nº 723/2019, de autoria do deputado Professor Cleiton.

Vem agora o projeto a esta comissão, a quem cabe apreciar o seu mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VI, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise objetiva criar a Política de Diagnóstico e Tratamento do Transtorno do Deficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH –, estabelecendo que os alunos com TDAH tenham acesso a atendimento escolar especializado, a partir da educação infantil, com garantia de acesso aos serviços de educação especial. Prevê, ainda, atendimento aos alunos que necessitarem em unidades do SUS por equipe multidisciplinar para diagnóstico e tratamento.

A Comissão de Constituição e Justiça, em sua análise preliminar, considerou que a legislação em vigor – a Lei nº 9.394, de 20/12/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB –; o Decreto nº 7.611, de 17/11/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado; e a Lei 16.683, de 10/1/2007, que autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações de acompanhamento social nas escolas da rede pública de ensino do Estado – já abrange o conteúdo da proposição em estudo e que seria desnecessário instituir uma política pública específica. Assim, apresentou o Substitutivo nº 1, em que propôs alterar o inciso V do art. 2º da Lei nº 16.683, para incluir, entre as ações de acompanhamento social, a identificação dos alunos com desempenho escolar abaixo do esperado e seu encaminhamento aos órgãos de saúde para que seja avaliada a possibilidade de diagnóstico de TDAH. Além disso, propôs acrescentar dispositivo à mesma lei para assegurar aos alunos com TDAH matriculados na rede estadual de ensino atendimento adequado às suas necessidades educacionais, com o apoio e a orientação dos órgãos das áreas de saúde e assistência social.

O art. 58 da LDB estabelece que educação especial é a modalidade de educação escolar para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, que se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o Atendimento Educacional Especializado – AEE – como parte do processo educacional.

A Resolução CNE/CEB nº 4, de 2/10/2009, que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, estabelece como público-alvo do AEE:

Art. 4º – (...)

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Portanto, os estudantes que apresentam diagnóstico de transtorno específico de aprendizagem e de TDAH não estão incluídos na categoria das deficiências, nem dos transtornos globais de desenvolvimento, o que dificulta atendê-los no âmbito da educação especial como busca determinar o projeto original.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DMS-V –, da Associação Americana de Psiquiatria, define TDAH como

transtorno do neurodesenvolvimento definido por níveis prejudiciais de desatenção, desorganização e/ou hiperatividade-impulsividade. Desatenção e desorganização envolvem incapacidade de permanecer em uma tarefa, aparência de não ouvir e perda de materiais em níveis inconsistentes com a idade ou o nível de desenvolvimento. Hiperatividade-impulsividade implicam atividade excessiva, inquietação, incapacidade de permanecer sentado, intromissão em atividades de outros e incapacidade de aguardar – sintomas que são excessivos para a idade ou o nível de desenvolvimento.

A mesma publicação define transtorno de aprendizagem como

transtorno do neurodesenvolvimento com uma origem biológica que é a base das anormalidades no nível cognitivo as quais são associadas com as manifestações comportamentais. A origem biológica inclui uma interação de fatores genéticos, epigenéticos e ambientais que influenciam a capacidade do cérebro para perceber ou processar informações verbais ou não verbais com eficiência e exatidão.

Embora alunos com TDAH e transtorno específico de aprendizagem não sejam público-alvo do AEE, entendemos que tenham direito a oportunidades equânimes de desenvolvimento e acesso à aprendizagem. Por isso, apresentamos ao final deste parecer o Substitutivo nº 2, com diretrizes para o seu atendimento na rede estadual de ensino.

Nos termos do § 3º do art. 173 do Regimento Interno, esta comissão deve examinar as proposições anexadas ao projeto de lei sob comento. As proposições anexadas estabelecem obrigações similares às do projeto em análise, mas estendem as determinações também aos alunos diagnosticados com transtorno específico de aprendizagem, aspecto que incorporamos no Substitutivo nº 2. Todos os argumentos apresentados neste parecer se aplicam também às proposições anexadas, uma vez que têm teor semelhante ao do projeto analisado.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.052/2018, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 2

Dispõe sobre o atendimento dos alunos da rede estadual de ensino com transtorno específico de aprendizagem e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica assegurado aos alunos com transtorno específico de aprendizagem e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH – matriculados na rede estadual de ensino atendimento adequado as suas necessidades educacionais.

Parágrafo único – Para os efeitos desta lei, considera-se transtorno específico de aprendizagem a dificuldade persistente para aprender habilidades escolares de leitura, escrita e raciocínio matemático, conforme diagnóstico médico.

Art. 2º – O atendimento a que se refere o art. 1º se dará em conformidade com as seguintes diretrizes:

I – formação continuada dos profissionais de educação para identificação dos sinais relacionados ao transtorno específico de aprendizagem e ao TDAH;

II – conscientização da comunidade escolar sobre a necessidade de combater a exclusão e estigmatização dos alunos com transtorno específico de aprendizagem e TDAH;

III – envolvimento das famílias no processo de escolha das medidas a serem utilizadas para atender às necessidades específicas dos alunos com transtorno específico de aprendizagem e TDAH;

IV – desenvolvimento de ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem dos alunos, com a participação da comunidade escolar e das equipes multiprofissionais previstas na Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019;

V – articulação com a rede pública de saúde para diagnóstico e acompanhamento multiprofissional, quando necessário;

VI – articulação com a rede de assistência social para acompanhamento socioassistencial, quando necessário.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Beatriz Cerqueira, relatora e presidenta – Betão – Professor Cleiton – Bartô.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 5.243/2018

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do deputado Thiago Cota, a proposição em epígrafe altera a Lei nº 21.777, de 29 de setembro de 2015, que institui o Programa Estadual de Transporte Escolar – PTE-MG –, direcionado a alunos da rede estadual de ensino residentes em zona rural.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Ciência e Tecnologia e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. A Comissão de Constituição e Justiça concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora o projeto a esta comissão, a quem cabe apreciar o seu mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VI, *a*, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa alterar o art. 3º da Lei nº 21.777, de 29/9/2015, que institui o Programa Estadual de Transporte Escolar – PTE-MG. O § 8º, que se pretende acrescentar ao artigo, possibilitaria a utilização de saldos remanescentes de transferências de recursos à conta do PTE em despesas não vinculadas ao transporte escolar e previstas na lei orçamentária do município. A condição proposta para essa utilização é o município ter realizado despesas do PTE com recursos próprios ao longo do exercício, em razão de eventuais atrasos ocorridos nas transferências de recursos oriundas do Estado para a execução do programa.

Primeiramente é necessário compreender o funcionamento do PTE e contextualizar a conjuntura em que teriam ocorrido as situações fáticas que embasaram a apresentação da proposição em tela.

Ao lado da alimentação escolar e do fornecimento do livro didático, o transporte escolar é um dos instrumentos basilares de apoio à educação básica, com fundamento na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Há que se frisar, todavia, que os recursos provenientes do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – Pnate – cobrem apenas parcialmente as despesas de estados e municípios, forçando a manutenção de uma política perene e robusta de financiamento do transporte escolar dos alunos residentes na zona rural, no âmbito dos estados e dos municípios, sendo estes últimos, no caso de Minas Gerais, os responsáveis de fato por operacionalizá-lo para atendimento de ambas as redes públicas. Para tanto, os municípios devem

contar com o apoio técnico e financeiro do Estado para organizar o serviço, que encerra, em Minas Gerais, alto nível de complexidade, devido à extensão da área rural e do grande número de municípios.

Assim, em razão da relevância do transporte escolar no cenário de universalização da educação básica empreendida principalmente a partir do final dos anos 1990, não obstante a instituição legal do programa estadual de transporte escolar ter ocorrido somente em 2015, por meio da Lei nº 21.777, este já integrava a política de educação do Estado há bastante tempo. Desde 2000 ações estruturadas para viabilizar o transporte escolar dos alunos da zona rural têm sido implementadas por meio do financiamento de veículos e de manutenção e custeio. No entanto, no compartilhamento de responsabilidades entre os entes federados para a oferta de transporte escolar, os municípios se encontravam via de regra em desvantagem histórica: de um lado a demanda crescente por transporte para as unidades estaduais de ensino a ser atendida impreterivelmente a fim de garantir a permanência do aluno na escola; do outro, a instabilidade no fluxo dos repasses financeiros ou a insuficiência de recursos transferidos pelo Estado para a prestação do serviço, o que trazia dificuldades às vezes intransponíveis para os municípios.

A Lei nº 21.777, de 2015, manteve, nos aspectos gerais, a sistemática e os critérios até então adotados e regulamentados por resoluções da SEE para o funcionamento do transporte escolar, mas trouxe a inovação de que os repasses aos municípios fossem efetuados de forma direta, ou seja, sem a necessidade de celebração de convênios, mediante a assinatura de um termo de adesão, para o qual se previu a renovação anual automática. Foram também estabelecidas as hipóteses de rescisão unilateral do termo de adesão por parte do Estado e dos municípios e de suspensão dos repasses. Tais medidas tinham o objetivo de aprimorar e desburocratizar o processo de transferência de recursos, otimizando, por conseguinte, a prestação do serviço por parte dos municípios. Assim, foi concebido o programa com o fulcro de transferir recursos financeiros, de forma direta, aos municípios que realizam o transporte escolar dos alunos da rede estadual de ensino residentes em zona rural. O valor para cada exercício financeiro é transferido em 10 parcelas iguais e sucessivas, entre fevereiro e novembro de cada ano.

Não obstante a garantia da lei, entre os exercícios de 2016 e 2018, o Estado deixou de honrar grande parte dos pagamentos das parcelas do PTE aos municípios. Durante 2017, houve interrupção total das transferências para a grande maioria dos municípios. Os valores destinados ao transporte escolar e respectivas fases da despesa, no período de 2016 a 2019, são os constantes da tabela abaixo:

Ação: Transporte Escolar/Órgão: Secretaria de Estado de Educação

Valores em R$

Exercício	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2016	642.518.752,02	101.767.667,81	90.622.202,15
2017	235.586.326,37	11.155.772,01	5.190.948,93
2018	347.306.700,74	253.610.445,64	182.977.708,64
2019	318.879.885,49	316.377.390,80	316.090.213,73

Elaboração: GCT/GEC

Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais. http://www.transparencia.mg.gov.br/despesa-estado/despesa

Diante da incerteza trazida pelos atrasos e interrupções nas transferências mensais dos recursos do PTE, muitas prefeituras decretaram a suspensão do serviço de transporte escolar, enquanto outras mantiveram o compromisso de realizar o transporte dos alunos das áreas rurais com utilização até de recursos próprios para cobrir as respectivas despesas. Dessa conjuntura surgiu a demanda de aperfeiçoamento da Lei nº 21.777, de 2015. Por meio da inclusão de novo parágrafo ao art. 3º, a proposição em estudo pretende permitir que os saldos remanescentes da execução das despesas ao final do exercício financeiro sejam utilizados, no mesmo exercício da transferência ou no exercício subsequente, em despesas diversas previstas na lei orçamentária municipal, caso haja atrasos nas transferências pelo Estado, até o montante dos recursos próprios utilizados pelo município no transporte escolar. Como afirmou a

Comissão de Constituição e Justiça, em análise preliminar, a proposta cria um mecanismo para corrigir eventual desequilíbrio causado nas finanças municipais, em face de uma situação anômala.

Verifica-se pela tabela apresentada anteriormente que, em 2019, o Estado conseguiu atingir o percentual de aproximadamente 99% de execução do programa, além de celebrar acordo com a Associação Mineira de Municípios – AMM –, com a mediação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG –, para regularização dos repasses dos anos anteriores, referentes a recursos devidos do ICMS, IPVA, Fundeb e transporte escolar, no montante de 7 bilhões.

Entretanto, independentemente do contexto atual, entendemos que o dispositivo sugerido pela proposição deve ser acolhido como aprimoramento necessário da Lei nº 21.777, de 2015, com o intuito de resguardar os municípios de eventuais prejuízos decorrentes de situações que comprometam a regularidade dos repasses de recursos do transporte escolar de responsabilidade legal do Estado, em face de situações futuras semelhantes às ocorridas no período de 2016 a 2018.

Corroboramos as alterações propostas pela Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do Substitutivo nº 1, que, mantendo o teor da proposta original, traz aprimoramentos necessários de técnica legislativa e acrescenta novo mecanismo que prevê melhor controle a cargo do Estado e transparência das despesas efetuadas pelo município que optar por utilizar a compensação descrita no § 8º do art. 3°.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.243/2018, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Betão, relator – Beatriz Cerqueira, presidenta – Professor Cleiton – Bartô.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 232/2019

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do deputado Charles Santos, a proposição em epígrafe altera a Lei nº 16.669, de 8 de janeiro de 2007, que estabelece normas para a adoção de material didático-escolar pelos estabelecimentos de educação básica da rede particular, e a Lei nº 12.781, de 6 de abril de 1998, que proíbe a cobrança de taxa ou mensalidade em escola pública.

A proposição foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original, e à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

Vem agora o projeto a esta comissão, a quem cabe apreciar o seu mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VI, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em exame propõe a alteração da Lei nº 16.669, de 2007, e da Lei nº 12.781, de 1998, com vistas a complementar o alcance das referidas normas no que concerne aos direitos dos alunos relativamente às condições de aquisição e utilização do material didático-escolar necessário à participação nas atividades pedagógicas.

A Lei 16.669, de 2007, veio tempestivamente suprir uma crescente demanda por parte de pais de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino da rede particular acerca da necessidade de instituição formal de regras que evitassem prejuízos financeiros aos pais ou responsáveis, ocasionados por exigências indevidas ou procedimentos inadequados eventualmente adotados pelas escolas com relação à aquisição de material escolar. A discussão, à época, foi embasada por um amplo debate com

representantes de pais de alunos, de escolas e de órgãos de proteção e defesa do consumidor, que recebiam constantemente denúncias de práticas abusivas por parte de estabelecimentos de ensino. Posteriormente, a Lei Federal nº 9.070, de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências, com as modificações da Lei nº 12.886, de 2013, estabeleceu, no § 7º do art. 1º, que é nula cláusula contratual que obrigue o contratante ao pagamento adicional ou ao fornecimento de qualquer material escolar de uso coletivo dos estudantes ou da instituição, necessário à prestação dos serviços educacionais contratados, devendo os custos correspondentes ser sempre considerados nos cálculos do valor das anuidades ou das semestralidades escolares.

Com o amparo das referidas normas e também de normas municipais, além dos entendimentos firmados pelos Procons, houve queda no número de reclamações ao longo do tempo. No entanto, estes órgãos ainda recebem muitas denúncias, especialmente no que se refere à inclusão de itens de uso coletivo nas listas de material escolar e em relação às quantidades solicitadas. Essa conjuntura indica que, mesmo sob o manto da legislação, as ações de fiscalização devem ser mantidas e aprimoradas, com o acompanhamento da sociedade.

Saliente-se que as leis citadas – nºs 16.669 e 12.886 – dizem respeito à rede particular de ensino. No entanto, muitas vezes os problemas relativos à lista de material escolar referidos afetam também os alunos das escolas públicas, pois os programas suplementares de material didático-escolar que devem ser mantidos pelas redes de ensino, nos termos do inciso VIII do art. 4º da Lei nº 9.394, de 1996, atendem preponderantemente as demandas por livros, apostilas e outros materiais didáticos, ou seja, os materiais de caráter instrucional. O material escolar, considerado como o conjunto de insumos à realização das atividades pedagógicas, nem sempre é fornecido de forma abrangente e contínua em programas governamentais e as escolas têm de solicitar sua aquisição pelos pais ou responsáveis pelos alunos.

Assim, consideramos acertada a proposição em estudo, ao propor a inclusão na Lei nº 12.781, de 1998, de dispositivos semelhantes aos propostos para a Lei nº 16.669, com o objetivo de salvaguardar expressamente os direitos dos alunos matriculados em escolas públicas contra eventuais práticas abusivas que poderiam ocorrer na relação entre a instituição e os estudantes, no que tange à formulação da lista de material escolar e as condições de sua utilização.

Pelas razões aduzidas, somos favoráveis ao contido na proposição em estudo. Porém, entendemos que é necessário efetuar pequenos ajustes na redação, com o intuito de tornar mais claro seu escopo e aprimorá-lo do ponto de vista da técnica legislativa, o que fazemos por meio do Substitutivo nº 1. Entendemos que a aplicação do disposto no caput do art. 6-A e em seu § 1º deve caracterizar mais claramente a situação em que o material escolar é adquirido às expensas do aluno. Além disso, nos casos em que o material escolar é fornecido por meio de programas universais ou pela caixa escolar, a distribuição pode prever a utilização comunitária e a reutilização, a depender da espécie do material e de sua finalidade. Tais ressalvas se mostram convenientes para evitar inadequações nas políticas de distribuição de material didático-escolar, que possui regramento específico conforme o órgão gestor.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 232/2019, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado a seguir.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera a Lei nº 16.669, de 8 de janeiro de 2007, que estabelece normas para a adoção de material didático-escolar pelos estabelecimentos de educação básica da rede particular, e a Lei nº 12.781, de 6 de abril de 1998, que proíbe a cobrança de taxa ou mensalidade em escola pública.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado ao art. 2º da Lei nº 16.669, de 8 de janeiro de 2007, o seguinte § 2º, passando seu parágrafo único a vigorar como § 1º:

"Art. 2º – (...)

§ 2º – O material escolar não utilizado durante o ano letivo será devolvido ao aluno.".

Art. 2º – Ficam acrescentados à Lei nº 12.781, de 6 de abril de 1998, os seguintes arts. 6º-A e 6º-B:

"Art. 6º-A – No caso de material escolar solicitado pela escola e adquirido às expensas do aluno ou de seus pais ou responsáveis, será dada opção pelo fornecimento integral do material no início do ano letivo ou ao longo do semestre, conforme cronograma semestral básico de utilização divulgado pela escola.

Parágrafo único – O material escolar de que trata do *caput* não utilizado durante o ano letivo será devolvido ao aluno.

Art. 6-B – É vedado à escola solicitar de qualquer membro da comunidade escolar o fornecimento de itens de limpeza, de higiene, de expediente e outros que não se vinculem diretamente às atividades desenvolvidas no processo de aprendizagem.".

Art. 3º – O art. 7º da Lei nº 12.781, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º – O agente público que descumprir o disposto nesta lei será responsabilizado administrativamente, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.".

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Professor Cleiton, relator – Beatriz Cerqueira, presidenta – Betão – Bartô (voto contrário).

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 907/2019

Comissão de Desenvolvimento Econômico

Relatório

De autoria do deputado Celinho Sintrocel, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a obrigatoriedade de permanência de fisioterapeuta nas unidades de terapia intensiva – UTIs – adulto, neonatal e pediátrico, no âmbito do Estado, e dá outras providências.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde, de Desenvolvimento Econômico e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. A Comissão de Constituição e Justiça apreciou preliminarmente a proposição e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Por sua vez, a Comissão de Saúde, principal colegiado de mérito, opinou pela aprovação do projeto de lei na forma do Substitutivo nº 2 apresentado.

Por semelhança de objeto, de acordo com o art. 173, § 2º, do Regimento Interno, foi anexado à proposição em análise o Projeto de Lei nº 1.188/2019, de autoria do deputado Professor Wendel Mesquita.

Vem, agora, a matéria a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, XIII, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise determina que as unidades de terapia intensiva do Estado mantenham em seus quadros a presença de, no mínimo, um fisioterapeuta para cada 10 leitos, nos turnos matutino, vespertino e noturno, equivalendo a uma cobertura de 24 horas. Além disso, no seu art. 2º, o projeto estabelece condições para a atuação do profissional de fisioterapia nas UTIs.

A Comissão de Constituição e Justiça não vislumbrou impedimentos jurídico-constitucionais à aprovação da matéria e sugeriu, por meio do Substitutivo nº 1, que apresentou, adequações a dispositivo da proposição que determinava as condições e os requisitos da presença do fisioterapeuta nas UTIs, remetendo-os a regulamentação por instrumento infralegal.

A Comissão de Saúde analisou, em seu parecer, o conceito estrutural de UTI, bem como sua tipologia e a governança jurídica à qual se submete. Tratou também de se posicionar favoravelmente à atuação do fisioterapeuta em terapia intensiva, em plantão de 24 horas, em consonância com o atual entendimento oficial do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, justificando tal posicionamento em duas razões básicas: a redução do tempo médio de permanência do paciente na UTI e a redução dos custos das unidades hospitalares.

A Comissão de Saúde entendeu, ainda, ser necessário compatibilizar o projeto de lei em análise com a legislação federal, no que se refere às exigências de titulação específica dos profissionais previstas no texto original da proposição, além de estender o pretendido alcance da norma também à rede de UTIs de hospitais particulares, no Estado, com o objetivo de garantir isonomia, na provisão dos serviços, entre as unidades hospitalares públicas e privadas.

Do ponto de vista do mérito econômico, entendemos ser provável que uma melhor relação custo *versus* efetividade possa realmente existir, em razão da adoção, nas UTIs estaduais, do regime de plantão integral dos profissionais de fisioterapia, o que, potencialmente, se refletiria em três aspectos: a economia de recursos financeiros dispendidos pelo Estado, em razão da alegada redução do tempo médio de permanência do paciente na UTI; a redução, ainda que marginal, dos custos financeiros das administrações hospitalares, tanto da pública quanto da privada; e a garantia de manutenção de massa salarial e de postos de trabalho nesse microssegmento do mercado de profissionais de fisioterapia.

Cabe informar que, em resposta a diligência solicitada pela Comissão de Constituição e Justiça, dirigida à Secretaria de Estado de Saúde, o Despacho nº 807/2020/SES/GAB-ATOSLEG dessa secretaria, recebido em 5/11/2020, trouxe informações consolidadas e detalhadas sobre tipologias dos serviços de fisioterapia nas UTIs localizadas no Estado e um quadro de estabelecimentos hospitalares que os adotam.

Por determinação do § 3º do art. 173 do Regimento Interno, esta comissão deve também se pronunciar a respeito da proposição anexada ao projeto de lei em análise. A referida proposição estabelece obrigações similares às do projeto em comento, estendendo as determinações também às UTIs privadas, o que foi incorporado no Substitutivo nº 2, apresentado pela comissão que nos antecedeu. Todos os argumentos analisados neste parecer se aplicam também à proposição anexada, tendo em vista a semelhança existente entre ambas.

Entretanto, com o fito de adequar a proposição à técnica legislativa apropriada, entendemos ser necessário propor o Substitutivo nº 3, que apresentamos a seguir.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do projeto de Lei nº 907/2019, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 3, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 3

Dispõe sobre a permanência de profissional fisioterapeuta nas unidades de terapia intensiva – UTIs.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – No atendimento dos usuários de serviços de saúde nas unidades de terapia intensiva – UTIs – no Estado, adotar-se-á como diretriz a manutenção da presença de no mínimo um fisioterapeuta para cada 10 leitos, nos turnos matutino, vespertino e noturno, perfazendo um total de 24 horas.

Parágrafo único – As condições e requisitos para a efetivação do que determina o *caput* deste artigo devem ser dispostos em regulamento.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Laura Serrano, presidente e relatora – Virgílio Guimarães – Dalmo Ribeiro Silva – Mauro Tramonte.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.136/2019

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do deputado Alencar da Silveira Jr., a proposição em epígrafe modifica a Lei nº 14.486, de 9 de dezembro de 2002, que disciplina o uso de telefone celular em salas de aula, teatros, cinemas e igrejas.

A proposição foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia e à Comissão de Cultura. A primeira delas, em seu exame preliminar, concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora o projeto a esta comissão, a quem cabe apreciar o seu mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VI, do Regimento Interno.

Fundamentação

Em essência, o projeto em análise torna mais rígidas as proibições contidas na Lei Estadual nº 14.486, de 2002. Para tanto, propõe alterar o art. 1° da Lei Estadual nº 14.486, de 2002, com o intuito de vedar qualquer tipo de uso de aparelhos de telefonia celular em teatros, cinemas, igrejas, salas de aula e bibliotecas. Também prevê afixação de cartazes informando sobre a proibição na entrada e no interior desses recintos e a aplicação de multa aos proprietários ou responsáveis pelos recintos em caso de descumprimento das determinações contidas na proposição.

Esta comissão entende que sua análise deve se restringir aos comandos relativos a ambientes de estudos, já que a Comissão de Cultura poderá analisar com mais propriedade os possíveis impactos da proposição nos outros ambientes. Em salas de aula, o projeto prevê a proibição de qualquer tipo de uso de aparelhos celulares e de outros aparelhos eletrônicos, salvo quando destinados ao acompanhamento de atividades pedagógicas.

Tendo em vista a ampla gama de funções desempenhadas pelos aparelhos celulares e a relevância destes para o cotidiano das pessoas, parece-nos que as disposições atuais da Lei Estadual nº 14.486, de 2002, são suficientes para garantir o adequado uso de aparelhos eletrônicos em ambientes de estudos.

Estamos de acordo com o posicionamento adotado pela Comissão de Constituição e Justiça: a vedação da conversação ou do uso do dispositivo sonoro dos celulares em ambientes de estudo são medidas que encontram amparo no princípio da razoabilidade, já que essas condutas podem de fato perturbar as atividades desenvolvidas nesses recintos. No entanto, se o uso desses aparelhos em ambientes de estudo, ainda que não diretamente vinculados a atividades pedagógicas, não perturba os demais presentes, não parece razoável estabelecer proibições.

Apesar de entender que as proibições contidas na proposição não seriam razoáveis, a Comissão de Constituição e Justiça julgou que algumas de suas disposições poderiam aprimorar a Lei Estadual nº 14.486, de 2002. Assim, apresentou o Substitutivo nº 1, que prevê a afixação de cartazes com mensagens sobre o uso de aparelhos previsto pela lei em questão, bem como a estipulação de multa àqueles que utilizarem o celular ou outros aparelhos eletrônicos em desconformidade com o referido diploma.

Entendemos que as alterações promovidas pelo substitutivo apresentado sanam as deficiências da proposição em relação ao uso de celulares e de outros aparelhos eletrônicos em ambientes de ensino. Desse modo, somos favoráveis à aprovação da matéria na forma do substitutivo em questão.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.136/2019, no 1° turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Professor Cleiton, relator – Beatriz Cerqueira, presidenta – Betão – Bartô (voto contrário).

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.138/2019

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Relatório

De autoria do deputado João Leite, o projeto de lei em epígrafe "dispõe sobre os procedimentos para comunicação de notificação de autuação decorrente de infração de trânsito".

Publicado no *Diário do Legislativo* de 24/9/2019, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Administração Pública.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição, na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Agora, vem o projeto a este órgão colegiado para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, IV, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende, em síntese, garantir que o proprietário do veículo ou o infrator devidamente identificado sejam comunicados do auto de infração de trânsito nos prazos e condições previstos na legislação nacional.

Estabelece que a comprovação da ciência da notificação de autuação de trânsito poderá ser feita por qualquer meio ou mecanismo tecnológico disponível que permita a constatação de seu recebimento pelo proprietário do veículo ou pelo condutor infrator, nos termos de regulamento. E que, somente após o transcurso do prazo de 30 dias para emissão da notificação ou constatada a impossibilidade de comprovação de sua ciência, o Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – poderá valer-se da publicação de edital.

A Comissão de Constituição e Justiça, ao se manifestar pela constitucionalidade da matéria, considerou que o projeto não estabelece regras de trânsito, mas versa sobre o procedimento administrativo de notificação de infração de trânsito, razão pela qual não invade a esfera privativa da União prevista no art. 22, XI, da Constituição da República.

De fato, do exame da jurisprudência que se firmou no Supremo Tribunal Federal, a partir do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.374, do Estado do Espírito Santo, na qual se discutiu a validade constitucional de norma estadual que "estabelecia a obrigatoriedade de cobrança de multas aplicadas pelo Detran e DER somente após o recebimento de notificação via Correios", ficou evidenciado que a matéria pode ser regrada pelos estados da Federação, sem incorrer em invasão da competência privativa da União.

Como se vê, percebe-se que o projeto de lei em exame se harmoniza com a Constituição da República e com o art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, que prescreve ser direito do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, haja vista que garante o direito à ampla defesa por aquele que haja sido apontado como transgressor de uma regra de trânsito, ou seja, impõe à Administração que comprove a ciência da notificação de autuação de trânsito, por qualquer meio ou mecanismo tecnológico disponível que permita a constatação de seu recebimento pelo proprietário do veículo ou pelo condutor infrator, para, somente posteriormente, aplicar-se a multa.

Com o intuito de aprimorar a redação do projeto e torná-la mais clara e adequada aos prazos e condições estabelecidos na legislação de trânsito, apresentamos o Substitutivo nº 2, ao final redigido.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.138/2019, na forma do Substitutivo nº 2 a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 2

Dispõe sobre a comunicação de notificação de autuação por infração de trânsito.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – A notificação de autuação por infração de trânsito, emitida em decorrência da lavratura de auto de infração consistente, será comunicada ao proprietário do veículo ou ao infrator devidamente identificado nos prazos e condições previstos na legislação de trânsito e nesta lei.

Art. 2º – A notificação de autuação será emitida no prazo estabelecido na legislação de trânsito, exceto quando o auto de infração contiver a assinatura do infrator, hipótese em que este será considerado devidamente notificado no momento da lavratura do auto.

Art. 3º – A comprovação da ciência da notificação de autuação poderá ser feita por qualquer meio ou mecanismo tecnológico disponível que permita a constatação de seu recebimento pelo proprietário do veículo ou pelo condutor infrator, nos termos de regulamento.

Art. 4º – Transcorrido o prazo a que se refere o art. 2º e constatada a impossibilidade de comprovação de ciência da notificação de autuação, o Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – fará publicar, no diário oficial do Estado e em sua página na internet, edital contendo, pelo menos:

I – a identificação do veículo infrator e o local, a data e a hora em que a infração foi cometida;

II – a identificação do proprietário do veículo ou, quando possível, do condutor do veículo;

III – a especificação da infração cometida e da penalidade prevista;

IV – o prazo para apresentação de defesa de autuação.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Bartô, presidente e relator – Elismar Prado – Cleitinho Azevedo – Inácio Franco.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.381/2020

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do deputado João Leite, o Projeto de Lei nº 1.381/2020 “cria o Relatório Anual de Vitimização dos Agentes de Segurança Pública” e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública, para parecer.

Em sua análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Cabe agora a esta comissão analisar a matéria quanto aos seus aspectos de mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XV, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.381/2020 pretende criar o Relatório Anual de Vitimização dos Agentes de Segurança Pública, a ser elaborado anualmente pelo Poder Executivo com informações sobre homicídios ou tentativas de homicídio de que policiais e bombeiros militares, policiais civis, guardas civis, policiais penais ou agentes socioeducativos tenham sido vítimas e que tenham ocorrido durante o exercício do cargo respectivo ou fora dele. De acordo com a proposição, as informações deverão abranger também os homicídios consumados ou tentados, praticados contra servidores aposentados daquelas carreiras.

Conforme ressaltado na justificação do projeto, o registro da vitimização mostra-se "necessário para que tenhamos uma análise fidedigna da vitimização dos agentes de segurança pública (policiais militares, bombeiros militares, policiais civis, policiais técnico-científicos, policiais penais, guardas municipais e agentes socioeducativos)".

Ao analisar a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou o Substitutivo nº 1, que adequou o projeto à técnica legislativa ao propor o tratamento da matéria de vitimização de agentes públicos no âmbito da Lei nº 13.772, de 11/12/2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado.

Em relação aos aspectos sobre os quais compete a esta comissão se manifestar, entendemos que a criação do Relatório Anual de Vitimização dos Agentes de Segurança Pública é meritória e digna de elogios. A proposição, sem dúvida, aperfeiçoa a política de segurança pública do Estado. Isso porque, ao estabelecer a confecção do relatório de vitimização anual, a própria atuação do Poder Executivo poderá ser direcionada para fortalecer as regiões do Estado em que o número de crimes praticados contra os citados servidores esteja crescendo. Os servidores da segurança pública exercem atividade específica e, em prol da sociedade, estão dispostos a sacrificar a própria vida. Assim, tais servidores devem ser alvo de ações por parte do poder público que os protejam e diminuam ao máximo o risco de serem vítimas de homicídios ou tentativas de homicídio.

No entanto, apresentamos ao final deste parecer o Substitutivo nº 2, que além de ajustes de técnica legislativa, aprimora o conteúdo da proposição e retira os integrantes da guarda civil do rol de agentes públicos que constarão no relatório de vitimização, haja vista que essa instituição não é órgão de segurança pública estadual.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.381/2020, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, a seguir apresentado, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

SUBSTITUTIVO Nº 2

Altera a Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Os incisos III e IV do art. 4º da Lei nº 13.772, de 11 de dezembro de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º – (…)

III – o número de policiais civis, policiais militares, bombeiros militares, agentes de segurança penitenciários e agentes de segurança socioeducativos mortos em serviço, ou em razão dele, discriminando-se o local de trabalho e breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, da reserva ou aposentados, que foram mortos;

IV – o número de policiais civis, policiais militares, bombeiros militares, agentes de segurança penitenciários e agentes de segurança socioeducativos feridos em serviço, ou em razão dele, discriminando-se o local de trabalho e breve síntese do fato em que se envolveram, bem como o número desses servidores, da reserva ou aposentados, que foram feridos;".

Art. 2° – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente e relator – João Leite – Gustavo Santana – Delegado Heli Grilo.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.249/2020

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Relatório

De autoria dos deputados Guilherme da Cunha, Laura Serrano, Bartô, Antônio Carlos Arantes, Fernando Pacheco, Gil Pereira, Gustavo Valadares, Raul Belém, Roberto Andrade, Alencar da Silveira Jr., Celise Laviola, Inácio Franco, João Magalhães, Leonídio Bouças, Doorgal Andrada, Duarte Bechir e Virgílio Guimarães, a proposição em epígrafe regulamenta o art. 43, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor e tem por objetivo autorizar a comunicação da abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais do consumidor por meio de carta simples, por meio de correio eletrônico, mensagem de texto, aplicativo de troca de mensagens instantâneas, mensagem privada em perfil de rede social ou outro meio eletrônico equivalente.

Publicado no *Diário do Legislativo* de 5/11/2020, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para receber parecer, nos termos do art. 188 do Regimento Interno.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu, em exame preliminar, por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora o projeto a esta Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, IV, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em estudo pretende regulamentar o art. 43, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor, autorizando que a comunicação da abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais do consumidor seja feita por meio de carta simples, por meio de correio eletrônico, mensagem de texto, aplicativo de troca de mensagens instantâneas, mensagem privada em perfil de rede social ou outro meio eletrônico equivalente.

Ao analisar a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. O substitutivo buscou aprimorar a redação da proposição de acordo com a técnica legislativa.

Passemos, então, ao exame dos aspectos que a esta comissão compete analisar.

No que se refere ao mérito do projeto, este institui novas obrigações dirigidas aos fornecedores no que tange ao dever de comunicar a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo, o que se traduz no dever de informação previsto no art. 6º, III, do Código de Defesa do Consumidor.

A comunicação em tela, apesar de prevista de forma genérica no âmbito do Código de Defesa do Consumidor, exige disciplina específica sobre a forma como tais informações e cadastros serão estruturados, o que significa que a proposição ora analisada, no que tange ao seu mérito, está em linha com a Política Nacional de Defesa do Consumidor.

Outro ponto a se destacar é que tais cadastros tem o potencial de fomentar a concessão de crédito aos consumidores, o que pode se traduzir em taxas de juros mais baixas e maior poder de compras para a população de forma geral, também sendo relevante destacar que a maior clareza das informações obtidas em tais cadastros tende a prestigiar os bons pagadores, gerando maior segurança e estabilidade às relações entre fornecedores e consumidores.

Dessa forma, somos favoráveis à sua aprovação.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.249/2020 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 3 de dezembro 2020.

Bartô, presidente – Cleitinho Azevedo, relator – Elismar Prado – Inácio Franco.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.273/2020

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Relatório

De autoria do governador do Estado, o Projeto de Lei nº 2.273/2020 "dispõe sobre a Política de Estímulo à Cidadania Fiscal no Estado de Minas Gerais – Nota Fiscal Mineira".

Publicada no *Diário do Legislativo* de 21/11/2020, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição. Em cumprimento do disposto no art. 173, § 2º, do Regimento Interno, a esta proposição foi anexado o Projeto de Lei nº 2.565/2015, de autoria do deputado Inácio Franco, por conter matéria semelhante à da proposição em estudo. A ela, ainda estão anexados os Projetos de Lei nº 2.116/2015, do deputado Bosco, nº 3.779, do deputado Alencar da Silveira Jr. e nºs 5.228/2018 e 758/2019, do deputado Doutor Jean Freire.

Agora, vem o projeto a este órgão colegiado para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, IV, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em estudo dispõe sobre a Política de Estímulo à Cidadania Fiscal no Estado de Minas Gerais – Nota Fiscal Mineira –, que tem como finalidade promover a educação fiscal, a conscientização do papel social do tributo como viabilizador das políticas públicas e o exercício da cidadania fiscal pela união do governo e da sociedade na proteção às receitas públicas, incentivando e premiando o consumidor final pela exigência de emissão de documentos fiscais.

Para tanto, o projeto estabelece os objetivos da política e prevê a realização de sorteio para o pagamento de prêmio em dinheiro para consumidores finais pela exigência de emissão de Nota Fiscal Eletrônica – NF-e –, ou Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica – NFC-e –, bem como para entidades de assistência social sem fins lucrativos situadas no Estado, desde que atendidos determinados requisitos e efetuado cadastro na forma que especifica.

O projeto ainda prevê que os dados relativos ao referido cadastro estão protegidos pelo sigilo fiscal e serão tratados conforme a legislação aplicável à proteção de dados. Os demais dispositivos tratam, principalmente, sobre: a alocação das despesas decorrentes da implementação da Nota Fiscal Mineira, o cadastro do consumidor final no Portal da Nota Fiscal Mineira ou aplicativo,

as vedações à participação no programa, os documentos fiscais que geram direito ou não à participação, a emissão dos bilhetes para o sorteio, o pagamento do prêmio em dinheiro e a divulgação dos resultados de sorteios.

De acordo com a mensagem do governador que encaminha a proposta, o projeto de lei insere-se no cenário atual não apenas de cidadania fiscal, mas também de inovação na gestão pública, alinhado com as melhores práticas nacionais.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça entendeu que a matéria se insere no domínio de competência legislativa estadual e observa a iniciativa para a instauração do processo legislativo.

Nos termos do disposto no art. 102, IV, do Regimento Interno desta Casa, compete a esta comissão avaliar, entre outras, matérias relativas às relações entre o fisco e o contribuinte, com vistas à promoção de um relacionamento fundado em cooperação, respeito mútuo e parceria; à orientação e à educação do contribuinte e à fiscalização do cumprimento, pelo poder público estadual, das normas constitucionais de defesa dos direitos do contribuinte.

Entendemos que a Nota Fiscal Mineira é, de fato, uma iniciativa que promove a convergência de esforços entre o poder público e a sociedade na proteção das receitas públicas, favorecendo a conscientização da população sobre a função socioeconômica dos tributos e sobre os direitos do consumidor.

Cumpre também mencionar que a proposta se coaduna com os objetivos do Programa Nacional de Educação Fiscal, que visa promover e institucionalizar a educação fiscal. Nesse contexto, o projeto em análise prevê como finalidade da política, entre outras, a discussão nas escolas sobre a função social do tributo, os direitos do consumidor, a qualidade e o controle social do gasto público, com ênfase na receita e na despesa como garantia da oferta de bens e serviços públicos à sociedade.

Ademais, conforme manifestação da comissão que nos antecedeu, a proposta em exame é uma reformulação de um instrumento já instituído no âmbito do Estado (Minas Legal) que foi interrompido em 2015 e, embora tenha uma abrangência mais ampla, vem na esteira de diversos programas de créditos e premiação existentes em outros estados com finalidade de incremento de arrecadação por meio do estímulo à exigência de emissão de nota fiscal pelos consumidores.

Cumpre salientar que, desde o fim do Minas Legal, novas medidas de estímulo à cidadania fiscal já vinham sendo discutidas no âmbito desta Casa. O Projeto de Lei nº 2.565/2015, do deputado Inácio Franco, prevê a concessão de créditos do Tesouro do Estado aos adquirentes de mercadorias, bens e serviços de transporte interestadual e intermunicipal pela exigência de documento fiscal. Em razão da semelhança entre os projetos e, em vista da iniciativa privativa do governador para instituir programas de governo, o referido projeto, bem como os projetos a ele anexados, passaram a tramitar anexados ao projeto em exame.

No que se refere ao eventual impacto financeiro da proposição, este será avaliado na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária em momento oportuno.

Por fim, por determinação da Decisão Normativa da Presidência nº 12, de 2003, esta comissão deve também se pronunciar a respeito das proposições anexadas ao projeto de lei sob comento. Conforme anteriormente ressaltado, a proposta principal já alcança as pretensões do projeto anexado, bem como das proposições a ele anexadas, dada a semelhança de objeto que guardam entre si.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.273/2020.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Bartô, presidente e relator – Elismar Prado – Cleitinho Azevedo – Inácio Franco.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.073/2015

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do deputado Sargento Rodrigues, o projeto de lei em epígrafe pretende acrescentar artigos à Lei nº 13.772, de 11/12/2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado.

No decorrer da tramitação, foi anexado à proposição o Projeto de Lei nº 611/2019, por identidade ou semelhança, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

Aprovado no 1º turno na forma do Substitutivo nº 1, o projeto retorna a esta comissão para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 102, XV, combinado com o art. 189, do Regimento Interno.

A redação do vencido segue anexa a este parecer, conforme determina o § 1º do art. 189 do instrumento regimental.

Fundamentação

O projeto de lei em comento objetiva acrescentar artigos à Lei nº 13.772, de 2000 – que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado –, com vistas a ampliar o rol de indicadores a serem armazenados e publicados pelo poder público, por Região Integrada de Segurança Pública, e aprimorar a forma de publicação, inclusive com o envio dos dados ao Ministério Público e à Comissão de Segurança Pública da ALMG. Ainda é prevista no projeto a aplicação de penalidade administrativa e multa no caso de descumprimento das medidas previstas.

Quando da análise da proposição no 1º turno, a Comissão de Constituição e Justiça sustentou que a matéria é da competência normativa do Estado federado, a quem cabe organizar a sua própria atividade administrativa, nos termos do art. 18, combinado com o art. 25, § 1º, da Constituição da República de 1988. Destacou que o projeto corrobora o princípio da transparência dos atos da administração pública, principalmente no que tange à segurança pública e à atividade policial. Constatou a inexistência de vícios relativos à iniciativa do processo legislativo e concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição.

Esta comissão, por sua vez, ao manifestar-se no 1º turno de tramitação, ratificou que o projeto conforma-se com o art. 37 da Constituição da República e o art. 13 da Constituição Estadual, que preconizam a publicidade como um dos princípios da administração pública. Atende, do mesmo modo, ao art. 2º da Carta Mineira, que prevê, como objetivo prioritário do Estado, assegurar ao cidadão o exercício dos mecanismos de controle da legalidade e legitimidade dos atos do poder público e da eficácia dos serviços públicos. Destacou que o registro e a divulgação das informações previstas no projeto constituem medida necessária ao monitoramento e análise dos índices de criminalidade violenta no Estado, acentuando que o encaminhamento dos dados ao Ministério Público e à Comissão de Segurança Pública da ALMG contribuem para o exercício, respectivamente, das funções de controle externo da atividade policial e de fiscalização do cumprimento da função administrativa estatal. Ao final, com o objetivo de aprimorar a proposição, foi apresentado o Substitutivo nº 1.

Por sua vez, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária entendeu, ao exame da matéria em 1º turno, que a publicação de informações referentes aos índices de criminalidade não implica necessariamente o desenvolvimento de novos trabalhos ou ações que criem despesas, mas tão somente a consolidação, em relatórios, de informações já existentes. Nesse sentido, opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1.

O mencionado Substitutivo nº 1, apresentado por esta comissão e levado à apreciação do Plenário, deu forma ao vencido no 1º turno.

Assim, nos termos do vencido, serão publicados semestralmente o número de inquéritos policiais instaurados e concluídos, com especificação dos índices de resolutividade, e o número de Registros de Eventos de Defesa Social – Reds – que envolvam os crimes de homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, extorsão mediante sequestro seguida de morte e estupro seguido de

morte. Tais dados devem ser divulgados por Região Integrada de Segurança Pública, com a discriminação dos resultados de cada município e enviados ao Ministério Público e à Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa. O vencido ainda prevê a responsabilização administrativa e multa para o agente responsável no caso de descumprimento da previsão normativa, nos termos de regulamento.

Posto isso, cumpre-nos registrar, especificamente quanto ao mérito, que inexistem outras ou novas questões a serem salientadas neste turno de tramitação. Temos claro o entendimento de que o projeto aperfeiçoa a legislação em vigor e propicia melhores condições para o monitoramento e o direcionamento da política de segurança pública, pelo que consideramos oportuna sua aprovação.

De outro lado, devemos anotar que, posteriormente à análise realizada por esta comissão no 1º turno, foi anexado à proposição em tela o Projeto de Lei nº 611/2019, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pela Secretaria de Segurança Pública em relação à disponibilização e publicação de informações de segurança pública no Estado. Uma vez que, nos termos do art. 173, § 3º, do Regimento Interno, cabe a esta comissão se pronunciar também a respeito do projeto anexado, temos que todos os argumentos aqui apresentados se aplicam igualmente a ele, tendo em vista a semelhança que guarda com a proposição em análise.

Não obstante, entendemos necessário conferir alguns aperfeiçoamentos ao vencido, que não prejudicam seu cerne original, mas visam atribuir-lhe maior efetividade, além de melhor técnica legislativa e uniformidade, o que fazemos por meio de substitutivo. Nele, propomos a substituição da expressão "índice de resolutividade" pela expressão "taxa de elucidação", por tratar-se de indicador mais pertinente à área penal, bem como acolhemos dispositivo advindo do Projeto de Lei nº 611/2019, no sentido da apresentação de dados em números absolutos e em taxa por 100.000 habitantes.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.073/2015 na forma do seguinte Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera a Lei n° 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam acrescentados à Lei n° 13.772, de 11 de dezembro de 2000, os seguintes arts. 4º-A, 4º-B e 4º-C:

"Art. 4º-A – Serão publicados, semestralmente, o número de inquéritos policiais instaurados e concluídos, com especificação da taxa de elucidação, e o número de Registros de Eventos de Defesa Social – Reds –, que envolvam os seguintes crimes:

I – homicídio;

II – latrocínio;

III – lesão corporal seguida de morte;

IV – extorsão mediante sequestro seguida de morte;

V – estupro seguido de morte.

Art. 4º-B – Os dados de que trata esta lei serão divulgados para consulta na internet pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e enviados ao Ministério Público estadual e à Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa.

Parágrafo único – A apresentação dos dados a que se refere o *caput* será feita por Região Integrada de Segurança Pública, com a discriminação dos resultados de cada município e a indicação dos números absolutos e em taxa por 100.000 (cem mil) habitantes.

Art. 4º-C – A sonegação, a retenção, o desvio ou a subtração dos dados de que trata esta lei, bem como o impedimento ou o atraso quanto ao seu fornecimento, implicam responsabilização administrativa e multa para o agente responsável, nos termos de regulamento, limitada a 10.000 Ufemgs (dez mil Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais), sem prejuízo das demais sanções legais.".

Art. 2º – Fica revogado o parágrafo único do art. 4º da Lei n° 13.772, de 2000.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite, relator – Gustavo Santana –Delegado Heli Grilo.

PROJETO DE LEI Nº 1.073/2015

(Redação do Vencido)

Altera a Lei n° 13.772, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam acrescentados à Lei n° 13.772, de 11 de dezembro de 2000, os seguintes arts. 4º-A, 4º-B e 4º-C:

"Art. 4º-A – Serão publicados, semestralmente, o número de inquéritos policiais instaurados e concluídos, com especificação dos índices de resolutividade, e o número de Registros de Eventos de Defesa Social – Reds –, que envolvam os seguintes crimes:

I – homicídio;

II – latrocínio;

III – lesão corporal seguida de morte;

IV – extorsão mediante sequestro seguida de morte;

V – estupro seguido de morte.

Art. 4º-B – Os dados de que trata esta lei serão publicados no diário oficial do Estado de Minas Gerais e divulgados para consulta na internet pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, pela Polícia Civil e pela Polícia Militar, bem como enviados ao Ministério Público estadual e à Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa.

Parágrafo único – A apresentação dos dados a que se refere o caput será feita por Região Integrada de Segurança Pública, com a discriminação dos resultados de cada município.

Art. 4º-C – A sonegação, a retenção, o desvio ou a subtração dos dados de que trata esta lei, bem como o impedimento ou o atraso quanto ao seu fornecimento, implicam responsabilização administrativa e multa para o agente responsável, nos termos de regulamento específico, limitada a 10.000 Ufemgs (dez mil Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais), sem prejuízo das demais sanções legais.".

Art. 2º – Fica revogado o parágrafo único do art. 4º da Lei n° 13.772, de 2000.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.858/2015

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do deputado Elismar Prado, a proposição em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 979/2011, visa alterar a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, substituindo o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI – como índice oficial de atualização da Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais – Ufemg – pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Conforme determinado pela Presidência, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, por guardarem semelhança entre si, houve anexação a esta proposição do Projeto de Lei nº 2.276/2020, de autoria do governador do Estado.

A proposição foi aprovada no 1º turno na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda no 1, e retorna a este órgão colegiado para dele receber parecer para o 2º turno, conforme dispõe o art. 189, combinado com o art. 102, inciso VII, do Regimento Interno.

Em observância ao disposto no § 1º do art. 189 do mencionado regimento, transcrevemos, no final, a redação do vencido, que faz parte deste parecer.

Fundamentação

O projeto de lei em análise tem o objetivo de alterar o § 4º do art. 224 da Lei nº 6.763, de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado. Na forma que vigora atualmente, o citado § 4º do art. 224 determina que o valor da Ufemg será atualizado anualmente pela variação positiva do IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, ou de outro índice que vier a substituí-lo, ocorrida no período compreendido entre novembro de um ano e outubro do ano seguinte. Com a modificação proposta pelo projeto, a atualização da Ufemg passaria a se dar somente pelo IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, ou outro índice que vier a substituí-lo.

Já a proposição anexada, o Projeto de Lei nº 2.276/2020, de autoria do governador do Estado, objetiva que a atualização da Ufemg passe a se dar pelo IPCA, apurado pelo IBGE, sempre que sua variação positiva for menor que a variação positiva do IGP-DI. Assim, haverá a possibilidade de se usar um dos dois índices. Já o § 7º, que se pretende acrescentar ao art. 224 da Lei nº 6.763, de 1975, determina que, na hipótese de substituição de IGP-DI ou do IPCA por outro índice, pelas entidades que os apuram, será observada a variação desse novo índice para efeito do disposto na alteração pretendida no § 4º.

Durante a tramitação no 1º turno, as comissões que analisaram o projeto concluíram que ele, embora bem-intencionado, não teria efetividade se aprovado na forma proposta. Já em relação à proposição anexada, entendeu-se que ela assegura de forma mais eficiente as intenções do autor do projeto principal. Assim, a matéria foi aprovada na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, acatada por esta comissão na tramitação em 1º turno.

Mantemos o nosso entendimento, já emitido no 1º turno, de que a proposição é benéfica e justa para o contribuinte e que, do ponto de vista financeiro e orçamentário, não há que se falar em renúncia de receita, para os fins do disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT – e no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ainda assim, a fim de realizar adequações que consideramos necessárias, apresentamos substitutivo.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.858/2015, no 2º turno, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera o art. 224 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências, e o art. 17 da Lei nº 14.941, de 29 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O § 4º do art. 224 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação, e fica acrescentado ao mesmo artigo o § 7º a seguir:

"Art. 224 – (...)

§ 4º – O valor da Ufemg será atualizado anualmente pela variação positiva do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI –, da Fundação Getúlio Vargas, ou do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA –, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, ocorrida no período compreendido entre novembro do ano anterior e outubro do ano corrente, prevalecendo o índice que tenha apresentado a menor variação positiva acumulada no período e desprezando-se eventuais variações negativas acumuladas dos referidos índices.

(...)

§ 7º – Para efeito do disposto no § 4º, na hipótese de substituição do IGP-DI ou do IPCA por outro índice pela entidade que o estabelece, será observada a variação do novo índice.".

Art. 2º – O § 4º do art. 17 da Lei nº 14.941, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação, e fica acrescentado ao mesmo artigo o § 5º a seguir:

"Art. 17 – (…)

§ 4º – Relativamente às doações ocorridas anteriormente à publicação desta lei, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos a contar do exercício seguinte ao da ocorrência do fato gerador para promover o lançamento do crédito tributário, desde que o lançamento tenha sido efetuado até o dia 1º de janeiro de 2018.

§ 5º – Expirado qualquer dos prazos a que se referem os §§ 3º e 4º sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se extinto o crédito tributário, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.".

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Glaycon Franco, presidente – Laura Serrano, relatora – Hely Tarquínio – Sargento Rodrigues – Virgílio Guimarães.

PROJETO DE LEI Nº 1.858/2015

(Redação do Vencido)

Altera o art. 224 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O § 4º do art. 224 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescentado ao mesmo artigo o § 7º a seguir:

"Art. 224 – (...)

§ 4º – O valor da Ufemg será atualizado anualmente pela menor dentre as variações positivas do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, ou do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, desprezando-se eventuais variações negativas dos referidos índices, ocorrida no período compreendido entre novembro de um ano e outubro do ano seguinte.

(...)

§ 7º – Na hipótese de substituição do IGP-DI ou do IPCA por outro índice, pela entidade que o estabelece, para os efeitos do disposto no § 4º será observada a variação do novo índice.".

Art. 2º – O § 4º do art. 17 da Lei nº 14.941, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a redação que segue, ficando o artigo acrescentado do seguinte § 5º:

"Art. 17 – (…)

§ 4º – Relativamente às doações ocorridas anteriormente à publicação da Lei nº 14.941, de 29 de dezembro de 2003, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos a contar do exercício seguinte ao da ocorrência do fato gerador para promover o lançamento do crédito tributário, desde que efetuado até o dia 1º de janeiro de 2018.

§ 5º – Expirado o prazo a que se referem os §§ 3º e 4º sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se extinto o crédito tributário, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.".

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.006/2019

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do governador do Estado, a proposição em epígrafe autoriza a Universidade do Estado de Minas Gerais a doar ao Município de Belo Horizonte o imóvel que especifica, para implantação de via pública.

Aprovada no 1º turno na forma do Substitutivo nº 1, retorna agora a proposição a esta comissão para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189, combinado com o art. 102, VI, do Regimento Interno.

Conforme determina o § 1º do mesmo art. 189, segue, anexa, a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

O projeto de lei em análise autoriza a Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – a doar ao Município de Belo Horizonte o imóvel com área de 1.314,86m2, a ser desmembrada em função do parcelamento do Lote nº 003-A do quarteirão 61 do Bairro União, situado nesse município, registrado sob o nº 78.339 do Livro nº 2, no Cartório do 4° Oficio de Registro de Imóveis de Belo Horizonte, de acordo com a aprovação da planta CP-237-093-F. A doação da área em questão tem por objetivo a construção de via pública no local.

A Comissão de Constituição e Justiça promoveu adequações à proposição por meio do Substitutivo nº 1, que foi ratificado pela Comissão de Administração Pública e por esta Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. O Plenário da Casa também votou pela aprovação da proposição na forma do citado substitutivo.

Ao ser a proposição remetida para análise desta comissão no 2º turno, mantemos o entendimento de que a doação pretendida não trará impactos à Uemg e à sua política educacional. Além disso, a obra pretendida pelo município de Belo Horizonte poderá contribuir para melhorar o trânsito de importantes corredores viários do município.

Assim, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto de lei em tela.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.006/2019, no 2º turno, na forma do vencido em 1º turno.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Beatriz Cerqueira, relatora e presidenta – Betão – Professor Cleiton.

PROJETO DE LEI Nº 1.006/2019

(Redação do Vencido)

Autoriza a Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – a doar ao Município de Belo Horizonte o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° – Fica a Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – autorizada a doar ao Município de Belo Horizonte o imóvel com área de 1.314,86m2 (um mil trezentos e quatorze vírgula oitenta seis metros quadrados), a ser desmembrada, em função do parcelamento do lote nº 3-A do quarteirão 61 do Bairro União, conforme descrição no Anexo desta lei, do imóvel com área de 29.267,20m² (vinte e nove mil duzentos e sessenta e sete vírgula vinte metros quadrados), doado à Uemg nos termos da Lei nº 13.688, de 28 de julho de 2000, situado à Avenida José Cândido da Silveira, nº 12.602, naquele município, registrado sob o nº 78.339, no Livro nº 2, no Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte.

Parágrafo único – O imóvel descrito no *caput* destina-se à implantação de via pública.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio da Uemg se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.214/2019

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Charles Santos, dispõe sobre a política estadual de valorização da vida nas escolas de Minas Gerais.

Aprovada no 1º turno na forma do Substitutivo nº 1, retorna agora a proposição a esta comissão para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 189, combinado com o art. 102, VI, do Regimento Interno.

Conforme determina o § 1º do art. 189 do Regimento Interno, segue anexa a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa implementar política de valorização da vida nas escolas públicas e privadas. A política tem como escopo alertar a comunidade escolar a respeito da situação emocional das crianças e adolescentes e promover ações de prevenção a comportamentos de risco, como automutilação e suicídio.

No primeiro turno de tramitação da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou as Emendas nºs 1 a 3 à proposição em estudo, a fim de adequar o texto quanto a aspectos jurídicos e de técnica legislativa. Esta comissão de mérito, por sua vez, apresentou o Substitutivo nº 1, para que os dispositivos da proposição estivessem alinhados à legislação na área de saúde mental e englobassem a promoção da saúde emocional dos alunos.

Diante da ausência de fatos supervenientes que justifiquem nova abordagem do assunto, mantemos o posicionamento adotado no 1º turno de tramitação da matéria, a favor da aprovação do projeto em estudo na forma do vencido em 1º turno no Plenário.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.214/2019, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Beatriz Cerqueira, relatora e presidenta – Betão – Professor Cleiton.

PROJETO DE LEI Nº 1.214/2019

(Redação do Vencido)

Institui a política estadual de valorização da vida, a ser implementada na rede estadual de ensino.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a política estadual de valorização da vida, a ser implementada na rede estadual de ensino.

§ 1º – A política instituída por esta lei abrangerá ações do Estado voltadas para a promoção da saúde emocional dos alunos e para a prevenção da violência autoprovocada.

§ 2º – Para efeito do disposto nesta lei, consideram-se formas de violência autoprovocada o ato de automutilação, com ou sem ideação suicida, a tentativa de suicídio e o suicídio consumado.

Art. 2º – São diretrizes da política de que trata esta lei:

I – desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos alunos;

II – fortalecimento da escola como um ambiente acolhedor, que ofereça à comunidade escolar espaços de expressão, protagonismo e inclusão;

III – promoção da paz no ambiente escolar, nos termos da Lei nº 23.366, de 25 de Julho de 2019;

IV – disseminação de informações sobre saúde mental que possibilitem a compreensão do sofrimento psicológico e da violência autoprovocada como problemas de saúde pública passíveis de prevenção;

V – disponibilização de espaços de escuta e acolhimento das demandas emocionais dos alunos;

VI – envolvimento das famílias, apresentando-lhes informações sobre os riscos, os sinais e a prevenção do sofrimento psicológico de crianças e adolescentes;

VII – acompanhamento pelas equipes multiprofissionais previstas na Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019;

VIII – articulação com a rede pública de saúde para o atendimento dos alunos em sofrimento psicológico ou com risco de violência autoprovocada, quando for o caso;

IX – notificação dos casos suspeitos ou confirmados de violência autoprovocada, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER SOBRE A EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 3.578/2016

Comissão de Desenvolvimento Econômico

Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria dos deputados Antonio Carlos Arantes e Dalmo Ribeiro Silva, dispõe sobre a política estadual de estímulo, incentivo e promoção ao desenvolvimento local de *startups*.

A matéria foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Ciência e Tecnologia, de Desenvolvimento Econômico e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para parecer.

A Comissão de Constituição e Justiça, em análise preliminar, concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto na forma apresentada.

Posteriormente, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, ao analisar o mérito da matéria, opinou pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Esta Comissão de Desenvolvimento Econômico concluiu pela aprovação da proposição na forma do substitutivo apresentado pela comissão que a antecedeu.

Por fim, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou.

Na fase da discussão do projeto em 1º turno, foi apresentada em Plenário a Emenda no 1, do deputado André Quintão, que vem a esta comissão para dela receber parecer, nos termos do art. 188, § 2º, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise tem por objetivo instituir a política estadual de estímulo, incentivo e promoção ao desenvolvimento local de *startups*.

A Comissão de Constituição e Justiça não encontrou impedimentos ao andamento do projeto. Concluiu, assim, pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto na forma original.

Já a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia apontou que o texto original padecia de vícios à sua aprovação na forma original. Assim, apresentou o Substitutivo nº 1, que buscou sanar tais problemas.

Esta comissão, em seu parecer, destacou a importância do tema. Concordou com os aperfeiçoamentos do Substitutivo nº 1, na forma do qual opinou pela aprovação do projeto.

Já a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária apresentou o Substitutivo nº 2, em que promoveu amplas modificações na matéria, indo além do escopo do projeto original e do Substitutivo nº 1. Dessa forma, opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2.

A emenda em análise visa suprimir os artigos 10 a 15 do Substitutivo nº 2. Esses artigos tratam de figuras para uso de contratações públicas para apoio a entidades que desenvolvam tecnologia, incluindo as *startups*.

Considerando que esse mecanismo pode ser importante para o apoio público ao desenvolvimento de novas tecnologias e modelos de negócios, julgamos adequado rejeitar a emenda, para que o mecanismo seja preservado.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada em Plenário, ao Projeto de Lei nº 3.578/2016.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2020.

Laura Serrano, presidente e relatora – Virgílio Guimarães (voto em branco) – Dalmo Ribeiro Silva – Mauro Tramonte.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a Terra da Sobriedade – Associação de Atenção à Dependência Química pelos 18 anos de sua criação (Requerimento nº 5.727/2020, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com a Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – pelos expressivos resultados obtidos por seus alunos na edição de 2019 do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade (Requerimento nº 6.691/2020, da Comissão de Educação);

de congratulações com a Sra. Zélia Maria Profeta da Luz pela importância de seus trabalhos na área de pesquisa no Estado (Requerimento nº 6.701/2020, da Comissão de Educação);

de congratulações com a Sra. Rosy Mary dos Santos Isaias, professora do Departamento de Botânica do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, por sua relevante atuação na área de ciência, tecnologia e inovação (Requerimento nº 6.702/2020, da Comissão de Educação);

de congratulações com a Sra. Luciana Maria Silva, pesquisadora da Fundação Ezequiel Dias e fundadora da Liga de Ciência Preta Brasileira, pelos relevantes serviços prestados na área de ciência, tecnologia e inovação (Requerimento nº 6.703/2020, da Comissão de Educação);

de congratulações com o Instituto René Rachou – Fiocruz Minas, com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – e com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC – pela publicação de uma edição temática da revista *Ciência & cultura* com foco no rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho (Requerimento nº 6.706/2020, da Comissão de Educação);

de congratulações com a Escola Estadual Dr. Luiz Pinto de Almeida pela obtenção do 2º lugar no Prêmio Gestão Escolar 2020 da Secretaria de Estado de Educação (Requerimento nº 6.711/2020, da Comissão de Educação).

REQUERIMENTOS APROVADOS

REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 6.390/2017

A Comissão de Participação Popular requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para a criação de coordenações interinstitucionais de atuação regionalizada, com participação de representantes de empreendimentos de economia solidária de catadores de materiais recicláveis, com a finalidade de coordenar ações governamentais e produzir estímulos à consolidação da cadeia produtiva de reciclagem no Estado.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2016.

Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 6.500/2020*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações consubstanciadas nas cópias dos contratos de cogestão celebrados pela secretaria com as empresas privadas que realizam a gestão das unidades socioeducativas no Estado, na lista dos processos trabalhistas que têm como partes processuais tais empresas e no número de adolescentes atendidos por elas durante o contrato de gestão.

Requer, ainda, sejam solicitadas informações sobre os valores iniciais e de aditamento dos contratos de cogestão no regime de semiliberdade e de privação de liberdade no sistema socioeducativo, firmados com as entidades Pemse e Ijuci/Avante Social e com outras entidades que realizam o mesmo serviço no Estado, tendo em vista denúncias, recebidas por esta comissão, de realização de aditivos nos contratos relativos às casas de semiliberdade e ao Centro Socioeducativo de Passos, cujo valor inicial passou de R$9.669.072,62 para R$21.459.084,64, representando um acréscimo de mais de 100%, e considerando-se que um dos argumentos para defesa da implantação da cogestão do sistema socioeducativo diz respeito à economia que essa medida traria ao Estado.

* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 3/12/2020.

REQUERIMENTO Nº 6.693/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Cristiano Silveira aprovado na 18ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Câmara dos Deputados pedido de providências para que seja acatado o pedido de urgência na tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 433/2020, que susta os efeitos do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, do governo federal, envidando-se esforços para aprovação do referido projeto e consequente derrubada do decreto supracitado.

Sala das Reuniões, 4 de novembro de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: O Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que foi chamado pelo Governo Federal de "nova Política Nacional de Educação Especial (PNEE)", terá efeitos devastadores para o acúmulo de décadas de inclusão e igualdade no ensino brasileiro. O decreto do Governo Federal é uma tentativa de segregação na forma da chamada educação especial, ameançando a estrutura e os recursos (já muito escassos) destinados para as políticas inclusivas realizadas ao longo dos anos. É alvo de críticas de especialistas, militantes e trabalhadores da área, sendo necessário sua revogação através do PDL já em tramitação na Câmara dos Deputados.

REQUERIMENTO Nº 6.694/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 18ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que não ocorra o processo de municipalização da Escola Estadual Coronel Camilo Soares, situada no centro da cidade de Ubá, mantendo-se a oferta de matrículas para a formação de turmas de 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental.

Sala das Reuniões, 4 de novembro de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 6.699/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Agropecuária e Agroindústria, atendendo a requerimento deste deputado e do deputado Inácio Franco aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – pedido de providências para que seja adotada fiscalização orientadora e preventiva, por meio de campanhas informativas de extensão rural e de visitas de verificação e de instrução a propriedades rurais de bovinocultura de corte e de leite no Estado, quanto à proibição de utilização de cama de frango e de qualquer outro alimento de origem animal para a alimentação de bovinos.

Sala das Reuniões, 17 de novembro de 2020.

Coronel Henrique, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria (PSL).

REQUERIMENTO Nº 6.704/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para para que não ocorra a absorção, pelo Poder Executivo municipal, das turmas dos anos iniciais do ensino fundamental da Escola Estadual Patrocínia Cândida, em São Joaquim de Bicas, diante da manifestação de posição contrária da comunidade escolar durante a audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, realizada em 11 de novembro de 2020.

Por oportuno, informa que a 20ª Reunião Extraordinária teve por finalidade proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Sra. Lenira de Araújo Maia pela importância do seu trabalho à frente da Diretoria-Geral da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP-MG

Sala das Reuniões, 19 de novembro de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 6.705/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja ofertada no Plano de Atendimento para o ano de 2021 da Escola Estadual de Frei Gonzaga, em Novo Oriente de Minas, a abertura de turmas para educação de jovens e adultos – EJA – e educação integral, tendo em vista a necessidade da comunidade escolar da região .

Por oportuno, informa que a 20ª Reunião Extraordinária teve por finalidade proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Sra. Lenira de Araújo Maia pela importância do seu trabalho à frente da Diretoria-Geral da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP-MG.

Sala das Reuniões, 19 de novembro de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 6.707/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Cristiano Silveira aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam realizadas as intervenções prioritárias no prédio da Escola Estadual de Mercês de Água Limpa, no Município de São Tiago, o qual se encontra interditado pelo Corpo de Bombeiros e pela Defesa Civil.

Por oportuno, informa que a 20ª Reunião Extraordinária teve por finalidade proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Sra. Lenira de Araújo Maia pela importância do seu trabalho à frente da Diretoria-Geral da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP-MG.

Sala das Reuniões, 19 de novembro de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 6.710/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento da deputada Betão aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam revistas e modificadas as orientações divulgadas no Memorando-Circular nº 14/2020/SEE/SPP, do dia 6 de novembro de 2020, que estabelece critérios e orientações acerca da carga horária dos planos de estudos tutorados.

Por oportuno, informa que a 20ª Reunião Extraordinária teve por finalidade proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Sra. Lenira de Araújo Maia pela importância do seu trabalho à frente da Diretoria-Geral da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP-MG.

Sala das Reuniões, 19 de novembro de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: O objetivo do Memorando-Circular nº 14/2020/SEE/SPP é orientar as escolas da rede estadual de ensino quanto às diversas situações de devolução dos Planos de Estudos Tutorados e contabilização da carga horária dos estudantes da Rede Pública Estadual. A orientação apresentada pela SEE demonstra desconhecimento das realidades das escolas públicas estaduais. Computar a carga horária, "considerando como desistentes", os alunos que não entregaram nenhum PET, é mais uma vez, penalizar as crianças e adolescentes mais pobres desse estado, bem como educandos da EJA. Dados do IBGE apontam que 54% das famílias mineiras não possuem computador e 24,7% não têm acesso à internet. Além disso, muitos desses estudantes não têm autonomia para realizar os estudos e nem ajuda das famílias, necessitando da mediação dos professores em seu processo de aprendizagem. A SEE também desconsidera os limites da "busca ativa" dos gestores escolares, que pode não ter alcançado todas as famílias, deixando diversos estudantes sem receber os materiais e atividades. Uma outra situação diz respeito àqueles alunos que entregaram menos de 75% dos PET's realizados. Eles deverão passar pelo processo de reclassificação, fazendo um "PET Avaliativo" construído pela escola com todos os componentes curriculares. Como esses estudantes, que não tiveram acesso aos conteúdos escolares por motivos diversos e muitas vezes alheios à sua vontade, vão realizar uma avaliação com tantos componentes curriculares? Esse não é o momento mais adequado para aferir carga horária, uma vez que, os estudantes não tinham e continuam não tendo acesso à dispositivos adequados, recursos computacionais potentes, internet banda larga, equipamentos compatíveis.

REQUERIMENTO Nº 6.719/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Andréia de Jesus aprovado na 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca dos encaminhamentos em curso voltados para a constituição do Comitê Estadual para a Prevenção da Tortura e de Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes – Cept-MG –, do Sistema Estadual de Prevenção da Tortura e de Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes de Minas Gerais – Sept – e do Mecanismo Estadual de Prevenção da Tortura e de Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, detalhando-se a participação da sociedade civil nesse processo e na composição dessas instâncias, acompanhado do *link* para acesso à 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 12/11/2020, que debateu o referido assunto.

Por oportuno, informa que a 11ª Reunião Extraordinária teve por finalidade apreciar proposições da Comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 19 de novembro de 2020.

Leninha, presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT).

REQUERIMENTO Nº 6.741/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 24ª Reunião Extraordinária, realizada em 23/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações sobre os dados relativos aos atendimentos realizados por meio da ferramenta "Delegacia Virtual", consubstanciadas no número de ocorrências registradas, discriminadas por tipo e, se possível, agrupadas mês a mês.

Por oportuno, informa que a 24ª Reunião Extraordinária teve por finalidade obter informações sobre as gestões da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza.

Sala das Reuniões, 24 de novembro de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 6.745/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento da deputada Ana Paula Siqueira aprovado na 24ª Reunião Extraordinária, realizada em 23/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de informações sobre o número de entidades que encaminharam propostas nos processos de seleção pública para celebração de contrato de cogestão de 12 unidades socioeducativas do Estado, bem como o número de entidades que realizaram visita técnica nas unidades definidas nos editais.

Por oportuno, informa que a 24ª Reunião Extraordinária teve por finalidade obter informações sobre as gestões da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza.

Sala das Reuniões, 24 de novembro de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 6.746/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e do deputado João Leite aprovado na 24ª Reunião Extraordinária, realizada em 23/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de providências para que apresente, caso seja oportuno, na reunião a ser realizada em 30/11/2020, às 15 horas, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, o cronograma de ações relacionadas à convocação dos excedentes dos concursos e processos seletivos da área de segurança pública.

Por oportuno, informa que a 24ª Reunião Extraordinária teve por finalidade obter informações sobre as gestões da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza.

Sala das Reuniões, 24 de novembro de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 6.747/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento da deputada Ana Paula Siqueira aprovado na 24ª Reunião Extraordinária, realizada em 23/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de informações sobre o número de casos de covid-19 nas unidades socioeducativas no Estado, bem como sobre as medidas de prevenção e cuidados com a saúde dos adolescentes que estão sendo adotadas pelo órgão.

Por oportuno, informa que a 24ª Reunião Extraordinária teve por finalidade obter informações sobre as gestões da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza.

Sala das Reuniões, 24 de novembro de 2020.

Deputado Sargento Rodrigues, Presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 6.753/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Agropecuária e Agroindústria, atendendo a requerimento do deputado André Quintão aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 24/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre os resultados provenientes do empenho dessa secretaria em "mobilizar e sensibilizar órgãos públicos estaduais, compradores de gêneros alimentícios, em prol dessa causa, estimulando-os a intensificar seus esforços em adquiri-los de agricultores familiares e pescadores(as) artesanais", conforme resposta dada ao Requerimento em Comissão nº 5.181/2020, com dados atualizados das compras dos produtos da agricultura familiar pelos órgãos de governo, destacando-se o valor da ampliação.

Por oportuno, informa que a 5ª Reunião Extraordinária teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-

19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 24 de novembro de 2020.

Deputado Coronel Henrique, Presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria (PSL).

REQUERIMENTO Nº 6.753/2020*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Agropecuária e Agroindústria requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre os resultados provenientes do empenho da pasta em estimular os demais órgãos públicos estaduais compradores de gêneros alimentícios a ampliar a aquisição de produtos de agricultores familiares e pescadores artesanais durante a pandemia de Covid-19, conforme mobilização anunciada por essa secretaria em resposta ao Requerimento nº 5.167/2020, em que foram solicitadas providências nesse sentido. Requer, ainda, que tais informações sejam apresentadas na forma de planilha atualizada, com dados mensais separados por órgão de governo, destacando-se o valor da eventual ampliação dessas compras.

* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 3/12/2020.

REQUERIMENTO Nº 6.938/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento do deputado Coronel Henrique aprovado na 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 24/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o planejamento do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema –, com vistas à redução do passivo de processos de fiscalização e regularização ambiental suspensos durante a pandemia.

Por oportuno, informa que a 7ª Reunião Extraordinária teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2020.

Deputado Noraldino Júnior, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

REQUERIMENTO Nº 6.939/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento do deputado Carlos Pimenta aprovado na 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 24/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a programação das ações do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – para recuperação e preservação de nascentes em 2021.

Por oportuno, informa que a 7ª Reunião Extraordinária teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2020.

Deputado Noraldino Júnior, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

REQUERIMENTO Nº 6.942/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento da deputada Ana Paula Siqueira aprovado na 25ª Reunião Extraordinária, realizada em 26/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a existência, no Estado, de agentes penitenciários e socioeducativos em desvio de função e sobre a quantidade de servidores e a natureza das funções desempenhadas pelos que estão nessa situação.

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2020.

Sargento Rodrigues, Presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

Justificação: Chegou ao conhecimento desta parlamentar que vários agentes penitenciários e socioeducativos estão em desvio de função no Estado, realizando trabalhos que são típicos de técnicos e especialistas, como de RH, de almoxarifado, e outros, inclusive, na Cidade Administrativa. Portanto, necessário apurar se de fato existem servidores nessa situação, bem como a natureza das funções desempenhadas por eles.

REQUERIMENTO Nº 6.944/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento da deputada Ana Paula Siqueira aprovado na 25ª Reunião Extraordinária, realizada em 26/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a regulamentação das carreiras dos técnicos e especialistas e dos médicos do sistema prisional e socioeducativo, esclarecendo-se se essas carreiras irão compor o órgão da polícia penal.

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2020.

Sargento Rodrigues, Presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 6.944/2020*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a regulamentação das carreiras dos técnicos e especialistas e dos médicos do sistema prisional e do sistema socioeducativo, esclarecendo-se se essas carreiras irão compor o órgão da polícia penal.

– Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 3/12/2020.

REQUERIMENTO Nº 6.945/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento da deputada Ana Paula Siqueira aprovado na 25ª Reunião Extraordinária, realizada em 26/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre as regras e os procedimentos para o efetivo exercício do estágio probatório do servidor público ocupante do cargo de agente penitenciário e socioeducativo, bem como sobre a existência e a quantidade de agentes que cumpriram o estágio probatório fora das funções específicas do cargo.

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 6.946/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 23/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a aquisição e realização dos testes de diagnóstico da covid-19, sobretudo sobre a quantidade e o tipo de testes adquiridos pelo Estado ou recebidos do governo federal; o montante de recursos públicos utilizados para a aquisição de testes e as empresas fornecedoras; o estoque atual de testes para covid-19 e as respectivas datas de validade; os procedimentos adotados para a disponibilização de "kits" de testes de diagnóstico aos hospitais vinculados à Fhemig; a quantidade de profissionais de saúde vinculados à Fhemig que já foram testados, especificando o quantitativo de testes aplicados por mês e o número dos que já testaram positivo para covid-19; a existência de cronograma habitual de testagem dos servidores da área saúde definido, sobretudo em atendimento ao art. 3º, §3º, XV, da Lei nº 23.631, de 2020, e considerando o recrudescimento da doença no Estado; e seja esclarecida a testagem realizada nos servidores da Fhemig no final de outubro de 2020, informando qual autoridade determinou a testagem dos servidores e qual a motivação para a testagem em massa repentina, a data de validade dos testes aplicados, o número de servidores testados, o número de resultados positivo na ocasião e quais as medidas adotadas para afastamento dos servidores.

Por oportuno, informa que a 6ª Reunião Extraordinária teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Saúde em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 27 de novembro de 2020.

Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde (PDT).

REQUERIMENTO Nº 6.947/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 23/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações consubstanciadas no detalhamento do plano para a efetiva vacinação da população contra a covid-19 em Minas Gerais, bem como na política a ser adotada pelo governo do Estado para a aquisição da referida vacina.

Por oportuno, informa que a 6ª Reunião Extraordinária teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Saúde em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 27 de novembro de 2020.

Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde (PDT).

REQUERIMENTO Nº 6.947/2020*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações detalhadas sobre o planejamento e a logística para a vacinação da população mineira contra a Covid-19, bem como

sobre as medidas a serem adotadas pelo governo do Estado para a aquisição da referida vacina e para a preparação das unidades regionais de saúde para o armazenamento, distribuição e aplicação da vacina.

* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 17/11/2020.

REQUERIMENTO Nº 6.948/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento do deputado Doutor Paulo aprovado na 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 23/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido informações consubstanciadas no protocolo que visa orientar a Secretaria de Estado de Educação sobre o retorno às aulas no ano de 2021, tendo em vista a pandemia de covid-19 e a necessidade de os municípios se orientarem para retorno às aulas também nas escolas municipais.

Por oportuno, informa que a 6ª Reunião Extraordinária teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Saúde em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 27 de novembro de 2020.

Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde (PDT).

REQUERIMENTO Nº 6.950/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados Doutor Wilson Batista, Doutor Jean Freire, Doutor Paulo e Hely Tarqüínio aprovado na 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 23/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a implementação da nova Política Estadual de Atenção Hospitalar e sobre as ações e os serviços previstos nessa política.

Por oportuno, informa que a 6ª Reunião Extraordinária teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Saúde em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 27 de novembro de 2020.

Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde (PDT).

REQUERIMENTO Nº 6.951/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados Hely Tarqüínio e Professor Cleiton aprovado na 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 23/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações obre os critérios utilizados por essa secretaria na alocação de recursos financeiros, de insumos e de equipamentos no desenvolvimento das ações de enfrentamento da pandemia de covid-19.

Por oportuno, informa que a 6ª Reunião Extraordinária teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Saúde em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 27 de novembro de 2020.

Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde (PDT).

REQUERIMENTO Nº 6.973/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas, de Direitos Humanos, de Esporte, Lazer e Juventude, de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, de Defesa dos Direitos da Mulher e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, atendendo a requerimento do deputado André Quintão aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 25/11/2020, solicitam a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações desenvolvidas e em desenvolvimento, durante a pandemia de covid-19, dirigidas aos empreendimentos da economia popular solidária, considerando, em especial, o art. 12, inciso I, alínea "b", da Lei nº 23.631, de 2020, especificando-se o quantitativo detalhado das ações desenvolvidas e em que programas de governo são incluídas e os dados detalhados dos segmentos populares atingidos.

Por oportuno, informa que a 1ª Reunião Conjunta teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2020.

Ana Paula Siqueira, vice-presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas (Rede) – Leninha, presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT) – Zé Guilherme, presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP) – Celinho Sintrocel, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB) – Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (PSOL) – Professor Wendel Mesquita, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Solidariedade).

REQUERIMENTO Nº 6.974/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Defesa dos Direitos da Mulher, de Direitos Humanos, de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas, de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social e de Esporte, Lazer e Juventude, atendendo a requerimento do deputado André Quintão aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 25/11/2020, solicitam a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretário-geral da Secretaria Geral do Estado de Minas Gerais e à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as medidas adotadas visando a maior publicidade e o fortalecimento do aparato estatal para a prevenção e combate à violência contra a mulher, a criança e ao adolescente dado o contexto da Pandemia do Coronavírus .

Por oportuno, informa que a 1ª Reunião Conjunta teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2020.

Professor Wendel Mesquita, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Solidariedade) – Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (PSOL) – Leninha, presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT) – Ana Paula Siqueira, vice-presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas (Rede) – Celinho Sintrocel, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB) – Zé Guilherme, presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP).

REQUERIMENTO Nº 6.975/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Defesa dos Direitos da Mulher, de Esporte, Lazer e Juventude, de Direitos Humanos e de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas, atendendo a requerimento do deputado André Quintão aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 25/11/2020, solicitam a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as medidas e ações desenvolvidas ou em desenvolvimento por esse órgão para o atendimento aos povos indígenas e comunidades tradicionais de Minas Gerais, além da distribuição de cestas básicas, considerando o plano de contingência diante da pandemia de covid-19.

Por oportuno, informa que a 1ª Reunião Conjunta teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2020.

Celinho Sintrocel, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB) – Professor Wendel Mesquita, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Solidariedade) – Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (PSOL) – Zé Guilherme, presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP) – Leninha, presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT) – Ana Paula Siqueira, vice-presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas (Rede).

REQUERIMENTO Nº 6.976/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas, de Esporte, Lazer e Juventude, de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, de Defesa dos Direitos da Mulher, de Direitos Humanos e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, atendendo a requerimento do deputado André Quintão aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 25/11/2020, solicitam a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social, à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as ações desenvolvidas pelo Governo para fomento a programas de aquisição de alimento da agricultura familiar e distribuição para famílias com crianças e adolescentes em idade escolar em todo o Estado, desde o início da pandemia de covid-19, especificando-se quais foram as ações inseridas em quais programas, o quantitativo de famílias beneficiadas, quais produtos foram adquiridos e de quem foram adquiridos, de modo que as informações sobre as ações realizadas sejam detalhadas ao máximo possível.

Por oportuno, informa que a 1ª Reunião Conjunta teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2020.

Ana Paula Siqueira, vice-presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas (Rede) – Zé Guilherme, presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP) – Celinho Sintrocel, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB) – Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (PSOL) – Leninha, presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT) – Professor Wendel Mesquita, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Solidariedade).

REQUERIMENTO Nº 6.979/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher, de Esporte, Lazer e Juventude, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas e de Direitos Humanos, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 25/11/2020, solicitam a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os recursos alocados no Fundo Estadual do Trabalho e sua destinação para fazer frente ao desemprego crescente, agravado pela crise sanitária, e o que representam em termos de expectativa e geração de empregos.

Por oportuno, informa que a 1ª Reunião Conjunta teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2020.

Andréia de Jesus, Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Psol) – Zé Guilherme, Presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP) – Professor Wendel Mesquita, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Solidariedade) – Celinho Sintrocel, Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB) – Ana Paula Siqueira, Vice-Presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas (Red) – Leninha, Presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT).

REQUERIMENTO Nº 6.980/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas, de Direitos Humanos, de Defesa dos Direitos da Mulher, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Esporte, Lazer e Juventude, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 25/11/2020, solicitam a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre quais medidas estão previstas no planejamento do Estado para atender o trabalhador pobre, com pouca qualificação, os informais e os trabalhadores rurais.

Por oportuno, informa que a 1ª Reunião Conjunta teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2020.

Celinho Sintrocel, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB) – Ana Paula Siqueira, vice-presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas (Rede) – Leninha, presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT) – Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (PSOL) – Professor Wendel Mesquita, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Solidariedade) – Zé Guilherme, presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP).

REQUERIMENTO Nº 6.983/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Esporte, Lazer e Juventude, de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, de Direitos Humanos, de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas, de Defesa dos Direitos da Mulher e de Defesa dos Direitos da Pessoa com

Deficiência, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 25/11/2020, solicitam a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as medidas adotadas para conter o avanço do desemprego no Estado e as medidas previstas pelo governo para enfrentar o desemprego no pós-pandemia.

Por oportuno, informa que a 1ª Reunião Conjunta teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2020.

Zé Guilherme, Presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP) – Celinho Sintrocel, Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB) – Leninha, Presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT) – Ana Paula Siqueira, Vice-Presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas (Rede) – Andréia de Jesus, Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Pso) – Professor Wendel Mesquita, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Solidariedade).

REQUERIMENTO Nº 6.983/2020*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão Direitos Humanos requer, nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as medidas adotadas para conter o avanço do desemprego no Estado, fomentar o trabalho e a economia popular solidária e criar frentes de trabalho durante a pandemia de Covid-19, bem como sobre as medidas previstas pelo governo para enfrentar o desemprego no período pós-pandemia.

* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 3/12/2020.

REQUERIMENTO Nº 6.984/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas, de Esporte, Lazer e Juventude, de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Defesa dos Direitos da Mulher e de Direitos Humanos, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 25/11/2020, solicitam a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o que foi feito para apoiar os trabalhadores do setor da cultura, lazer e entretenimento diante dos impactos da pandemia no setor e se houve articulação das secretarias afins.

Por oportuno, informa que a 1ª Reunião Conjunta teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2020.

Ana Paula Siqueira, vice-presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas (Rede) – Zé Guilherme, presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP) – Celinho Sintrocel, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB) – Professor Wendel Mesquita, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Solidariedade) – Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Psol) – Leninha, presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT).

REQUERIMENTO Nº 6.986/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas, de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, de Defesa dos Direitos da Mulher, de Direitos Humanos e de Esporte, Lazer e Juventude, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 25/11/2020, solicitam a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre qual a perspectiva e o cronograma para a implantação do piso aprovado pela Conferência Estadual para a proteção social especial, qual o cronograma para a ampliação dos recursos do Fundo Mineiro de Assistência Social e para a ampliação dos serviços atuais.

Por oportuno, informa que a 1ª Reunião Conjunta teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza.

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2020.

Professor Wendel Mesquita, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Solidariedade) – Ana Paula Siqueira, vice-presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas (Rede) – Celinho Sintrocel, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB) – Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (PSOL) – Leninha, presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT) – Zé Guilherme, presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP).

REQUERIMENTO Nº 6.987/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Esporte, Lazer e Juventude, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Direitos Humanos, de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas, de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social e de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 25/11/2020, solicitam a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a situação dos serviços socioassistenciais durante a pandemia, se houve descontinuidade de atendimento, e quais medidas de proteção sanitária estão sendo adotadas nos equipamentos da política de assistência social e quais as medidas de apoio oferecidas pelo Estado aos municípios e às entidades parceiras nessa área.

Por oportuno, informa que a 1ª Reunião Conjunta teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2020.

Zé Guilherme, presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP) – Professor Wendel Mesquita, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Solidariedade) – Leninha, presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT) – Ana Paula Siqueira, vice-presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas (Rede) – Celinho Sintrocel, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB) – Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (PSOL).

REQUERIMENTO Nº 6.988/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, de Direitos Humanos, de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas e de Esporte, Lazer e Juventude, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 25/11/2020, solicitam a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as áreas que serão ofertadas às qualificações profissionais prometidas pelo governo, quais setores da economia receberão investimentos públicos para absorver a mão de obra qualificada e o papel que a Utramig cumprirá nesse processo de qualificação.

Por oportuno, informa que a 1ª Reunião Conjunta teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2020.

Andréia de Jesus, Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Psol) – Professor Wendel Mesquita, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Solidariedade) – Celinho Sintrocel, Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB) – Leninha, Presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT) – Ana Paula Siqueira, Vice-Presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas (Rede) – Zé Guilherme, Presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP).

REQUERIMENTO Nº 6.989/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Esporte, Lazer e Juventude, de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas, de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Direitos Humanos e de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a requerimento da deputada Ana Paula Siqueira aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 25/11/2020, solicitam a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de informações sobre o estágio em que se encontra e os prazos para implementação do Plano Mineiro Intersetorial de Cuidados/Tratamento e Prevenção do Uso/Abuso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas.

Por oportuno, informa que a 1ª Reunião Conjunta teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2020.

Zé Guilherme, presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP) – Ana Paula Siqueira, vice-presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas (Rede) – Celinho Sintrocel, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB) – Professor Wendel Mesquita, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Solidariedade) – Leninha, presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT) – Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (PSOL).

REQUERIMENTO Nº 6.990/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, de Defesa dos Direitos da Mulher, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Direitos Humanos, de Esporte, Lazer e Juventude e de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas, atendendo a requerimento da deputada Ana Paula Siqueira aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em

25/11/2020, solicitam a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre qual será o papel desempenhado pela pasta no processo de implantação do modelo de cogestão nas unidades socioeducativas de internação do Estado.

Por oportuno, informa que a 1ª Reunião Conjunta teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2020.

Celinho Sintrocel, Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB) – Andréia de Jesus, Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Psol) – Professor Wendel Mesquita, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Solidariedade) – Leninha, Presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT) – Zé Guilherme, Presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP) – Ana Paula Siqueira, Vice-Presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas (Rede).

REQUERIMENTO Nº 6.991/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Esporte, Lazer e Juventude, de Direitos Humanos, de Defesa dos Direitos da Mulher, de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas, de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 25/11/2020, solicitam a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações que estão sendo planejadas para o período pós-pandemia.

Por oportuno, informa que a 1ª Reunião Conjunta teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2020.

Zé Guilherme, Presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP) – Leninha, Presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT) – Andréia de Jesus, Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Psol) – Ana Paula Siqueira, Vice-Presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas (Rede) – Celinho Sintrocel, Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB) – Professor Wendel Mesquita, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Solidariedade).

REQUERIMENTO Nº 6.992/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Direitos Humanos, de Defesa dos Direitos da Mulher, de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas, de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social e de Esporte, Lazer e Juventude, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 25/11/2020, solicitam a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as providências, os investimentos e o cronograma para consolidar a Economia Popular Solidária no Estado.

Por oportuno, informa que a 1ª Reunião Conjunta teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2020.

Professor Wendel Mesquita, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Solidariedade) – Leninha, Presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT) – Andréia de Jesus, Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Psol) – Ana Paula Siqueira, Vice-Presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas (Rede) – Celinho Sintrocel, Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB) – Zé Guilherme, Presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP).

REQUERIMENTO Nº 6.993/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Direitos Humanos, de Esporte, Lazer e Juventude, de Defesa dos Direitos da Mulher, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas e de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento da deputada Ana Paula Siqueira aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 25/11/2020, solicitam a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de informações sobre a possibilidade de continuidade dos programas Bolsa Merenda e Renda Minas em 2021, considerando-se a pandemia, a ausência de calendário de retorno às aulas e o empobrecimento da população.

Por oportuno, informa que a 1ª Reunião Conjunta teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 26 de novembro de 2020.

Leninha, Presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT) – Zé Guilherme, Presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PP) – Andréia de Jesus, Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Psol) – Professor Wendel Mesquita, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Solidariedade) – Ana Paula Siqueira, Vice-Presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas (Rede) – Celinho Sintrocel, Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB).

REQUERIMENTO Nº 6.996/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 27/11/2020, solicitam a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o impacto da pandemia na prestação de serviços de transporte intermunicipal e metropolitano e o planejamento para garantia dos serviços de transporte público e dos empregos dos rodoviários neste momento de crise.

Por oportuno, informa que a 1ª Reunião Conjunta teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2020.

Léo Portela, Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

REQUERIMENTO Nº 6.997/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, de Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras e de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 27/11/2020, solicitam a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o motivo de as obras da MG-425, que liga Revés do Belém a Vargem Alegre, ainda não se terem iniciado, esclarecendo-se quais são os atuais entraves, as medidas que estão sendo tomadas para viabilizar a pavimentação dessa rodovia, qual a previsão de início e o planejamento e o cronograma das obras.

Por oportuno, informa que a 1ª Reunião Conjunta teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2020.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

REQUERIMENTO Nº 6.998/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização, de Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 27/11/2020, solicitam a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre as medidas e soluções propostas pelo governo do Estado ao Dnit para a rápida reparação da BR-381 Norte, que desde junho está com as obras de duplicação paralisadas em função de desmoronamentos ocorridos em 14 pontos no lote 3.1, segmento do Km 288,4 até Km 317.

Por oportuno, informa que a 1ª Reunião Conjunta teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2020.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

REQUERIMENTO Nº 7.002/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada e do deputado Betão, Professor Cleiton e Bartô aprovado na 22ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a avaliação do órgão acerca do cumprimento e aproveitamento efetivo da carga horária escolar do ano letivo de 2020 na rede estadual de ensino, considerando-se a flexibilização das normas de frequência e a oferta de estudo não presencial.

Por oportuno, informa que a 22ª Reunião Extraordinária teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.004/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada e do deputado Betão, Bartô e Professor Cleiton aprovado na 22ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o planejamento da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – para a manutenção da oferta regular de cursos e programas em 2021, incluindo-se as ações de assistência estudantil.

Por oportuno, informa que a 22ª Reunião Extraordinária teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.005/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada e do deputado Betão, Professor Cleiton e Bartô aprovado na 22ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre se existe plano específico para a vacinação contra covid-19 de todos os profissionais da educação.

Por oportuno, informa que a 22ª Reunião Extraordinária teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.007/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Zé Guilherme aprovado na 22ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o planejamento da Secretaria para incluir os estudantes com deficiência em um eventual retorno às aulas no formato híbrido, enquanto durar a pandemia.

Por oportuno, informa que a 22ª Reunião Extraordinária teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.008/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada e do deputado Betão, Professor Cleiton e Bartô aprovado na 22ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o planejamento dessa secretaria para a implementação da Base Nacional Comum Curricular e do Currículo Referência de Minas Gerais enquanto durar a pandemia, considerando-se a metodologia de ensino e o material didático-pedagógico.

Por oportuno, informa que a 22ª Reunião Extraordinária teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.009/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada e do deputado Betão, Professor Cleiton e Bartô aprovado na 22ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o processo de municipalização do ensino fundamental em curso no Estado, em relação aos procedimentos adotados por essa secretaria quanto à consulta às comunidades escolares envolvidas, à análise das condições de infraestrutura das escolas e para os profissionais de educação e outras questões cuja consideração se mostra necessária ao êxito dos processos de municipalização.

Por oportuno, informa que a 22ª Reunião Extraordinária teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.010/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada e do deputado Betão, Professor Cleiton e Bartô aprovado na 22ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a implementação da Lei nº 13.935, de 11/12/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Por oportuno, informa que a 22ª Reunião Extraordinária teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.014/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada e do deputado Betão, Professor Cleiton e Bartô aprovado na 22ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre como foram investidos os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae –, entre março e novembro de 2020, considerando-se a aquisição de produtos da agricultura familiar, e se essa secretaria pretende incentivar a ampliação de aquisição desses produtos no futuro.

Por oportuno, informa que a 22ª Reunião Extraordinária teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2020.

Beatriz Cerqueira, Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.015/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada e do deputado Betão, Professor Cleiton e Bartô aprovado na 22ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o cronograma para a nomeação dos profissionais de educação aprovados nos concursos com prazo de validade em andamento, bem como para a realização de novos concursos.

Por oportuno, informa que a 22ª Reunião Extraordinária teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2020.

Beatriz Cerqueira, Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.016/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada e do deputado Betão, Professor Cleiton e Bartô aprovado na 22ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao reitor da Universidade Estadual de Montes Claros pedido de informações sobre o planejamento da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – para a manutenção da oferta regular de cursos e programas no próximo ano, incluindo-se as ações de assistência estudantil.

Por oportuno, informa que a 22ª Reunião Extraordinária teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Educação em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza.

Sala das Reuniões, 30 de novembro de 2020.

Beatriz Cerqueira, Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.028/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia e de Cultura, atendendo a requerimento dos deputados Bosco e Doutor Jean Freire aprovado na 1ª Reunião Conjunta, realizada em 26/11/2020, solicitam a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre a situação da execução das metas do Plano Estadual de Cultura, em cumprimento ao art. 7º da Lei nº 22.627, de 31/7/2017.

Por oportuno, informa que a 1ª Reunião Conjunta teve por finalidade obter informações sobre a gestão da Secretaria de Cultura e Turismo em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras – Assembleia Fiscaliza.

Sala das Reuniões, 27 de novembro de 2020.

Thiago Cota, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico (MDB) – Professor Irineu, Presidente da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia (PSL).

REQUERIMENTO Nº 7.041/2020*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o processo de implantação de banco de empregos para mulheres vítimas de violência, previsto na Lei nº 23.680, de 2020, que acrescenta inciso ao art. 4º da Lei nº 22.256, de 2016, que institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado.

* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 3/12/2020.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 2/12/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Patricia Pereira Veloso, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Valadares;

nomeando Fabiane Pereira Veloso, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Valadares.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 81/2020

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 188/2020

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 18/12/2020, às 14 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de pontos de acesso e licenças de *software*.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 3 de dezembro de 2020.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

ERRATA

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 612/2019

Comissão de Administração Pública

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 3/12/2020, na pág. 29, na conclusão, onde se lê:

"opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 612/2019, no 1º turno, com a Emenda nº 1, a seguir apresentada", leia-se:

"opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 612/2019, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição de Justiça, com a Emenda nº 1, a seguir apresentada".